



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - Nº 191 - TERÇA-FEIRA, 1º DE DEZEMBRO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO Mão Santa - (PSC-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO)	4ª SECRETÁRIA Patrícia Saboya - (PDT-CE)
2ª VICE-PRESIDENTE Serys Sliessarenko - (PT-MT)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI)	1º - César Borges - (PR-BA)
2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
	3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
	4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

Maioria (PMDB/PP) - 18 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp (6) Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha (4,5,7) Neuto De Conto Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 19 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 11 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3) Líder do PR - 3 João Ribeiro Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 27 Líder Raimundo Colombo - DEM (1) Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana Líder do PSDB - 14 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaleó Paes Líder do DEM - 13 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes
PTB - 8 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma
PDT - 6 Líder Osmar Dias - PDT	PV - 1 Líder Marina Silva - PV	PSC - 1 Líder Mão Santa - PSC

Notas:

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.

EXPEDIENTE	
Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 228ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Aviso nº 74, de 2009 (nº 431/2009, na origem), de 23 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de outubro do corrente ano, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

63546

1.2.2 – Pareceres

Nº 2.166, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 717, de 2009 (nº 406/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo-Quadro sobre Complementação Energética Regional entre os Estados Parte do Mercosul e Estados Associados, protocolizado ao amparo do Tratado de Montevidéu de 1980 como Acordo de Alcance Parcial de Promoção do Comércio nº 19 (AAP/PC nº 19), celebrado durante a Cúpula do Mercosul em Montevidéu, no dia 19 de dezembro de 2005, entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai, a República Oriental do Uruguai, a República da Colômbia, a República do Chile, a República do Equador e a República Bolivariana da Venezuela.

63547

Nº 2.167, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 718, de 2009 (nº 985/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Resolução FAL 8 (32), que resultou em adoção de Emendas ao Anexo da Convenção sobre a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional, adotadas em 7 de julho de 2005.

63553

1.2.3 – Mensagens do Presidente da República

Nº 249, de 2009 (nº 944/2009, na origem), de 19 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presi-

dente da República, que dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da Anvisa, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, sancionado e transformado na Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009.

63557

Nº 250, de 2009 (nº 960/2009, na origem), de 24 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 135, de 2009 (nº 3.514/2008, na Casa de origem, da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural daquela Casa), que dispõe sobre o conceito e a aplicação da rastreabilidade na cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos, sancionado e transformado na Lei nº 12.097, de 24 de novembro de 2009.

63557

Nº 251, de 2009 (nº 961/2009, na origem), de 24 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 183, de 2009 (nº 3.885/2008, na Câmara dos Deputados), do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, com sede em São Paulo, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 12.098, de 24 de novembro de 2009.

63557

Nº 252, de 2009 (nº 965/2009, na origem), de 27 do corrente, comunicando que se ausentará do País no período de 29 do corrente a 4 de dezembro próximo, em viagens oficiais a Portugal, Ucrânia e Alemanha.

63557

Nº 253, de 2009 (nº 967/2009, na origem), de 27 do corrente, comunicando que se ausentará do País nos dias 7 e 8 de dezembro próximos, em viagem oficial ao Uruguai.

63559

1.2.4 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, sexta-feira última, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2009.

63560

Término do prazo, sexta-feira última, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 182, de 2005, 650, de 2007, 33, 197, 224 e 381, de 2009.

63560

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 130, de 2007 e 149, de 2008.

63560

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Registro de recebimento de homenagens em João Pessoa e Salvador. Defesa da valorização do uso de bicicletas como meio de transporte, mediante construção de ciclovias e isenção do IPI. Satisfação com a isenção tributária concedida pelo Governo ao setor moveleiro, há muito preconizada por S. Exa.

63560

SENADOR PAPALÉO PAES – Análise da crise financeira por que passam os Municípios brasileiros.

63569

SENADOR JOÃO PEDRO – Confirmação de presença ao lançamento do livro do escritor amapaense Amíraldo Bezerra. Regozijo pela eleição de José Pepe Mujica, ontem, 29 do corrente, no Uruguai, consolidando a democracia na América do Sul e fortalecendo as relações do Mercosul.

63573

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como Líder – Apresentação de pedido de desculpas à sociedade brasileira, como membro da classe política, tendo em vista as recentes denúncias de corrupção envolvendo integrantes dos três Poderes do Distrito Federal, anunciando a entrega de três cargos que o Partido de S. Ex^a ocupava, propondo o afastamento dos denunciados e a criação de CPI para investigar o ocorrido.

63575

SENADOR MÃO SANTA – Indignação pelas denúncias de corrupção no governo do Distrito Federal, destacando a importância de se manter a esperança e a fé nas instituições encarregadas de investigar o ocorrido. Registro de artigo publicado no jornal Diário do Povo, do Piauí, intitulado “O Piauí tem a pior energia do Nordeste”. Críticas ao governador Wellington Dias por não investir em turismo. Anúncio de início de greve dos médicos, no Piauí, no próximo dia 2 de dezembro, em protesto pelos baixos salários.

63579

1.2.6 – Ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 2.378/2009, de 27 de novembro último, encaminhando o Substitutivo da Câmara à Proposta de Emenda à Constituição nº 12-A, de 2006 (nº 351/2009, naquela Casa), que altera o art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato

das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

63583

1.2.7 – Comunicações da Presidência

Convocação de Sessão Conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se amanhã, dia 1º de dezembro do corrente, terça-feira, às vinte horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional.

63606

Convocação de Sessão Conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se amanhã, dia 3 de dezembro do corrente, quinta-feira, às dez horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional.

63606

1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR SADI CASSOL – Agradecimentos à Marinha do Brasil, bem como à Aeronáutica, pela oportunidade de viajar à Antártica, juntamente com os Senadores Jefferson Praia e Osvaldo Sobrinho, ficando hospedado na Estação Brasileira na Antártica “Comandante Ferraz”, onde conheceu as atividades desenvolvidas pelo Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR.

63606

1.2.9 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR GERSON CAMATA – Análise sobre a situação atual do Poder Legislativo, salientando a necessidade de se reverter a inércia em que o Congresso Nacional está mergulhado, conclamando todos os parlamentares a se dedicarem à atividade de legislar.

63609

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 1º, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.

63611

1.3 – ENCERRAMENTO**2 – ATAS DE COMISSÕES**

Ata da 34ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, realizada em 19 de novembro de 2009.

63625

Ata da 35ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, realizada em 24 de novembro de 2009.

63661

3 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADAS À PUBLICAÇÃO

Texto traduzido do original em espanhol, a que se referiu o Senador Inácio Arruda, em seu pronunciamento na 201ª sessão, deliberativa ordinária, realizada em 3/11/2009.

63668

SENADO FEDERAL**4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CE – Comissão de Educação
CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)
Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência –CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 228^a Sessão não Deliberativa, em 30 de novembro de 2009

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa, Paulo Paim e Papaléo Paes.

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 2 minutos, e encerra-se às 17 horas e 8 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Brasília, Capital da República do Brasil. Estamos no Plenário do Senado Federal. Tratamos da 228^a Sessão Não Deliberativa, que faz parte da 3^º Sessão Legislativa Ordinária, da 53^a Legislatura, em 30 de novembro, às 14h01min.

Nessa sessão deliberativa os Senadores usam da palavra e apresentam suas teses, às vezes mais demoradas. Isso sempre houve no Senado da República; na História do Senado já houve pronunciamento de quatro horas. Então, como nas sessões ordinárias isso é impossível, pelo Regimento, um grupo valoroso de Senadores da República fez renascer o trabalho às segundas e sextas-feiras, quando os Senadores representam os sentimentos, os pensamentos, os anseios da população, e apresentam suas teses mais demoradas e mais complexas.

Nesta sessão deliberativa que vamos iniciar, há número regimental. Declaramos aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 74, de 2009** (nº 431/2009, na origem), de 23 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de outubro do corrente ano, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O Ministro esclarece, ainda, que os dados relativos às dívidas consolidadas dos Estados foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos entes da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 2.166, DE 2009

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 717, de 2009 (nº 406/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo-Quadro sobre Complementação Energética Regional entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, protocolizado ao amparo do Tratado de Montevidéu de 1980 como Acordo de Alcance Parcial de Promoção do Comércio nº 19 (AAP.PC nº 19), celebrado durante a Cúpula do Mercosul em Montevidéu, no dia 9 de dezembro de 2005, entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai, a República Oriental do Uruguai, a República da Colômbia, a República do Chile, a República do Equador e a República Bolivariana da Venezuela.

RELATOR: Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR

I – RELATÓRIO

Com fulcro no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional a Mensagem nº 518, de 5 de julho de 2006, portadora do Acordo-Quadro sobre Complementação Energética Regional entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, protocolizado ao amparo do Tratado de Montevidéu de 1980 como Acordo de Alcance Parcial de Promoção do Comércio nº 19 (AAP.PC nº 19), celebrado durante a Cúpula do Mercosul em Montevidéu, no dia 9 de dezembro de 2005, entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a República do Paraguai, a República Oriental do Uruguai, a República da Colômbia, a República do Chile, a República do Equador e a República Bolivariana da Venezuela.

Por preceito constitucional, a Mensagem Presidencial iniciou sua tramitação na Câmara dos Deputados. Em primeiro lugar, seguindo a sistemática da Resolução nº 1, de 2007, do Congresso Nacional, ela foi destinada à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que decidiu pela formulação do Projeto de Decreto Legislativo em análise. A proposição foi, então, designada para ser apreciada pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Minas e Energia e de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa.

Aprovada pelo Plenário da Câmara no dia 27 de agosto de 2009, a proposição foi recebida no Senado Federal no dia 2 de setembro subsequente. Distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, foi, no dia 15 de setembro, designada para o Relator que subscreve este Parecer, após prazo regimental sem que tenha recebido emendas.

II – ANÁLISE

O instrumento internacional em pauta representa um Acordo-Quadro sobre integração energética no Mercosul, incluindo Estados Associados. Cuidando-se de um acordo-quadro, a previsão é que ele sirva de um instrumento jurídico genérico, que se desdobrará, sob suas regras gerais, em protocolos específicos, bilaterais ou multilaterais, para a consecução dos objetivos estabelecidos.

A mensagem presidencial portadora do acordo se faz acompanhar de Exposição de Motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores na qual se registra que os entendimentos para o presente Acordo começaram na XXVIII Cúpula do Mercosul, realizada em Assunção, entre 18 e 20 de julho de 2005.

Na mesma linha, o informe ministerial esclarece que o Acordo estabelece parâmetros gerais para a realização de projetos concretos, por meio de acordos bilaterais, sub-regionais e regionais, no setor de energia, constituindo-se em marco jurídico flexível e abrangente para o desenvolvimento da integração energética regional.

Ainda conforme a exposição de motivos, iniciativas já engendradas, como o projeto do gasoduto de integração sul-americano, poderão ser ancoradas no presente Acordo-Quadro.

O objetivo central do acordo é o avanço da integração energética regional em seus múltiplos aspectos, como sistema de produção, transporte, distribuição e comercialização de energéticos nos países signatários. Esse objetivo se reveste de especial importância no momento em que os países da região passam

a questionar o *status quo* e cobrar maior autonomia e livre disponibilidade dos recursos energéticos.

O presente acordo está estruturado em três capítulos. O primeiro estabelece seus propósitos e dispõe sobre a observância dos compromissos internacionais e marcos reguladores vigente em cada Estado Parte.

Ainda como princípio geral constante no capítulo I, o preceito para que as Partes negociem instrumentos voltados para a execução de atividades, projetos e obras de infraestrutura que propiciem a complementação de seus intercâmbios energéticos, bem como o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis.

O segundo capítulo, cerne do acordo, estabelece os temas e os mecanismos de implementação do acordo. As Partes se comprometem a aprofundar a análise da dinâmica e a evolução do setor de energia, por meio dos organismos nacionais competentes e com participação dos setores privados, sempre que cada Parte julgar adequado.

As áreas para a celebração de protocolos bilaterais, sub-regionais e regionais, previstas no art. 6º, são as seguintes:

- a) Intercâmbio comercial de hidrocarbonetos;
- b) Interconexão das redes de transmissão elétrica;
- c) Interconexão das redes de gasodutos e dutos de hidrocarbonetos;
- d) Cooperação na prospecção, exploração, aproveitamento e industrialização dos hidrocarbonetos; e
- e) Fontes de energia renováveis e energias alternativas.

Para o alcance desses objetivos, as Partes prevêem no acordo-quadro a realização de atividades de intercâmbio e atualização técnica voltadas ao fortalecimento das capacidades institucionais, com vistas a promover o uso racional e eficiente da energia convencional, a eficiência energética, as energias renováveis, a preservação do meio ambiente e a harmonização dos níveis de segurança e qualidade.

O Capítulo III reserva-se aos aspectos jurídico-formais necessários a um ato internacional, como os procedimentos para a entrada em vigor, prazo de vigência, mecanismo de solução de controvérsias e procedimentos de denúncia do Acordo.

Importante ressaltar que o Acordo não poderá acarretar nenhum protocolo que modifique direitos e obrigações já existentes decorrentes de outros acordos bilaterais ou multilaterais; o que propicia maior segurança jurídica para a realização de novas negociações.

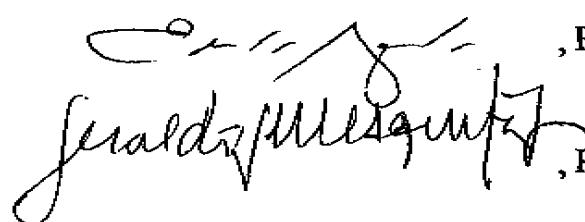
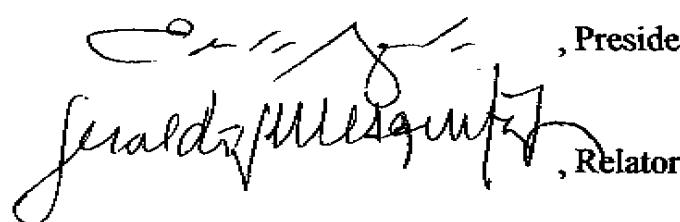
Por fim, convém reiterar também a importância da celebração deste acordo em face da atual conjuntura vivenciada no Mercosul. Itaipu e Yaciretá são palcos de acirradas cobranças de revisão por parte do Paraguai e a construção do entendimento passa por uma concepção regional da infra-estrutura energética sul-americana, para que todas as nações possam se apropriar legitimamente de seus recursos, sem usurpação em qualquer direção.

O presente Acordo-Quadro contribui sobremaneira para o entendimento e a harmonia em nosso continente.

III – VOTO

Ante o exposto, tendo em vista o impacto positivo na consolidação da integração continental, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 717, de 2009.

Sala da Comissão, 19 de novembro de 2009.


, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 717, DE 2009****IV – DECISÃO DA COMISSÃO**

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que passa a constituir Parecer da CRE favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 717, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Assinam o Parecer os Senhores Senadores:

Eduardo Azeredo (Presidente), Eduardo Suplicy, Roberto Cavalcanti, Geraldo Mesquita Júnior, Marco Maciel, Flexa Ribeiro, Patrícia Saboya, Inácio Arruda, Valdir Raupp e Mozarildo Cavalcanti.

Sala da Comissão, em 19 de novembro de 2009.

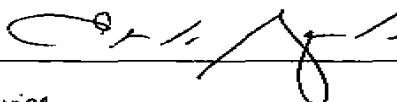


Senador EDUARDO AZEREDO

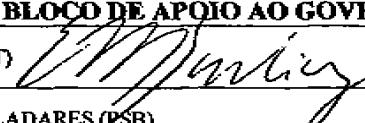
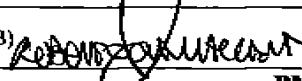
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

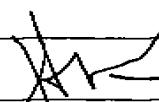
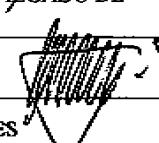
PROPOSIÇÃO: PDS Nº 317, DE 2009.
 ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19 / 11 / 2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS
 SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO 

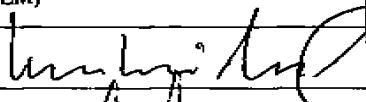
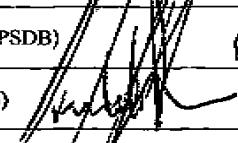
RELATOR: SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT) 	1 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 - MARINA SILVA (PV)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB) 	5 - AUGUSTO BOTELHO (PT)

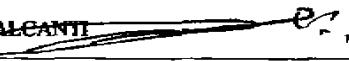
PMDB, PP

PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 - INÁCIO ARRUDA 
GERALDO MESQUITA JÚNIOR 	3 - WELLINGTON SAGGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 - VALDIR RAUPP 
PAULO DUQUE	5 - GILVAM BORGES

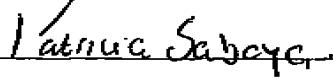
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)

EFRAIM MORAIS (DEM)	1 - ADELMIRO SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM) 	3 - JOSÉ AGripino (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB) 	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)

PTB

FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI 
-----------------	--

PDT

PATRÍCIA SABOY 	1 - CRISTOVAM BUARQUE
--	-----------------------

PARECER Nº 2.167, DE 2009

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 718, de 2009 (nº 985/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Resolução FAL 8 (32), que resultou em adoção de Emendas ao Anexo da Convenção sobre a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional, adotadas em 7 de julho de 2005.

RELATOR: Senador FRANCISCO DORNELLES

I – RELATÓRIO

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima ementado. Nesse sentido, esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 718, de 2009 (PDC nº 985, de 2008, na origem).

Na Câmara dos Deputados, o acordo foi aprovado pelo Plenário, em 27 de agosto de 2009, após passar pelo crivo das Comissões de Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Acompanha a proposição a Mensagem nº 359, de 12 de junho de 2008, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, bem como a Exposição de Motivos nº 124, de 11 de abril de 2008, do Ministro de Estado das Relações Exteriores (EM Nº 00124 DMAE/DE I/DAI/MRE — MARE/IMO).

O documento ministerial noticia que a Convenção para a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional (FAL), de 1965, tem como propósito “simplificar e minimizar as exigências de documentos e de procedimentos associados com a chegada, permanência e saída de navios e de pessoas, bem como do embarque e desembarque das cargas em navios engajados no transporte marítimo internacional”.

O informe produzido pelo Itamaraty registra, ainda, que as partes contratantes na Convenção adotaram, com vistas a atualizar a FAL, “emendas sobre a introdução e atualização e de algumas definições, acréscimos de termos próprios do conceito aplicado à troca eletrônica de informações e da limitação ao número de informações exigidas dos navios pelas autoridades públicas”.

Cumpre registrar, ainda, que não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

II – ANÁLISE

O Acordo em análise contempla matéria inserida nos domínios do tráfego marítimo internacional. Nesse sentido, convém lembrar a importância dessa modalidade de transporte para o comércio mundial. O Brasil está vinculado à Convenção para a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional (FAL) desde 1977. Nesse ano, a FAL foi internalizada em nosso ordenamento jurídico mediante a edição do Decreto nº 80.672, de 7 de novembro de 1977.

O que temos em análise são emendas à Convenção que visam adequá-la às circunstâncias da vida presente. Entre a data de sua celebração e os dias de hoje inúmeros avanços se verificaram sobretudo no que se relaciona à incorporação de novas tecnologias. Assim, a Resolução FAL 8 (32), adotada em 7 de julho de 2005, incorpora emendas ao tratado objetivando adequá-lo aos dias de agora.

Observa-se, também, a simplificação de documentos relacionados com o transporte marítimo internacional. Nesse sentido, o texto internacional em apreço busca soluções mais expedidas e objetivas para o tráfego marítimo sem, contudo, descuidar das medidas de segurança necessárias ao controle de cargas, pessoas e atividades relacionadas ao tema objeto da Convenção: facilitação do tráfego marítimo.

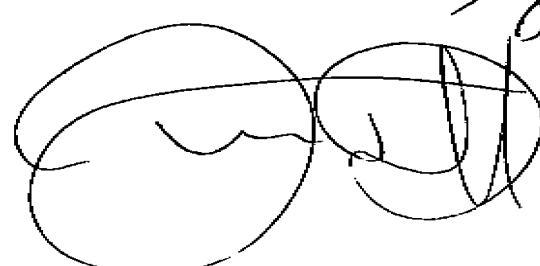
A Resolução busca, em síntese, harmonizar normas e procedimentos tendo em atenção às exigências do momento atual e a experiência adquirida desde entrada em vigor da Convenção, em 1967, até o momento de adoção das emendas referidas.

III – VOTO

Por todo exposto, e por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional e legal, além de versada em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 718, de 2009.

Sala da Comissão, 19 de novembro de 2009.


, Presidente


, Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 718, DE 2009

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório do Senador Francisco Dornelles, que passa a constituir Parecer da CRE favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 718, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Assinam o Parecer os Senhores Senadores:

Eduardo Azeredo (Presidente), Roberto Cavalcanti, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Marco Maciel, Flexa Ribeiro, Patrícia Saboya, Inácio Arruda e Mozarildo Cavalcanti.

Sala da Comissão, em 19 de novembro de 2009.



Senador EDUARDO AZEREDO

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 718, DE 2009.
 ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19 / 11 / 2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS
 SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
RELATOR: SENADOR FRANCISCO DORNELLES	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 - MARINA SILVA (PV)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 - RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MAGNO MALTA (PR)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB) <i>Roberto Cavalcanti</i>	5 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 - ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES <i>Zé</i>	2 - INÁCIO ARRUDA <i>Inácio</i>
GERALDO MESQUITA JÚNIOR <i>Geraldo</i>	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 - VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE <i>Paulo Duque</i>	5 - GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
Efraim MORAIS (DEM)	1 - ADELMIRO SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM) <i>Marco Maciel</i>	3 - JOSÉ AGRIPIINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 - ROMÉU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 - ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) <i>Presidente</i>	6 - ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB) <i>Flexa Ribeiro</i>	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR <i>Fernando Collor</i>	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
PATRÍCIA SABOYA <i>Patrícia Saboya</i>	1 - CRISTOVAM BUARQUE

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, mensagens do Presidente da República que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS N°S 249 A 251, DE 2009

– Nº 249, de 2009 (nº 944/2009, na origem), de 19 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, sancionado e transformado na Lei nº 12.094, de 19 de novembro de 2009;*

– Nº 250, de 2009 (nº 960/2009, na origem), de 24 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 135, de 2009 (nº 3.514/2008, na Casa de origem, da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural daquela Casa), que *dispõe sobre o conceito e a aplicação da rastreabilidade na cadeia produtiva das carnes de bovinos e de búfalos*, sancionado e transformado na Lei nº 12.097, de 24 de novembro de 2009; e

– Nº 251, de 2009 (nº 961/2009, na origem), de 24 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 183, de 2009 (nº 3.885/2008, na Câmara dos Deputados), do Tribunal Superior do Trabalho, que *altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, com sede em São Paulo, e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 12.098, de 24 de novembro de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI)

– Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagens Presidente da República que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 252, DE 2009 (nº 965/2009, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no período de 29 de novembro a 4 de dezembro de 2009, em viagens oficiais a Portugal, de 29 de novembro a 1º de dezembro, à Ucrânia, no dia 2, e à Alemanha, nos dias 3 e 4.

Brasília, 27 de novembro de 2009.

Aviso nº 1.011-C Civil.

Em 27 de novembro de 2009.

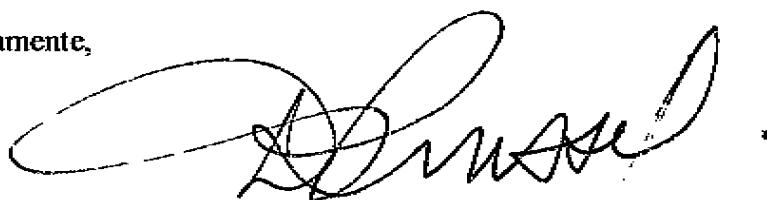
**A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal**

Assunto: Viagem presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Exelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 29 de novembro a 4 de dezembro de 2009, em viagens oficiais a Portugal, de 29 de novembro a 1º de dezembro, à Ucrânia, no dia 2, e à Alemanha, nos dias 3 e 4.

Atenciosamente,



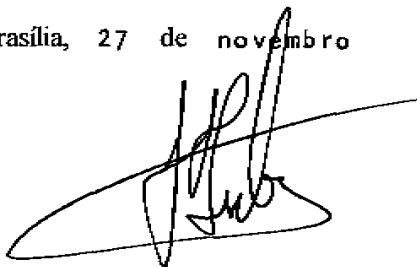
DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

**MENSAGEM
Nº 253, DE 2009
(nº 957/2009, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País nos dias 7 e 8 de dezembro de 2009, em viagem oficial ao Uruguai.

Brasília, 27 de novembro de 2009.



Aviso nº 1.013 - C. Civil.

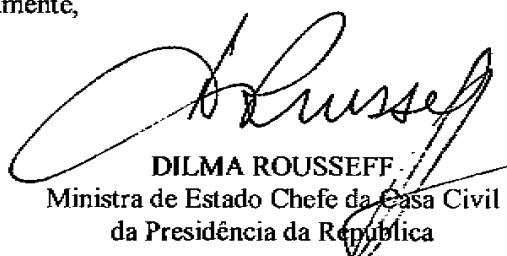
A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Viagem presidencial.

Em 27 de novembro de 2009.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País nos dias 7 e 8 de dezembro de 2009, em viagem oficial ao Uruguai.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – As mensagens que acabam de ser lidas serão juntadas ao Processado da Mensagem nº 1, de 2009 e vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2009 (nº 6.275/2005, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Barros), que *institui o Dia Nacional de Luta contra o Câncer de Mama*.

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o Projeto vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2005**, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, para definir como crime de responsabilidade a aplicação indevida de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que impliquem na suspensão do oferecimento da merenda escolar;
- **Projeto de Lei do Senado nº 650, de 2007**, de autoria do Senador Marconi Perillo, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Sudoeste de Goiás (UFSOG), com sede no município de Jataí, no Estado de Goiás;
- **Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2009**, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que inscreve o nome do Senador Pinheiro Machado no Livro de Heróis da Pátria;
- **Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2009**, de autoria do Senador Efraim Moraes, que autoriza o Poder Executivo a criar o campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no Município de Esperança;
- **Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2009**, de autoria do Senador Efraim Moraes, que autoriza o Poder Executivo a criar o campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no Município de Mamanguape; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2009**, de autoria do Senador Cícero Lucena, que autoriza o Poder Executivo a criar o campus do Instituto

Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, no Município de Piancó.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2007** (nº 1.399/2007, na Casa de origem, do Deputado Juvenil Alves), que altera os incisos I e II do caput do art. 990 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil (permite ao companheiro sobrevivente ser nomeado como inventariante); e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 2008** (nº 4.731/2001, na Casa de origem, do Deputado Marcelo Teixeira), que denomina Rodovia Padre Cícero Romão Batista o trecho da BR-116 compreendido entre os viadutos da Avenida 13 de Maio e da Cidade dos Funcionários, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Há oradores inscritos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, Senador Papaléo Paes, do PSDB do Estado do Amapá.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Solicito que V. Ex^a me inscreva para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O Secretário-Executivo Dr. João Pedro está fazendo a inscrição de V. Ex^a.

O primeiro inscrito é o Senador Mão Santa, mas eu cedo, com muita satisfação, a vez a esse extraordinário Líder do Partido dos Trabalhadores do Brasil que é o Senador Paulo Paim.

Por onde tenho andado, tenho sentido que o Brasil quer, deseja, exige que Paulo Paim seja Senador novamente. O Rio Grande do Sul, Estado de galhardia, das melhores lutas, das melhores conquistas, jamais poderá decepcionar esse desejo do povo brasileiro, principalmente dos oprimidos, dos necessitados, dos sofridos, dos idosos, dos aposentados, dos discriminados.

V. Ex^a poderá usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador

Mão Santa, primeiro, quero comentar que, neste fim de semana, eu fui ao Nordeste para duas atividades. Posso, de pronto, dizer que, tanto na Paraíba como na Bahia, muitos foram aqueles que pediram que eu saudasse V. Ex^a, o Senador que, com certeza, mais presidiu sessões – eu acho – na história do Parlamento brasileiro, sempre defendendo o interesse dos trabalhadores, dos aposentados, enfim, daqueles que mais precisam. De pronto, digo isso. Eles estão ouvindo isso lá. Eu disse que eu seria o primeiro a falar e V. Ex^a me cedeu... Eles estão, neste momento, na Paraíba e também na Bahia, nos ouvindo e assistindo à TV Senado. A saudação ao Mão Santa está feita. Foi o pedido que eles me fizeram lá.

Senador Mão Santa, eu fui, primeiro, à Paraíba, à capital, João Pessoa. No aeroporto, fui recepcionado pelo Deputado Federal Wilson Braga, pelo Deputado Estadual Expedito Pereira, por aposentados, pensionistas, sindicalistas e por uma banda local chamada Gaviões do Forró. Depois de lá, fomos para a Assembleia Legislativa, onde tivemos uma coletiva para a imprensa. Em seguida, numa atividade muito bonita, com a Assembleia lotada, tanto na galeria como no plenário, eu recebi o título de cidadão paraibano, por iniciativa do Deputado Expedito Pereira, que, na justificativa, falava sobre aquele momento e dizia que a homenagem – pela qual fiquei muito feliz e, a partir deste fim de semana, então, sou também cidadão paraibano – era principalmente pela luta aqui pelos trabalhadores, pelos aposentados e por todos que são discriminados.

Estiveram presentes, Senador João Pedro, nessa atividade, o Vice-Governador da Paraíba, Luciano Cartaxo, que é do Partido dos Trabalhadores; o Deputado Federal Wilson Braga, que foi o que mais insistiu para que eu fosse à Paraíba; a ex-Deputada Lúcia Braga; o Presidente da Federação das Associações de Aposentados, Pensionistas e Idosos da Paraíba, Jurandir Pereira da Silva; o Presidente do Fórum Sindical, que lá falou em nome do movimento sindical brasileiro; também o Luiz Augusto; o representante da Cobap, Sr. Silberto Raimundo; o ex-Presidente da Cobap João Lima; o Presidente da Federação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Pernambuco, Dr. Maurício Ferreira; o Presidente da Federação das Associações e Sindicatos de Aposentados, Pensionistas e Idosos do Rio Grande do Norte, Antônio Elias Neto.

Ainda em João Pessoa, recebi mais dois prêmios. Um deles foi da Associação Paraibana de Aposentados e Pensionistas dos Correios da Paraíba por aquele projeto que aprovamos aqui e que o Presidente Lula, no fim, acabou atendendo, que é o dos 30% dos trabalhadores dos Correios. Recebi essa homenagem das

mãos do Sr. Valdemir Almeida da Silva. A outra foi uma placa da Federação das Associações de Aposentados, Pensionistas e Idosos do Estado da Paraíba, que me foi entregue na sede da federação e que foi embutida na parede, num ato coordenado pelo Presidente da Federação, o Sr. Jurandir Pereira da Silva. Foi um ato também muito bonito.

Na sexta-feira, Sr. Presidente, já na madrugada, peguei um voo na Paraíba às duas e meia da manhã e fui para Salvador. Lá, a Deputada do PT Fátima Nunes estava me esperando de madrugada, no aeroporto da Bahia. Desloquei-me com ela até um hotel, junto com os assessores, tomamos um café e depois fomos para a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Estavam presentes no ato, na Assembléia Legislativa da Bahia, o representante do Ministério Público, Dr. César Corrêa; a representante da Defensoria Pública do Estado da Bahia, Dr^a Maria Auxiliadora Teixeira; o Presidente da Cobap, que saiu de São Paulo e foi para lá prestar esse momento, Sr. Warlei Martins; o Presidente da Casa do Aposentado e membro do Conselho Estadual do Idoso da Bahia, o inesquecível líder Gilson Costa; o ex-Governador da Bahia Valdir Pires, que fez um belíssimo pronunciamento; a Juíza de Direito Luislinda Valois; o Presidente do Conselho Municipal do Idoso, Padre José Carlos; o Presidente da Federação dos Comerciários da Bahia, Márcio Fatel, que fez também um belo pronunciamento como os outros; o representante do Governador Jaques Wagner, Sr. Roberto Loyola; a representante do Delegado-Geral da Polícia Civil, Susy Anne; o representante da União Geral dos trabalhadores (UGT), César Cabral; o Deputado Estadual Getúlio Ubiratan, um gaúcho nascido em Carazinho e que hoje luta pelas causas do povo da Bahia.

Lá na nossa querida Bahia, recebemos, Sr. Presidente, muita atenção, muita solidariedade pela luta aqui no Congresso e muito carinho. Tivemos um almoço no Pelourinho, no restaurante do Senac, no Centro Histórico de Salvador, onde recebi homenagem pela Federação dos Aposentados e Pensionistas e Idosos da Bahia e pelo Bloco Ilê Ayê.

Fui homenageado também pela Fecombase. Recebi deles o título de Parlamentar Benemérito da Causa do Comerciário da Bahia, aqui no Congresso Nacional, que me foi entregue pelo Presidente da Federação dos Comerciários da Bahia, Sr. Márcio Fatel. Estiveram presentes a esse evento o Secretário Municipal da Reparação, Árton Ferreira, representando o Sr. João Henrique de Barradas, Prefeito da capital, Salvador, a Deputada Estadual Fátima Nunes, a Vereadora Marta Rodrigues, a Presidente da Federação da Associação de Aposentados e Pensionistas e Idosos

da Bahia, Marise Costa Sansão, e também o Deputado Federal do PT, Luiz Alberto.

Depois de sairmos do Pelourinho, fomos para a Câmara de Vereadores. Nessa atividade, em que todas as pessoas aqui citadas me acompanharam, recebi, por parte do Vereador Gilmar Santiago e também do Presidente da Federação dos Comerciários da Bahia, Márcio Fatel,... E estavam lá, naturalmente, o Presidente do Bloco Afro Ilê Aiyê, Antônio Carlos, o Vovô, e o Presidente da Associação de Aposentados também da Bahia, Casa do Aposentado, o Gilson. Um grande momento.

Aí, com a presença de todos os que estiveram praticamente nos três eventos, eu recebi, então, do Vereador Gilmar Santiago o troféu Zumbi dos Palmares, troféu que faz uma homenagem ao maior herói de todos os tempos do povo negro, o grande líder libertador Zumbi dos Palmares. Fiquei muito feliz com essa homenagem que veio se somar às outras entre a Paraíba e a Bahia.

Quero, Sr. Presidente, agradecer a todos, tanto na Paraíba, que me deram o título de cidadão paraibano, como na Bahia, as três homenagens que recebi, pelo carinho, pela atenção e pela forma, eu diria, generosa, inclusive com uma apresentação muito bonita da banda Ilê Aiyê, no momento em que recebi o troféu Zumbi dos Palmares.

Sr. Presidente, estou muito agradecido por esse fim de semana belíssimo, em que o Nordeste me aconchegou com esses prêmios pelo trabalho realizado aqui no Congresso Nacional.

Por fim e ainda relativamente a este tema, eu quero também agradecer ao Deputado Paulo Tadeu, do PT aqui de Brasília, que me concedeu o título de Cidadão Brasiliense, que vai ser no ano que vem, porque a agenda deste ano explodiu, Sr. Presidente. Agradeço também ao Vereador de Cascavel, Paraná, Júlio César, que me agraciou com o título de cidadão de sua cidade.

Sr. Presidente, eu fiz esse relato porque, quando estive lá e fiz o meu pronunciamento, tanto na Assembleia da Paraíba como na Assembleia da Bahia e na Câmara de Vereadores de Salvador, eu disse que comentaria, hoje à tarde, a partir das 14 horas, esses eventos e agradeceria ao povo da Paraíba e ao povo de Salvador pelas homenagens que recebi, que demonstram que eu estou num bom caminho.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Paulo Paim, no começo, V. Ex^a se referiu a um conjunto. Como é mesmo o nome do conjunto musical?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O conjunto que me esperou no aeroporto. Foi a banda Gaviões

do Forró, uma belíssima banda, que improvisou algumas rimas e cantou quando eu cheguei. E, depois, os Deputados estavam me aguardando, como também a delegação do Governo do Estado.

Senador João Pedro, antes que eu troque de assunto, acho que este é o tema de que V. Ex^a gostaria de falar.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Paulo Paim, meu companheiro de bancada, meu companheiro de Partido, V. Ex^a que tem uma vida pública vasta, densa, comprometida com os pobres, com os direitos humanos, V. Ex^a que representa o povo gaúcho, o Estado do Rio Grande do Sul, relata, nesta tarde, manifestações de outros Estados do nosso País. V. Ex^a está relatando a atividade que teve tanto no Estado da Paraíba, na capital João Pessoa, como na Bahia, em Salvador. Eu quero registrar aqui a minha alegria e me associar a essas organizações, manifestações de lideranças políticas estaduais tanto da Bahia como da Paraíba, e entidades, ONGs que trabalham com os direitos humanos, que trabalham em defesa dos direitos da população negra do nosso País, pauta de que V. Ex^a trata, tema de que V. Ex^a trata com muito compromisso, com muito fervor, com muita dignidade. Então, V. Ex^a faz o relato, e eu quero parabenizar essas instituições. A instituição, por exemplo, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, que realiza uma sessão solene e concede um título. É justo o título. Chama-me a atenção que este País tão diverso – e o Brasil é bonito pela sua diversidade cultural, étnica – preste uma homenagem justa a um homem público, a um membro do Congresso Nacional, lá do Rio Grande do Sul, do extremo do Brasil. Então, V. Ex^a é um cidadão nacional, é um cidadão brasileiro, é um cidadão da militância social. Eu quero, neste aparte, dizer que tanto a Paraíba como a Bahia prestaram uma homenagem justa a um homem do povo, a um membro do PT, a um membro do Congresso Nacional que não faz outra coisa senão lutar, sonhar e pensar em defesa deste povo, do povo brasileiro. Parabéns pelas comendas, parabéns pelo reconhecimento, parabéns pelo aplauso, palmas de militantes, de brasileiros que acompanham a vida pública de V. Ex^a. V. Ex^a, quando recebe essas comendas, é por conta do homem público que é, do conteúdo, do que faz aqui no Congresso Nacional. Quero também parabenizar os Parlamentares, os dirigentes, tanto da Paraíba como da Bahia, ao prestarem manifestações justas ao meu companheiro de Partido, o Senador Paulo Paim. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador João Pedro, permita-me que eu complemente. Tanto em um Estado como no outro estavam lá as centrais sindicais, representantes da CUT, da Força, da UGT,

da CGT e dos partidos políticos. É claro que foi um debate longo, tanto na Assembleia da Bahia como na Câmara de Vereadores. Todos os locais lotados. E eu quero dizer a V. Ex^a que defendo todos esses pontos que V. Ex destacou no campo dos trabalhadores, dos discriminados, dos aposentados. Mas vem também aquela pergunta: "E daí, Senador? E a Presidência da República?". Quero dizer a V. Ex^a que, com muita tranquilidade, deixei muito claro em todos os lugares por que passei que sou candidato à reeleição ao Senado. Estava lá atendendo uma demanda do movimento social, e minha candidata a Presidente da República, minha amiga pessoal, que conheço há trinta anos, é Dilma Rousseff. E veja, o plenário todo aplaudiu. Porque acho que a população brasileira gosta de homens e mulheres públicos que tenham posição. Então, ao mesmo tempo, defendi com ênfase – e todo mundo sabe, o Senador Mão Santa foi o Relator – minha luta contra o fator, pelo reajuste dos aposentados, pelo projeto das quarenta horas. Mas, no fechamento, com a maior tranquilidade, o público bateu palmas, eu diria, de pé, o que mostra que o povo brasileiro gosta de ver posições claras quanto a questões pontuais, como também quanto a questões como essa, de disputa do poder, como vai ser o caso de 2010.

Senador Mão Santa, permita, ainda, que eu fale de outro tema, que para mim é muito importante.

Recentemente, falei, desta tribuna, sobre o uso das bicicletas como meio de transporte, sobre o Projeto nº 488, de 2009, de minha autoria. O que diz esse projeto sobre as bicicletas? Ele visa a conquistar a isenção do IPI para esse transporte, como há para os automóveis. A classe média para cima tem, hoje, o desconto do IPI nos automóveis. Por que os mais pobres não podem ter também o desconto do IPI que vai fazer com que diminua o preço da bicicleta? Lembro-me de que, naquela ocasião, salientei o fato de que a bicicleta, embora continue sendo instrumento de lazer e de esporte, torna-se cada vez mais um meio de transporte para o trabalho de grande parcela dos trabalhadores de baixa renda, que constitui a maioria da população economicamente ativa deste País.

E, como meio de transporte, é também louvável lembrarmos que é ecológica; não emite dióxido de carbono na atmosfera; não causa engarrafamento nas vias urbanas, naturalmente; não oferece perigo aos pedestres e aos outros veículos que circulam pelas vias. Além de todas essas vantagens, a bicicleta favorece, ainda, a saúde e o condicionamento físico. As pedaladas fazem bem ao coração, aos músculos, ao corpo e, eu diria, ao espírito humano.

Hoje gostaria de falar um pouco mais sobre experiências positivas quanto à utilização das bicicletas

como alternativa de transporte. Quem conhece Amsterdã, na Holanda, diz que se trata de uma cidade apaixonante, que mantém uma tradição no transporte por bicicletas. Dizem que a bicicleta está no cotidiano da grande maioria das pessoas. Há ciclovias em praticamente todas as vias urbanas. As pessoas pedalam para ir à escola; pedalam para o lazer; pedalam para ir ao trabalho; pedalam para ir a um show, pedalam para ir ao parque; pedalam para ir a um baile para dançar também. São muitos comuns os ciclistas, tanto jovens quanto velhos, homens ou mulheres, e o inverno não assusta. As bicicletas existem da mesma forma. Todos têm experiência de pedalar de casaco, de capa ou de guarda-chuva ou mesmo de *short* ou de calção. As bicicletas em Amsterdã têm o mesmo papel que os carros têm no Brasil. São indispensáveis ao dia a dia da maioria das pessoas.

Outro exemplo é o da capital da Colômbia, Bogotá, que não chega a ser uma cidade tão imponente como essa que citei. Buenos Aires, na Argentina, tem um charme; Santiago, no Chile, prima pela organização; e Quito, no Equador, é conhecida por extrema beleza, mas também pelas bicicletas.

Mas nem por isso Bogotá, principalmente, deixa de ser uma metrópole interessantíssima. A cidade está cheia de restaurantes, com comida local da mais alta qualidade, e, em suas livrarias, encontramos as primorosas obras de Gabriel García Marquez.

Sr. Presidente, quero destacar uma iniciativa em Bogotá muito positiva, as chamadas *ciclorrutas*, ou seja, aqui para nós, ciclovias. São palavras de Pedro da Cunha e Menezes, especialista em Unidades de Conservação urbanas:

Ciclorrutas [ciclovias] Bogotanas é um projeto que está em curso desde 1976 e visa incentivar os cidadãos da capital andina a se moverem em bicicletas.

Inicialmente, as ciclovias materializaram-se com o fechamento do trânsito automotor, todos os sábados, domingos e feriados, em cerca de 120 quilômetros de ruas e avenidas [só se podia circular de bicicleta]. Aos poucos, esse incentivo semanal foi criando uma cultura ciclística nas cidades e acabou por criar uma demanda para que houvesse ciclovias também nos dias úteis.

Para atender à pressão popular, desde 1998 o poder público investiu o equivalente a cerca de R\$130 milhões em projetos e obras de execução de outros 120 quilômetros de ciclovia, estas últimas dedicadas exclusivamente e em caráter permanente ao chamado trânsito ciclístico. A resposta popular não tardou. Hoje, dados oficiais estimam que 83 mil bogotanos transitam diariamente nas ciclovias urbanas.

O problema é que o número de pedaleiros estancou nos últimos anos. Segundo pesquisa do Observa-

tório de Mobilidade da Câmara de Comércio de Bogotá, apenas 4% dos usuários utilizam a bicicleta como meio de transporte para o trabalho ou para o local de estudo. Com vistas a corrigir o problema [e para se continuar a avançando], a prefeitura anunciou que entregará 20 novos quilômetros de ciclovias nos próximos quatro anos, prioritariamente ligando as rotas já existentes a universidades, grandes escolas e centros laborais ou centros de trabalho. Também está sendo estudada a implantação de uma rede de bicicletas públicas de aluguel nos centros de ensino superior, estações de trem e de metrô, centros comerciais e estacionamentos de automóveis na área central de Bogotá.

Experiências na Europa, Estados Unidos e Austrália já mostraram que, havendo infraestrutura de vestiários e de estacionamento, a população tende a se utilizar da bicicleta como meio de transporte e não apenas como opção de lazer [ou de exercício].

Informa ainda esse mesmo site que, no Brasil, há cidades que adotaram algumas iniciativas alentadoras, com resultado positivo, como Aracaju (Sergipe), onde há ciclovias repletas de pessoas indo e vindo sobre duas rodas, com roupas de trabalho, e Salvador (volto à Bahia), que está completando um grande corredor cicloviário, na orla, entre Rio Vermelho e Itapoã, com direito a ligação por ciclovia até a Paralela, através do Parque de Pituaçu, vigiado por policiais militares devidamente montados em bicicletas.

A cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, foi a pioneira no País em montar uma excelente rede cicloviária, em suas zonas Sul e Oeste, e hoje se encontra bastante interligada, permitindo-se ao ciclista de lazer executar grandes viagens. A ciclovia carioca também leva o pedaleiro até às universidades, bem como ao coração financeiro da cidade, facilitando a vida das pessoas que estudam ou trabalham.

Para aqueles que começaram a assistir ao programa, agora, seja pela TV Senado ou mesmo aqui neste plenário, estou defendendo a queda do IPI, para que a bicicleta seja mais barata, atendendo à grande parte do povo brasileiro.

Digo ainda que, recentemente, contudo, houve alguns retrocessos. Os chuveiros, os vestiários e biciletários que haviam sido previstos nos contratos de concessão pública de uma série de garagens subterrâneas de automóveis, construídas no centro da cidade em princípios do século, acabaram sucumbindo ao lobby rodoviário e tiveram seus espaços ocupados por mais vagas para carros, o que é uma lástima.

Brasília, por exemplo, é uma cidade que convida ao uso de bicicletas. Ela é plana, cheia de espaços que possibilitariam a construção de ciclovias sem a interfe-

rência no trânsito de automóveis e com centros laborais e de estudo espacialmente concentrados.

Poderíamos ter uma ciclovia correndo o Eixão, de ponta a ponta, ligada por um ramal à Esplanada dos Ministérios onde pequenas obras, como instalação de chuveiros – que eu reclamava antes – e vestiários em seus subsolos poderiam também ser feitas.

Sr. Presidente, o cicloativismo tem vários *links* nacionais, estaduais e municipais, onde as pessoas podem se integrar e saber mais a respeito desse meio de transporte: a bicicleta.

Lembramos alguns aqui:

Associação Blumenauense pró-Ciclovias (ABC). A ABC – Associação Blumenauense pró-Ciclovias é uma organização não governamental que envolve ciclistas, comerciantes de bicicletas, empresários e profissionais adeptos da bicicletas como também estudantes e trabalhadores,

Amigos de Bike – Bahia. Como amantes da bicicleta a proposta visa divulgar e ressaltar a versatilidade da “magrela” – como eles dizem – como meio de transporte e instrumento de promoção ao turismo, lazer e saúde.

Temos também a Associação Bike Brasil. A Bike Brasil é uma associação de ciclismo criada para incentivar o uso da bicicleta em suas mais diversas modalidades.

Bicletada – Massa Crítica. A Bicletada é um movimento no Brasil e em Portugal inspirado na Massa Crítica, onde ciclistas se juntam para reivindicar seus espaços nas ruas. Os principais objetivos da Bicletada são divulgar a bicicleta como um meio de transporte, criar condições favoráveis para o uso deste veículo e tornar mais ecológicos e sustentáveis os sistemas de transporte de pessoas, principalmente no meio urbano, inclusive se dirigindo ao trabalho.

Bicicultura – Bicicletas para um mundo melhor. Com a participação de mais de 300 pessoas de todos os lugares do Brasil, a troca de experiências durante a Conferência Internacional de Mobilidade por Bicicleta foi intensa e gratificante. O Bicicultura aconteceu e foi um grande sucesso! A participação de grandes nomes, entidades e cicloativistas de várias partes do Brasil fizeram do Bicicultura um evento maravilhoso onde o diálogo, a amizade e a troca de experiências prevaleceram. Presenças de embaixadores, Parlamentares, Prefeitos, professores e alunos enriqueceram as discussões e o entendimento dos assuntos ali abordados, ou seja, andar de bicicleta simplesmente.

Cicloativando. Uma idéia na cabeça, uma câmera na mão, pés no pedal e muita disposição para mostrar a cidade e seus problemas pelo ângulo dos ciclistas, pedestres e cadeirantes.

Cidade Sustentável. Evitar os engarrafamentos e, de carona, a poluição; economizar na passagem ou no combustível e ainda ter o benefício de uma vida mais saudável.

Grupo CicloBrasil. O Grupo desenvolve ações, estudos, projetos e programas de incentivo ao uso da bicicleta como forma de promoção da saúde e preservação do meio ambiente.

Temos, ainda, o Instituto Pedala Brasil. É uma entidade sem fins lucrativos que tem como missão promover e incentivar o uso da bicicleta como meio de transporte de baixo custo.

Rodas da Paz A ong Rodas da Paz nasceu em 2003, com o objetivo de reagir ao crescente número de acidentes e de mortes no trânsito do Distrito Federal. Desde então, promove ações em prol de um trânsito seguro para todos, com especial atenção para usuários de bicicleta.

União de Ciclistas do Brasil. A União nasce como contrapartida da sociedade civil organizada ao Programa Bicicleta Brasil do Ministério das Cidades e tem como escopo tornar realidade no Brasil a tendência mundial pelo uso da bicicleta, tendo em vista a imensa demanda que já existe em números países.

Sr. Presidente, insisto neste pronunciamento, onde falo em bicicleta – e aqui já falei a palavra bicicleta umas cinquenta vezes –, como instrumento promotor da saúde, da economia e, ainda, como um instrumento de defesa do meio ambiente.

Sr. Presidente, reforço aqui, pois acredito muito na utilização da bicicleta como meio de transporte alternativo para o caos que estamos vivendo no trânsito no nosso País. Só lembrar que São Paulo já é um dia sim um dia não que você pode circular com seu carro.

Quero destacar, por fim, a importância do PLS nº 488, de 2009, que apresentei, que isenta as bicicletas de IPI. Esse é um passo importante para incentivarmos a cultura desse tipo de transporte. Se o carro, o ônibus, o caminhão, o taxi – e não tenho nada contra, sou a favor – não pagam IPI, que a bicicleta também não paga IPI. Assim, estaremos reduzindo o valor do preço final da bicicleta.

Quero também dizer que sou totalmente favorável – e me movimentei com outros Senadores e Deputados nesse sentido – a que o setor moveleiro também deixasse de pagar o IPI. Essa reivindicação chegou ao meu gabinete por intermédio da Associação das

Indústrias de Móveis do Estado do Rio Grande do Sul (Movergs), do Sindicato das Indústrias de Mobiliário de Bento Gonçalves (Sindmoveis), Associação Brasileira da Indústria de Painéis de Madeira e a Associação Brasileira de Indústria e Mobiliário (Abimóveis).

Eu quero dizer que, ao mesmo tempo que eu defendi que o setor moveleiro não tivesse mais esse gasto com o IPI – e deu certo, o Governo atendeu, como atendeu ao dos automóveis –, neste momento estou defendendo que haja a mesma política para as bicicletas.

Sabemos da importância que é para o Rio Grande o setor moveleiro e para o país. A cadeia produtiva é formada por 17 mil empresas de móveis (mais de 70% delas são micro e pequenas empresas com até 14 funcionários). Olha como vai dar certo: vamos vender mais móveis e os funcionários ainda vão de bicicleta para o trabalho pagando menos IPI.

Sr. Presidente, o setor moveleiro é responsável pela geração de mais ou menos 260 mil empregos de forma direta. É importante salientar ainda que 90% dos insumos dos móveis são produzidos no Brasil, sendo 100% proveniente de madeira de reflorestamento de mais ou menos 500 mil hectares de florestas plantadas. O setor vinha sofrendo com a crise econômica. A queda nas vendas, desde outubro de 2008, representou uma redução média em torno de 10% ao mês.

Em junho deste ano me pronunciei desta tribuna, e o Governo atendeu, defendendo a desoneração do setor exportador brasileiro, especialmente o moveleiro, coureiro, calçadista e têxtil. Neste momento, faço o mesmo pedido para as bicicletas. Essa medida visa preservar os postos de trabalho tanto na indústria quanto no comércio. Repito: setor moveleiro, calçadista, têxtil, metalúrgico, automotivo, máquinas agrícolas. Agora estou inserindo as bicicletas.

Sr. Presidente, concluindo, quero dizer que o setor moveleiro sofreu este ano drástica redução de consumo causada pela crise mundial e pela própria valorização do Real, reduzindo a competitividade dos produtos brasileiros. As indústrias gaúchas alcançaram uma redução, infelizmente, de 33,6% nas vendas externas. Por isso, as medidas foram aplaudidas pelo setor.

A expectativa é de que a redução nos preços tenha um reflexo já agora para o Natal, numa visão de que essas vendas vão aumentar, vamos produzir mais e todos vão ganhar com isso. A redução do IPI valerá até março de 2009 e atende a todos os tipos de móveis (madeira, metal e plástico, abrangendo, inclusive, os painéis). Repito: até março de 2010; não é março de 2009 e, sim, março de 2010.

Acredito que a medida vá aquecer o mercado. Assim, vão ganhar os fabricantes, todos os fabrican-

tes, como vão ganhar também, com certeza, o consumidor e toda a população. E como vai vender muito mais, vai acabar o Governo, por via indireta, também ganhando.

Termino, Sr. Presidente, neste comentário sobre a importância da redução do IPI na cadeia produtiva, dizendo que diversas vezes eu a solicitei, e o Governo me atendeu. Dei destaque aqui para os setores metalúrgico, moveleiro – é o que fabrica móveis –, de calçados e têxtil. Agora estou fazendo o mesmo apelo relativamente à venda das bicicletas, que vai beneficiar principalmente a nossa população de baixa renda. Quero dizer que, além do pedido ao Governo, apresentei um projeto aqui na Casa com esse objetivo.

Por fim, Sr. Presidente, só quero dizer que, infelizmente, um Senador não entendeu, mas eu conversei com ele e ele disse que vai mudar sua posição. Quando eu disse que o vale-transporte para o trabalhador não poderia ser descontado de seu salário, eu assegurei também no meu projeto que isso será deduzido do Imposto de Renda a pagar por parte daquele que emprega. É mais do que justo, neste País em que temos vales para tantas coisas, que o vale-transporte... Na verdade, o trabalhador desconta do seu salário algo em torno de R\$80,00, R\$90,00, R\$100,00, R\$120,00 no fim do mês. O que eu digo? Que não se desconte do salário do trabalhador e, para compensar, que o valor seja deduzido do Imposto de Renda a pagar. Não vai onerar em nada o empregado, que é o chamado empregado doméstico, nem o empregador que tem na sua casa um ou dois empregados domésticos pois ele vai deduzir do imposto a pagar.

O grande empresário também: se ele assegurar o vale-transporte para o seu trabalhador, deduzirá das contribuições a pagar. Então, não onera nada, o dinheiro fica na mão do trabalhador, que, por sua vez, vai fortalecer o mercado interno, porque, naturalmente, com R\$100,00 a mais, ele vai comprar ou pagar suas dívidas.

É o mesmo princípio do salário mínimo. Todos lembram que foi difícil eu convencer as pessoas de que o Brasil podia pagar mais do que US\$100. Felizmente, fomos vitoriosos: hoje o salário mínimo é mais de US\$250, e ninguém chia. Pelo contrário, para combater a crise do setor imobiliário e financeiro, vinda dos Estados Unidos, foram os R\$21 bilhões que entraram na economia no mês de fevereiro próximo-passado que fortaleceram o mercado interno.

O princípio é o mesmo para o reajuste dos aposentados e pensionistas. É o mesmo princípio pelo qual estou brigando aqui. Não sou compreendido por alguns, mas, felizmente, sei que 90% me entendem – por isso é que estou recebendo homenagens em todos

os Estados. É justo o reajuste para aos aposentados e pensionistas, que estão há vinte anos sem a correção merecida; desde a Constituinte que não recebem reajustes que lhes assegure a recuperação de parte daquilo que perderam durante essas duas décadas.

V. Ex^a foi um dos que entendeu, até porque foi o relator do fim do Fator Previdenciário. Eu digo que pior que o Fator só o inferno, só mandando o trabalhador para o inferno – se é que existe inferno –, porque ele confisca 40% o salário do trabalhador no momento em que ele vai receber o seu benefício.

Senador Mão Santa, muito obrigado pela tolerância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Os nossos cumprimentos, Senador Paulo Paim. O Piauí quer se associar às homenagens que V. Ex^a recebeu no Nordeste, na Paraíba e na Bahia.

Quero lembrar, Paulo Paim, quanto a esse negócio dos aposentados, que temos de persistir, dar esperança, mas, na realidade, não conseguimos sensibilizar o nosso Presidente Luiz Inácio.

Eu quero dizer também que a pressão já é familiar: hoje eu recebi o telefonema de uma irmã aposentada – eu sou o mais novo, todas são aposentadas, professoras. Estou sendo pressionado em casa, porque não vão bem não – está ouvindo, Papaléo? Hoje eu recebi um telefonema de minha irmã – era um problema familiar –, e ambas clamavam por uma solução em benefício dos aposentados. V. Ex^a teve a coragem, a inspiração e a sabedoria de propor medidas para reaver as perdas – eu fui o relator de todas –, medidas que aprovamos no Senado e mandamos para a Câmara.

V. Ex^a, com a sua inteligência privilegiada, propõe a redução no IPI sobre a bicicleta, que, além do meio de transporte, promove a saúde. Mas eu queria lembrar V. Ex^a que um dos motivos da Guerra dos Farrapos foi o Governo Federal da época, Pedro II, cobrar impostos demais sobre o gado. Comprava-se gado da Argentina, do Uruguai, o povo do Rio Grande do Sul quis até se libertar e fez, com Bento Gonçalves, aquela guerra – seus antecedentes raciais, os Lanceiros Negros, participaram. Foi uma das páginas mais belas da história do Brasil e foi aí que nasceu a decisão de tornarmos os escravos livres e fazer a República.

Mas o vinho... Olha, o vinho do Rio Grande do Sul, hoje, é de alto padrão – aquele da Casa Valduga, o Miolo, o Almadén –, mas não tem competitividade. Hoje, qualquer pessoa toma um vinho da Argentina ou do Chile e paga mais barato por causa dos impostos.

Se houvesse redução de impostos sobre o vinho, o maior beneficiado seria o Rio Grande do Sul, mas como hoje no Nordeste, lá no rio São Francisco, há empresas do Rio Grande do Sul que se instalaram

e que fazem um bom vinho, também o Nordeste se beneficiaria. Eu acho que nós deveríamos chamar a atenção do Governo para uma política de redução de impostos sobre o vinho para torná-lo competitivo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, muito bem, Mão Santa. Concordo na íntegra com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Hoje o vinho argentino e o vinho chileno conquistaram o mercado, são de alta qualidade, e o seu preço é quase a metade, embora a qualidade do vinho...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E entra muito por contrabando pelas nossas fronteiras, infelizmente. Os tributos são muito maiores no Brasil do que nos países próximos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – É quase o dobro desses vinhos do Rio Grande do Sul em preço, esses que entram vindo da Argentina e do Chile.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O senhor tem toda razão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Estou falando isso também em defesa do interesse do Nordeste, porque isso se expandiu lá para o rio São Francisco, para Petrolina, onde existe vinícola hoje. Mas a dificuldade é essa. Você pode ir e tudo...

Então, meus parabéns, primeiro, pela ideia da bicicleta. V. Ex^a nos enriquece com leis boas e justas. Nossos parabéns!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, só me permita...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – E as aposentadorias? Cadê? Cadê a Câmara?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso. Permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Quer dizer que vai ficar valendo, ô Michel Temer, a sábia e corajosa afirmativa do nosso Presidente Luiz Inácio, que, quando passou na Câmara, disse que era uma Casa de trezentos picaretas? Será que isso vai se eternizar?

Aqui, passamos tudo. Eu tenho a satisfação do dever cumprido, de ter sido o relator dos projetos de resgate propostos por V. Ex^a. Lutamos por todos eles, fizemos vigília e conseguimos aprová-los em todas as comissões, na CAE, de economia, na Justiça, na de Direitos Humanos e na de Assuntos Sociais. Aqui houve unanimidade. Eu fui o relator e defendi isso.

Foi para a Câmara. Eu acho que, neste instante, nós temos de fazer uma reflexão: será que Luiz Inácio era um profeta? Quando ele passou lá, ô Michel Temer, ele disse que era uma Casa de trezentos picaretas – tem até um samba sobre isso. Os velhinhos aposen-

tados têm juízo e ainda vão contar essa história para os filhos, para os netos.

Eu acho que não deve voltar nenhum Deputado Federal. Está aí, o País tem de fazer essa reflexão. Isso é uma estupidez!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, permita-me só dizer – eu recebi um recado agora...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Não! E isso pode haver...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permita-me só dizer uma frase: trezentos aposentados estão lá no Nereu Ramos, liderados pelo Varley, da Cobap, pressionando para que os Deputados votem tanto o fim do fator como o reajuste dos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Vou lhe dizer que isso pode surtir efeito. O povo é soberano. O povo, de vez em quando, extrapola o seu sofrimento. Foi num momento assim que ele foi às ruas e gritou “liberdade, igualdade e fraternidade”.

Eu estudei e me formei em medicina, Papaléo, em Fortaleza. A Câmara Municipal não procedeu bem. Detectaram corrupção, está ouvindo Paim? Fizeram a seguinte campanha: “Vereador – Não vote em vereador”. Só um conseguiu se reeleger. Acho que pode aparecer neste País: “Deputado – não vote neste Deputado”. Os velhinhos, nossos avós, falarão para os filhos. Eles estão enganados. Não podem fazer greve, mas eu vi. Falo aqui como Cícero, eu vi. Não tem Gonçalves Dias, que ficou célebre com a Canção do Tamoio. Meninos, eu vi! Papaléo, eu vi a cena mais feia. A imprensa brasileira não tem coragem de publicar. Por isso, somos os pais da Pátria. Eu vi. Paim disse: “Vai lá, Mão Santa, vão votar.” Fiquei feliz porque estava falando o líder do PSC, Deputado Hugo Leal. Ele me viu, citou que eu estava lá. Os idosos bateram palmas. Ele foi solidário. Apareci no programa do Partido Social Cristão defendendo as suas teses. Senador Papaléo Paes, quero contar aqui, como Presidente, neste instante, que, meninos, vi a maior vergonha do Parlamento. A Mesa Diretora da Assembléia – houve aplausos – decidiu que se tivesse alguns apupos, que são naturais aos velhinhos, iam convidá-los a se retirarem. Aí, eu vi. Ô, como sou o orgulhoso dos velhinhos do Brasil! Aí, Paim, foi falar o Líder do Governo, Deputado Vaccarezza. Estou repetindo. Ninguém viu, mas, meninos, eu vi. Aqui parece o Maracanazinho, é pequeno; lá parece o Maracanã, grandão.

O Líder do Governo foi falar para procrastinar, procrastinar aquelas negociações, que não tem nada a negociar, já foi feito pelo Senado, pelos pais da Pátria. E trazido por um Líder do PT. Papaléo: meninos, eu vi. Aí eles foram ameaçados. Se fizessem qualquer

manifestação, iriam ser retirados. Sabe o que os velhinhos fizeram? Falando o Líder do Governo, Deputado Vaccarezza, até médico, eu não tenho nada contra ele, não. Mas eu estou contando – meninos, eu vi – a cena mais vergonhosa para o Parlamento, mas a maior grandeza dos nossos velhinhos. Eles viraram as costas, todos os velhinhos. A única reação que eles podiam ter. Esta eu estou dizendo: eles estão enganados, eles pensam que os velhinhos não...Mas os velhinhos...O Barack Obama disse, Paim: se não fosse os meus avós, eu era maconheiro. Então, a família depende desses avós, dos aconselhamentos, dos compromissos, dos dinheiros que eles têm.

Papaléo, vou chamar V. Ex^a aqui para falar.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Mas eu... Só para complementar...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem. Sim.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para complementar V. Ex^a, pela ordem. Sr. Presidente, eu não poderia deixar de fazer aqui minha referência positiva – já que V.Ex^a acabou de nos citar –, mostrando a reação dessas pessoas tão sofridas, que se aposentam pensando que, no final da vida, quando mais precisam, poderão ter um conforto mínimo para sobreviver o resto dos seus dias. Realmente precisamos ter pessoas que lutem pelos aposentados, que tenham essa visão de que o aposentado... Enfim, de que temos que dar a medalha enquanto as pessoas estão merecendo. Então, os aposentados merecem eternamente a medalha no peito. Medalha: trabalhei, cumprí meu papel com a sociedade e preciso ser recompensado com o mínimo de qualidade de vida possível.

Senador Mão Santa, V. Ex^a é um lutador, um eterno pronunciador dessa esperança de ter os aposentados bem remunerados ou justamente remunerados.

E, neste momento, quero dizer que realmente temos orgulho de conviver com uma pessoa como o Senador Paulo Paim, um homem experiente, culto, muito educado, muito prudente, eficiente nas suas ações, determinado. Suas bandeiras de luta sempre foram vencedoras. Por isso ele está aqui. Então, é muito agradável essa convivência que temos, principalmente às segundas-feiras. Estamos aqui Senador João Pedro, V. Ex^a, Senador Paim e eu. Temos a oportunidade de conviver mais próximos. Eu digo que esse tempo que passei no Senado, convivendo com todos aqui, é importante. E quero fazer uma referência à presença dele aqui, à justiça que deve ser feita ao Senador Paim. V. Ex^a realmente é um homem claro. E é um modelo de político que eu admiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nossos cumprimentos. Chamamos o Senador Papaléo Paes, que está inscrito para uma comunicação inadiável e vamos ingressar o João Pedro, que também é trigo do Partido dos Trabalhadores e conquistou para o Governo e para o País uma grande vitória no seu comportamento de líder quanto à CPI da Petrobras. Mas vamos nos associar ao Senador Paulo Paim, para que saia alguma coisa. Leve essa verdade ao Presidente Luiz Inácio. Nós gostamos dele. Nós queremos que ele acerte. Ele é o nosso Presidente.

Olha, Paim. Eu estava imaginando. É festa de Natal, todos nós temos família, eu estava imaginando, quando recebi o telefonema das minhas irmãs. Que Natal, Paim? Eu sou o mais novo, todas são aposentadas. O que você está fazendo lá? Os velhinhos aposentados vão nos tratar assim. Sou o mais novo da família. Então, aquela festa de Natal, reúne a família, vai ser... eu já vi o telefone. Ô Paim, persista.

E agora o João Pedro vai se sensibilizar. O Presidente deve muito a você, pela sua firmeza de assumir a Presidência da CPI da Petrobras. Então, vou dizer uma coisa: olha, Presidente, não tem conta, não. Nós queremos é agradecer ao Presidente da República. Quando ele der uma coisinha eu sou o primeiro que vou agradecer. Aprendi no colo da minha mãe – terceira Franciscana – que disse que a gratidão é a mãe de todas as virtudes. Eu quero é agradecer.

Mas desde quando é a luta dos aposentados, Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – (Inaudível).

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Olha aí. Eu quero agradecer, João Pedro. Chega lá e diz: olha...

O salário mínimo, nós não estivemos juntos?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – US\$60.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – E ele não está colhendo? Nós não acreditávamos. O Paim foi e eu fiquei com ele desde o começo, antes de você chegar aqui... A distribuição de renda e a obediência a Deus: “comerás o pão com o suor do seu rosto.”

Olha, João Pedro, já não acabou aquele negócio da CPI da Petrobras?!

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Acabou.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Então, pronto. Agora o João Pedro engajou-se... É porque ele estava ocupado.

Natalzinho aí... Vamos ver. Dá qualquer coisa para os velhinhos. Do jeito que está, hein? Eles querem fechar o Senado; nós vamos fechar a Câmara. Vamos mandar o povo não votar para Deputado Fe-

deral. No Ceará, fizeram isto: não votou em nenhum, só votou um.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, antes de iniciar meu pronunciamento, quero dizer que o Senador João Pedro já está integrado há muito tempo, porque aprovamos por unanimidade nesta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora, S. Ex^a vai se dedicar – S. Ex^a defendeu a Petrobras, o patrimônio – a conduzir o mês de dezembro...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – S. Ex^a vai conduzir, com muita seriedade, com a postura que desejamos para um bom político, a CPI da Petrobras. E, logicamente, quando fiz referência ao Senador Paulo Paim, busquei o passado dele de sindicalista, de batalhador pela causa dos trabalhadores. Nós, aqui, só fazemos acompanhar isso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Como Presidente, eu lhe digo: nunca recriminei posição alguma de V. Ex^a na Petrobras.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Senador Mão Santa, em uma das manifestações dos aposentados, eu disse a um amigo para irmos ao Ministério das Comunicações. Subimos a rampa e fomos até lá a pé, porque não uso carro oficial. Estábamos subindo a rampa – eu estava com o *button* no peito –, e ali estava um grupo de aposentados. Logicamente, em um momento desse, quando veem um parlamentar, vão fazer suas queixas, podem até criticar. E tive até a felicidade de ser lembrado por um deles, que falou sobre nossas vigílias. Começamos a conversar, e um deles me disse: "Senador, eu me aposentei com oito salários mínimos. Hoje, ganho 3,5 salários, e não dá para sustentar minhas necessidades básicas. Sou avô. Cuido de neto". É como V. Ex^a disse: isso é muito triste, muito triste mesmo. Precisamos continuar lutando e contando com lideranças como a do Senador Paim, para continuarmos com nossa força, lutando pelos aposentados.

Sr. Presidente, antes de abordar nosso tema sobre prefeituras, quero dizer que, na quarta-feira que vem, às 18 horas, na Biblioteca, vamos participar do lançamento de um livro sobre o Macapá, *A Margem Esquerda do Amazonas, Macapá*. O escritor é o Amíraldo Bezerra, um amapaense. Eu queria convidar todos Senadores e Senadoras e lembrar a V. Ex^a, Sr. Presidente, como homem culto, como leitor compulsivo, que, prestigiando-nos, V. Ex^a prestigiará o Amapá e este seu companheiro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Onde será o lançamento do livro?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Na Biblioteca, na quarta-feira, às 18 horas. V. Ex^a prestigiará seu amigo.

Senador João Pedro, conto também com sua presença – eu ia fazer um convite também especial a V. Ex^a.

Quero dizer que todos nós ficaremos muito felizes sabendo que os Senadores João Pedro, Paulo Paim e Mão Santa estarão presentes lá. Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, quero falar sobre a questão das prefeituras, do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Desde o início da crise financeira internacional, os discursos e as declarações do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de toda a sua equipe econômica têm sido de otimismo exagerado. Para eles, o Brasil vive um momento mágico, a situação econômica está totalmente sob controle e a crise atrapalhou pouco os objetivos que deveriam ser alcançados em 2009. No entanto, a verdade não é bem essa. Apesar da divulgação positiva da arrecadação tributária do mês de outubro, a primeira nos últimos doze meses, as contas internas continuam ameaçadas pelos gastos descontrolados do setor público e as externas já caíram em déficit explosivo. Grosso modo, segundo dados divulgados na semana passada pelo próprio Banco Central, a conta corrente da balança de pagamentos, que inclui as operações de comércio exterior e serviços, registrou, no final de outubro, déficit de US\$2,911 bilhões. No mês de outubro de 2008, o déficit foi de US\$1,239 bilhão. Para novembro, que é o mês que estamos concluindo, o déficit esperado é de US\$3,4 bilhões.

Voltando à questão da arrecadação tributária, segundo dados da Receita Federal, entre setembro de 2008, que marcou o início da crise no Brasil, e setembro de 2009, a arrecadação geral acumulou uma perda de 9,8%. Sem dúvida alguma, o somatório desse resultado agravou ainda mais a situação dos Municípios brasileiros. Como bem sabemos, Sr^as e Srs. Senadores, a maioria vive em estado de penúria, com a falta de recursos; com o acúmulo de responsabilidades com o atual sistema de repartição de gastos públicos, que é injusto; com os reduzidos repasses financeiros autorizados pelo Governo Federal; com os atrasos constantes das transferências do FPM e com a falta de recomposição dessas fontes.

Aliás, Sr. Presidente, em discurso pronunciado nesta tribuna no dia 14 de outubro passado, reclamei do prejuízo que o Estado do Amapá está tendo com essa falta de recomposição. Vale dizer que, até setembro passado, em comparação a setembro de 2008, em termos nominais, a perda era de 9,66%. Ao que me parece, Sr. Presidente, o problema continua, e o Go-

verno ainda não tomou qualquer iniciativa para zerar o negativo. De acordo com o Secretário de Finanças da Prefeitura do Município de Macapá, Dr. Alan Sales, os repasses do FPM de setembro e de outubro de 2009 foram feitos, mas sem a recomposição. É claro que isso significa mais prejuízo para o Município, que, segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), já havia perdido, entre o primeiro trimestre de 2008 e o primeiro trimestre de 2009, R\$3.287.717,00. Na opinião do Secretário Municipal de Macapá, Dr. Alan Sales, o montante das perdas já chega a R\$4 milhões.

Em realidade, Sr. Presidente, o atual pacto federativo, que privilegia a União e os Estados e transfere para os Municípios a maior carga de trabalho e de compromissos sem oferecer a contrapartida financeira na mesma proporção, é um verdadeiro fiasco e está levando a Federação a um impasse. Por esse motivo, a maior reivindicação dos gestores municipais continua sendo a reforma tributária. Dessa forma, a esperança de todos é que ela seja capaz de estabelecer relações de maior equidade entre União, Estados e Municípios. Lamentavelmente, tal decisão vem sendo adiada há anos, porque a União e os Estados não aceitam abrir mão de nenhum dos seus privilégios.

De acordo com inúmeros estudos já feitos pela CNM e colocados à disposição do público, a União fica com a maior fatia do bolo tributário, ou seja, cerca de 60% de tudo o que é arrecadado. Segundo a entidade, entre janeiro e abril deste ano, os repasses do FPM caíram 9,5% em relação ao mesmo período de 2008, e as consequências negativas são visíveis, notadamente nas localidades mais pobres. Convém não esquecer que 65% dos recursos municipais provêm das transferências da União, em especial do FPM e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Mais ainda, o FPM é a principal fonte de receita de 81% dos Municípios brasileiros, sendo que, para 28% deles, chega a representar mais da metade dos recursos de que dispõem. Sr. Presidente, Senador Mão Santa, que já foi prefeito, no Amapá, há dezesseis Municípios, e a capital e os demais Municípios estão relacionados entre os 81% que têm sua composição de receita com percentual elevadíssimo, majoritário, composto pelo FPM.

Em face dessa realidade, não há como negar que os reflexos da crise são evidentes na maioria dos Municípios. Em muitas administrações, diversas obras sofreram interrupção no decorrer deste ano, outras foram suspensas, contratos foram cancelados, e dívidas foram renegociadas, para que os prefeitos pudessem honrar seus compromissos com os salários de cerca de cinco milhões de servidores, com as férias e com

o décimo terceiro salário, que começa a ser pago. O aperto visou igualmente a manter a saúde e a educação em funcionamento, porque são serviços essenciais à população. Ou seja, Sr. Presidente, os prefeitos aparam o pagamento daqueles fornecedores, prestadores de serviços, para cumprirem suas obrigações relativas ao pagamento de pessoal, ao pagamento do décimo terceiro salário e de férias, que vêm aí, e à manutenção da qualidade da saúde e da educação. Conclusão: os fornecedores ficam sem receber esses recursos; principalmente nos Municípios pequenos, há menos dinheiro circulando; o comércio cai; e as consequências dessa roda-viva na economia do Município, principalmente dos pequenos Municípios, são muito graves.

Sem mais esse sacrifício, que acabei de mencionar, certamente muitas prefeituras não teriam como saldar seus compromissos mais importantes. Além disso, cairiam, se não fizessem isso, na malha fina da Lei de Responsabilidade Fiscal. Sem levar em conta todo esse quadro de contenção financeira, o Governo Federal tem assumido uma posição pouco solidária com os prefeitos e procura sempre subestimar o tamanho das dificuldades que estão enfrentando. Assim, ao mesmo tempo em que evita dialogar, insiste no discurso de que tudo está muito bem e de que a crise não existe mais em canto algum do País.

É importante assinalar que, este ano, o desânimo dos prefeitos se agravou ainda mais com a queda das demais transferências da União. A arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) caiu 67,7% até o final de setembro passado. O mesmo aconteceu com os *royalties*, que caíram 27,8%, e com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), uma das principais fontes de transferência dos Estados para os Municípios, que sofreu redução pelo menos em quatro Estados.

Situação semelhante se verifica com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que compõe boa parte do FPM, juntamente com o Imposto de Renda. É importante dizer que, desde o início da crise, o IPI está sendo utilizado como artifício para driblar a recessão. Essa medida, por um lado, estimula o consumo, mas, por outro, penaliza os Municípios com a diminuição dos repasses do FPM. Por fim, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) admite que a crise financeira internacional provocou um prejuízo de mais R\$6 bilhões aos cofres das Prefeituras.

De acordo com o último levantamento da CNM, divulgado na quinta-feira passada pela imprensa, quase todos os prefeitos do País passaram o ano de 2009 com o pires na mão, atrás de recursos para poder equilibrar as contas municipais e não prejudicar o funcionalismo. Segundo o Presidente da entidade, Paulo Ziulkoski, o

estudo divulgado mostra que os Municípios fizeram um esforço enorme para enxugar a máquina administrativa e não prejudicar seus servidores. Contudo, cortes significativos tiveram de ser feitos na saúde, na educação e na merenda escolar, para manter em dia o pagamento dos salários.

Nobres Senadoras e Senadores, posso dizer que conheço muito bem os enormes desafios que os gestores municipais têm de enfrentar ao longo dos seus mandatos. Entre 1993 e 1996, Senador Mão Santa, fui Prefeito de Macapá, capital do meu Estado. Já naquela época, eu era mais mágico do que prefeito. Só em relação ao comprometido com o pessoal, peguei a Prefeitura com 76%. Ainda não havia a Lei de Responsabilidade Fiscal. Setenta e seis por cento! Ao mesmo tempo em que eu tinha de equilibrar as contas da Prefeitura, eu precisava jogar com a sorte para conseguir manter o funcionalismo em dia e o funcionamento dos serviços públicos. Confesso que era uma tarefa difícil de ser cumprida, porque a prefeitura dispunha de recursos muito limitados, e qualquer erro poderia colocar em xeque toda a máquina administrativa.

Hoje, com os novos contornos assumidos pela economia nacional e com o aumento das exigências institucionais, os atuais prefeitos administram sua cidade submetidos a constante estresse, porque os cofres municipais estão sempre vazios, e as verbas, em diminuição.

Ainda bem, Sr. Presidente, que, no Estado do Amapá, o Sr. Governador Waldez Góes tem uma participação nisso, sim! S. Ex^a dedica parte da verba do Governo, em convênios com as prefeituras, à área de infraestrutura, mas, infelizmente, não pode pagar salário de pessoal e não pode fazer alguns tipos de convênios que são únicos e exclusivos da prefeitura. Mas o Governador dá sua parcela de contribuição. Hoje, em Macapá, também temos a satisfação de ver o Prefeito Roberto Góes participando de um trabalho em conjunto com o Governador do Estado, Waldez Góes, e os resultados estão à vista de todos nós em Macapá.

Então, agradeço aqui tanto ao Sr. Prefeito Roberto Góes quanto ao Governador Waldez pela atenção que estão dando à capital do Estado e ao interior – no caso, S. Ex^a é o Governador do Estado do Amapá, Estado que tenho a honra de representar aqui.

Tomando novamente o Estado do Amapá como exemplo, Sr. Presidente, devemos dizer que, no primeiro trimestre deste ano, a transferência do FPM caiu 18,2% em relação ao primeiro trimestre do ano passado, em valores líquidos, descontadas as retenções do Fundeb e já corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

No ano de 2008, o montante de recursos repassados aos cofres municipais foi de R\$41,4 milhões, caindo para R\$33,8 milhões nos três primeiros meses deste ano. Segundo os analistas, em valores brutos, a queda ficou em 16,5%, porque não foi considerada a perda decorrente do maior percentual de retenção do Fundeb, que passou de 18,33% para 20%.

Como podemos concluir, Sr. Presidente, uma diminuição dessa magnitude pode comprometer facilmente qualquer projeto de administração pública. Por esse motivo, gostaria de pedir, mais uma vez, que fossem repassados esses recursos aos Municípios o mais rapidamente possível. Não adianta...

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Senador...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Vou já lhe dar um aparte, Sr. Senador Mão Santa.

Não adianta o Governo ficar no discurso vazio de que apoia as causas do municipalismo se não existem ações concretas.

Quero dizer ao Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que tenho certeza absoluta de que a população agradecerá ao seu Governo e à sua pessoa a sua sensibilidade em repassar aos Municípios os valores que esses Municípios merecem e que tanto foram reduzidos em função de ações econômicas do Governo para equilibrar a economia.

Com muita honra, ouço o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Senador Papaléo Paes, V. Ex^a vê que um quadro vale por dez mil palavras. V. Ex^a foi prefeito! Mas, Senador Paim, grande parte desses Senadores foi prefeito, como o Colombo, como a nossa Rosalba Ciarlini, que o foram por três vezes – outros o foram por duas vezes. Não somos melhores do que os atuais prefeitos, não. Eu, por exemplo, tive sorte. Vou dizer que é sorte, e é bom ter sorte. Está ouvindo, Papaléo? A Constituinte foi feita. V. Ex^a foi Constituinte, Senador Paim? Homens sábios! Está aí o Paim. Isso eu sempre digo. Olha que era Ulysses, Mário Covas, Affonso Arinos, Paulo Paim! Então, eles dividiram o bolo. Falo para o povo entender: dividiram o dinheirão! Eram 22,5% para os Prefeitos, 21,5% para os Governadores de Estado, 53% para o Presidente, que, hoje, é o Luiz Inácio, e 3% para os fundos constitucionais. Quero dizer-lhe que tive sorte, mais do que o Papaléo, porque os senhores assinaram a Constituição Cidadã em 05 de outubro de 1988, e Ulysses a beijou. Desobedecer à Constituição é rasgar a Bandeira! Então, fui prefeito em seguida. Senador Papaléo, V. Ex^a o foi depois, não é?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Foi.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Então, eles obedeceram à Constituição. Senador João Pedro, isso é verdade. Não sou melhor que os prefeitos que estão

aí. Eram 22,5% para os Prefeitos. Aí, criaram-se essas contribuições, essas taxas, que foram diminuindo para os Prefeitos. Quando começamos nosso mandato, o percentual estava em 14%. Fizemos uma lei para dar mais 1%, que acho que ainda estão a receber. Mas, além dessa queda, há outra, Senador Paim, pois aumentou o número de Municípios. Hoje, são 4.564 Municípios. Só eu, Senador Papaléo – Deus me permitiu isto! –, criei 78 novos Municípios quando fui Governador, depois, por seis anos, dez meses e seis dias. Então, outros os criaram. Quer dizer, matematicamente, já foi uma perda. Eram menos cidades, e ganhávamos mais. Tanto é assim, Paim, que saí da Prefeitura, voltei para o consultório, fui candidato a Governador do Estado – era uma zebra – e, de repente, na minha cidade, que é o segundo colégio eleitoral, obtive 93,84% dos votos. Por quê? Porque fui prefeito na época dessa safra: havia creches, havia dinheiro. Então, todos foram bons. Sarney tem muita sensibilidade. Trabalhei com Sarney. Faltava dinheiro para pagar o décimo terceiro, e ele inventou a divisão em quatro. Não são quatro parcelas? Mas lá ele deu o pulo dele, e sei que todo mundo pagou e ficou satisfeito. O Presidente Collor foi correto com os Prefeitos. Fui prefeito quando ele era governador, e ele transferia o devido pela Constituição, bem como o Itamar. Agora, depois disso aí, foi, foi, foi... E está esse negócio, não é? Então, chegamos aqui, Arthur Virgílio e todos nós. Foi uma grande safra. E V. Ex^a definiu. Então, esse é o grande ensinamento, Paim. Rui Barbosa disse que só há um caminho e uma salvação: obedecer à lei e à Justiça. Então, obedecemos à Constituição. É para isso que V.Ex^a está fazendo o apelo. Fui Prefeito por quatro anos, Senador João Pedro, e nunca houve negócio de marcha para Prefeito, não! Quem marchava era soldado no Tiro de Guerra, no Exército. Agora, toda hora, há marcha para Prefeito! Que palhaçada é essa, rapaz?! Não havia isso, não! O dinheiro caía na conta, e a gente fazia as obrinhas. Então, digo isso para fazer uma reflexão. Sempre, quando vejo isso, lembro que não se pode desobedecer à Constituição. Eles eram luminares, eles se dedicaram a isso. Está aí o Paim simbolizando essa luta. Então, é isso que V. Ex^a traz para uma grande reflexão. Além da queda dos números, houve o aumento do número de cidades.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Senador Mão Santa, V. Ex^a fala com sabedoria, com experiência.

Quero dizer que, no Estado do Amapá, há dezenas Municípios. Em sua capital, concentram-se 60% da população; depois, vem Santana, com cerca de 17% da população; depois, vêm Laranjal do Jari e outros Municípios. Todos esses Municípios têm sua receita com

base no FPM. É muito triste vermos como eles ficam ansiosos e angustiados quando diminui o FPM.

Estive no sábado em Porto Grande. Lá, fomos muito bem recebidos pelo Sr. Prefeito Bessa, pelos Vereadores, pela Sr^a Presidente da Câmara – estavam todos lá. Sentimos que eles nos olham com aquela ansiedade pelas nossas verbas parlamentares. Então, fui lá. Coloquei para a Prefeitura R\$1,5 milhão para eles construírem casas, moradias, e vi que existe uma ansiedade muito grande, uma cobrança muito grande para que seja recomposto esse FPM como o Governo deve recompô-lo. Tenho fé e esperança de que vai acontecer isso neste mês de dezembro. Logicamente, lá, eles nos olham como se tivéssemos forças para arrancar recursos do Governo Federal. Por isso, falo com os prefeitos e digo sempre: “Olha, não quero iludir ninguém”. Ter esperança é uma coisa, sonhar é outra coisa que acompanha a esperança – são bons sonhos –, mas de ilusão ninguém pode viver. Então, a realidade é essa.

Apesar de todo esse desconforto da falta de recursos, são pessoas esperançosas, que sorriem, que nos tratam muito bem. Por isso, quero agradecer ao Sr. Prefeito, aos Srs. Vereadores e à Sr^a Presidenta da Câmara Municipal de Porto Grande pela forma como nos receberam no sábado. Desejo a todo o povo de Porto Grande esperança, fé, porque tenho certeza de que o Senhor Presidente da República, que, muitas vezes, não sabe da realidade da ponta, poderá ouvir se alguém chamar a atenção dele para esse reajuste, que é muito justo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr^as e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Pela ordem, Paim.

Papaléo, espere um instante. Ele já encerrou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a, pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Papaléo fez um convite e lá estaremos, na quarta-feira, às 18 horas, para o livro do Amapá.

Quero aproveitar a oportunidade porque na outra, dia 9 de dezembro, um jornalista, o melhor do Piauí, Zózimo Tavares... Ele é um misto de Machado de Assis, com Sebastião Nery, com Castelo Branco, está ouvindo Papaléo? Então, ele escreveu um livro. Eu li aquilo que se chama boneca. Boneca é a primeira edição.

Papaléo, ele vai lançar o livro *Atentai Bem! – Assim Falou Mão Santa*.

Ele faz retrospectivas do nosso comportamento aqui, no Senado da República. Então, Paim e Papaléo, você são muito citados lá. Agora, ele é firme, mesmo. Ele depôs sobre o meu Governo no Estado do Piauí e a minha vida como Prefeito e médico em Parnaíba.

Mas importante é que ele é autor de vários livros. Me lembro um... Ele tem muitos, como *Meus Senhores, Minhas Senhoras e Atentai Bem! – Assim Falou Mão Santa*. Muito livros, assim como Sebastião Nery.

Eu me lembro que em um deles, que eu li, João Pedro, ele diz: "Esse Mão Santa não tem jeito, não. A oposição caiu de pau nele porque ele fez uma funerária municipal."

Era aquele negócio que eu vi e que era um drama muito triste. Lá em Parnaíba, quando morria uma pessoa pobre, saiam com uma lista para comprar o caixão, para o cemitério, e às vezes demorava para se chegar ao "x". Eu fiz, com as melhores das intenções. Quando era perto, tinha aquele carrinho em que se bota o caixão, e, quando era grande, eu peguei uma ambulância velha, Papaléo, pintei de preto, ia ao lugar e dava os caixões.

A bem da verdade, quem tomava conta era o Serviço Social, a Adalgisa.

Os caixões eram simples, ouviu, João Pedro? Só tínhamos três, padronizados – anjinho, médio e grandão –, mas modestos, eu não vou dizer que... E a oposição... Eu não tinha maioria na Câmara. Eu ganhei a eleição com dez mil votos, mas os grupos... Eram dois ex-Governadores, Alberto Silva e Chagas Rodrigues, e os Vereadores atacando em tudo a funerária municipal.

Aí, ele disse: "O Mão Santa não perdeu a calma. Quando ele perdeu, ele disse: 'Olha, eu já enterrei três mil e quero dizer que nenhum veio reclamar dos caixões'", está ouvindo, João Pedro?

Então, o livro tem críticas também. É lógico que nós temos adversários. Até, eu li.. Mas aqui é do Senado... É lógico que tem de todos os lados, mas ele traz... O autor é uma figura ímpar, ele é reconhecido, ele é da Academia de Letras do Piauí. Foi três vezes Secretário de Comunicação lá da Prefeitura de Teresina, é professor universitária, é reconhecido.

Então, eu aproveitaria também para convidá-lo, e vocês estão lá, porque ele pinçou momentos aqui e momentos como Governador e Prefeito. Acho que ele viu aquele Nietzsche com *Assim falou Zarathustra*, eu acho que ele botou *Atentai bem! Assim falou Mão Santa*. Convido a todos, porque V. Ex^as são figurantes lá, enriquecendo o livro. O Papaléo é todo tempo cita-

do lá. Então, quero convidá-los para o lançamento do livro do autor Zózimo Tavares.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Tenha a certeza absoluta de que estarei presente Senador Mão Santa.

Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador nobre João Pedro, como orador inscrito.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo, que preside esta sessão, Sr^as e Srs. Senadores, quero, nesse início de minha fala, registrar o convite para o lançamento do livro do escritor amapaense Amíraldo Bezerra. Estarei lá, Senador Papaléo, a convite de V. Ex^a, para prestigiá-lo e para prestigiar uma obra que fala de uma cidade, de uma região bem brasileira, que é o Amapá, região no extremo do nosso País.

Falar em Amazônia, estudar a Amazônia não podemos fazê-lo sem passar pela importância histórica do Amapá, que compõe a Amazônia brasileira e compõe a Pan-Amazônia. O Amapá faz fronteira com a França – é bom sempre lembrar disso –: o Brasil faz fronteira com a França. Por isso, Sarkozy vem muito aqui discutir a Amazônia, discutir a relação do Brasil com a França. Temos o Amapá, que faz parte dessa geopolítica. Portanto, estarei no lançamento para prestigiar V. Ex^a, mas também para prestigiar a história da margem esquerda do rio Amazonas, que é este Estado, que é o Amapá e sua capital, Macapá.

Sr. Presidente, registro ainda, nesta sessão, o resultado da eleição havida no nosso querido país vizinho, o Uruguai, país que compõe a história do Sul do Brasil junto com a Argentina.

Sr. Presidente, quero, aqui, destacar a eleição ocorrida no Uruguai no dia de ontem, primeiro, para registrar a consolidação das instituições democráticas no Uruguai. Assim como o Brasil, o Uruguai, a Argentina, o Chile passaram por momentos tenebrosos, principalmente no Uruguai, com a implantação da ditadura militar nos anos 70. Sabemos que o Uruguai tem uma população pequena, que não chega a três milhões – parte de sua população vive no exterior –, mas que compõe uma região estratégica na América do Sul.

Então, quero destacar a eleição e o seu candidato vitorioso José Pepe Mujica, uma liderança de esquerda, uma liderança que aprendeu na luta dura em defesa das liberdades. José Pepe Mujica esteve preso por muitos anos, e hoje é Senador no Uruguai. É uma das lideranças da Frente Amplia, que governa

o Uruguai desde 2005. Existem dados muito interessantes no Uruguai: primeiro, a taxa de pobreza no Uruguai, quando a Frente Amplia começou a governar o Uruguai, era de 32% de sua população. Portanto, uma faixa grande, significativa, já que o índice de pobreza era de 32% de sua população. Hoje, o Uruguai conta com uma taxa de pobreza de 20%. Houve uma diminuição de 2005 para cá na taxa de pobreza. Eu não tenho nenhuma dúvida de que essa é a grande obra. Inclusive, aqui, quando refleti sobre as obras do nosso Governo, do Governo do Presidente Lula, eu destaco a diminuição da pobreza. E a diminuição da pobreza é uma das prioridades do novo governo que acaba de sair das urnas, além de incrementar redes sociais no sentido de combater a pobreza, a miséria e fazer do Uruguai um país mais justo.

O Uruguai joga também um outro papel, porque compõe o Mercosul, e o novo Presidente José Mujica, já levantou esse debate sobre consolidar o Mercosul, ampliar o Mercosul, tratar de forma estratégica a região com o Mercosul. Eu quero, inclusive, aplaudir o novo presidente por conta dessa preocupação com o Mercosul.

Sr. Presidente, falta ao Senado – quero aqui abordar esse ponto também, já que praticamente estamos finalizando os nossos trabalhos do ano de 2009 – , em seu Plenário – porque já o fizemos na Comissão de Relações Exteriores – debater, com profundidade, sobre o papel e a importância da Venezuela no Mercosul. Então, chamo a atenção desta Casa para o debate, seguido da votação pela adesão da Venezuela ao Mercosul.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, da mesma forma que o novo presidente eleito no Uruguai aponta para a importância de tratarmos o Mercosul, também eu chamo a atenção deste Senado, Casa que representa o Brasil, a sociedade brasileira, e que portanto, deve fazer, aqui neste plenário, uma profunda discussão e votação acerca da adesão da Venezuela ao Mercosul. Vejam o tamanho da nossa responsabilidade! É responsabilidade para uma Casa como o Senado. Quero, inclusive, aproveitando essa reflexão, dizer com o que o Brasil precisa romper: o Brasil, como Estado, precisa romper com essa dificuldade de se relacionar com os países que compõem a América Latina. Precisamos crescer, ampliar, aprofundar a relação latino-americana. O Senado precisa fazer essa reflexão. Em relação à Argentina, Senador Mão Santa, temos facilidade para conversar, assim como com o Uruguai, com o Chile, que não é membro do Mercosul, temos facilidade, temos uma cultura.

Agora, na relação do Brasil com os países da América do Sul, uma relação estratégica, como mon-

tar um bloco cultural, comercial, econômico, com o Mercosul, nós temos dificuldades absurdas, grandes, extensas. Esse debate sobre a Venezuela compor o Mercosul... Nós precisamos construir esse novo momento, abrir essa nova história do Brasil com a Venezuela e, em seguida – por que não? –, do Brasil com o Peru, da relação do Brasil com a Colômbia, que são grandes países, com grandes economias, com populações significativas. Não é por conta de uma pequena população que vamos deixar de ter uma relação estratégica, comercial, econômica, cultural, com os países da América do Sul.

Então, o significado da eleição no Uruguai, que registro neste momento, vai no sentido primeiro de destacar a democracia recente do Uruguai, mas das instituições que acabam de realizar uma eleição nacional e propiciar, respeitar o resultado das urnas, da sociedade. O Presidente José "Pepe" Mujica, como é conhecido, carinhosamente, é um homem de esquerda, e isso faz com que o registro seja muito importante. É muito difícil homens de esquerda como o Presidente eleito do Uruguai, que pertenceu a grupo conhecido como os Tupamaros, um grupo que bateu de frente com a ditadura... Ele vem dessa militância dura, difícil, assume compromissos democráticos e faz do Uruguai um país com tranquilidade para o presente, mas fundamentalmente para o futuro do Uruguai.

Quero também, Sr. Presidente, chamar a atenção: se no Uruguai nós temos um resultado que todos vão respeitar, Honduras faz uma eleição com a opinião internacional dividida por conta do reconhecimento dessa eleição. No país, ontem, tinha mais Exército na rua do que a população civil votando para escolher o seu candidato.

É lamentável que golpes possam ferir a democracia. E a democracia não de Honduras, a democracia na América Latina. Essa é uma experiência muito curta do ponto de vista histórico. Nós precisamos consolidar democracias na América Latina. Eu lamento profundamente que o povo de Honduras, esse país da América Central, possa viver essa dramaticidade. O povo dividido, uns votando, outros não votando, questionando a legitimidade do atual governo, que é um governo golpista, que é um governo que retirou um Presidente eleito, que é o Presidente Zelaya, na madrugada, para deixá-lo num outro país. Zelaya saiu às cinco horas da manhã, cercado por policiais, num avião militar, e foi deixado na Costa Rica.

Então, a democracia, na América Latina, precisa ser consolidada. E nós não podemos fazer concessões a golpistas. A democracia, nós conquistamos no mundo à custa de muita luta; muitos derramaram sangue, muitos morreram para termos democracia. Não podemos

esquecer isso. Essa é uma experiência da sociedade. Honduras está aí. Com um golpe militar, tiraram um presidente eleito, faz-se uma eleição e a comunidade internacional se divide em reconhecer a eleição.

Por isso, faço esse destaque à eleição do Uruguai. Parabéns ao povo do Uruguai. Parabéns às instituições do Uruguai por finalizarem uma eleição e terem um Presidente eleito, saído, produto, resultado do debate interno, das discussões.

O Uruguai tem organizações políticas antigas. A Frente Amplia é uma referência, o Partido Nacional, o Partido Branco, Senador Cristovam. Os grandes blocos que formam a composição política que representam a pluralidade democrática no Uruguai.

Então, eu quero nesta sessão fazer este registro e parabenizar este país irmão, país importante na América do Sul, que é o Uruguai, saudando o Presidente eleito, José "Pepe" Mujica, um senador – ele é membro do Senado –, que agora tem a missão de governar o país por quatro anos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a, Senador João Pedro. O tema é extremamente importante e foi bem dissertado por V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, pela Liderança do PDT.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF). Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^s Senadoras, quero me dirigir inicialmente a todos aqueles que não estão aqui. Não só aos moradores do Distrito Federal que não estão aqui; eu quero me dirigir a todos os brasileiros que possam estar assistindo a esta minha fala para, como brasiliense por opção e como membro da classe política, pedir desculpas por todos os fatos a que vocês estão assistindo, de que estão tomando conhecimento por imagens, por gravações, relacionadas com autoridades da minha cidade, do Distrito Federal. Peço desculpas como membro da classe política e peço desculpas como brasiliense.

Nós estamos passando, nesses dias, com essas imagens, com esses fatos, com essas denúncias, a imagem mais lamentável a que a história brasileira talvez já tenha assistido de um conjunto de dirigentes de um Estado: seu Governador aparecendo, recebendo dinheiro vivo, filmado pela televisão; as informações e as gravações indicando o envolvimento do Vice-Governador; do Presidente da Câmara Distrital, a nossa Assembleia Legislativa, recebendo tanto dinheiro que não cabe nos bolsos, colocando-o nas meias; enfim,

toda a cadeia de comando que sucede a cada um aqui se desmoronando moralmente.

Eu quero pedir desculpas pelo triste espetáculo do enterro ético, do enterro moral que a gente viu esses dias pela televisão em cadeia nacional.

Ao mesmo tempo, como Líder, é preciso não apenas pedir desculpas, não apenas lamentar, Senador Mão Santa, por esse enterro moral de uma parcela expressiva da classe política, especialmente, no poder. Eu quero também perguntar o que fazer e dizer quais são as ideias que nós temos, porque Brasília é maior do que qualquer político de Brasília, e é preciso saber a condução para sair desta crise.

Do ponto de vista do meu Partido específico, a primeira decisão foi a entrega imediata dos cargos de três colaboradores que estavam trabalhando pela melhoria das condições educacionais do Distrito Federal. E não temos nenhum constrangimento em dizer que eles estavam fazendo o trabalho certo e que não nos arrependeremos de colocar, hoje, cinqüenta mil crianças em horário integral, graças a alguém que pertence ao PDT; de termos um programa de formação profissional, talvez o mais amplo, proporcionalmente ao nosso tamanho, graças a um profissional, graças a um militante do PDT; de termos um programa de geração de emprego que também vem dando resultado, sobretudo para os jovens. Aí não temos do que pedir desculpas nem do que nos arrepender. Fizemos o trabalho certo. Mas, a partir de amanhã, nenhum deles estará neste Governo, nem mesmo aqueles que não foram para lá com qualquer aval do PDT, mas por opção pura e simples do Governador, pela amizade pessoal; nem esses continuarão no Governo.

Mas não basta fazer isso. Fazer isso ou indicar isso é muito pouco para aquilo que a gente precisa fazer para reencontrar um caminho. O que a gente vai fazer já foi pedido pelo nosso Deputado local, Deputado José Antônio Reguffe, que tomou a iniciativa de pedir uma CPI para apurar todos os detalhes que estão por trás desses fatos, todos os Deputados que estão envolvidos, todos os Secretários, todos os colaboradores. E, a partir dessa CPI, dependendo do resultado dela, apoiar firmemente a decisão da OAB de pedir o *impeachment* do Governador. Nós não vamos nos apressar a pedir o *impeachment* antes da CPI. Nós queremos, primeiro, uma CPI.

Faz parte também, Senador Mão Santa, de qualquer caminho para encontrar a saída, Senador João Pedro, a renúncia do Presidente da Câmara Distrital, a nossa Assembléia Legislativa. Porque, sem a renúncia dele...

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Senador Cristovam...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Permita-me um minuto, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Eu acho que é oportuno agora. A CPI é pedida por quem? A Câmara Distrital lá está toda corrompida, não pode.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – O PDT está tomando a iniciativa.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – A daqui do Distrito? A CPI tem que ser nossa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – O senhor... Ah, excelente.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Se V. Ex^a pedir, eu assino agora, e nós é que vamos fazer. Brasília é de todos nós. Brasília é a capital federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Perfeito. Façamos uma aqui também.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – E o Livro de Deus – eu sou do Partido Social Cristão – diz: “A quem muito é dado muito é cobrado”. Então, o povo deu muito. Entregou o governo da Capital Federal, que é nossa... Não tem negócio não: é nossa! V. Ex^a tem que pedir é agora, e eu assino. Aqui, todo mundo assina. Como é que vai... Se está todo mundo corrompido lá...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador, está aceita.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Aquilo é pilharia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Já está aceito.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – E V. Ex^a é um homem sério. Tem que sair é aqui. CPI é isso, é para isso, não é para aquela coisa não. Isso é uma vergonha. E não tem não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Perfeito.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – E outro dia vieram até... Eu quero dizer a V. Ex^a que é tão grave... Eu pouco sei porque estava no Piauí, no interior, instalando o Partido. E eu já fui buscado pelo *Correio Braziliense* e pela TV Record. Que tem até do PSC. Eu digo: “Se tem, contraria, porque eu fui para lá dizendo que era cristão”. Na Lei de Deus, um dos Mandamentos diz: “Não roubar”. Se tem, foi um erro. Até Cristo, quando escolheu os dele, tinha um Judas, traidor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Está aceita a ideia.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Mas essa CPI tem que partir de V. Ex^a, que representa... E é aqui e agora. Não é amanhã não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito bem. Pois vou fazer agora.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – A UNE está corrompida. Nós aqui... A moral tem de sair daqui. Eu fechei, é agora. Nós vamos fazer a CPI agora. Eu re-

cebo já as assinaturas. Quem está como Presidente aqui sou eu.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Preparo...

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Porque o Sarney está lá em São Paulo. Prepare agora, que eu ainda leio hoje. Vamos embora pegar as assinaturas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Preparo e ponho o seu nome em segundo lugar.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – A verdade só tem uma...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Em primeiro lugar...

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Não tem o Hamlet? Shakespeare? Rei Lear? “Há algo de podre no reino da Dinamarca”. E ela endireitou. Hoje é até sede do meio ambiente. Há algo de podre na nossa Brasília.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Perfeito.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – E V. Ex^a é responsável, porque V. Ex^a é um Senador. Aliás, é o mais responsável de todos. Porque V. Ex^a... Os outros foram suplentes e tal. Então, V. Ex^a tem que começar aqui e agora...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Já aceitei.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – (...) eu assino, arruma-se o número, eu recebo e leio hoje.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Já aceitei, e vamos fazer.

Mas eu vou retomar a lista das ideias. A primeira, já foi dado entrada a um pedido de CPI pelo nosso Deputado, na Assembleia Legislativa. Segundo, aceito pelo Senador Mão Santa, vamos dar entrada a um pedido de CPI aqui também. Então, dois pontos. Senador Mão Santa, permita-me que eu termine, Senador...

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Mas se todo o mundo sabe... Eu, lá no Piauí, ouvi dizer, o povo apaixonado, que a corrupção era lá dentro. Como é que vai se fazer CPI lá dentro? Aí, enganou... Nós temos que fazer é aqui. E V. Ex^a é o primeiro assinante.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Mas, Senador Mão Santa, eu aceitei. Por que o senhor insiste tanto?

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Para acontecer.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Não. Eu já aceitei.

Agora, o nosso Deputado tinha a obrigação de fazer lá também. Ainda que nenhum assine, só ele, sozinho, como ele tem ficado nesses anos todos, independente, ele apresentou a dele. Aqui, vamos apresentar também, e o senhor, espero, será o segundo a assinar.

Além disso, eu falava: nós precisamos cobrar, pedir, exigir que o Presidente da Câmara Legislativa renuncie imediatamente à sua posição de Presidente. Ele pode até continuar como Deputado. Isso é uma questão lá dos Pares dele, isso é uma questão do Ministério Público. Agora, Presidente da Câmara Legislativa, colocando dinheiro na meia do sapato porque não cabia nos bolsos, isso é uma desmoralização completa. E, além disso, se ele é o segundo substituto depois do Vice-Governador, isso impede o funcionamento completo da sucessão, que é preciso apressar. Então, essa é uma necessidade.

Terceiro – agora quarto, graças à sugestão do Senador Mão Santa –, é o afastamento voluntário, porque não temos como obrigar, do Governador, até para ser coerente. O Governador, quando tomou conhecimento, afastou três, quatro ou cinco secretários sobre os quais pesavam suspeitas e apareciam. Ora, ele também faz parte desse grupo. Eu creio que ele deve se afastar também, nem que seja um afastamento enquanto se apura. Não é coerente o Governador afastar secretários e continuar como Governador. Ele tem que se afastar. E, ele se afastando, o Vice-Governador, hoje, diante de tudo o que está aí, tem que se afastar também. Entretanto, o Presidente da Câmara não pode assumir. Ele, por isso, tem que renunciar, passar o lugar ao vice, e esse vice assumiria o cargo de Governador do Distrito Federal, tentando corrigir, limpar toda essa lama que nós estamos mostrando ao Brasil inteiro.

Um outro ponto é apelar aqui para o Ministério Público, para que tome medidas, não só medidas sobre o que está acontecendo, mas até o que aconteceu e até mesmo aquilo que foi durante o processo eleitoral. O Ministério Público é quem pode pedir ao Tribunal Regional Eleitoral e ao Tribunal Superior Eleitoral que haja a cassação, a suspensão da eleição dessa chapa. E não pode ficar dois, três anos para ser apurado isso. Não pode! Tem que ter um rito rápido, juridicamente correto, com direito a defesa, mas não com a lentidão dos anos e anos que a gente vê para que as coisas sejam apuradas.

Um outro ponto é a sociedade civil se mobilizar. Do jeito que nós, a classe política, estamos – e digo isso com muita tristeza –, talvez seja difícil que a solução venha, puramente, através das nossas ações. O povo tem que ir para a rua, o povo tem que se manifestar. Neste momento, está havendo uma reunião na Central Única dos Trabalhadores, reunindo lideranças de partidos, lideranças sindicais, lideranças de organizações não governamentais, tentando cobrar uma solução das autoridades que ainda estão isentas, na oposição, provavelmente, para que haja um encontro

de solução. Mas essa solução não virá só da classe política. Ou o povo se mobiliza, como em 1992, ou nós podemos continuar nos arrastando nessa vergonha, nessa tragédia – é uma tragédia política e uma vergonha moral – em que estamos.

A outra coisa é uma auditoria completa em todas as contas do Governo do Distrito Federal. Não é possível que o Tribunal de Contas, o TCU, não faça uma auditoria para saber como esse dinheiro chegou, quais foram as licitações manipuladas, quem é que deu o dinheiro, e não só quem recebeu o dinheiro, porque os dois têm responsabilidade. O Brasil precisa saber quais as empresas que forneceram esse dinheiro. O Governo precisa saber quais secretários estiveram envolvidos nisso.

Se nós fizermos esses pontos, eu creio que nós podemos encontrar um caminho e dar uma satisfação à opinião pública brasileira. Se não fizermos, temo que, mais dia menos dia, alguém, aqui nesta Casa, diga que o Governo do Distrito Federal tem que voltar a ser nomeado, como era no passado, que o Governo do Distrito Federal não deve mais ser eleito. Eu lamentarei muito isso. Mas, se isso vier a acontecer, a culpa não será da maioria do Senado; a culpa será nossa, dos líderes desta cidade, que teremos deixado que acontecesse isso, que não teremos sabido sair disso que aí está.

Esse é o recado triste que dou, com o sentimento de profundo lamento e com o sentimento de quem assiste a um enterro moral; aliás, um enterro tão sério e um lamento tão profundo, que creio que uma decisão a ser tomada é o adiamento das festas do cinquentenário de Brasília em abril do próximo ano. Não se comemora aniversário durante enterro; não se comemora aniversário vestido de luto, e hoje nós estamos vestidos de luto. Que festa a gente vai fazer pelos cinquenta anos de Brasília? A não ser que a festa seja toda organizada pelo Governo Federal, pelas entidades nacionais, que são na verdade as donas da Capital, porque esta é a Capital de todos os brasileiros e não só dos brasilienses, como eu.

Lamento profundamente. Sinto uma tristeza muito grande. Não importa, politicamente, se somos de partidos diferentes em relação ao Governador, se já temos candidato próprio para 2010, lançado desde o começo do ano, que estava pronto para enfrentar o Governador Arruda, apesar de termos três pessoas emprestadas ao Governo dele, porque tínhamos, sim, que dar ao Brasil e a Brasília... Nas experiências que fazíamos, já tínhamos um candidato, que é o Deputado José Antonio Reguffe. Vamos continuar com candidato próprio, porque esse é o nosso caminho, mas mesmo assim – mesmo assim – estou triste como brasiliense;

estou triste como membro da classe política brasileira e, especialmente, neste momento, da classe política brasiliense, do Distrito Federal.

Nós demos ao povo, à juventude, um exemplo que nos envergonha profundamente. Ou recuperamos tudo isso, ou passamos a ideia de que não merecemos ser responsáveis pelos destinos de nossa própria cidade.

Era isso, Sr. Presidente, que tinha a dizer como minha manifestação pessoal...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Passo a palavra ao Senador João Pedro, que tem o aparte.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Cristovam, V. Ex^a, como Senador do Distrito Federal, como uma das lideranças do PDT, traz para esta Casa, para o Plenário, essa situação que é uma vergonha, um acinte, esse comportamento dos dirigentes políticos de Brasília. E V. Ex^a traz de forma muito constrangida. Percebo isso em V. Ex^a, por conta, evidentemente, de que, quando acontece, por mais que o fato não envolva o nosso partido, reflete em todos os políticos. Esse comportamento reflete em todos os Governadores, em todos os Vice-Governadores, nos Parlamentares como um todo. Todos pagam.

Então, constrangido V. Ex^a está, porque é um legítimo representante de Brasília, da Capital do País – da Capital do País, repito. Não é uma cidade entre as 5.545 cidades. É a Capital do País. É Brasília. Então, temos de repudiar esse comportamento. As imagens são fortíssimas, são implacáveis! São viscerais as imagens dos Parlamentares, bem como a do Sr. Arruda, em 2006, sentado, recebendo dinheiro e dizendo: “O que faço com este dinheiro? Não vou para casa com este dinheiro”. São imagens fortíssimas! Na minha opinião, o Senador Mão Santa levanta uma questão sobre a qual esta Casa tem de se debruçar: uma CPI para analisar essa situação. É preciso uma CPI, porque o Presidente da Assembleia está envolvido.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – O Tribunal de Contas do Estado também.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – O Tribunal de Contas também está envolvido. Enfim, precisamos analisar, com o rigor do Senado, esses procedimentos todos. Como V. Ex^a, fico triste, mas indignado. Precisamos tomar providências. O Governador tem de ser afastado, tem de ser afastado! Os Democratas precisam, inclusive, manter essa coerência, pedindo o afastamento do Governador. E tem de haver um procedimento para a investigação. Eu estava aqui, e V. Ex^a estava mencionando as imagens, o envolvimento

do Governador, do Vice-Governador, do Presidente da Câmara Legislativa. Quem sabe a eleição de Brasília não seja, inclusive, antecipada, por conta da gravidade dessa situação? Então, como V. Ex^a, estou indignado, repudiando tudo isso. Minha voz não poderia ser outra senão a de exigir uma severa investigação, para apurar esse tipo de comportamento de lideranças políticas. Lamentavelmente, o Brasil, na sua história recente, padece desse tipo de comportamento. Não nos podemos calar. Nessa situação de Brasília, não nos podemos calar. O Governador, o Vice-Governador e o Presidente da Câmara Legislativa precisam ser afastados imediatamente, para que haja uma investigação acerca da origem dos recursos e de como eles foram aplicados, para ver se não há mais gente envolvida nessa balaieira, nessa vergonha que macula a história política de Brasília e do Brasil.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço ao Senador João Pedro.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Senador Cristovam, este é um debate. Eu queria dar uma contribuição a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Ótimo! Já deu uma muito boa.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Senador Cristovam....

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Peço-lhe um momento, só para responder ao Senador João Pedro.

Quero dizer-lhe, Senador João Pedro, que, de fato, o senhor tem razão. Apesar de parecer uma intervenção de fora do Estado dentro do Estado, em alguns momentos, isso tem de acontecer. Se nós, a classe local, não estamos dando conta disso – estão envolvidos o Governador, o Vice-Governador, o Presidente da Câmara Legislativa, e há até mesmo notícias de que o Tribunal de Justiça estaria envolvido também, e essa seria a última instância –, temos de considerar isso. Por isso, aceitei a proposta do Senador Mão Santa sobre a realização de uma CPI no Senado para analisar esse caso.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Senador Cristovam, não sou dono da verdade, mas cada um traz sua experiência. Fomos governadores juntos, mas tenho uma experiência que V. Ex^a não tem e vou explicar o porquê. Aqui, no Distrito Federal, não há cidades. Em situações como essa, em caso de corrupção, que depois envolveu crime – foi um rolo! –, fui obrigado a fazer duas intervenções. Ainda hoje, sou aplaudido. Uma delas ocorreu na cidade de Altos. O rolo era tão grande! Aí botei ali um ex-major que foi prefeito de Teresina. E outra ocorreu em Capitão de Campos, que também vivia essa situação: coloquei um padre da re-

gão, muito querido. São essas coisas que acontecem. Então, aqui é que nasce a discussão. Sei que tudo é previsto. Esse é um mar de corrupção, que, à primeira vista, como dizem, atinge o Executivo, o Poder Legislativo, o Tribunal. Está à vista, grosso. Estou chegando agora e estou horrorizado. A saída é a Justiça, não é? E isso já houve no País. Mas acho que o Presidente da República, o nosso Presidente Luiz Inácio, podia fazer uma intervenção federal, botar um interventor de moral – foi o que fiz no Estado do Piauí em duas cidades, e todo mundo respeitou. Não fiz isso porque quis, mas porque era um momento como esse, que não se admite, que é inaceitável. Olha que já temos muita vivência de democracia, há muitos anos! E não é uma cidade qualquer: é a Capital, que é uma cidade de todos nós! É o exemplo! Então, estamos aqui e devemos sair daqui, para ver outras luzes e ter a coragem de buscar uma decisão. Penso que o Presidente da República pode pensar nessa alternativa de fazer uma intervenção federal aqui, no Estado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Lamento discordar de V. Ex^a, pelo menos neste momento, Senador Mão Santa, porque isso levaria um desrespeito profundo seu a dois milhões de brasilienses. Podemos procurar, sim, a solução. O Presidente deve fazer isso, as Nações Unidas devem fazer isso, o Papa pode fazer isso se não conseguirmos encontrar a saída.

Quanto às denúncias dessa semana, já estamos mobilizados. Agora mesmo, a sociedade civil está reunida, e estou indo para lá. Apelo aqui para que o povo de Brasília se vista de luto daqui em diante, enquanto não tivermos conseguido uma saída para essa crise. Ponha luto na lapela, mostre sua indignação! E vamos encontrar a saída entre nós. Mas, se não a encontrarmos entre nós, se nossas lideranças – inclusive, eu – forem incapazes de encontrar a saída, se os dois milhões de brasilienses forem incapazes de mudar tudo o que está aqui, usando luto, manifestando-se nas escolas e nas universidades, que lamentavelmente já entraram de férias, se não conseguirmos isso – ai é o que fala o Senador Mão Santa –, essa situação terminará tomando conta do sentimento nacional, e aí ninguém mais vai conseguir impedir que isso aconteça.

Ainda acredito – muito menos, no processo político, nem tanto no processo formal, até judiciário – que os dois milhões de brasilienses vão, sim, levantados, conseguir forçar a classe política a que encontremos uma saída para limpar a lama e a imagem do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa que, como orador inscrito, fará uso da palavra por

permute com o Senador Paulo Paim. Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, que preside esta reunião de segunda-feira, parlamentares na Casa, brasileiras e brasileiros aqui no plenário do Senado e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador Papaléo Paes, eu vi um povo tremer de indignação pelo que se passa na capital da República, Papaléo. Então, discordo do professor Cristovam de que não se deve ter comemoração do cinquentenário.

Eu acho que deve ter. Essa Brasília é muita história, essa Brasília foi uma decisão do mais notável dos brasileiros, humilhado aqui, cassado e tirado daqui. Então, é uma hora de prestarmos homenagem, resgatar a figura de Juscelino e do povo que a construiu, e do povo.

Isso daí, pelo contrário, eu acho que nós devemos comemorar duas coisas: a coragem, a ousadia e a determinação de Juscelino em criá-la, ela que era um sonho desde a primeira Constituição; quando nós estudávamos geografia, tinha no mapa do Brasil um quadradozinho, aqui vai ser construída a capital, e essa decisão corajosa mudou o País e foi Juscelino.

Então, isso é a história que deve ser conhecida para ser seguida dos bons exemplos de coragem, de visão de futuro, de ação, onde nasceu o hábito, o caráter e o destino. Assim é que se forma a civilização.

Nós viemos aqui fazer outro pronunciamento, totalmente alheio. Mas o Brasil todo está tremendo de indignação, e eu como representante do Partido Social Cristão fui procurado aí, que tem gente envolvida, e eu digo: então, não é do Partido, porque o Partido, segundo me consta, é a filosofia e a doutrina de Cristo, e Cristo não mandou ninguém roubar não. O Pai d'Ele, muito antes, entregou para o tal de Moisés, uma lei que tem lá, o 8º mandamento: Não roubarás. Então não é do partido, se está envolvido não é. Que pode ter, pode. No próprio senadinho de Cristo, que Ele saiu escolhendo a dedo, houve um que o enganou e negociou a Sua prisão. Mas o partido, a nossa doutrina, é cristã, foge a isso. O partido, muito pelo contrário, abomina isso, não aceita isso. Eu aqui o represento.

Agora o que eu queria dizer é o seguinte, Papaléo. Interessante, eu não sei se você já leu, hoje eu vi V. Ex^a falando sobre literatura do Amapá, que vai com muita emoção. Mas um dos livros mais importantes que eu li foi esse “O Velho e o Mar”. Esse aqui, relendo, porque agora é que a gente vê que é bom. Ernest Hemingway. Ele nasceu em Key West, Estados Unidos, perto do Caribe, a 80 milhas de Cuba, e morreu em Cuba. Fez muitos romances, mas esse foi o último. Depois desse

é que ele ganhou o Prêmio Nobel de Literatura. Mas ele é tão bom, tão bom, que outro que ganhou aqui, Gabriel Garcia Marquez, da Colômbia, que tem, aquele livro, *Cem Anos de Solidão, Viver para contar, Memoria de mis putas tristes*. É interessante que esse Gabriel Garcia Marquez, ainda está vivo, muitos livros dele, *Memoria de mis putas tristes, Cem Anos de Solidão*, ele disse que esse aqui era o deus dele, está ouvindo Papaléo. E o Gabriel Garcia Marquez conta nas suas memórias que uma vez encontrou o Ernest Hemingway em Paris. Ele era repórter novo, mas ficou tão emocionado que não teve coragem de entrevistá-lo, só disse: "Olá, mestre." Então, esse livro é interessante; "*O Velho e o Mar*" conta a luta da vida, um velho pescador, com a coragem, na luta do dia a dia. Mas tem um pensamento aqui nele todo e eu trouxe, e é oportuno para toda essa desgraceira que houve em Brasília. Ele diz o seguinte: "A maior estupidez é perder a esperança. Além disto, acho que é um pecado perder a esperança." A gente tem que ter esperança. E ele diz: "Mas o homem não foi feito para derrota. Um homem pode ser destruído, mas nunca derrotado." Então, a gente tem que ter esperança. Eu sei que antes dele, o Apóstolo Paulo, está no livro de Deus: fé, esperança e caridade. Pode faltar tudo mas tendo isso, e essa esperança. Então, nós temos que ter esperança.

Estamos aqui porque fomos um dos artífices da esperança para o povo brasileiro, da manutenção desta democracia – democracia, que, na síntese, é divisão de poderes equipotentes, um olhando para o outro, um freando o outro.

Neste instante, eu acho e entendo que Brasília... A Constituição prevê que o Poder Judiciário pode dar o freio. Na República, já tivemos isto aqui no Brasil: por instantes, o Presidente da República foi do Supremo Tribunal Federal.

Então, nós queríamos dizer da esperança da alternância do poder. O Brasil não vai, como disse... Aplicou-se aqui uma tática velha, que não dá mais, porque a verdade está surgindo. É muito legítimo a gente valorizar os provérbios, a sabedoria popular – até na Bíblia tem um montão de provérbios, o Rei Salomão escreveu um bocado. Eu aprendi que é mais fácil tapar o sol com uma peneira do que esconder a verdade.

Isto é o que está acontecendo. Eles governaram com a estratégia de que mentira, mentira, mentira, mentira, mentira repetida se torna verdade. Isso foi o governo de Hitler, com seu comunicador Goebbels.

Mas naquele tempo, Papaléo, o rádio era só do Hitler. Se tinha rádio lá na Alemanha, era dele. Então, o Goebbels dizia: "Lá vai Hitler com trinta mil soldados" – ele ia só com três mil. Aí, os outros, Polônia... Mas, hoje, para o sujeito mentir, tem de ter coragem – mas

é uma demonstração de que não entende a evolução do mundo.

Nós passamos pela primeira onda, que foi o homem se fixando no campo; na segunda onda, o homem passou para as cidades grandes em função da revolução industrial – ele ia atrás dos empregos na segunda onda. E viria uma terceira onda, que era a da desmassificação da comunicação.

Então, não adianta mentir, que explode. Desmassificação da comunicação: ninguém a detém como deteve Hitler. Daí, o desgaste: não adianta, explode. Você viu quanta propaganda foi feita do Governo daqui? Todo mundo estava já para... Explodiu! Em menos de dez minutos, estava morto. Não é o rei de Brasília? Essa desmassificação, ninguém controla. A mesma coisa é no Governo Federal. Os aloprados pensaram, mentiram, mentiram, mentiram, e a verdade vai surgindo.

No Piauí, cujo governo é do Partido dos Trabalhadores... Tem, a propósito, uma competição aqui entre mim e o Mário Couto para ver quem é pior, se o Governador do Piauí ou a Governadora do Pará, ambos do Partido dos Trabalhadores.

O Mário Couto traz uma notícia, mas, quando vai pensando que vai para o pódio, surge outra pior, e ele diz: "Besteira, essa daí é melhor". Então, vamos ver aqui o que dizem os jornais.

Primeiro. A desmassificação foi prevista pelo livro *A Terceira Onda*, de Alvin Toffler, em 1980. Ele dizia que iria explodir. Ninguém controla essas rádios que a gente chama de piratas, comunitárias; e há os portais, blogs, twitters. É uma loucura! Não adianta mentir, passou esse tempo.

Aquele negócio de galinha cacarejadora é verdade, era o time do Hitler: ele mantinha umas pessoas só para cacarejarem que tinha obra, tinha obra e não sei mais o quê. Aí ele chamava de "galinha". Já eu fui dizer isso aqui, e o mundo quase veio abaixo. A galinha cacarejadora está lá no livro do homem, era o que a gente chama hoje de militante, que fica mentindo sobre coisas que não acontecem.

No Piauí temos o seguinte. *Diário do Povo...* A desmassificação perde o controle. O Piauí, Deus não ia abandonar, Deus não abandona o seu povo. Então, tem um jornal lá de um cabra rico – ele vive lá na China, peça de moto e o diabo; é o que vende mais. É este aqui. Ele não está nem aí, é livre, independente. Quer dizer, os outros todos têm medo, mas ele não. O cabra... A gente pensa que é brincadeira, que é só para brincar. *Diário do Povo*. Olhem primeiro capa: "Piauí tem a pior energia do Nordeste" – na mão do PT.

Por isso é que eu saí de lá. Eu votei no Luiz Inácio e no Governador. Aliás, indiquei o chefe... Eu que indiquei; mandaram eu indicar, eu indiquei. Mas quando

eu vi a roubalheira, a sem-vergonhice e o mensalão... Aí eu não tinha mais moral, porque estava todo mundo satisfeito. Quando dá quadrilha lá, eu digo: "Rapaz, vai me lascar, porque só tenho a honra". Ai vão dizer: "Quem botou foi o Mão Santa, ele sabe de tudo". Aí só teve um jeito. Eu peguei esse Líder aí, o Mercadante... Esse José Dirceu é um Zé Maligno. Agora é fácil dizer, mas ninguém tinha dito não, fui eu o primeiro. Com o segundo "Zé Maligno" que eu disse, ele mandou demitir o cara. E aí eu disse: "Estou salvo!". Ele demitiu o que eu botei, aí ficou a corrupção lá, aquele... Não é o Governador, gravado com aquela empresa dos assaltos que tinha o nome do Buda, a Gautama, não é? Virgem Maria! E eu dizia o que ia acontecer...

"O Piauí tem a pior energia". O Piauí tem uma hidrelétrica, tem tudo, e tem uma roubalheira danada. Luz santa? Não saiu nada!. É porque eles encobrem, o cara é do PT, tem manto protetor na Justiça.

Outra – a praia do Piauí e eu aqui –: Pedra do Sal. Aí falam de turismo, que tem aeroporto internacional. Tudo mentira!

Então, está aqui: energia é a pior. Vamos lá para dentro. Praia: abandonada. Pedra do Sal está abandonada. Como é que pode ter turismo se a praia mais bonita está desse jeito? Então, vamos vendo aí.

Outro jornal – este até gosta do Governo –: "Turista não se interessa pelo Piauí". Ora, se o Governador só faz mentir... Ele diz que há dois aeroportos internacionais. Tudo mentira! É mentira! Papaléo, eles mentem, mentem. Aí vem... Não se interessam.

Eu fui convidado para ser padrinho de casamento de um Deputado Federal em Teresina e, lá em Parnaíba, do filho do meu Secretário de Saúde. Aí pensei: "Tenho que ir aos dois. Cidade da gente... Nós vamos entrar na igreja. Eu alugo um táxi aéreo, um teco-teco e vamos para Paranaíba. Tudo certo. Vamos aos dois porque são dois amigos. Chego atrasado, mas explico". Papaléo, não pousa mais à noite não, antes pousava. Sempre pousou à noite, sempre pousou avião, mas acabou foi com tudo. Só tem mentira!

Aí Adalgisa arrumou um neto lá em Parnaíba para entrar, e eu entrei no outro. Fiquei em Teresina separado. Não tem! É só mentira! O Governador não é normal: mente, mente, mente. Rapaz, mentir é coisa... Olha, no meu tempo... Não sei se o seu fazia isso, mas meu pai me dava era de cinturão. Ele dizia: "Quem mente rouba". E as minhas mentiras eram por medo da broca do dentista. Vocês são novos, não sabem: mas a broca era a pedal, Papaléo.

Ô Papaléo, tu já fostes nesse tipo de dentista com broca a pedal? A Cláudia porque é nova. Olha, a gente ficava arrepiado. Papai era amigo do dentista. "E o Francisco? Hum, ele não vai lá há três meses". E

esse Governador... Eu acho que não teve pai para dar de cinturão nele... Eu estou aqui...

Na semana passada, está ouvindo Papaléo, eu... A minha grande obra foi a expansão do ensino universitário. Construí 400 faculdades, espalhadas em 36 cantos, Floriano foi o primeiro. Então, eles fizeram 15 anos... Sabe como é estudante, mesmo sendo do governo... Façamos uma homenagem ao Mão Santa. Eu disse: estarei lá. Cinco, bota último, conferencista, palestra, cinco horas da tarde e durmo. A mesma coisa. Cheguei. Floriano é outra cidade, olha como está o Piauí. Cheguei lá no aeroporto. Cadê Floriano? Pode não, acabaram... Não tem mais aeroporto, não. E os estudantes. Rapaz, eu disse que ia. Só dava certo de avião, porque no outro dia eu tinha uma convenção do Partido, PSC, que eu dirigi. Não dei. É só mentira.

Então, turista não se interessa pelo Piauí. Sempre teve avião. A briga do Heráclito com o Suplicy: o Heráclito pleno de razão; o Suplicy pleno de ser coitado. Pelo seguinte, o Heráclito dizia isso. Tirou fotografia de São Raimundo Nonato, que havia uma linha, em avião Brasília: Petrolina/São Raimundo Nonato/Teresina. E o Heráclito dizendo que não tinha, e o Suplicy... Vinha umas cartas de lá. Ele lia as cartas da mentira e aí se atritaram que foi... Dois aeroportos internacionais...

Papaléo, quando eu discursava aqui, o Demóstenes disse que em Goiás não tem nenhum, e como o Piauí ia ter dois?

Mas o pior foi o seguinte, essa aqui eu vou contar. Eu nunca vi, eu nunca vi – e tenho 67 anos – uma pessoa mentir tanto. Eu não tenho nada. Eu votei nele e no Luiz Inácio. No começo do Governo, o Luiz Inácio me pegou numa mordomia, numa casa, em um desses almoços, eu acho que era do Presidente do Senado e disse: "Mão Santa, ajude o meu menino". Pegou a minha mão, mexeu, assanhou o meu cabelo. É simpático o Luiz Inácio. Mas ele não sabia que o menino dele é travesso, é mentiroso.

Mas ontem, Papaléo, eu estava lá, fiquei lá. Deixe-me te contar esta. Aí ele foi para a Alemanha, foi convidado para esse negócio lá na Dinamarca, em Copenhague, e, para mostrar, disse que ia para a Grécia, para a Alemanha. Quando eu vi, estava em Teresina, no hospital, de branco, um sujeito lá que eu não sei.... Não é médico, não, o Secretário de Saúde; é companheiro dele lá. Esse povo é assim. Aí falou: vou levar médicos da Alemanha para o Piauí, para trabalhar. Eu vi, eu é que vi. Eu estava lá. Eu tenho 43 anos de Medicina. "Vou levar médicos..." O pobre, o ignorante, televisão, governador... Eu ri... Abraham Lincoln disse: "você pode enganar poucos por muito tempo. Pode enganar muitos por pouco tempo. Mas todo mundo..." Médicos da Alemanha para o Piauí... Como é que o

povo vai entender esse médico? Como é que ele vai consultar? Quem é que sabe alemão no Piauí? Ele vai aprender português? Vai levar dez anos.

O que é que vai... Áí encheu e está lá fazendo um convênio, viu Papaléo, e vai levar médico para o Piauí, médico alemão. Enche mesmo, saiu em tudo que é jornal, televisão, e o povo até... Como é que esse médico vai consultar lá? O povo vai entendê-lo? Eu não sei alemão; avalie o povo! E ele? Esse médico vai passar dez anos para aprender português. Eu nunca vi um negócio desses.

Tinha lido aqui que a classe médica do Piauí, por intermédio do seu líder, do Sindicato; o Dr. Eulálio, um bravo médico; da Associação de Medicina; do CRM e tem uma academia médica de luminares – viu, Papaléo! – li isso há dois dias, informam que os médicos do Piauí vão entrar em greve no dia 2 de dezembro, porque ganham – sabe quanto ganham, Papaléo? – R\$1.010,00.

E esse Governador diz que vai levar médico alemão, um médico pago pelo PT no Piauí. Olha que quando eu governei nunca teve greve, não. Dia 2 de dezembro. Li o manifesto deles, sexta-feira. E responsáveis, porque eles vão fazer de tal maneira que um terço da emergência funcione. Quer dizer, é uma classe altamente franciscana, responsável, idealista, que são nossos colegas. Então, R\$1.010,00. E esse médico alemão vem para ganhar R\$1.010,00? Quanto dá isso em Euros? Quer dizer, mas botou lá.

Está aqui: "Turistas não se interessam pelo Piauí". Mas é por causa desse Governador. Deus fez belo o Piauí.

Temos um litoral de 66 quilômetros, verdes mares bravios, brancas dunas, ventos que nos acariciam, sol que nos tosta, rio que nos abraça, cem lagoas. O Piauí tem cem lagoas. Há lugar que jorra água. O rio Parnaíba, que separa o Piauí do Maranhão, não se lança como o Amazonas, burramente, diretamente, mas, sim, abre-se, para abraçar o mar, lembrando a letra grega Delta. O rio se abre. Não sabemos grego, Senador Papaléo. Vou explicar: o rio Parnaíba se abre em cinco rios; a sinuosidade dele forma 78 ilhas, lembrando o formato de uma mão. Ninguém sabe letra grega, ninguém sabe de Delta, mas conhece uma mão, com certeza santa. Então, formaram-se 78 ilhas: dois terços no Maranhão; um terço no Piauí. A maior ilha, na qual nasceu Evandro Lins e Silva, o maior advogado desta História – Alberto Silva nasceu lá também –, é do Piauí. A mais profunda, a ilha do Caju, em que há turismo ecológico, é do Maranhão, dirigida por uma família inglesa, com raízes – hoje, seus descendentes estão em Parnaíba.

Então, com todas essas belezas, Teresina é o maior fruto da civilização do Piauí. Foi a primeira capital planejada do Brasil. Foi um baiano, que lá era interventor, que tirou a capital de Oeiras e a botou em Teresina, mesopotâmica, entre dois rios: o rio Poti, que vem do Ceará, e o rio Parnaíba, de que falei. Teresina está no centro do Estado, diferentemente de todas as outras capitais do Nordeste, que estão à beira do mar, criadas por portugueses. Foi Teresina que deu a inspiração a Belo Horizonte; a Goiânia; a Brasília, que vai completar cinquenta anos – Teresina tem 158 anos –; e a Palmas.

E o sul do Estado, Senador Papaléo? A pesquisadora Niède Guidon, por meio de impressões rupestres inscritas nas pedras, nas rochas da Serra da Capivara, prova que o homem americano andou por lá há quarenta mil anos. Isso é verdade. Havia uns estreitos, e eles vieram a pé. Havia pouca água. Esse aquecimento global já se vinha dando. As geleiras estão aí e tornaram maior o nível do mar, dos rios. Eles conseguiram, por uns estreitos perto da África, vir a pé para aqui e se fixaram lá. Lá, está o berço do homem americano, há o Museu do Homem Americano. Cito apenas esses três polos turísticos extraordinários, que são de interesse do turismo paleológico, arqueológico. Tanto isso é verdade, que Fernando Henrique Cardoso, o estadista, quando comemorou os 500 anos do Brasil, em 1º de janeiro, foi até lá, ao berço do homem americano. Eu governava o Estado.

Então, esse Estado tem perspectiva, mas turista não se interessa pelo Piauí. No mais, é só mentira do Governador! Mentira! Está no jornal: no ranking, o Estado do Piauí é o 24º. Isso tudo ocorre, primeiro porque não há transporte aéreo. Na capital, Teresina, só há mentira. Aeroportos internacionais? Mentira! E quanto à ferrovia?

O senhor conheceu Alberto Silva, não é? Ninguém é livre de ser enganado. Alberto Silva sempre dizia – foi Senador aqui – que ele era um engenheiro político, Papaléo. E ele era engenheiro ferroviário, primeiro. Então, o Governador chegou lá e disse: "Alberto, você passa para o meu lado, que vou recuperar, em sessenta dias, a linha de ferro de Parnaíba para a praia, com quinze quilômetros, e, em quatro meses, a que vai de Parnaíba a Teresina". Alberto Silva já morreu, foi para o céu enganado. O Governador mentiu, não trocou um dormente, que é aquele pau que segura o ferro. Eu mesmo pensei que ele ia fazer o que disse. Mas lá a turma diz: "Governo, o nome dele é Dias de Mentira". Pensei que aquilo seria feito, primeiro, porque aquela é uma planície, aquela é uma obra fácil de recuperar. Até um mestre de obras a recupera. É uma planície, não há acidente geográfico ali. Alberto Silva

foi para o céu e não viu trocar um dormente. Por isso é que ele votou nele, enganado.

Poticabana foi uma obra de Alberto Silva, que – está ouvindo, Papaléo? – sonhou e, como engenheiro, pegou uma área no rio Poti e fez Poticabana, onde há um parque, com aqueles bichos. Os meninos descem lá. É como esses parques aquáticos. Ele fez ondas no rio, com um mecanismo especial. E funcionava, era uma Poticabana para os pobres. Cabra mentiroso, rapaz! Moro lá em frente, no edifício. Acabou, está arrasada, toda destruída! E diz que não sei o quê... Meu edifício fica lá de frente. Eu olhei isso ontem.

E o centro de convenções? Eu entreguei o centro de convenções, que teria seiscentos lugares, mas eu o aumentei, para que alojasse oitocentos lugares. Para isso, tirei um restaurante que existia lá. Ficou menor. Rapaz, está interditado!

O Teatro 4 de Setembro, a praça, o jóquei, o centro de artesanato, eu os entreguei. O Ministério Público os interditou, porque disse que o teto ia cair. Não há mais. É só propaganda! Como é que pode haver turismo? O teatro fui eu quem entregou. Fui eu que o entreguei, estou dizendo, e isso está sendo gravado. Que beleza! Eu me lembro de que Sebastião Nery pulou no palco e disse que era um dos melhores palcos. Era uma coisa bela!

Quando eu governava o Estado – a classe médica até viciou-se –, eles abriam todos os cursos lá, e eu estava ali pertinho, no Palácio, para o qual ia a pé. Eu tinha de dar aquela mordomia para nossos colegas médicos. Rapaz, veio o Ministério Público!

Havia também o Verdão. Há o Maracanã e o Maracanãzinho. Foi construído por Dirceu Arcoverde. Caiu o teto, e o reformei todinho. Haveria um campeonato regional de basquete lá, mas foram para o Maranhão, na cidade vizinha. Está interditado!

Então, como é que pode haver turismo sem energia, com as praias desse jeito, sem aeroporto? Não há mais vôo nacional, nem teco-teco. É só mentira!

Ontem, rapaz, ele caiu no desplante de aparecer na Alemanha, de branco, com o Secretário de Saúde, que nem é médico, falando: "Vou levar uns médicos da Alemanha". E os do Piauí vão fazer greve, porque ganham R\$1.010,00.

Então, essas são nossas palavras, com confiança em Luiz Inácio. Queremos crer que Luiz Inácio tem conhecimento disso, porque ele se enganou, como eu também, quando votei nele. Ele até pegou meu cabelo e disse: "Mão Santa, ajuda aí meu menino". Mas ele não sabia que o menino dele era travesso, mentiroso, como todo o Piauí sabe.

Olhe, Papaléo: ele quer levar médico da Alemanha para o Piauí!

Vou lhe contar uma, porque, em Medicina, eu é que sou o bom mesmo, eu entendo desse negócio. Papaléo, encontrei um médico neurologista do Piauí em Buenos Aires: o de Sá. Ele foi fazer uma subespecialização, um exame de arteriografia cerebral. Aí o encontrei. Digo isso, para vermos como é um desplante mentir assim! Eu o encontrei, de Sá, um rapaz bom, um intelectual, irmão do B. Sá, que era Deputado Federal e que, hoje, é Prefeito de Oeiras. "Ô Dinho, tu já não sabias?" "Não, só vim fazer. É uma técnica nova, um aparelho dessas arteriografias." Aí ele disse: "Senador Mão Santa, já sei, mas acontece que eles não me dão o diploma, porque tenho de fazer uma parte no hospital". Estou contando o que aconteceu bem aí, em Buenos Aires. E disse: "Eles exigiram, a universidade de Buenos Aires, que, primeiro, eu falasse corretamente o espanhol". A gente enrola com o "portunhol", e você sabe que a gente pode fazer um disparate louco. Há palavras que a gente pensa que são iguais, mas são totalmente diferentes. Aí ele disse: "Exigiram isso de mim. Vou frequentar o hospital, porque, com o meu rolo, com o meu "portunhol", não posso fazer uma anamnese, um exame, porque o doente não me entende, nem eu entendo o doente. A língua pode nos levar a erros horríveis". Isso aconteceu bem aí, em Buenos Aires. Dele, médico formado, professor, exigiram mais um diploma, para que ele fizesse um exame numa subespecialidade em Neurologia.

Já pensou trazer médico da Alemanha? E o cara disse: "Vou levar médico da Alemanha para o Piauí".

Então é isso. O Piauí, como o Brasil, confia no que eu disse aqui, na esperança. A esperança é a democracia. Que se faça a alternância do poder no Piauí e no Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa, pelo brilhante pronunciamento.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte

Of. nº 2.378/09/SGM-P

Brasília, 27 de novembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor

Senador José Sarney

Presidente do Senado Federal

Assunto: Envio de PEC para aplicação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para os fins constantes do § 2º do art. 60 da Constituição Federal, o Substitutivo da Câmara dos Deputados à Proposta de Emenda à Constituição nº 351, de 2009, do Senado Federal (PEC nº 12/2006, na Casa de origem), que

"Altera o art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios", aprovada, em segundo turno, pela Câmara dos Deputados.

Atenciosamente, Michel Temer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – É a seguinte a Proposta de Emenda à Constituição recebida:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12-A, DE 2006

(nº 351/2009, Substitutivo da Câmara dos Deputados)

Altera o art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 100 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

S 1º Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, e serão pagos com prefe-

rênciam sobre todos os demais débitos, exceto sobre aqueles referidos no § 2º deste artigo.

§ 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data de expedição do precatório, ou sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para os fins do disposto no § 3º deste artigo, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.

§ 3º O disposto no caput deste artigo relativamente à expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

§ 4º Para os fins do disposto no § 3º, poderão ser fixados, por leis próprias, valores distintos às entidades de direito público, segundo as diferentes capacidades econômicas, sendo o mínimo igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social.

§ 5º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do

exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

S 6º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento integral e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para os casos de preterimento de seu direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito, o sequestro da quantia respectiva.

S 7º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante o Conselho Nacional de Justiça.

S 8º É vedada a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento de parcela do total ao que dispõe o § 3º deste artigo.

S 9º No momento da expedição dos precatórios, independentemente de regulamentação, deles deverá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora, incluídas parcelas vincendas de

parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial.

§ 10. Antes da expedição dos precatórios, o Tribunal solicitará à Fazenda Pública devadora, para resposta em até 30 (trinta) dias, sob pena de perda do direito de abatimento, informação sobre os débitos que preencham as condições estabelecidas no § 9º, para os fins nele previstos.

§ 11. É facultada ao credor, conforme estabelecido em lei da entidade federativa devadora, a entrega de créditos em precatórios para compra de imóveis públicos do respectivo ente federado.

§ 12. A partir da promulgação desta Emenda Constitucional, a atualização de valores de requisitórios, após sua expedição, até o efetivo pagamento, independentemente de sua natureza, será feita pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios.

§ 13. O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor, não se aplicando ao cessionário o disposto nos §§ 2º e 3º.

S 14. A cessão de precatórios somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao tribunal de origem e à entidade devedora.

S 15. Sem prejuízo do disposto neste artigo, lei complementar a esta Constituição Federal poderá estabelecer regime especial para pagamento de crédito de precatórios de Estados, Distrito Federal e Municípios, dispondo sobre vinculações à receita corrente líquida e forma e prazo de liquidação.

S 16. A seu critério exclusivo e na forma de lei, a União poderá assumir débitos, oriundos de precatórios, de Estados, Distrito Federal e Municípios, refinanciando-os diretamente." (NR)

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 97:

"Art. 97. Até que seja editada a lei complementar de que trata o § 15 do art. 100 da Constituição Federal, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, na data de publicação desta Emenda Constitucional, estejam em mora na quitação de precatórios vencidos, relativos às suas administrações direta e indireta, inclusive os emitidos durante o período de vigência do regime especial instituído por este artigo, farão esses pagamentos de acordo com as normas a seguir estabelecidas, sendo inaplicável o disposto no art. 100 desta Constituição Federal, exceto em seus §§ 2º, 3º, 9º, 10, 11, 12, 13 e 14, e sem

prejuízo dos acordos de juízos conciliatórios já formalizados na data de promulgação desta Emenda Constitucional.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios sujeitos ao regime especial de que trata este artigo optarão, por meio de ato do Poder Executivo:

I - pelo depósito em conta especial do valor referido pelo § 2º deste artigo; ou

II - pela adoção do regime especial pelo prazo de até 15 (quinze) anos, caso em que o percentual a ser depositado na conta especial a que se refere o § 2º deste artigo corresponderá, anualmente, ao saldo total dos precatórios devidos, acrescido do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora, excluída a incidência de juros compensatórios, diminuído das amortizações e dividido pelo número de anos restantes no regime especial de pagamento.

§ 2º Para saldar os precatórios, vencidos e a vencer, pelo regime especial, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devedores depositarão mensalmente, em conta especial criada para tal fim, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre as respectivas receitas correntes líquidas, apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, sendo que esse percentual, calculado no momento de opção pelo regi-

me e mantido fixo até o final do prazo a que se refere o § 14 deste artigo, será:

I - para os Estados e para o Distrito Federal:

a) de, no mínimo, 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), para os Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além do Distrito Federal, ou cujo estoque de precatórios pendentes das suas administrações direta e indireta corresponder a até 35% (trinta e cinco por cento) do total da receita corrente líquida;

b) de, no mínimo, 2% (dois por cento), para os Estados das regiões Sul e Sudeste, cujo estoque de precatórios pendentes das suas administrações direta e indireta corresponder a mais de 35% (trinta e cinco por cento) da receita corrente líquida;

II - para Municípios:

a) de, no mínimo, 1% (um por cento), para Municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, ou cujo estoque de precatórios pendentes das suas administrações direta e indireta corresponder a até 35% (trinta e cinco por cento) da receita corrente líquida;

b) de, no mínimo, 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), para Municípios das regiões Sul e Sudeste, cujo estoque de precatórios pendentes das suas administrações direta e indireta corresponder a mais de 35 % (trinta e cinco por cento) da receita corrente líquida.

S 3º Entende-se como receita corrente líquida, para os fins de que trata este artigo, o somatório das receitas tributárias, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de contribuições e de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, incluindo as oriundas do § 1º do art. 20 da Constituição Federal, verificado no período compreendido pelo mês de referência e os 11 (onze) meses anteriores, excluídas as duplicidades, e deduzidas:

I - nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;

II - nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, a contribuição dos servidores para custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira referida no § 9º do art. 201 da Constituição Federal.

S 4º As contas especiais de que tratam os §§ 1º e 2º serão administradas pelo Tribunal de Justiça local, para pagamento de precatórios expedidos pelos tribunais.

S 5º Os recursos depositados nas contas especiais de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo não poderão retornar para Estados, Distrito Federal e Municípios devedores.

S 6º Pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos recursos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo serão utilizados para pagamento de precatórios em ordem cronológica de apresentação, respeitadas as preferências definidas no § 1º,

para os requisitórios do mesmo ano e no § 2º do art. 100, para requisitórios de todos os anos.

§ 7º Nos casos em que não se possa estabelecer a precedência cronológica entre 2 (dois) precatórios, pagar-se-á primeiramente o precatório de menor valor.

§ 8º A aplicação dos recursos restantes dependerá de opção a ser exercida por Estados, Distrito Federal e Municípios devedores, por ato do Poder Executivo, obedecendo à seguinte forma, que poderá ser aplicada isoladamente ou simultaneamente:

I - destinados ao pagamento dos precatórios por meio do leilão;

II - destinados a pagamento a vista de precatórios não quitados na forma do § 6º e do inciso I, em ordem única e crescente de valor por precatório;

III - destinados a pagamento por acordo direto com os credores, na forma estabelecida por lei própria da entidade devedora, que poderá prever criação e forma de funcionamento de câmara de conciliação.

§ 9º Os leilões de que trata o inciso I do § 8º deste artigo:

I - serão realizados por meio de sistema eletrônico administrado por entidade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ou pelo Banco Central do Brasil;

II - admitirão a habilitação de precatórios, ou parcela de cada precatório indicada

pelo seu detentor, em relação aos quais não esteja pendente, no âmbito do Poder Judiciário, recurso ou impugnação de qualquer natureza, permitida por iniciativa do Poder Executivo a compensação com débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra devedor originário pela Fazenda Pública devedora até a data da expedição do precatório, ressalvados aqueles cuja exigibilidade esteja suspensa nos termos da legislação, ou que já tenham sido objeto de abatimento nos termos do § 9º do art. 100 da Constituição Federal;

III - ocorrerão por meio de oferta pública a todos os credores habilitados pelo respectivo ente federativo devedor;

IV - considerarão automaticamente habilitado o credor que satisfaça o que consta no inciso II;

V - serão realizados tantas vezes quanto necessário em função do valor disponível;

VI - a competição por parcela do valor total ocorrerá a critério do credor, com deságio sobre o valor desta;

VII - ocorrerão na modalidade deságio, associado ao maior volume ofertado cumulado ou não com o maior percentual de deságio, pelo maior percentual de deságio, podendo ser fixado valor máximo por credor, ou por outro critério a ser definido em edital;

VIII - o mecanismo de formação de preço constará nos editais publicados para cada leilão;

IX - a quitação parcial dos precatórios será homologada pelo respectivo Tribunal que o expediu.

S 10. No caso de não liberação temporária dos recursos de que tratam o inciso II do § 1º e os §§ 2º e 6º deste artigo:

I - haverá o sequestro de quantia nas contas de Estados, Distrito Federal e Municípios devedores, por ordem do Presidente do Tribunal referido no § 4º, até o limite do valor não liberado;

II - constituir-se-á, alternativamente, por ordem do Presidente do Tribunal requerido, em favor dos credores de precatórios, contra Estados, Distrito Federal e Municípios devedores, direito líquido e certo, autoaplicável e independentemente de regulamentação, à compensação automática com débitos líquidos lançados por esta contra aqueles, e, havendo saldo em favor do credor, o valor terá automaticamente poder liberatório do pagamento de tributos de Estados, Distrito Federal e Municípios devedores, até onde se compensarem;

III - o chefe do Poder Executivo responderá na forma da legislação de responsabilidade fiscal e de improbidade administrativa;

IV - enquanto perdurar a omissão, a entidade devedora:

a) não poderá contrair empréstimo externo ou interno;

b) ficará impedida de receber transferências voluntárias;

V - a União reterá os repasses relativos ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios, e os depositará nas contas especiais referidas no § 1º, devendo sua utilização obedecer ao que prescreve o § 5º, ambos deste artigo.

§ 11. No caso de precatórios relativos a diversos credores, em litisconsórcio, admite-se o desmembramento do valor, realizado pelo Tribunal de origem do precatório, por credor, e, por este, a habilitação do valor total a que tem direito, não se aplicando, neste caso, a regra do § 3º do art. 100 da Constituição Federal.

§ 12. Se a lei a que se refere o § 4º do art. 100 não estiver publicada em até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação desta Emenda Constitucional, será considerado, para os fins referidos, em relação a Estados, Distrito Federal e Municípios devedores, omissos na regulamentação, o valor de:

I - 40 (quarenta) salários mínimos para Estados e para o Distrito Federal;

II - 30 (trinta) salários mínimos para Municípios.

§ 13. Enquanto Estados, Distrito Federal e Municípios devedores estiverem realizando pagamentos de precatórios pelo regime especial, não poderão sofrer sequestro de valores, exceto no caso de não liberação tempestiva dos recursos

de que tratam o inciso II do § 1º e o § 2º deste artigo.

§ 14. O regime especial de pagamento de precatório previsto no inciso I do § 1º vigorará enquanto o valor dos precatórios devidos for superior ao valor dos recursos vinculados, nos termos do § 2º, ambos deste artigo, ou pelo prazo fixo de até 15 (quinze) anos, no caso da opção prevista no inciso II do § 1º.

§ 15. Os precatórios parcelados na forma do art. 33 ou do art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e ainda pendentes de pagamento ingressarão no regime especial com o valor atualizado das parcelas não pagas relativas a cada precatório, bem como o saldo dos acordos judiciais e extrajudiciais.

§ 16. A partir da promulgação desta Emenda Constitucional, a atualização de valores de requisitórios, até o efetivo pagamento, independentemente de sua natureza, será feita pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança, e, para fins de compensação da mora, incidirão juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios.

§ 17. O valor que exceder o limite previsto no § 2º do art. 100 da Constituição Federal será pago, durante a vigência do regime especial, na forma prevista nos §§ 6º e 7º ou nos incisos I, II e III do § 8º deste artigo, devendo os va-

lores dispendidos para o atendimento do disposto no § 2º do art. 100 da Constituição Federal serem computados para efeito do § 6º deste artigo.

§ 18. Durante a vigência do regime especial a que se refere este artigo, gozarão também da preferência a que se refere o § 6º os titulares originais de precatórios que tenham completado 60 (sessenta) anos de idade até a data da promulgação desta Emenda Constitucional."

Art. 3º A implantação do regime de pagamento criado pelo art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias deverá ocorrer no prazo de até 90 (noventa dias), contados da data da publicação desta Emenda Constitucional.

Art. 4º A entidade federativa voltará a observar somente o disposto no art. 100 da Constituição Federal:

I - no caso de opção pelo sistema previsto no inciso I do § 1º do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, quando o valor dos precatórios devidos for inferior ao dos recursos destinados ao seu pagamento;

II - no caso de opção pelo sistema previsto no inciso II do § 1º do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ao final do prazo.

Art. 5º Ficam convalidadas todas as cessões de precatórios efetuadas antes da promulgação desta Emenda Constitucional, independentemente da concordância da entidade devedora.

Art. 6º Ficam também convalidadas todas as compensações de precatórios com tributos vencidos até 31 de outubro de 2009 da entidade devedora, efetuadas na forma do

disposto no § 2º do art. 78 do ADCT, realizadas antes da promulgação desta Emenda Constitucional.

Art. 7º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

PROPOSTA ORIGINAL APROVADA PELO SENADO FEDERAL ENCAMINHADA PARA REVISÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera o art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 100 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 100. Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim.

§ 1º Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou por invalidez, fundadas em responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado, e serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, exceto sobre aqueles referidos no § 2º deste artigo.

§ 2º Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham sessenta anos de idade ou mais serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para os fins do § 3º deste artigo, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.

§ 3º O disposto no *caput* deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em

leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

§ 4º Para os fins do § 3º, poderão ser fixados, por leis próprias, valores distintos às entidades de direito público, segundo as diferentes capacidades econômicas.

§ 5º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento integral, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo, de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

§ 6º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento integral, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para os casos de preterimento de seu direito de precedência ou de não-alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do seu débito, o sequestro da quantia respectiva.

§ 7º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante o Conselho Nacional de Justiça.

§ 8º É vedada a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago, bem como o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento de parcela do total ao que dispõem os §§ 2º e 3º deste artigo.

§ 9º No momento do pagamento efetivo dos créditos em precatórios independentemente de regulamentação dele deverá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial.

§ 10. É facultada, ao credor, conforme estabelecido em lei da entidade federativa devedora, a entrega de créditos em precatórios para a compra de imóveis públicos, do respectivo ente federado.

§ 11. A correção de valores de precatórios, independentemente de sua natureza, será feita pelo índice oficial de correção e percentual de juros incidentes sobre a cademeta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios.

§ 12. Sem prejuízo do disposto neste artigo, lei complementar poderá estabelecer regime especial para pagamento de crédito de precatórios dispendo inclusive sobre:

I – vinculações à receita corrente líquida;

II – incidência de encargos;

III – forma e prazo para liquidação.” (NR)

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

“Art. 97. Até que seja editada lei complementar de que trata o § 12 do artigo 100 da Constituição Federal, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, na data de publicação da Emenda Constitucional nº , de , estejam em mora na quitação de precatórios vencidos, relativos às suas administrações direta e indireta, inclusive os emitidos durante o período de vigência do regime especial instituído por este artigo, farão esses pagamentos de acordo com as normas a seguir estabelecidas, sendo inaplicável o disposto no art. 100 desta Constituição Federal, exceto em seus §§ 2º e 3º, e sem prejuízo dos acordos de juízos conciliatórios já formalizados na data de promulgação da Emenda Constitucional nº , de .

§ 1º As entidades sujeitas ao regime especial de que trata este artigo optarão:

I – pelo depósito em conta especial do valor referido pelo § 2º deste artigo; ou

II – pela adoção do regime especial pelo prazo de até quinze anos, caso em que o percentual a ser depositado na conta especial a que se refere o § 2º deste artigo corresponderá, anualmente, ao saldo dos precatórios devidos, em seu valor real, em moeda corrente, acrescido pelo índice oficial de correção e percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, excluída a incidência de juros compensatórios, diminuído das amortizações e dividido pelo número de anos restantes no regime especial de pagamento.

§ 2º Para saldar os precatórios pelo regime especial, as entidades federativas devedoras depositarão anualmente, em conta especial criada para tal fim, valor calculado percentualmente sobre as respectivas receitas correntes líquidas, sendo que esse percentual, calculado no momento de opção pelo regime e mantido fixo até o final do prazo a que se refere o § 16 deste artigo, será:

I – para Estados e para o Distrito Federal:

a) de, no mínimo, seis décimos por cento, se o estoque de precatórios pendentes corresponderem a até dez por cento do total da receita corrente líquida da entidade devedora;

b) de, no mínimo, oito décimos por cento, se o estoque de precatórios pendentes corresponderem a mais de dez por cento e até quinze por cento do total da receita corrente líquida da entidade devedora;

c) de, no mínimo, um e meio por cento, se o estoque de precatórios pendentes corresponderem a mais de quinze por cento e até trinta e cinco por cento do total da receita corrente líquida da entidade devedora;

d) de, no mínimo, dois por cento, se o estoque de precatórios pendentes corresponderem a mais de trinta e cinco por cento do total da receita corrente líquida da entidade devedora;

II – para Municípios:

a) de, no mínimo, seis décimos por cento, se o estoque de precatórios pendentes corresponderem a até dez por cento do total da receita corrente líquida da entidade devedora;

b) de, no mínimo, oito décimos por cento, se o estoque de precatórios pendentes corresponderem a mais de dez por cento e até quinze por cento do total da receita corrente líquida da entidade devedora;

c) de, no mínimo, um por cento, se o estoque de precatórios pendentes corresponderem a mais de quinze por cento e até trinta e cinco por cento do total da receita corrente líquida da entidade devedora;

d) de, no mínimo, um e meio por cento, se o estoque de precatórios pendentes corresponderem a mais de trinta e cinco por cento do total da receita corrente líquida da entidade devedora.

§ 3º Entende-se como receita corrente líquida, para os fins de que trata este artigo, o somatório das receitas tributárias, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de contribuições e de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, verificado no período compreendido pelo mês de referência e os onze meses anteriores, excluídas as duplicidades, e deduzidos:

I – nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;

II – nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, a contribuição dos servidores para custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira referida no § 9º do art. 201 da Constituição Federal.

§ 4º As contas especiais de que tratam os §§ 1º, II, e 2º serão administradas pelo Tribunal de Justiça local, para o pagamento de precatórios expedidos pelos Tribunais.

§ 5º Os recursos depositados nas contas especiais de que tratam os §§ 1º, II, e 2º deste artigo não poderão retornar para livre movimentação pela entidade federativa devedora.

§ 6º No mínimo, cinquenta por cento dos recursos de que tratam os §§ 1º, II e 2º serão liberados até o último dia do mês de abril e o restante até o último dia do mês de setembro de cada ano.

§ 7º Os recursos de que tratam os §§ 1º, II, e 2º deste artigo serão distribuídos da seguinte forma, após o adimplemento dos acordos judiciais:

I – sessenta por cento serão destinados ao pagamento dos precatórios por meio do leilão;

II – quarenta por cento serão destinados a pagamento à vista de precatórios não quitados na forma do inciso I, em ordem única e crescente de valor.

§ 8º Os leilões de que trata o inciso I do § 7º deste artigo:

I – serão realizados por meio de sistema eletrônico administrado por entidade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ou pelo Banco Central do Brasil;

II – admitirão a habilitação de precatórios, ou parcela de cada precatório indicada pelo credor original, em relação aos quais não esteja pendente, no âmbito do Poder Judiciário, recurso ou impugnação de qualquer natureza;

III – ocorrerão por meio de oferta pública a todos os credores habilitados pelo respectivo ente federativo devedor;

IV – considerarão automaticamente habilitado o credor que satisfaça o que consta no inciso II;

V – serão realizados tantas vezes quanto necessário em função do valor disponível;

VI – a competição por parcela do valor total ocorrerá a critério do credor, com deságio sobre o valor desta;

VII – ocorrerão na modalidade deságio, associado ao maior volume ofertado cumulado ou não com o maior percentual de deságio; pelo maior percentual de deságio podendo ser fixado valor máximo por credor; ou por outro critério a ser definido em edital;

VIII – o mecanismo de formação de preço constará nos editais publicados para cada leilão;

IX – a quitação parcial dos precatórios será homologada pelo respectivo Tribunal que o expediu.

§ 9º Os precatórios parcelados na forma do art. 33 ou do art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e ainda pendentes de pagamento, ingressarão no regime especial com o valor consolidado das parcelas não pagas relativas a cada precatório.

§ 10. No caso de não liberação tempestiva dos recursos de que tratam os §§ 1º, II, 2º e 6º deste artigo:

I – haverá o sequestro de quantia nas contas da entidade devedora, por ordem do Presidente do Tribunal referido no § 4º, até o limite do valor não liberado;

II – constituir-se-á, em favor dos credores de precatórios, contra a entidade devedora, direito líquido e certo, autoaplicável e independentemente de regulamentação, à compensação automática

com débitos líquidos lançados por esta contra aqueles, e, havendo saldo em favor do credor, o valor será automaticamente liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora, até onde se compensarem;

III – o Chefe do Poder Executivo responderá na forma da legislação de responsabilidade fiscal;

IV – enquanto perdurar a omissão a entidade devedora:

a) não poderá contrair empréstimo externo ou interno;

b) ficará impedida de receber transferências voluntárias;

V – a União reterá os repasses relativos ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios, e os depositará nas contas especiais referidas no § 1º, devendo sua utilização obedecer ao que prescreve o § 5º, ambos deste artigo.

§ 11. No caso de precatórios relativos a diversos credores, em litisconsórcio, admite-se o desmembramento do valor, realizado pelo Tribunal de origem do precatório, por credor, e, por este, a habilitação do valor total a que tem direito, não se aplicando, neste caso, a regra do § 3º do art. 100 desta Constituição.

§ 12. A correção de valores de precatórios pendentes de pagamento, independentemente de sua natureza, será feita pelo índice oficial de correção e percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança, ficando excluída a incidência de juros compensatórios.

§ 13. O valor destinado ao pagamento de precatórios pelo leilão previsto no inciso I do § 7º deste artigo será, se não utilizado durante o exercício financeiro, empregado na liquidação de precatórios pelo sistema previsto no inciso II daquele parágrafo.

§ 14. Se a lei a que se refere o § 4º do art. 100 não estiver publicada em até cento e oitenta dias, contados da data de publicação da Emenda Constitucional nº , de , será considerado, para os fins referidos, em relação à entidade federativa omissa na regulamentação, o valor de:

I - quarenta salários mínimos para Estados e para o Distrito Federal;

II - trinta salários mínimos para Municípios.

§ 15. A entidade devedora que esteja realizando pagamentos de precatórios pelo regime especial não poderá sofrer sequestro de valores, exceto no caso de não liberação tempestiva dos recursos de que tratam os §§ 1º, II, 2º e 6º deste artigo.

§ 16. O regime especial de pagamento de precatório previsto no § 1º, I, vigorará enquanto o valor dos precatórios devidos for superior ao valor dos recursos vinculados, nos termos do § 2º, ambos deste artigo, ou pelo prazo fixo de até quinze anos, no caso da opção prevista no § 1º, II.

§ 17. O valor que exceder o limite previsto no § 2º do artigo 100 da Constituição Federal será pago, durante a vigência do regime especial, na forma prevista nos incisos I e II do § 7º deste artigo.”

Art. 3º A implantação do regime de pagamento criado pelo art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias deverá ocorrer no exercício financeiro seguinte ao da promulgação desta Emenda Constitucional, respeitado o prazo de até cento e oitenta dias, contado da data de publicação desta Emenda Constitucional.

Art. 4º A entidade federativa voltará a observar o disposto no art. 100 da Constituição Federal:

I – no caso de opção pelo sistema do inciso I do § 1º do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, quando o valor dos precatórios devidos for inferior ao dos recursos destinados ao seu pagamento;

II – no caso de opção pelo sistema do inciso II do § 1º do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ao final do prazo.

Art. 5º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 20. São bens da União:

§ 1º - É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

Art. 100. à exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)

§ 1º-A Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)

§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)

§ 3º O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)

§ 4º São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

§ 5º A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 3º deste artigo, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público. (Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000 e Renumerado pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

§ 6º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade. (Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000 e Renumerado pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 9º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem reciproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei. (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 33. Ressalvados os créditos de natureza alimentar, o valor dos precatórios judiciais pendentes de pagamento na data da promulgação da Constituição, incluído o remanescente de juros e correção monetária, poderá ser pago em moeda corrente, com atualização, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de oito anos, a partir de 1º de julho de 1989, por decisão editada pelo Poder Executivo até cento e oitenta dias da promulgação da Constituição.

Art. 78. Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência comunica que, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o substitutivo da Câmara à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2006, que acaba de ser lida, é considerada proposta nova, foi numerado como 12-A, de 2006, e vai ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, estando sujeita às disposições específicas dos arts. 354 e seguintes da referida norma interna.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência comunica às Sras e aos Srs. Senadores que está convocada a sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se amanhã, dia 1º de dezembro do corrente, terça-feira, às 20 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional.

A Presidência também comunica às Sras e aos Srs. Senadores que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se dia 3 de dezembro do corrente, quinta-feira, às 10 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de projetos de lei do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Dando continuidade aos oradores inscritos, concedemos a palavra ao nobre Senador Sadi Cassol.

Como orador inscrito, V. Ex^a terá 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Estimado Sr. Presidente Senador Papaléo Paes, eu venho à tribuna esta tarde para fazer um agradecimento de uma viagem que fizemos, na semana passada, à Antártica, a convite da Marinha, juntamente com o Senadores Jefferson Praia e Osvaldo Sobrinho. Eu queria deixar registrado nesta Casa o meu agradecimento à Marinha do Brasil.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, acabo de regressar de uma viagem que considero a mais peculiar de todas as que já realizei. A convite da Marinha do Brasil, tive o privilégio de conhecer a Antártica.

O termo “privilégio” não poderia ser mais apropriado para designar a sensação que experimentei ao pisar o continente gelado, onde a natureza se manifesta de forma tão exuberante. Agora, posso fazer parte de um grupo muito restrito de pessoas que tiveram a oportunidade de conhecer a Antártica, o que me faz valorizar ainda mais o convite da Marinha.

Afora as condições meteorológicas extremamente desfavoráveis – normais na região –, que deram uma conotação de aventura à nossa viagem, posso assegurar que vivi uma das experiências mais intrigantes de toda a minha vida.

O Continente Antártico é o continente dos superlativos: é o mais frio, mais seco, mais alto, mais ventoso, mais remoto, mais desconhecido e o mais preservado de todos os continentes.

Quinto continente em extensão, é o único sem divisão geopolítica. Somando-se as ilhas que o cercam, abrange uma área aproximada de 14 milhões de Km², 1,6 vezes a área do Brasil e cerca de 10% da superfície da Terra.

Centrado no Polo Sul geográfico, é inteiramente circundado pelo Oceano Antártico ou Austral, cuja área de cerca de 36 milhões de km² representa aproximadamente 10% de todos os oceanos. Somadas as áreas marinhas e terrestres temos a dimensão exata da grandiosidade e da vastidão do Continente Antártico como a maior área selvagem e natural que resta na Terra.

Tão seca quanto o deserto do Saara e com ventos intensos, que chegam a 327 Km/h, a Antártica é três vezes mais alta que qualquer outro continente, com uma altitude média de 2.300 mil metros. Embora coberta por gelo, é formada por rochas e tem uma margem continental constituída de sedimentos. Essas rochas e sedimentos são detentores de incalculáveis recursos minerais e energéticos, incluindo, provavelmente, petróleo e gás.

Tendo uma temperatura média de 60° negativos e a mais baixa temperatura já registrada, de -89°, a Antártica é o mais frio dos continentes, o refrigerador do mundo. Noventa e oito por cento de sua superfície estão permanentemente recobertos por um manto de gelo, que atinge quase cinco quilômetros de espessura e um volume de 25 milhões de Km³. Está ainda rodeada por uma camada de mar congelado, cuja superfície varia de 2,7 milhões de Km² no verão e de 22 milhões de Km² no inverno. Cerca de 90% do gelo e de 70% a 80% da água doce do planeta estão armazenados na calota de gelo da Antártica.

Nossa comitiva chegou à Antártica no dia 25 de novembro próximo passado, depois de ficarmos alguns dias retidos na cidade chilena de Punta Arenas, até que as condições climáticas possibilitassem nossa partida. Após uma escala na base chilena de Eduardo Frei, visitamos a Estação Antártica Brasileira Comandante Ferraz, onde, por um único dia de visita, foi possível conhecer um pouco das instalações e dos serviços desenvolvidos pela Marinha Brasileira na Antártica.

Chamou-me a atenção a ampla estrutura da estação, que conta com 63 módulos, podendo acomodar um Grupo de Apoio de 10 militares da Marinha do Brasil, que lá permanecem por um período ininterrupto de 12 meses, além de 24 pesquisadores no verão e de 6 pesquisadores no inverno. A estação possui ain-

da laboratórios de tecnologia avançada e quadro de pessoal altamente qualificado.

A missão que integrei fez parte das atividades da operação de apoio do Programa Antártico Brasileiro (Proantar), projeto coordenado pela Marinha do Brasil, que contribui com o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas para a região.

As atividades científicas realizadas no âmbito do Programa Antártico estão subdivididas em três subprogramas que abrangem as seguintes áreas: ciências da atmosfera (meteorologia, astronomia e física); ciências da terra (geologia, química dos solos); e ciências da vida (biologia e oceanografia), sendo essas áreas inter-relacionadas entre si. Desde 1975, o Brasil é signatário do Tratado da Antártica, que estabelece a ocupação da Antártica para fins exclusivamente científicos e proíbe a militarização da região, bem como a utilização de explosivos nucleares e depósito de resíduos radioativos.

Essa foi a 28ª Operação Antártica, que se iniciou em 19 de outubro de 2009 e contou pela primeira vez com o apoio logístico do Navio Polar Almirante Maximiano, incorporado à frota da Marinha em fevereiro deste ano, e do Navio de Apoio Oceanográfico Ary Rongel.

A presença desses dois navios da Marinha do Brasil no continente gelado eleva a capacidade logística e tecnológica do Programa Antártico Brasileiro, contribuindo inegavelmente para uma melhoria no desenvolvimento de pesquisas científicas conduzidas e para a coleta de dados naquela região.

O primeiro porto dos navios foi em Rio Grande, onde foi concluído o embarque de material para a Estação Antártica Comandante Ferraz e efetuado o embarque complementar de equipamentos, vestimentas especiais, gêneros e materiais diversos para abastecimento da estação e para apoio às atividades de pesquisa que serão realizadas no Continente Antártico ao longo do período do verão 2009/2010.

Os navios permanecerão na região antártica por cerca de 6 meses, durante os quais serão utilizados também como plataforma de pesquisa para vários projetos, além da realização de sondagens e de levantamentos oceanográficos. Durante esse período, serão feitos portos nas cidades de Ushuaia, na Argentina; Punta Arenas, no Chile; e Montevidéu, no Uruguai, com o retorno dos mesmos ao País previsto para abril de 2010.

A complexa operação de apoio logístico à Estação Brasileira na Antártica conta também com a realização de 10 voos de apoio, operados em aeronaves Hércules C-130 da Força Aérea Brasileira, que auxiliam no transporte complementar de carga e pessoal, conferindo

maior flexibilidade ao planejamento e à operação dos meios de várias fases da Operação Antártica.

Durante a atual expedição, da qual tive a honra de participar, o Proantar, desenvolverá os seguintes projetos científicos:

– dois projetos dos Institutos Antárticos, abrangendo Pesquisa Ambiental e Criosfera;

– dez projetos do Ano Polar Internacional 2007/2009, que consiste num fórum mundial que pretende discutir e aprofundar as pesquisas de ponta desenvolvidas nos Pólos Sul e Norte, reunindo exploradores de diversos países para estudar a relação desses inóspitos locais gelados com o restante do planeta, como interagem e de que forma influenciam oceanos, atmosferas e massas terrestres;

– dois projetos de demanda induzida: Antropologia, desenvolvida pela Universidade de Brasília e Arqueologia, conduzido pela universidade Federal de Minas Gerais.

Os projetos investigarão assuntos diversos, tais como mudanças ambientais na Antártica e seus impactos globais, monitoramento ambiental da Baía do Almirantado e estudos complementares sobre a fauna e a flora local, entre outros. As atividades científicas envolvem centenas de pesquisadores com especializações variadas e provenientes de diversas instituições de ensino e pesquisa, que desenvolvem suas atividades em várias regiões na Antártica, utilizando como base a Estação Comandante Ferraz, os refúgios, os navios e acampamentos montados em distintos locais.

A realização da 28ª Operação Antártica tem ainda o objetivo de reforçar em nossa sociedade, especialmente nas autoridades governamentais e acadêmicas, a importância de prestigiar e somar esforços para a adequada manutenção do Programa Antártico Brasileiro, garantindo ao Brasil o direito de participar ativamente das decisões que influenciarão o destino do Continente Branco.

Lá se vão 27 anos desde a primeira vez em que o Brasil foi à Antártida, no verão de 1982/83, a bordo do Navio de Apoio Oceanográfico "Barão de Tefé". Daquela época até os dias de hoje, são realizadas operações anuais com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da ciência antártica.

Aprovado em janeiro de 1982, o Programa Antártico Brasileiro tinha como missão inicial realizar um reconhecimento hidrográfico, oceanográfico e meteorológico de áreas da Antártica e selecionar o local onde seria instalada a futura Estação Brasileira.

Hoje, depois de quase três décadas de intenso e ininterrupto trabalho de militares e pesquisadores brasileiros na Antártica, a presença do Brasil naquele continente está consolidada. Desde a aceitação do

nosso País como Parte Consultiva do Tratado da Antártica, em 1983, o Brasil tem intensificado as ações naquela região, contando com a participação de diversos órgãos e instituições de ensino na condução de estudos e projetos de pesquisa, como o CNPQ e as universidades federais.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Programa Antártico Brasileiro foi uma das mais relevantes iniciativas adotadas pelo Governo Federal na área de pesquisa científica.

No instante em que há uma preocupação global com o fenômeno irreversível das mudanças climáticas, com todas as repercussões dele resultantes, o Brasil conquista o respeito da comunidade científica internacional para garantir a sua participação no processo decisório relativo a questões fundamentais. Queremos ser atores pró-ativos na discussão de ações mundiais com vistas à redução do impacto negativo das mudanças climáticas e ao futuro do Continente Antártico, essa imensa região gelada que tem forte influência sobre o nosso clima e sobre o regime dos mares brasileiros.

Por essas razões, quero aqui manifestar o meu integral apoio ao Programa Antártico Brasileiro, defendendo o seu fortalecimento, seja através da alocação de recursos orçamentários em valores suficientes para garantir a sua manutenção, seja por intermédio de investimentos na formação de técnicos e cientistas qualificados para conduzir as pesquisas ao continente gelado.

Ao encerrar este importante registro, faço um agradecimento especial ao Comando da Marinha pelo convite que me permitiu participar da 28ª Operação Antártica, ao mesmo tempo em que parabenizo a Marinha do Brasil pelo competente trabalho que realiza em solo antártico desde o ano de 1982, fortalecendo a presença brasileira no continente e defendendo a soberania e os interesses da nossa Nação.

Era isso, Sr. Presidente.

Mais uma vez, quero agradecer ao Comandante da Marinha, a toda a equipe, a todos os que participaram, bem como à Força Aérea, que nos conduziu, e a todos os que participaram dessa missão tão importante, Sr. Presidente.

Eu me perguntava, naqueles dias em que estava lá, se não haveria possibilidade de mais brasileiros conhecerem esse continente gelado, que dá a demonstração de que você está em outro planeta, de tão diferente que é do que a gente vê no dia a dia. Portanto, eu estou muito grato por esse convite.

Quero deixar meus sinceros agradecimentos à Marinha, bem como à Aeronáutica e a todos os que fizeram parte dessa viagem tão espetacular e tão im-

portante, que considero uma das melhores das minha vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Sadi Cassol, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) –

Essas foram as palavras do Senador Sadi Cassol, que representa o Tocantins pelo Partido dos Trabalhadores, prestando contas de uma viagem feita à Antártica, pelo Senado da República.

Antes de encerrar a sessão, recebi pedidos do Piauí para que manifestasse aqui em Brasília, ao Governo Federal, ao Presidente Luiz Inácio, ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, a decepção que os piauienses têm.

A Cepisa foi uma companhia energética construída com muito carinho, com muito sacrifício pelos piauienses.

Então, um trabalho muito bem feito por Robert Pedrosa, editor interino: "Sem Luz. Cepisa é a pior distribuidora de energia elétrica do Brasil, diz Aneel".

Então, isso decepciona e o repórter Robert Pedrosa diz:

"Reportagem publicada neste domingo (29), no site do jornal O Estado de São Paulo, aponta que a Companhia Energética do Piauí (Cepisa) é a pior distribuidora de energia do país. Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a empresa piauiense, em 2008, deixou os 3 milhões de piauienses 47 horas sem luz – a pior posição do Brasil. A média nacional no mesmo ano foi de 16,61..."

Quer dizer, o lugar onde tem mais apagão é o Piauí e, no Piauí, o Governador do Estado é do PT.

"Segundo O Estadão, o descontentamento com a qualidade dos serviços é tamanho que 24 cidades conseguiram liminares (já derrubadas) para não pagar a conta de luz."

Vinte e quatro cidades do Piauí, a Justiça reconheceu que não devem pagar a luz pela precária condição do Governo de atuar.

"O presidente da Cepisa, Flávio Decat, explica que a falta de definição sobre o futuro da empresa, se seria vendida ou incorporada ao grupo, provocou redução dos investimentos. "Isso causou uma deterioração e defasagem do sistema. (...)"

Estão vendo? Então, aí...

"No Centro Oeste, o pior índice de qualidade foi verificado na Centrais Elétricas Mato-Grossenses (Cemat). Os consumidores ficam, em média, 30 horas sem luz por ano."

O Piauí é onde a média é maior, dos apagões. Então, é seguida. Esse é um trabalho feito pelo jornal *O Estado de São Paulo*, pelas Centrais Elétricas Mato-Grossenses.

Então, lamentamos isso. O povo do Piauí está totalmente revoltado. O programa Luz para Todos foi uma balela de corrupção pela Gautama. Então, é da decepção do povo do Piauí que me faço porta-voz. Com certeza represento a voz livre dos outros Senadores.

É que ele não teve força para colocar... Ao longo dos anos de toda a história da companhia energética, havia engenheiros de carreira do próprio Piauí. Agora, é um estranho que pouco vai lá, que pouco dá atenção. A decepção do povo do Piauí é justamente porque o Governo, que é do Partido dos Trabalhadores, não tem força para impor um nome competente, que tenha amor à região.

Então, essa é a mágoa do povo piauiense. Talvez o Presidente Luiz Inácio não tenha conhecimento, como também o Ministro Edison Lobão, mas há uma grande decepção pelo descaso da direção da Companhia Energética do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O Sr. Senador Gerson Camata enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I, §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sinto-me à vontade para falar nesta tribuna sobre um grave problema que atinge o Congresso Nacional e causa sérios prejuízos à Nação. Orgulhoso de, há pouco tempo, ter tido meu trabalho elogiado pelo presidente Lula, que há pouco tempo me reconheceu publicamente como o parlamentar recordista na autoria de projetos de lei que se transformaram em leis, durante o seu governo.

Assim, julgo que a atividade que exerço nesta Casa, e as décadas de vida pública em que cumpris as mais variadas funções, autorizam-me a fazer uma análise isenta da situação atual, e também a conamar os demais legisladores para que se mobilizem e procurem reverter a inéria em que mergulhou o Poder Legislativo em nosso país.

É uma inéria contra a qual tenho lutado diariamente. A melhor comprovação disso é o fato de que, desde 2003, consegui fazer com que fossem à sanção presidencial nada menos que 10 projetos de lei, apesar da morosidade do processo legislativo. Deles, citarei apenas alguns que considero mais significativos.

A falsa modéstia é uma forma dissimulada de hipocrisia. Não recorro a ela ao fazer um balanço dos

resultados mais recentes do meu trabalho, que abrangeu temas importantes para setores vitais do País. Fui sempre movido, ao apresentar projetos de lei, pela intenção de resolver questões para as quais eram necessárias soluções urgentes. Assim ocorreu com o marco regulatório do saneamento básico. Tão logo minha proposta foi apresentada, o governo apressou-se em enviar ao Congresso um projeto semelhante, que acabou sendo aprovado. Isto depois de anos sem que o problema merecesse a devida atenção.

Começo pelos exemplos mais recentes. Um deles é o da Lei Complementar 130/2009, de minha autoria, que regulamenta o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. Ela exigiu 10 anos de esforços que fosse aprovada, mas proporcionou um marco regulatório necessário ao sistema cooperativo, que o reivindicava há muito tempo.

Na relatoria do projeto que deu origem à lei que regula o Sistema Brasileiro de Consórcios, tive a oportunidade de contribuir para o aperfeiçoamento deste importante setor da economia nacional. A nova lei aprimora o conceito jurídico de consórcio, disciplinando a atuação do Estado no Sistema. Também equaciona os interesses dos consorciados adimplentes e dos que se desligam do grupo, permitindo a estes últimos, que tenham pago mais de 5 parcelas, participar do sorteio junto com os adimplentes.

Ainda mais recente, a Lei 12.039/2009 obriga a identificação detalhada do fornecedor nos documentos de cobrança bancária, livrando os brasileiros do constrangimento de receber um boleto bancário de um cedente “desconhecido”, identificado no documento apenas pela razão social, que quase nunca corresponde ao nome de fantasia divulgado no mercado. A mudança no Código de Defesa do Consumidor obriga qualquer documento de cobrança a conter nome, endereço e CNPJ ou CPF do emissor, facilitando o contato entre o consumidor e o cedente.

Por acreditar que a formação de mão-de-obra qualificada, por meio do ensino profissionalizante, é essencial para o crescimento do País, apresentei o Projeto de Lei 44/2008, estabelecendo 2009 como o Ano da Educação Profissional e Tecnológica, e 23 de setembro como o Dia Nacional dos Profissionais de Nível Técnico. O propósito é difundir a necessidade da formação técnica e criar estímulos que atraiam investimentos para expansão desse modelo de graduação profissional. O projeto foi sancionado pelo vice-presidente da República, José Alencar, transformado na lei nº 11.940, de 2009.

O projeto de lei 332/2007, que deu origem à lei 11.687, de 2 de junho de 2008, resgatou uma dívida histórica para com os imigrantes vindos da Itália, ins-

tituindo o dia 21 de fevereiro como o Dia Nacional do Imigrante Italiano. É uma justa homenagem a quem deixou terras distantes, contribuindo com seu trabalho para o progresso do País, engajou-se nas nossas lutas, criou cidades e cultivou a terra.

São de minha autoria também o projeto de lei 292, de 1999, que deu origem à lei 10.826, de dezembro de 2003. Conhecida como Estatuto do Desarmamento, ela dispõe sobre a fabricação, depósito, trânsito e porte de armas de fogo, e levou à realização do referendo sobre a proibição da comercialização de armas e munições, ocorrido em 23 de outubro de 2005.

Em qualquer regime democrático que se preze, o ideal é que exista um equilíbrio entre os poderes, uma estrutura que permita a atuação harmônica do Executivo, Legislativo e Judiciário, sem conflito de atribuições e sem que a fuga à responsabilidade por parte de um deles permita a outro assumir suas prerrogativas. Uma frase comum entre cientistas políticos é de que “o poder tem horror ao vácuo”. Quando surge, ele é imediatamente preenchido por outra esfera, que trata de compensar esse vazio, atuando no sentido de preencher o espaço deixado em branco.

Esta é, em síntese, a situação que estamos vivendo no Brasil. Temos um Congresso Nacional ineficiente e omisso, que dedica seu tempo a discursos e pautas de pouca ou nenhuma relevância, enquanto seu espaço e suas atribuições são tomados rapidamente pelas outras duas instâncias dos três poderes, o Executivo e o Judiciário.

Não faz muito tempo, o então presidente dessa Casa, senador Garibaldi Alves Filho, disse no ano passado que o Congresso está se submetendo ao ritmo ditado pelo Poder Executivo, por meio de Medidas Provisórias. Um levantamento produzido pela Câmara dos Deputados confere inteira razão à afirmação do senador. Entre 2001 e 2007, foram adotadas 1.911 novas leis ordinárias e complementares. Mas, desse total, mais de três quartos, ou seja, 1.529 leis, tiveram como origem o Palácio do Planalto, por meio de Medidas Provisórias ou projetos do Executivo.

O excesso de Medidas Provisórias já foi comparado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, a “uma roleta russa com todas as balas no revólver”, que conduz a um constante trancamento de pautas no Congresso. Como as duas Casas do Legislativo ocupam-se mais com tais Medidas originárias do Executivo do que com os projetos de lei originários dos parlamentares, cada vez mais o Poder Judiciário vem exercendo o papel de legislador.

O mecanismo das Medidas Provisórias é perverso. Introduzidas na Constituição de 1988 para substituir o decreto-lei, instrumento criado pelo regime militar, elas

se tornaram uma solução antidemocrática. Concebidas para casos de comprovada urgência, passaram a ser usadas em qualquer situação, mesmo quando desnecessárias.

Como resultado do trancamento da pauta, o Congresso, incapacitado de solucionar seus problemas e aprovar projetos, praticamente empurrou o Judiciário para o centro do palco da política nacional. Criou-se um duplo problema: o STF passou a legislar, e, como consequência, casos importantes que não dizem respeito à agenda política tiveram seu julgamento postergado em função das novas atribuições dos ministros do Supremo Tribunal.

Questões polêmicas, como a fidelidade partidária, a greve dos servidores públicos e a Lei de Imprensa, decididas pelo STF, são evidências de que estamos perdendo poder, enquanto a Corte Suprema do País torna cada vez mais abrangente sua atuação institucional, já que projetos ficam emperrados por décadas no Congresso. O caso da Lei de Imprensa é um dos melhores exemplos. Embora tenha sido criada em 1967, em pleno regime autoritário, nem a promulgação da Constituição de 1988, depois da redemocratização, foi capaz de fazer avançar projetos que tinham o propósito de modificá-la. Coube aos juízes do STF revogar o texto.

Será que preferimos o ônus da inércia e da omisão? Por que não alteramos o artigo 62 da Constituição, para restringir o uso de

Medidas Provisórias? Por que não analisamos com a rapidez necessária as matérias que o Executivo envia por meio de projeto de lei? Por que dedicamos tempo precioso de nossa permanência nesta Casa a discursos em vez de ações destinadas a recuperar o prestígio do Legislativo e a fazê-lo retornar ao papel de protagonista que lhe cabe, e não de mero espectador das ações dos outros Poderes?

No final do ano passado, o ministro Gilmar Mendes, em palestra no Senado, chegou a propor a criação de uma comissão conjunta de deputados e senadores para examinar a omissão do Congresso na formulação de leis complementares. Transcrevo um trecho do seu pronunciamento: “O afazer legislativo é, de fato, eminentemente fazer leis. Agora, vem o tribunal e começa a editar normas que parecem leis. Por outro lado, a Constituição reclama leis que não são feitas. Casos que não são relevantes do ponto de vista político têm chegado à Corte devido à falta de legislação específica. Estamos mandando aplicar um dado entendimento sem que o Congresso tome qualquer providência”.

É preciso legislar, ou a legislação judicial, assim como as Medidas Provisórias, se apropriarão das funções do Congresso. Num regime de separação de

poderes, a legitimidade para criar leis cabe ao Legislativo. Mas, no Brasil, este não está fazendo as leis com que deveria se ocupar. É bom lembrar que toda inércia conduz à perda de autoridade moral, e esta não se recupera com facilidade.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Há mais alguma coisa? (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 219, DE 2009

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 219, de 2009 (nº 5.665/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.*

– Dependendo da leitura do Parecer da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, favorável, Relator: Senador Renato Casagrande.

– Dependendo da leitura do Parecer da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, favorável, Relatora “ad hoc”: Senadora Serys Ikhessarenko.

– Dependendo de Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da*

União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

6
**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 100, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.*

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

7
**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 41, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que *institui o piso salarial para os servidores policiais.*

Parecer sob nº 2.006, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

8
**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).*

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

9
**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 28, DE 2009**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo

como primeiro signatário o Deputado Antônio Carlos Biscaia), que *dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.*

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

10
**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que *altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

11
**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2005**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2005 (nº 3.685/2004, na Casa de origem, do Deputado Gustavo Fruet), que *altera os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil (altera dispositivos referentes aos direitos da personalidade e à constituição de uma fundação).*

Parecer sob nº 1.549, de 2009, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação do vencido.

12
**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2007 (nº 5.522/2005, na Casa de origem, do Deputado André de Paula), que *dispõe sobre a obrigatoriedade da implementação de protocolo terapêutico para a prevenção vertical do HIV, em hospitais e maternidades.*

Parecer sob nº 1.548, de 2009, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação do vencido.

13

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2005 (nº 7.087/2006, naquela Casa), de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que *dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.*

Parecer favorável, sob nº 2.007, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 34, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2001 (nº 3.388/97, na Casa de origem, do Deputado Jaques Wagner), que *dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais.*

Pareceres sob nºs 162 e 1.146, de 2003; e 694, de 2009, das Comissões

- de Serviços de Infra-Estrutura, Relatora: Senadora Heloisa Helena, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CI, que apresenta, com voto contrário vencido do Senador Leomar Quintanilha; e

- de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 269, de 2003), 1º pronunciamento: Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, solicitando informações ao Ministério dos Transportes para instruir a matéria; 2º pronunciamento:

Relator: Senador Osmar Dias, favorável, nos termos das Emendas nºs 2 e 3-CAE, que apresenta.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 69, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (no 4.594/94, na Casa de origem, do então Deputado Paulo Paim), que *dispõe sobre o atendimento de emergência de acidentes do trabalho em localidades onde não existe rede do Sistema Único de Saúde – SUS.*

Pareceres sob nºs 12, de 2003; e 1.428, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, 1º pronunciamento: Relator ad hoc: Senador Tião Viana, favorável; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos dos Requerimentos nºs 241, de 2003): Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 97, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 2001 (nº 2.958/2000, na Casa de origem, do Deputado Nelson Proença), que *institui o Programa Voluntário de Vacinação – PVV.*

Pareceres sob nºs 1.623, de 2003; 2.081, 2.082 e 2.083, de 2009, das Comissões:

- de Assuntos Sociais, 1º Pronunciamento: Relator ad hoc: Senador Eduardo Azedo, favorável ao projeto; 2º Pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2003): Relator: Senador Augusto Botelho, pela audiência prévia da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; 3º Pronunciamento: Relator: Senador Augusto Botelho, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta; e

- de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Parecer nº 2.081, de 2009), Relator ad hoc: Senador Romeu Tuma, favorável ao projeto.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 22, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que *proíbe a utilização do jateamento de areia a seco, determina prazo para mudança tecnológica nas empresas que utilizam este procedimento e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 244, de 2003; e 1.672, de 2009, das Comissões

- de Assuntos Sociais, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

- de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do art. 101, II, d, do Regimento Interno), Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo apresentado pela Comissão de Assun-

tos Sociais e que passa a ser denominado de Emenda nº 1-CAS/CCJ (Substitutivo).

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 35, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2003 (nº 3.055/2000, na Casa de origem, do Deputado Bispo Wanderval), que *altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir, na categoria de intérpretes ou executantes, os dubladores.*

Pareceres sob nºs 776 e 777, de 2009, das Comissões

- de Educação, Cultura e Esporte (em audiência, nos termos do Requerimento nº 1, de 2007), Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável; e

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, com Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 85, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2004 (no 1.282/2003, na Casa de origem, do Deputado Inaldo Leitão), que *acrescenta parágrafo ao art. 1.050 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (dispensa a citação pessoal do embargado para responder à petição inicial, exceto quando não houver constituído advogado).*

Parecer sob no 1.570, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 19, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 19, de 2005 (no 1.683/2003, na Casa de origem, do Deputado Fernando Gabeira), que *dispõe sobre a criação do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras.*

Pareceres sob nºs 1.571 e 1.572, de 2009, das Comissões – de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Patrícia Saboya, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; e

- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relatora ad

hoc: Senadora Marisa Serrano, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda da CCJ, que passa a ser denominada Emenda nº 1-CCJ/CMA (Substitutivo).

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 15, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2006 (nº 4.924/2005, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que *altera o § 4º do art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências (dispõe sobre a representação nas causas de valor até vinte salários mínimos).*

Parecer favorável, sob nº 576, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Sthessarenko.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 71, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2006 (nº 1.355/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao § 1º do art. 8º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que *dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais (confere legitimidade ativa perante os Juizados Especiais Cíveis às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e às Sociedades de Crédito ao Microempreendedor – SCM).*

Parecer favorável, sob nº 1.879, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senador Marco Maciel.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 72, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2006 (no 4.127/2004, na Casa de origem, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame), que *altera o art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, incluindo como sujeitas ao procedimento sumário as causas relativas à revogação de doação.*

Parecer favorável, sob no 1.573, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior.

24**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 86, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (nº 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).

Parecer sob nº 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Moraes, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

25**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 116, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que a trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Parecer sob nº 1.352, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

26**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 38, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2007 (nº 6.672/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 1.526 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, determinando que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil.

Parecer sob nº 1.088, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

27**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 48, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2007 (nº 6.048/2002, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fra-

ga), que acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino.

Parecer favorável, sob nº 1.212, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

28**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 60, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica.

Pareceres sob nºs 298 e 299, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo), que oferece.

29**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 126, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2007 (nº 7.252/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação à alínea “o” do inciso VII do caput do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios (altera competências do Ministério da Defesa).

Parecer favorável, sob nº 525, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

30**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 127, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2007 (nº 7.258/2006, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, – Código Brasileiro de Aeronáutica, para definir a abrangência da franquia de bagagem.

Pareceres sob nºs 1.660 e 1.661, de 2009, das Comissões
 – de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável; e
 – de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles, pela rejeição.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 5, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008 (nº 3.246/2004, na Casa de origem, do Deputado Dr. Rosinha), que altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 (inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional).

Parecer favorável, sob nº 526, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Tra-

balho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 47, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2008 (nº 5.139/2001, na Casa de origem, do Deputado Osmar Serraglio), que altera os arts. 12 e 21 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 – Lei de Improbidade Administrativa (permite a aplicação de sanções, isolada ou cumulativamente, ao responsável por ato de improbidade, e restringe a aplicação da pena de resarcimento).

Parecer favorável, sob nº 1.056, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Neuto de Conto.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-Cl (Substitutivo), que oferece.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007,

na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (*Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz.*)

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Moraes.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (nº 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que *dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.*

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 136, DE 2008 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2008 – Complementar (nº 375/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, 13 de junho de 1991; e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 953 e 954, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys Shessarenko; e

- de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Jefferson Praia.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 138, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2008 (nº 706/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dispondo sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de dezoito anos, e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.882 e 1.883, de 2009, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Marina Silva, favorável; e
- de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Cícero Lucena, favorável com as Emendas nºs 1 e 2-CMA, que apresenta.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).*

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Shessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

- da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que *dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.*

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

- de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

- de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Moraes, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 151, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2008 (nº 1.000/2007, na Casa de origem, do Deputado Uldurico Pinto), que *acrescenta § 6º ao art. 7º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos – Prouni, regula a atuação de entidades benfeitoras de assistência social no ensino superior; e altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências (permite ao estudante beneficiário do Prouni solicitar transferência para outra instituição participante do Programa).*

Parecer sob nº 1.875, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Alvaro Dias, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE, que apresenta.

45

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.*

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

46

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 154, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 154, de 2008 (nº 1.246/2007, na Casa de origem, do Deputado Márcio França), que *altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.*

Parecer sob nº 691, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

47

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zim-

ermann), que *altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais terreas, nos programas nele mencionados.*

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

– de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

48

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que *altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.*

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora ad hoc: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

49

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.*

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

50

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que *altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrependimento do consumidor).*

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

51

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 187, de 2008 (nº 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que *regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

52

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que *altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.*

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

53

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que *inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.*

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

54

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que *dispõe sobre a criação do Programa*

Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta.

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

55

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.*

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

56

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas.*

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

57

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 430, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2008 (nº 387/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos presidentes dos Estados Partes do Mercosul e da Venezuela.*

Parecer favorável, sob nº 2.056, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romero Jucá, com voto vencido, em separado, do Senador

Tasso Jereissati, e voto em separado do Senador Mozarildo Cavalcanti.

58

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

59

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 293, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2001, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito – Futebol, que *regulamenta a atividade relacionada com o futebol praticado por profissionais, estabelece normas orgânicas específicas para a prática e administração transparente das ligas e entidades e para a responsabilidade de seus administradores.*

Pareceres sob nºs 2.017 e 2.018, de 2009 (em audiência, nos termos do Requerimento nº 105, de 2002), das Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys Stihessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta;

- de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Alvaro Dias, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CCJ/CE.

60

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 382, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003, de autoria do

Senador Rodolpho Tourinho, que *dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal.*

Pareceres sob nºs 964 a 966, de 2008, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

- de Assuntos Sociais (em audiência nos termos do Requerimento nº 510, de 2007), Relator “ad hoc”: Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas 3 e 4-CAS; e

- de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 5-CDH (Substitutivo), que oferece.

61

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 118, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que *acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.*

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

62

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 185, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno

suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

63

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

- de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e
- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

64

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 220, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 15, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2006, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera o art. 508 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para reduzir o prazo para a interposição de recursos.

Parecer favorável, sob nº 1.838, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Wellington Salgado de Oliveira, com abstenção do Senador Francisco Dornelles.

65

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Vassconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

66

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns), que altera o art. 30 da Lei no 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande.

67

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 183, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos.

Parecer sob nº 1.388, de 2009, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator ad hoc: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CDR, que oferece.

68

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 201, DE 2009

Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2009, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito – Pedofilia, que altera os arts. 286 e 287 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), com a finalidade de agravar a pena dos delitos de incitação e de apologia de crime quando este for punido com reclusão.

Parecer sob nº 1.880, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad

hoc": Senador Francisco Dornelles, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

69

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 234, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes.

Parecer sob nº 1.637, de 2009, da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 881, de 2009), Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

70

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

71

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 320, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2009, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que altera a Lei nº 10.891, de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para permitir a concessão do benefício aos atletas-guias dos para-atletas das categorias T11 e T12.

72

REQUERIMENTO N° 356, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 356, de 2007, da Comissão de Relações

Exteriores e Defesa Nacional, solicitando que seja encaminhado ao Ministro de Estado das Relações Exteriores voto de conclamação para que lance nos fóruns internacionais, principalmente na Organização das Nações Unidas, a proposta de realização da III Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, a "RIO + 20", em 2012, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, deflagrando desde já as necessárias negociações para os compromissos a serem ali firmados.

Parecer favorável, sob nº 2.071, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

73

REQUERIMENTO N° 1.017, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.017, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que solicitando voto de aplauso ao ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso pelo lançamento do livro, em dois volumes, América Latina, Desafios da Democracia e do Desenvolvimento.

Parecer favorável, sob nº 2.164, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora "ad hoc": Senadora Kátia Abreu.

74

REQUERIMENTO N° 1.094, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.094, de 2009, do Senador Paulo Paim, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 2004, e 86, de 2007, a fim de que tenha tramitação autônoma (voto secreto).

75

REQUERIMENTO N° 1.102, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.102, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2005; 67, 199, 239 e 342, de 2006; e 287, de 2008, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (porte de arma de fogo)

76**REQUERIMENTO N° 1.112, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.112, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 291, de 2006, e 63, de 2007, por regularem a mesma matéria (concede benefício no imposto de renda para empresas).*

77**REQUERIMENTO N° 1.210, DE 2009**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.210, de 2009, do Senador João Pedro, *solicitando voto de censura à Polícia Aduaneira do Aeroporto de Roma, na Itália, em relação à abordagem realizada por policiais quando da visita da Senadora Patrícia Saboya àquela cidade.*

Parecer favorável, sob nº 2.097, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

78**REQUERIMENTO N° 1.238, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.238, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

79**REQUERIMENTO N° 1.239, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.239, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

80**REQUERIMENTO N° 1.276, DE 2009**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222 do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando*

seja apresentado voto de censura e repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante legítimo de Honduras, Manuel Zelaya.

Parecer nº 1.636, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reexame, favorável, nos termos do texto que apresenta.

81**REQUERIMENTO N° 1.278, DE 2009**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.278, de 2009, do Senador Jefferson Praia, *solicitando voto de aplauso à iniciativa adotada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) ao adotar normativamente a obrigatoriedade de encaminhamento, pelos jurisdicionados, de informações sobre projeto básico das obras públicas segundo os padrões técnicos fixados pela Orientação Técnica OT-IBR-01, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP).*

Parecer favorável, sob nº 2.086, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Romeu Tuma.

82**REQUERIMENTO N° 1.279, DE 2009**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.279, de 2009, do Senador Jefferson Praia, *solicitando voto de aplauso à iniciativa de cooperação e de troca recíproca de informações na fiscalização de obras públicas adotada mediante convênio pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná.*

Parecer favorável, sob nº 2.087, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Romeu Tuma.

83**REQUERIMENTO N° 1.295, DE 2009**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.295, de 2009, do Senador Marconi Perillo, *solicitando voto de aplauso à Polícia*

Federal pela operação Roubo S/A – Saque Noturno, realizada em diversos municípios do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, em setembro de 2009.

Parecer favorável, sob nº 2.098, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma.

84

REQUERIMENTO N° 1.365, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.365, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 158, de 2002; 201, de 2003; e 475, de 2007, por regularem a mesma matéria (alteração do Código Florestal).*

85

REQUERIMENTO N° 1.371, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.371, de 2009, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2001, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (cria o Serviço Social da Saúde – Sess e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde – Senass).*

86

REQUERIMENTO N° 1.443, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.443, de 2009, do Senador Expedioto Júnior, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2009, dos Projetos de Lei do Senado nºs 80, de 2006; 340, de 2007; e 375, de 2008, a fim de que tenha tramitação autônoma (dedução do Imposto de Renda de despesas com pagamento de pedágio em rodovia federal).*

87

REQUERIMENTO N° 1.450, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.450, de 2009, do Senador Antonio Carlos Júnior, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2009, ao Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 294, de 2004; 219, de 2005; 353, de 2007, e 368, de 2008, por*

versarem sobre matéria correlata (dispõem sobre as programações da Voz do Brasil e das convocações de rede obrigatória gratuita de radiodifusão).

88

REQUERIMENTO N° 1.452, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.452, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2009, e do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2009; com o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2004, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei da Câmara nºs 70, de 2004; 78, 86, 108 e 133, de 2005; 6, de 2006; 99, 103 e 128, de 2007; e 74, 135, 165, 172 e 198, de 2008; e com os Projetos de Lei do Senado nºs 141 e 322, de 2003; 167 e 208, de 2004; 56 e 315, de 2006; 71, 96, 97, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594, 613 e 645, de 2007; 19, 202, 253, 280 e 426, de 2008, por regularem a mesma matéria (alteram dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro).*

89

REQUERIMENTO N° 1.473, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.473, de 2009, do Senador João Vicente Claudino, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (altera a Lei dos Cartórios para dispor sobre infrações cometidas por Tabeliães de Notas).*

90

REQUERIMENTO N° 1.474, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.474, de 2009, do Senador Alvaro Dias, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2004, por regularem a mesma matéria (regulamentar a participação de Torcidas Organizadas em competições esportivas).*

91

REQUERIMENTO N° 1.489, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.489, de 2009, da Comissão de Ciência, Tec-

nologia, Inovação, Comunicação e Informática, *solicitando o sobrerestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2009, até que tenham sido sanadas irregularidades na documentação apresentada e analisada com base na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.*

**92
REQUERIMENTO N° 1.490, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.490, de 2009 , da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, *solicitando o sobrerestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2009, até que tenham sido sanadas irregularidades na documentação apresentada e analisada com base na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.*

**93
REQUERIMENTO N° 1.491, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.491, de 2009 , da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, *solicitando o sobrerestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2009, até que tenham sido sanadas irregularidades na documentação apresentada e analisada com base na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.*

**94
REQUERIMENTO N° 1.514, DE 2009**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.514, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de louvor ao Governador José Serra pela iniciativa da quebra das patentes de medicamentos.*

**95
REQUERIMENTO N° 1.516, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.516, de 2009, do Senador Lobão Filho, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2003; 355, de 2004; 8 e 18, de 2005; 45, de 2006; 42, de 2007; 54, de 2009; e com os Projetos de Lei da Câmara nºs 106, de 2007; 55 e 75, de 2009, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (prestadoras de serviços públicos).*

**96
REQUERIMENTO N° 1.518, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.518, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 566, de 2007, por regularem a mesma matéria (cobrança de anuidade por entidades representativas de classes).*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Está encerrada esta sessão de segunda-feira, 30 de novembro, que foi iniciada às 14 horas.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 08 minutos.)

**COMISSÃO MISTA PERMANENTE
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC**

Memorando nº 018/2009-CMMC

Brasília, 30 de novembro de 2009

Ilustríssima Senhora
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Senado Federal
NESTA

Senhora Diretora,

Ao cumprimentá-la cordialmente, solicito de Vossa Senhoria as devidas providências no sentido de publicar no Diário do Senado Federal, as **Atas** e os respectivos registros de **Estenotipia Informatizada**, anexas, das **Reuniões da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas**, realizadas na 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, abaixo discriminadas:

PARA PUBLICAÇÃO:

Número da Reunião	Data de realização da Reunião:
34ª Reunião Extraordinária	19 de novembro de 2009
35ª Reunião Ordinária	24 de novembro de 2009

Outrossim, esclareço que as **Atas** acima mencionadas e os seus respectivos registros de **Estenotipia Informatizada** foram devidamente conferidos.

Atenciosamente, – **Dulcidia Ramos Calháo**, Secretária de Comissão.

34ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, extraordinária, de Audiência Pública Regional, da 3ª Sessão Legislativa extraordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 19 de novembro de 2009, quinta-feira, às 14 horas,

no Auditório Bete Aziz da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, na cidade de Manaus.

As quatorze horas e trinta e cinco minutos, do dia dezenove de novembro do ano de dois mil e nove, no Auditório Bete Aziz, da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, na cidade de Manaus, o Senador Jefferson Praia, Presidente no exercício da Presidência, declara aberta a reunião de Audiência Pública Regional, consulta aos membros da a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Esclarece que a presente reunião de Audiência Pública Regional tem a participação de diversos especialistas da área que trarão muita contribuição aos trabalhos desta Comissão pela riqueza das apresentações que tem por finalidade “*Colher críticas, sugestões e outros subsídios destinados à fundamentação do conjunto de propostas a ser levado pelo Brasil à 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP 15), programada para dezembro do corrente ano, em Copenhague (Dinamarca)*”, em atendimento ao Requerimento. nº 46/2009-CMMC, de autoria do **Senador Jefferson Praia**. O Senhor Presidente convida para compor a Mesa dos Trabalhos a **Deputada Vanessa Graziotin – Vice-Presidenta** e o **Deputado Lupércio Ramos**. O Senhor Presidente após a abertura dos trabalhos concede a palavra à **Deputada Vanessa Graziotin**, que procede às suas considerações e, em seguida concede a palavra ao **Deputado Lupércio Ramos**. A Presidência registra a presença dos Senhores Dr. **Carlos Alberto Barreto** – Procurador Federal – Representando o Secretário da SEMMAS, Dr. **Eduardo Costa Taveira** – Representando o Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia, **Lana Elisa M. Gomes** da Secretaria de Meio Ambiente da União Estadual dos Estudantes do Amazonas e também da Presidenta do Movimento Verde do Amazonas, Madalena Silva. A seguir o Senhor Presidente desfaz a Mesa e convida o **Professor Rubem Souza** – Coordenador do Centro de Desenvolvimento Energético do Amazonas – CEDEAM/UFAM, para dar início a sua exposição, sobre o Tema “*Estruturação e Desenvolvimento de Mercado Voluntário de Carbono Específico para o Estado do Amazonas*”, enriquecendo-a com apresentações sobre o tema. Após, concede a palavra ao **Dr. Ernesto Roessing** – Coordenador do Centro Estadual de Mudanças Climáticas no Estado do Amazonas – CECLIMA / Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, para expor sobre o Tema: “*Ações de Governo e Mudanças Climáticas*” e, também faz apresentações no decorrer de sua explanação. O Senhor Presidente agradece ao expositor por sua exposição, agradecendo, da mesma forma ao

Profº Rubem Souza. Em seguida, registra a presença do **Dr. Ronaldo Mota**, Diretor-Executivo do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas, do **Jorge J. Ohly** – Diretor da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, do **Nildo Menezes**, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Prefeitura de Manaus, do **Bruno Mannarino**, da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – SEPLAN e de **Bernhard J. Smid** – Secretário da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – SEPLAN. Ato contínuo, a Presidência, convida a **Dra. Ana Maria de Souza** – Coordenadora Geral de Estudos Econômicos e Empresariais da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, para dar início a sua exposição sobre o Tema: “*Mudanças Climáticas numa visão amazônica: Sugestões e Propostas*”, da mesma forma, a **Dra. Ana Maria** também realiza apresentações no decorrer de sua exposição. O Senhor Presidente destaca a presença do Senhor **Rui Gomes**, da Fundação Alberto Pasqualini do PDT do Amazonas. Após, o Senador Jefferson Praia convida o **Dr. João Tezza** – Diretor Técnico Científico da Fundação Amazônia Sustentável – FAZ, para dar início a sua exposição sobre o Tema: “*A Evolução da posição do Governo Brasileiro para a Conferência de Copenhague em Relação à Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação – REED*”, não realizando apresentações no decorrer de sua explanação. A Presidência convida os expositores para tomarem assento à Mesa dos Trabalhos e, destaca a presença do **Dr. Carlos Roberto Bueno** – Coordenador de Extensão do IMPA e de **Vanusa Matos** – Gerente de Programas Especiais do SENAC, acompanhada da Senhora Silvia. O Senhor Presidente abre a palavra aos participantes para expressarem os seus questionamentos, por um período de três minutos, sendo que, inicialmente o Senador Jefferson Praia faz perguntas ao **Dr. João Tezza** e, após, aos participantes, na seguinte ordem: Senhora **Marisa Cristina Sanches Vasques** – Assessora do Meio Ambiente – FIAM e, está Representando o Dr. Antonio Silva, sendo o Dr. Ernesto que responde ao questionamento da Senhora Marisa. O Senhor Presidente destaca a presença do **Deputado Estadual Luis Castro** e, concede a palavra ao **Vereador Mário Frota** da Câmara Municipal de Manaus. Em seguida, o Senador Jefferson Praia concede a palavra ao Deputado Luiz Castro para as suas considerações. O Presidente consulta ao **Dr. Carlos Bueno** do IMPA se gostaria de fazer uso da palavra, concedendo-lhe em seguida. Após, o Senhor Presidente concede a palavra ao **Professor Paulo Vale**, Integrante do Movimento Verde Amazonas. A Presidência retorna a palavra aos Senhores Expositores para responderem aos

questionamentos dos participantes, na seguinte ordem: **Dr. João Tezza, o Dr. Ernesto Roessing, Professor Rubem Souza** e por fim a **Dra. Ana Maria de Souza**. O Senador Jefferson Praia, abre a palavra a **Senhora Marilene Silva** – Presidente do Movimento Verde da Juventude do PDT e em seguida a **Senhora Lana Gomes** – Secretária de Meio Ambiente da União Estadual dos Estudantes do Amazonas – UEE/AM. Após, o Senhor Presidente concede a palavra, aos expositores para as suas considerações finais, iniciando pelo Dr. Ernesto, em seguida, Professor Rubem e ao final ao Dr. João Tezza. A Presidência, no uso da palavra faz considerações a respeito da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, referindo-se aos componentes da Mesa e aos trabalhos desenvolvidos pela Comissão que já se encontram mencionados no Relatório Anual que já se encontra em fase de discussão e votação e, os resultados desta Audiência Pública Regional, será apreciada pelo Relator, Deputado Colbert Martins. O Presidente menciona a importância dos debates e exposições realizadas por pessoas que se dedicam ao tema, lembrando que depende de toda a sociedade quanto a contribuição para com o meio ambiente. O Senador Jefferson Praia agradece aos servidores do Senado que estão assessorando os trabalhos, aos servidores do seu escritório no Amazonas, aos servidores da Assembléia Legislativa, em especial ao Cerimonial, bem como a participação de todas as autoridades e demais participantes na presente reunião de Audiência Pública Regional no Estado do Amazonas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e dezesseis minutos, lavrando eu, **Dulcidia Ramos Calháo**, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente em exercício da Comissão, que será publicada no Diário do Senado Federal e do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Jefferson Praia**, Presidente em exercício da CMMC.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Boa-tarde a todos, obrigado pela presença. Declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão Mista permanente sobre Mudanças Climáticas, Extraordinária, criada por intermédio da Resolução nº 4, de 2008, Congresso Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, de Audiência Pública Regional na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em atendimento ao Requerimento nº 46, de 2009, da Comissão de Mudanças Climáticas, de autoria do Senador Jefferson Praia, aprovado em 13 de outubro de 2009.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os

Srs. e Sras. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente Audiência Pública Regional tem por finalidade “colher críticas, sugestões e outros subsídios destinados à fundamentação do conjunto de propostas a ser levado pelo Brasil à 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP-15)”.

Esclareço aos Srs. e Sras. presentes que esta Reunião de Audiência Pública Regional tem a participação de diversos especialistas da área, que irão trazer imensa contribuição aos nossos trabalhos pela riqueza de suas apresentações, seguindo a programação que contém os temas e respectivos palestrantes já distribuídos a todos.

Convido para compor a Mesa a nossa vice-Presidente já para assumir aqui os trabalhos, Deputada Vanessa Grazziotin. Convido para compor a Mesa também o Vereador Mário Frota e o Deputado Federal Lupércio Ramos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos, e eu vou passar a palavra à vice-Presidente da Comissão, Deputada Vanessa Grazziotin, para tecer as suas considerações sobre este encontro.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Muito obrigada. Eu quero cumprimentar todos os companheiros presentes, as companheiras presentes, o nosso Vereador Mário Frota, o querido companheiro ex-deputado federal já de... Não só de bons mandatos, mas de saudosos mandatos, não é, Mário? Até hoje as pessoas fazem referência a atuação do Mário Frota lá, e para a gente isso é motivo de orgulho Mário. Cumprimentar o Deputado Lupércio, que está aqui dando entrevista. E, por fim, cumprimentar o companheiro Senador Jefferson Praia, que na realidade foi o grande mentor dessa atividade hoje aqui em Manaus.

É importante essa atividade, nesse momento, porque nós já estamos em fase de discussão e votação do Relatório da Comissão Mista de Mudanças Climáticas. O relatório que deverá ser levado para ser distribuído em Copenhague, o senador irá, representando o Senado, eu também vou, representando à Câmara, enfim vamos, talvez, eu acho que será a maior delegação de parlamentares do encontro, porque alguns estão delegados pelas suas respectivas Casas e outros estão indo por conta própria, pela importância do evento.

Então a Audiência Pública que o Senador Jefferson Praia fez questão de manter, fez questão de fazer, ela, sem dúvida nenhuma, deverá constar, partes importantes dela, do nosso relatório.

No mais quero dizer que a gente vive um momento muito importante de decisões importantes para o mundo inteiro, agora, sobretudo para o Brasil e para a Amazô-

nia. Nesses últimos dias, a gente tem sentido, inclusive parte de alguns parlamentares uma certa apatia por conta da decisão recentemente anunciada por China e pelos Estados Unidos de não se comprometerem com qualquer meta, com qualquer número.

Entretanto o Governo Brasileiro, a França, a Inglaterra, e tantos outros países têm respondido não com apatia, mas com uma disposição de luta ainda maior. O Governo Brasileiro já determinou alguns pontos do que irá apresentar em Copenhague, no que diz respeito à redução, está sendo projetada uma redução menor do que naturalmente poderia ser em decorrência do crescimento de nossa economia para os próximos anos, assim como o que já foi fartamente anunciado: a diminuição do desmatamento em 80%.

Eu acho que esse é o ponto, Jefferson, que nos interessa: 80%. E 80% não é pouco, até 2020, é muita coisa. E não vamos imaginar que basta um decreto e o desmatamento vai diminuir 80%, não. Nós precisamos de mecanismos para viabilizar o desmatamento. Eu vejo o Ronaldo aqui, não é, Ronaldo? Ronaldo Mota, da FIAM e do Centro das Indústrias. O fortalecimento do nosso polo é um ponto fundamental para que consigamos essa meta: a modernização da agricultura; o investimento em pesquisa, em desenvolvimento de tecnologia no interior também. Então eu acho que é essa a oportunidade que o senador, sobretudo, nos proporciona, proporciona ao Estado do Amazonas, à sua sociedade, para que possamos incluir no relatório.

O Governo do Estado tem tido uma posição muito importante, proativa. O Governador do Estado inclusive viajou para debater isso, estará lá na conferência. E o REDD, hoje, que é o reconhecimento da área não desmatada e o pagamento por isso, ele passa também a ser uma parcela importante, é uma parte importante da proposta brasileira. Não foi anunciado, mas tudo indica que o Presidente Lula levará, oficialmente, como uma proposta do Governo Brasileiro a remuneração das florestas em pé. E a remuneração pelo Poder Público e pela iniciativa privada também, pelo mercado.

Então, nós temos que estar, mais do que nunca, organizados porque deveremos receber recursos para manter preservado o nosso meio ambiente, mas fazer com que nossa sociedade se desenvolva e que nossas pessoas tenham qualidade de vida.

Então, quero só cumprimentar o senador, cumprimentar a todos vocês, e, mais uma vez, em nome da Senadora Ideli, enfim, dos parlamentares presentes, que compõem a Comissão, o Deputado Lupércio faz parte também. Agradecer ao Senador Jefferson Praia, que eu volto a repetir, essa audiência não estaria sendo realizada não fosse a insistência do senador, mesmo no final dos trabalhos da Comissão, o senador deixou

muito claro, o Senador Jefferson Praia, que não podíamos deixar de fazer, aprovar o relatório, sem que a etapa do Amazonas tivesse sido realizada.

Deveríamos ter uma atividade em São Gabriel, tivemos que cancelar por uma série de razões, mas a de Manaus ficou em pé. Então, eu cumprimento e os trabalhos serão dirigidos na sua integralidade pelo Senador Jefferson Praia.

Obrigada, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON

PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Deputada Vanessa. Eu quero esclarecer o seguinte: que a Deputada exagera quando foi só eu que trabalhei dentro de um contexto de que pudéssemos realizar. Claro que eu contei com o apoio dela, do Lupércio, de todos os outros, já que estamos na reta final.

E passo a palavra ao nosso nobre Deputado Lupércio Ramos.

DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS (PMDB-AM):

Meu boa-tarde a todos. Meu boa-tarde muito especial ao nosso senador, a quem eu quero saudar pela iniciativa; a nossa Deputada Vanessa, que tem sido muito atuante na Comissão Mista de Mudanças Climáticas lá no Congresso Nacional; Vereador Mário Frota; e a todos os senhores que, de uma maneira ou de outra, estão sempre preocupados com relação a essa questão.

Eu concordo plenamente com a Vanessa de que seria, para nós, do Amazonas, inexplicável se nós fizéssemos um relatório de uma Comissão Mista de Mudanças Climáticas e não discutíssemos com os representantes do Estado do Amazonas. Se há um Estado que tem que ser levado muito em consideração quando se fala em mudanças climáticas, em floresta, quando se fala em meio ambiente, quando se fala em desenvolvimento sustentável, é justamente o Estado do Amazonas. Até porque acho que o nosso Estado passa a ser uma referência, e tem que ser esta referência.

Sabemos que o Presidente Lula está anuncian-
do 80% de redução do desmatamento até 2020, mas como uma proposta, não é algo firmado, não é uma coisa escrita, determinada. É uma boa vontade, é uma vontade expressa. Mas eu acho que aqui no Amazonas nós temos que ter algo, assim, firmado. É nossa questão pessoal, é questão local. E precisamos aproveitar muito essa disposição do Governador Eduardo Braga, não só a disposição de debater, de discutir, de mostrar à sociedade brasileira e também a alguns países, mas a disposição de fazer, de ter políticas públicas voltadas a esta questão. Nós temos a floresta tropical mais invejável do mundo, nós temos uma riqueza incalculável, nós temos todos os caminhos para mostrar

para a sociedade que nós estamos envolvidos nesta questão para valer, para valer.

Eu até queria aproveitar essa oportunidade e depois pedir o apoio da Deputada Vanessa, e depois lá no Senado, são várias propostas que já estão tramitando no Congresso Nacional que envolvem essas questões ambientais: de clima, de florestas etc., a própria mudança do Código Florestal, uma série de propostas. Mas o Brasil precisava elencar isso e disciplinar isso de forma inteligente, de forma responsável, elencar isso, fazer a compilação dessas iniciativas todas e fazer uma lei moderna, que pudesse, de fato, contemplar o desejo da sociedade universal. E nós estamos participando. Vanessa, nós temos já um projeto, discutimos na semana passada na Comissão de Agricultura, onde eu achava que nós íamos ter as maiores reações. É um projeto de pagamento por serviços ambientais – começar a discutir, a debater essa questão de forma prática, estabelecer os critérios técnicos e práticos com relação aos serviços ambientais. E houve uma discussão interessante na Comissão de Agricultura, que vocês sabem que é na Comissão de Agricultura que estão as maiorias reações com relação a qualquer tipo de movimento, de preservação, de controle, etc., etc.

E nós tivemos a sorte de ver o nosso projeto aprovado lá, mesmo na Comissão de Agricultura, ainda que com alguns votos contrários, mas nós aprovamos. E aprovamos até com um certo discurso já do pessoal da agricultura, aderindo, indo para esse caminho da responsabilidade com relação ao meio ambiente. Eu acho que isso é extraordinário. Eu acho que isso é uma coisa, é um avanço, é um avanço impressionante.

Eu espero que esse projeto seja melhorado lá pela frente, vai passar... Agora está na Comissão do Meio Ambiente, e a relatora é a Deputada Rebecca – eu sei que com a Rebecca nós vamos avançar muito nesta questão. Só que o debate na Agricultura estava sempre em torno da terra. E eu espero que a gente não faça o debate em torno da terra, que a gente faça o debate em torno da vida, em torno das pessoas, em torno da sociedade, em torno dos trabalhadores. Como se o pagamento de serviços ambientais fosse para pagar a floresta e não fosse para pagar as pessoas que vivem na floresta também.

Então, eu queria deixar, senador, essa nossa proposta aí, e parabenizá-lo pela iniciativa, e agradecer em nome da nossa Comissão lá, não é, Vanessa, a presença de todos, porque eu sempre disse que o Brasil tem que levar alguma coisa concreta para Copenhague. O que nós vamos levar para Copenhague e o que nós vamos trazer de Copenhague? Isso é fundamental a gente discutir. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Deputado Lupércio Ramos. Quero dizer também que é um prazer ter conosco aqui o Vereador Mário Frota. E passo a palavra ao nosso nobre Vereador Mário Frota, para que faça também as suas considerações.

SR. MÁRIO FROTA: Eu não posso... Eu estaria mentindo se eu afirmasse a vocês que eu não estou me sentindo honrado nesse momento, claro que sim. Eu estou ao lado de três excelentes parlamentares, representantes do nosso Estado, que um dia eu os representei lá no Congresso Nacional, três mandatos de Deputado Federal, numa época difícil da vida nacional, que houve uma ditadura terrível e cruel, que matava estudantes, que prendia intelectuais, que deportava políticos, enfim, um inferno naqueles anos. Mas eu ajudei na transição, eu votei em Tancredo, e o país conseguiu... No meu último mandato ocorreu o advento da democracia no Brasil. Nessa época, a minha amiga, que está aqui ao meu lado, nós enfrentamos muitas correrias por aí, muitas correrias, mas finalmente veio a democracia.

Olha, eu acho que nós temos que sair da retórica e do discurso e partir para a realidade. O planeta vai mal, vai de mal a pior, e, recentemente, num programa de televisão, companheiro Praia, eu assisti, e eu fiquei todo arrepiado, sabe? O Viva o Gordo, o entrevistador, o Jô Soares – eu lembro do Viva o Gordo, que era um programa dele muito especial – ele fez uma entrevista interessante, ele perguntou de um cientista norte americano, famoso: “Qualquer animal que venha a desaparecer no planeta traz prejuízos para os nossos ecossistemas, o nosso planeta?” Ele disse: “Claro que sim”. “Mas deve haver pelo menos um que se desaparecer não vai causar problema para a terra. E tem um, o homem.” O único animal que se desaparecer no planeta faz bem ao planeta, porque é o único que destrói, em verdade, o Planeta Terra. Então eu fiquei todo arrepiado quando eu ouvi, mas são essas coisas que fazem a gente cair na real.

Eu acho que é hora, como eu disse, de nós partirmos para soluções. Quem for para Copenhague tem que levar, eu acho que tem que levar no papel o que vai falar. Claro, numa discussão com as pessoas aqui do nosso país e tudo, numa reunião como essa, mas eu acho que – me perdoe, eu não sei falar sentado. É a velha mania de falar da tribuna. Mas eu tenho uma ideia, eu acho que é uma ideia boa de colocar para os companheiros – eu vou tentar falar bem rapidamente porque é só a introdução –, mas houve, há alguns dias atrás, o jornal A Crítica puxou uma discussão sobre Balbina. Eu sou um eterno inimigo figadal de Balbina. Só dois parlamentares, na época, um senador e um

deputado federal, se colocaram contra esse projeto criminoso, o maior crime ambiental do planeta, para a construção, nós sabemos disso, todos, de hidrelétrica. Inundamos mais de três mil quilômetros. Isso coloca Balbina entre os dez maiores lagos artificiais do mundo. Balbina não produz 3% de Tucuruí, e inundou um lago, uma região muito maior, do que Tucuruí, 10, 20, 40 vezes maior do que a maior de Guri, por exemplo, aqui na fronteira da Venezuela, que hoje está iluminando, já está iluminando aqui a nossa Boa Vista, já é com energia de Guri.

Então, eu acho que nós devemos pensar o que fazer com esta hidrelétrica. Nós podemos trazer Guri, a energia de Guri para Manaus. Podemos trazer... Agora está chegando o gás, vem o leão de Tucuruí, enfim, nós temos condições, no futuro, de abrir as comportas de Balbina e deixar que a floresta recomponha, se recomponha, e ela o fará isso com muito pouco tempo, com uma grande possibilidade, uma grande possibilidade, colega Vanessa, de se aproveitar, já que a floresta foi destruída. O que existe lá é um paliteiro, é uma coisa horrorosa, uma cena dantesca, uma coisa... Uma cena do inferno aquela floresta morta, ainda com as árvores fora da água.

Então é deixar, é aproveitar e se criar riqueza em cima disso, através... Plantando, fazendo adensamento com espécies nobres. Algumas delas nem se pode mais derrubar no mundo, como o mogno, o cedro, principalmente o mogno, que é a madeira mais cara e mais nobre do mundo hoje, a mais procurada. No Brasil não pode mais se tirar mogno, na Ásia não pode mais se tirar mogno, na África não pode mais se tirar mogno, e nosso país tem uma das maiores reservas de mogno do mundo aqui, naturalmente, para ser vendida sem nenhum prejuízo ao nosso ecossistema.

Então eu acho que temos que pensar em Balbina. Esse é um fato concreto que podíamos levar para Copenhague. Olha, nós queremos a compensação econômica. Gastamos um bilhão de dólares nessa hidrelétrica, que não foi discutida com a sociedade. Na época, vivíamos uma ditadura: de um lado de uma mesa alguns militares e de outro lado alguns empresários interessados na construção da obra. E eles decidiam, decidiam questões dessa natureza. Não havia discussão ambiental, o povo não participava. Ninguém, companheira Vanessa, participava disso. As decisões vinham de cima para baixo, e nos fizeram engolir garganta abaixo a hidrelétrica de Balbina.

Agora, o que ocorreu na época? Por que só eu e Evandro Carreira ficamos contra? Porque a imprensa, ela ajudou também a fazer a cabeça do povo. E com o tempo se criou-se uma ideia de que sem a Balbina não havia Zona Franca. Sem Balbina o Parque Industrial

da Zona Franca não teria um futuro. Quer dizer, nós podíamos aquela época construir as hidrelétricas movidas a diesel, como é que o está ocorrendo hoje. Ela não alimenta 20% de Manaus, hoje. Não alimenta 20%. Mas não se discutiu isso. A salvação da Zona Franca, do Amazonas, do nosso futuro era Balbina. E está aí o projeto falido, que não serve nem... Não chega a 20% a serventia dela, hoje, para o nosso... Ela não alimenta o Parque Industrial. Pronto. Não alimenta nada.

Então, o que fazer com o Balbina? Balbina é um "abacaxi" que nós temos em mãos por descascar, e podíamos usar isto muito bem lá fora e fazer uma boa média. Podíamos dar uma bofetada nos Estados Unidos, na China, nesses países que estão reagindo contra o controle da produção de gás carbono.

Eu acho que não basta só... Eu ouvi aí o colega dizer: "Muito bem, não basta apenas dizer que vamos reduzir o desmatamento", porque eu cansado de ouvir isso. E o instrumental, que colocou muito bem a nossa deputada federal, e o instrumental? Quantos homens tem o IBAMA para fiscalizar a Floresta Amazônica, quantos homens? Nós temos já uma polícia florestal? São Paulo, há 30 anos, tem uma polícia florestal e nós não temos aqui, ajudando lá as florestas, etc., etc. Nós não temos aqui, para proteger as florestas.

Então eu acho que é hora de nós partirmos para fatos concretos e levarmos essa questão lá para Copenhague. Dizer: "Nós resolvemos o problema de Balbina, podemos abrir as comportas dela. Ela não nos serve, em verdade". E, agora, com a possibilidade de Guri chegar aqui. Já está ali, a segunda maior hidrelétrica do mundo é de Guri. Já está aqui em Boa Vista, já ilumina Boa Vista. Mais uns 700 km, ela chega a Manaus, que é possível, claro, nós sabemos disso. Tucuruí está vindo aí. O gás chegou. Então, não é difícil nós substituirmos, fazer a substituição dessa hidrelétrica, que não serviu para nada, está aí quase um defunto.

Então eu acho que nós devemos estudar essa questão, eu coloco um fato concreto que nós podemos levar... O Presidente Lula, os parlamentares federais podem levar essa discussão para lá, e fazer uma proposta, desde que haja compensação econômica não tem problema. Seria ótimo para nós, ótimo para a humanidade, e ótimo para todo mundo, e nós nos sairíamos bem, muito bem, muito bem mesmo na foto.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON

PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Vereador Mário Frota. Eu quero registrar a presença do Dr. Carlos Alberto Barreto, procurador federal, representando o secretário da SEMAS; Dr. Eduardo Costa Taveira, representante do Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia. Tam-

bém registro a presença da Alana Elisa M. Gomes, da Secretaria de Meio Ambiente da União Estadual dos Estudantes do Amazonas; e também da presidente do Movimento Verde do Amazonas, Madalena Silva. Muito obrigado pela presença.

Nós vamos, então, passar a palavra... Vamos aqui desfazer a Mesa rapidamente, agradeço a compreensão dos nossos parlamentares aqui presentes. Mas convido, então, para fazer sua exposição o professor Rubem Souza, Coordenador do Centro de Desenvolvimento Energético do Amazonas, CDEAM/UFAM, para tratar do tema Estruturação e Desenvolvimento de Mercado Voluntário de Carbono Específico para o Estado do Amazonas. Professor Rubem Souza.

SR. RUBEM CESAR RODRIGUES SOUZA: Bom, 15 minutos foi o tempo estabelecido. Boa-tarde a todos. Eu gostaria de agradecer o convite da Assessoria do Senador Jefferson Praia, e dizer que, nesse momento, realmente, ele é um momento significativo, seja para a minha pessoa enquanto profissional, que há 17 anos lida com as questões de energia aqui da região e de clima, de desenvolvimento regional, seja para a Universidade Federal do Amazonas, que tem a oportunidade de estar aqui trazendo algumas propostas para reflexão.

Confesso que quando recebi o convite, fiquei pensando se de fato o que eu teria a trazer seria algo passível de ser levado para Copenhague. Adiante dos pronunciamentos aqui daqueles que compunham a Mesa de abertura, ficou claro, fiquei convencido de que realmente, apesar de simples a proposta, ela pode ser de extrema relevância para a contribuição que o Estado pode dar não só de exemplo para o país, mas para o mundo.

E é o que a gente vai tentar agora colocar aqui rapidamente para vocês. Eu estou tentando me posicionar aqui, que eu estou acostumado como professor eu mesmo controlar os *slides* e tudo. Vamos lá. Pode passar.

Essas primeiras informações são basicamente para a gente situar, nivelar as informações. Nós temos uma relação entre energia e clima. No mundo nós vemos que 56% das emissões são produzidas por combustíveis fósseis, 17% por desmatamento. No Brasil isso muda. Na verdade, temos uma inversão do percentual, onde predomina o desmatamento como a maior fonte.

Quando nós trazemos essa reflexão para o Estado do Amazonas, na verdade nós não temos um inventário de emissões, mas conseguimos inferir que, na verdade, os combustíveis fósseis acabam sendo os grandes responsáveis pelas emissões frente aos desmatamentos.

Bom, nós estamos tentando aqui discutir a questão de um mercado de carbono. O mercado de carbono, nós podemos dividir em dois mercados: um chamado mercado regulado, que é aquele que tem normas, tem metas, está perfeitamente definido, apesar de haver controvérsia com relação a algumas metodologias de avaliação e etc., mas ele está bem balizado, ele está bem definido seus parâmetros, e os países têm obrigação de cumprir e atender esse mercado.

O mercado foco, portanto, dessa nossa discussão é em cima do mercado voluntário. Pode passar.

O mercado voluntário, ele, portanto, difere do outro mercado estabelecido no Protocolo de Kyoto, que ele é um mercado não regulado. O nome já põe-se isso. Então, ele é um mercado baseado na iniciativa e na responsabilidade dos agentes envolvidos nesse mercado; ele não tem metas, obrigatoriamente ele cumpre metas. Participam dele organizações não governamentais, governos, companhias, indivíduo, enfim. Mas ele deve atender e deve ganhar credibilidade, ter credibilidade, para efetivamente poder haver uma transação desses créditos de carbono. Portanto, ele é, ele deve responder a metodologia de verificações e validações. E as negociações são caso a caso. Pode passar.

Bom, dois conceitos importantes quando se fala em mercado de carbono é a neutralização e a compensação de carbono. A neutralização ela pode ser feita por diversos tipos de ações. E aí nós temos projetos de reflorestamento, projetos de eficiência energética, projetos de energia renovável, são exemplos de ações para neutralizar os carbonos emitidos.

Quando se fala em compensação de carbono – pode passar –, nós estamos falando de comércio. Então, ele permite o pagamento para redução dos gases de efeito estufa. A participação, evidentemente, é voluntária, podendo aderir pessoas e empresas. O mercado de compensação pode neutralizar atividades específicas, como viagens e eventos, mas também emissões decorrentes de processos industriais. Então vejam que ele tem um leque bastante abrangente de ações.

Como é que esse mercado tem se comportado? Observando os números de 2008, nós vemos que em nível mundial foram transacionados 705 milhões de dólares. Ele é bastante inferior ao mercado regulado, mas ele é significativo. O preço médio do crédito de carbono equivalente ficou em torno de 7.34 dólares a tonelada de CO₂, mas esse preço variando de 1.2 dólares a 47 dólares a tonelada. Isso diz muito respeito ao local onde esses projetos se desenvolveram, ao que ele agrupa de ganhos socioambientais, e esse valor vai subindo em função disso.

Aí tem dois exemplos de preços de carbono, associado a projetos com energia solar e com biomassa.

Quando nós observamos como é que esses projetos têm sido afetados, nós vemos que o setor energético, se nós pegarmos hidrelétricas, energias renováveis, biomassa, eficiência energética, isso passa de 50% dos projetos onde foram comercializados os créditos de carbono no mercado voluntário. Ou seja, o setor energético tem um grande atrativo para esse tipo de negócio. Pode passar.

E como é que isso tem variado aí nos anos mais recentes? De 2002 até 2008, nós saímos de um 171 milhões de dólares das transações para 705 milhões, ou seja, um crescimento de 312%. O preço médio variou em torno de 79% para cima, vem subindo esses créditos, portanto, bastante expressiva essa variação. Pode passar.

E o que os compradores procuram? Fortalecimento da imagem ambiental da empresa, quando são empresários que adquirem, e esse tem sido os grandes demandantes desse mercado; agregação de valor ao produto pela imagem empresarial também; e estimular mudança na postura ambiental quando isso é conduzido pelo Poder Público. Pode passar.

Padrões de verificação e validação. Existem já padrões consolidados com a credibilidade necessária para garantir preços interessantes a esses certificados de carbono. Então, não precisamos criar padrões de verificação e validação, nós temos que escolher aqueles que são mais adequados e que já possuem a credibilidade no mercado para incorporarmos ao nosso mercado estadual. Pode passar.

Nós temos aí alguns exemplos de iniciativa privada e pública. Temos o exemplo, eu trouxe o exemplo do Campeonato Mundial de Futebol porque isso nos diz respeito de perto, considerando a Copa de 2014, onde a FIFA comprou certificados de compensação, e que se isso, se nós estivéssemos vivendo, por exemplo, no ano que vem, sediando a Copa, nós não teríamos no Mercado Brasileiro esses certificados para vender. A FIFA teria que comprar isso fora do país. Em 2014, se nós não tivermos, é isso que ela vai fazer, ela vai comprar fora do país. Pode voltar um pouquinho, por favor.

Nós temos outro exemplo, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, que estabeleceu que as empresas que realizam os eventos nos parques municipais são obrigadas a neutralizar suas emissões. Então isso é compulsório. E nós temos também iniciativa de vários Estados fazendo seus inventários de gases de efeito estufa. Então vejam que isso não é, na verdade, algo que nós vamos dar o pontapé inicial, isso já vem acontecendo de maneira, digamos, pontual. O que a gente pretende é organizar isso para

que, no Estado, aconteça de maneira mais estruturada. Pode passar.

E as oportunidades para a criação de um mercado voluntário de carbono no Estado. Bom, nós temos setor de energia elétrica e de transporte como grandes demandantes de combustível fóssil. Nós temos um grande contingente populacional que não é suprido eletricamente, ou o suprimento se dá a base de pequenos geradores a grupo diesel, onde os próprios comunitários fazem sua cota, ou são mantidos pela concessionária. E são demandantes, também, de combustível para seu próprio deslocamento, através jipetas, voadeiras, enfim, você tem um grande consumo de derivados de petróleo nisso. E nós temos um polo industrial com mais de 400 empresas, empresas multinacionais de grande porte, preocupadíssimas com sua imagem e ávidas por agregar valor ao seu produto. Pode passar.

Bom, os projetos para neutralizar as emissões na Amazônia, com certeza, terão um atrativo bastante significativo no mercado internacional por se tratar de Amazônia; não é uma região qualquer.

Bom, o Estado do Amazonas tem se colocado na vanguarda de políticas ambientais. Todos são sabedores que a primeira lei de mudança climática estadual é daqui do Estado do Amazonas, e outras iniciativas também em curso. Sem discutir o mérito ou não, o fato é que elas estão acontecendo. E temos o que todo mundo normalmente pergunta: "Como é que você vai fazer isso, de onde vem o dinheiro?" Nós temos *royalty* que vem de fontes não renováveis. E o que se defende é que essas fontes não renováveis financiem as ações das renováveis ou a mudança dessa situação socioeconômica do interior do Estado. Então aí temos os números de 2008, 186 milhões de reais de *royalties* aqui para o Estado, e a previsão do gás natural é na ordem de 18 milhões de reais por ano quando tive com a capacidade contratada no seu máximo. Pode passar.

Então vamos entender um pouquinho mais essa proposta do mercado de carbono. Aí eu pediria que passasse lentamente. Então nós vamos ter aí – eu acho que desconfigurou um pouco quando mudou de máquina, mas pode retornar. Pode ir, ok. Então nós vamos ter aí agentes neutralizadores. O que esses agentes vão fazer? Eles vão apresentar propostas de projetos capazes de neutralizar emissões. E quem serão esses agentes? Serão as ONGs, prefeituras, universidades, etc.

E aí nós temos um exemplo de projeto que nós entendemos seja o projeto adequado para esse tipo de situação. O projeto, ele estaria baseado na exploração da cadeia produtiva local – aí nós estamos pegando o

exemplo de um projeto real: A Exploração da Cadeia Produtiva do Açaí. Teríamos que agregar valor a essa matéria-prima com a construção de agroindústria. Normalmente, isso ocorre em áreas não eletrificadas e aí diz: "Como eu coloco uma agroindústria numa área não eletrificada e vou atender esse processo produtivo como? Pode passar. Agregando tecnologias apropriadas.

Aí nós temos duas tecnologias desenvolvidas aqui no Estado do Amazonas, pela Universidade Federal do Amazonas, com potencial de resolver esse problema. Aquele equipamento verde ali em cima, se chama um sistema de gaseificação e ele funciona produzindo energia elétrica a partir do caroço do açaí, que é resíduo do processo produtivo de produção de poupa do açaí. E esse equipamento de baixo, também desenvolvido pela Universidade Federal do Amazonas, e é a primeira patente da FAPEAM, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado, que é um forno de farinha mecanizado, movido a energia solar, também funcionando à lenha, como os tradicionais, porém com uma redução de 70% do consumo de lenha. Então, isso são tecnologias apropriadas para se "startar" processos produtivos nessas comunidades.

Mas não basta. É preciso constituir e organizar a comunidade local. Nesse caso foi construída uma cooperativa, chamada Cooperativa Energética Agro-extrativista Rainha do Açaí, foi desenvolvido um plano de *marketing*, com desenvolvimento de marcas, embalagens. O próximo.

É necessário, também, um intenso processo de capacitação dos comunitários, para que eles possam fazer o processo produtivo andar, seja na atividade-fim, seja na gerencial. E tudo isso focado em quê? Focado no bem-estar, focado em melhoria das condições imediatas e futuras. Então, esse é o tipo de projeto que nós consideramos sejam os projetos passíveis de serem apoiados, de serem estimulados na região. Então aqui dentro tem as fontes renováveis, nós estamos tratando a questão energética, mas, fundamentalmente, nós estamos tratando da questão de cidadania e desenvolvimento regional em bases efetivamente sustentáveis. Pode passar.

Bom, voltando a nossa estrutura de mercado, nós teremos e temos os agentes emissores, os responsáveis pelas emissões, que deverão fazer seus inventários, quantificar essas emissões. Então nós temos pessoas jurídicas pública e privada e pessoa física também que são responsáveis por essas emissões. O próximo.

E temos que ter agentes quantificadores, que vão quantificar essas emissões, efetivamente, sejam nos projetos lá dos agentes neutralizadores, sejam dos agentes emissores, que são pessoas jurídicas espe-

cializadas, devidamente credenciadas. Então vejam que a proposta é que não seja qualquer empresa que entra, vai passar por um processo de acreditação. Vai ter que passar por um crivo para ver se ela tem condições de dar resposta, efetivamente.

E temos, por fim, um agente operador e fiscalizador desse processo, com as seguintes funções: validação dos métodos de quantificação, credenciamento dos agentes quantificadores, comercialização dos créditos – essa comercialização seja localmente junto, por exemplo, aos empresários do polo industrial, por exemplo, eles são os únicos demandantes, dos prestadores de serviço também em outros segmentos. E, posteriormente, em isso ganhando volume, esses créditos podem ser comercializados. Na bolsa de Chicago, por exemplo, é onde se comercializa a maior... grande parte dos créditos de carbono voluntário do mundo. E também será responsável pela doação de instrumentos para a estímulo ao mercado, e a fiscalização do mercado.

A proposta que se apresenta é que esse agente e, portanto, responsável por todo o mercado seja estruturado via o Fórum de Mudanças Climáticas Estadual. A 1ª Reunião do Fórum Estadual de Mudanças Climáticas aconteceu alguns dias atrás, onde foram construídas três Câmaras, dentre elas a Câmara de Energia, e que ficou com a missão de trabalhar nesse tema durante o ano de 2010, buscando os meios e os apoios necessários para viabilizar a estruturação desse mercado.

E aí se faz uma provocação, na verdade se estabelecendo aí um percentual dos *royalties* que poderiam ser direcionados, através de lei estadual, para esse tipo de ação em torno de 10%.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, professor. Nós vamos fazer o seguinte: vamos fazer as exposições e, após as exposições, quem tiver algum questionamento anota para fazê-los aos expositores.

Convido para fazer a sua exposição o Dr. Ernesto Roessing, coordenador do Centro Estadual de Mudanças Climáticas no Estado do Amazonas (CECLIMA), Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. E o tema Ações de Governo e Mudanças Climáticas.

SR. ERNESTO ROESSING NETO: Eu não sei se eu sento ou fico em pé. Bom, de início eu viria aqui mais para mostrar um pouco do que o governo tem feito em relação as questão das mudanças climáticas aqui no Estado. No entanto, tendo em vista que isso

aqui é uma audiência para a gente subsidiar a posição brasileira na COP-15, eu acabei fazendo uma mistura, mostrando um pouco do que o governo tem feito, mas também lançando, mostrando como está o panorama internacional, quais são as perspectivas, o que já se tem notícia. Então eu vou seguindo essa linha e, posteriormente, nos debates, a gente pode aprofundar mais em um ou algum outro ponto. Pode passar.

Bom, então vamos começar já tratando da questão das florestas. Nós vivemos num Estado em que cerca de 98% ainda é coberto por floresta, é uma realidade que na Amazônia só encontra paralelo no Amapá, mas o Amapá tem uma superfície menor do que a nossa. Então nós temos uma cobertura florestal muito significativa e por isso, logicamente, quando seu fala em mudança climática, você pensa logo em floresta, embora as emissões do Estado, atualmente, como bem frisou o professor Rubem, venham do setor energético.

O que existe é um certo receio de que no futuro, caso essa expansão de desmatamento continue, acabe aumentando o desmatamento no Estado. O Governo tem trabalhado para que isso não aconteça, para que essa pressão permaneça fora do Estado, mas sempre é um trabalho que tem que ser contínuo, porque essa pressão existe.

E qual seria a relação entre floresta e mudança climática? Bom, como o professor Rubem já mostrou, eu estou repetindo alguns dados, a maior parte das emissões do Brasil vem do desmatamento. Esses dados já estão sendo revisto, pode ser que ao invés de 70 seja 60, mas, de qualquer modo, é a maior percentagem... a maior emissão do Brasil vem do desmatamento.

E, no mundo, cerca de 20% vem do desmatamento. Então, a redução das emissões pelo desmatamento, ela desempenha um papel fundamental na redução de emissões global. Embora seja 20% em termos mundiais, como no Brasil ela é a maior parte, qualquer esforço que o Brasil faça é uma redução significativa do Brasil e, por tabela, isso acaba refletindo naqueles 20% mundiais.

Outra questão é que a gente que fazer a nossa parte, tem que evitar o desmatamento, mas a floresta também é vulnerável às mudanças climáticas. Isso quer dizer que a gente tem que fazer a nossa parte, mas os outros também a deles. Se só nós fizermos a nossa parte e as emissões de outros setores continuarem, e o aquecimento global continuar, a floresta vai acabar desaparecendo com esse aumento de temperatura. Existem vários modelos demonstrando isso. Pode passar.

Então só para trazer um pouco do que tem ocorrido, na Amazônia inteira tem se registrado, desde 93,

uma redução do desmatamento. E, no Amazonas, nós conseguimos uma redução um pouco maior do que a média na Amazônia. Na Amazônia a redução foi de cerca de 72% de 2003 para cá; e, no Amazonas, ela chegou a quase 74%. Então foi um pouco acima da média. Isso mostra que os esforços tanto do Governo Estadual, quanto do Governo Federal tem tido resultado em frear o desmatamento. Embora muito ainda deva ser feito, os esforços já estão conseguindo lograr uma diminuição do desmatamento. Pode passar.

O que é interessante no nosso caso é que essa redução se dá com o crescimento do PIB. Geralmente, o que ocorre é... O que muito se divulga é que caso você crie barreiras ao desmatamento, isso vai afetar a atividade econômica, isso vai atrasar o desenvolvimento econômico, o crescimento econômico. Mas aqui no Amazonas a gente tem conseguido manter o PIB numa trajetória crescente, não temos os dados de 2009 ainda, mas desmatamento já tem, e, ao mesmo tempo, esse desmatamento tem caído. Então, isso é uma realidade que destaca o Amazonas um pouco nesse contexto. Pode passar.

E isso tem sido feito como? Bom, aí nós temos essa questão do Programa Zona Franca Verde, que prevê incentivos fiscais para a cadeia produtiva sustentável, microcrédito, assistência técnica, garantia de preço mínimo – isso é muito importante. Até o Governo Federal depois passou a estabelecer uma política de preço mínimo para alguns produtos como borracha, castanha, e outros, mas nós começamos aqui no Estado. E por meio da Agência de Desenvolvimento Sustentável, a ADS, tem tentado fazer essa interface entre produtores e mercado.

E, além disso, do ponto de vista da mudança clima climática, foi criado todo um marco legal, como bem citou o professor Rubem, a Lei de Mudanças Climáticas, a Lei Estadual de Sistema de Unidade de Conservação no mesmo ano. E foi criado o Centro de Mudanças Climáticas, o Centro de Unidades de Conservação. E foi criada a Fundação Amazônia Sustentável para servir de suporte a essas atividades, como talvez o João Tezza até mostre um pouco do funcionamento da FAS mais adiante. Pode passar.

E, além disso, foram ampliadas as áreas de conservação no Estado. Nós passamos de, mais ou menos, sete milhões de hectares para 19 milhões de hectares de unidades de conservações estaduais.

Isso é importante porque, aumentando essas unidades de conservação, nós estamos aumentando áreas protegidas no Estado. Atualmente, cerca de – pode passar – 12% do território é unidade de conservação estadual, cerca de 12 também é federal e 27%, 28 é terra indígena.

Nós temos um cálculo interno nosso com base em dados de pesquisa do INPA é sobre quanto de estoque de carbono teria nas unidades de conservação estaduais, que são 12% dos Estados, só. E tomamos um susto quando vimos o resultado, porque é um estoque de carbono equivalente às emissões do ano 2000, que era o dado mais confiável que nós tínhamos, do ano 2000, dos Estados Unidos e de 32 países da Europa somados. Então, isso quer dizer que se nós queimássemos todas as árvores nas nossas unidades de conservação estaduais, nós emitiríamos o equivalente a emissão de Europa e Estados Unidos somados num ano. Então é um estoque muito grande que nós temos nas nossas unidades estaduais... temos mais as federais e mais as terras indígenas. Então vocês imaginam o tamanho do estoque de carbono que nós temos aqui no Estado. Levamos um susto quando fizemos esse cálculo. Então é muito importante manter esse desmatamento, ou melhor, o ideal é acabar com esse desmatamento ilegal na Amazônia, e mantê-lo sempre controlado. É fundamental preservar essas áreas para evitar que esse estoque de carbono que hoje nós temos aqui acabe indo para a atmosfera e piorando o problema do aquecimento global. Pode passar.

E uma das iniciativas exitosas do Estado, que é desenvolvido em conjunto com a FAS, é o Programa Bolsa-Floresta, que é dividido em quatro componentes. Tem o componente de associação... Eu não sei... Você vai falar disso aqui mais adiante, João? Eu vou detalhar um pouco mais, então. Ele tem o componente de associação, que é para fomentar as associações comunitárias das comunidades que são beneficiadas com o Bolsa-Floresta; temos o Bolsa-Floresta Social, que é mais para empreendimentos sociais nessas comunidades, voltadas para educação, para a saúde; e temos o Bolsa-floresta Renda, que é para desenvolver atividades produtivas sustentáveis nessas comunidades; e, o mais famoso, mas que não é o único, a transferência direta para as famílias no valor do R\$ 50,00 por mês. Pode passar.

E isso, tem que ressaltar, que é condicionado à preservação dessas áreas, nessas unidades de conservação que eu vou mostrar aqui. Pode passar

Atualmente, são 14 unidades da conservação beneficiadas, mais de 6.000 famílias, mais de 6.300 famílias, em 14 unidades de conservação do Estado que são beneficiadas pelo programa, sob esse compromisso de evitar o desmatamento nessas unidades em troca desses benefícios. Pode passar.

E, dentro desse trabalho, há um projeto específico, que é pioneiro na Amazônia brasileira, que é um projeto de redução de emissões do desmatamento na Reserva de Juma, que é desenvolvido em parceria com

cadeias de Hotéis Marriott. Por meio... A corporação, a empresa Marriott doou uma quantia, dois milhões, em quatro parcelas... dois milhões de dólares, em quatro parcelas, para a Fundação Amazônia Sustentável. E, além disso, os hóspedes dos hotéis Marriott podem fazer doações via Internet, ir... Em alguns lugares já está se começando via balcão também, para o projeto, para neutralizar suas emissões da sua estadia. E essa neutralização, esse dinheiro, ele é aplicado na conservação do Juma.

E como que é feita essa neutralização? Pode-se pensar: a floresta está ali. Bom, é feita com base numa projeção que existe, é real, a Reserva do Juma, ela fica entre... fica ao longo da estrada entre o Município de Novo Aripuanã e de Apuí, duas áreas de pressão de desmatamento.

Então, existe a pressão, e caso essa reserva não estivesse ali, esse desmatamento, segundo esses modelos desenvolvidos por um grupo de cientistas, ele alcançaria a reserva. Então é com base nessa diferença entre o desmatamento que ocorria e o que não está ocorrendo é feita, é gerado o crédito, vamos dizer assim. Não existe bem um crédito, propriamente dito, mas é como se fosse um crédito que neutraliza essa emissão da estadia. Pode passar.

E, atualmente, são 22 comunidades beneficiadas na reserva. Pode passar. Outra coisa que é importante destacar, já voltando para o setor energético, foi outro cálculo que nós fizemos lá, também interno, com relação a quanto que nós vamos reduzir as emissões. Eu tenho a impressão até que o professor Rubem deve ter participado desse cálculo também. Quanto que nós vamos reduzir de emissões, substituindo o diesel pelo gás natural, com a entrada em funcionamento pleno do gasoduto Coari-Manaus. E vai ser uma redução de cerca de 35% de CO₂, no setor energético. Então já é uma redução significativa só com a troca de diesel para gás natural, que deve ocorrer nos próximos anos, com a entrada plena em funcionamento do gasoduto. Pode passar.

Agora, indo um pouco, como eu falei, para o panorama internacional. Rumo à COP-15.

Bom, em primeiro lugar, eu acho que é bom esclarecer... Às vezes se passa na mídia a impressão de que a COP-15 é um evento que caiu do céu, isolado, e que vai resolver todos os problemas do mundo de uma hora para outra. Bom, não é bem assim. A COP-15 é o resultado de um processo. A COP-15, ela é o quê? É a 15^a Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. O que quer dizer isso? A convenção, quando foi firmada lá em 92, ela estabeleceu como mecanismo de discussão e de sua implementação e de regula-

mentação de seus dispositivos as Conferências das Partes, em que as partes signatárias, que atualmente, salvo engano, são 191, se reuniriam para discutir como implementar o acordo, como regulamentar certos aspectos do acordo.

Numa dessas COPs, por exemplo, a COP-3, que foi realizada na Cidade de Kyoto, no Japão, firmou-se o Protocolo de Kyoto, que é a regulamentação de vários aspectos da Convenção de Mudanças Climáticas. Só que ele é válido, o Protocolo de Kyoto, ele cobre, a vigência dele é do período de 2008 a 2012. O que se discute, atualmente, é o que vai acontecer após 2012, que regras vão valer para aqueles determinados aspectos. E isso é o que se esperava definir na COP-15, mas que já se vê que não vai ser definido na COP-15.

Houve uma série de reuniões preparatórias anteriores. As duas... Houve duas, agora, recentes, uma em Bangkok, outra em Barcelona, para se tentar avançar alguma coisa antes de dezembro, mas elas frustraram a expectativa de todo mundo e pouco se avançou nessas duas reuniões.

Inclusive eu gostaria até de registrar, antes de continuar, que o Senador Jefferson Praia, salvo engano, foi o único senador do Brasil a estar na COP-14, ano passado. Ele esteve junto com a delegação do Amazonas e junto com o pessoal da Fundação Amazonas Sustentável. E o ano passado, foi o único senador que se atentou para o problema, ou se não se atentou, mas que teve essa iniciativa de ir pessoalmente tentar sensibilizar os negociadores durante COP-14. E, agora, é gratificante ver que existe toda uma mobilização no Brasil inteiro para se tentar fazer o mesmo na COP-15, que isso está ganhando uma intensidade muito maior do que tinha antes.

O que se espera é que isso continue depois, principalmente diante dessa perspectiva de que na COP-15 não vai se conseguir fechar um acordo propriamente dito.

No panorama internacional, nós temos – isso não é oficial, isso é um pouco de bastidores, um pouco que já saiu da imprensa –, nós temos algumas promessas, vamos dizer assim, mas todas são meio condicionais. Por exemplo, a União Europeia chegou a anunciar que reduziria 30% das emissões até 2020, mas se houvesse um acordo ambicioso, se os outros também tivessem dispostos a reduzir. Bom, o que é ambicioso e o que não é? Fica vago, e isso continua como uma promessa, não há nada formal.

A Noruega chegou a anunciar 40%. Pode ser até que a Noruega siga, porque a Noruega é um país muito *sui generis*, a Noruega é um país que, ao mesmo tempo tem buscado reduzir as emissões, ela exporta muito petróleo. Então, ela tem muita receita com a

venda de petróleo e essa receita ela consegue aplicar em programas de redução de emissões no seu território, e até no exterior, como fez agora com o Fundo Amazônia.

O Japão chegou a anunciar 25% até 2020. É louvável, mas o Japão é um país não se sabe se ele conseguia reduzir tanto assim, porque ele já fez muito, o Japão já fez muito em eficiência energética, em construções sustentáveis. O Japão já está chegando a uma situação em que fica muito caro tomar qualquer medida para reduzir um percentual pequeno. Vamos dizer, o custo marginal das medidas está crescendo, já está muito alto no Japão.

Os Estados Unidos está com uma legislação em discussão, é difícil ter alguma definição. E a China chegou a anunciar que faria uma redução notável das suas emissões, mas, como de costume, os chineses foram vagos e não disseram o que esse notável quer dizer. E se espera que um dia eles digam o que é esse notável.

Estados Unidos e China já entraram num acordo entre eles de não definir nada agora e deixar a decisão para a COP-16, ano que vem, que vai ser México, na Cidade do México. E é possível, então, que o resultado mais plausível é que a gente tenha um acordo político agora na COP-15 somente.

E há outros países emergentes, como Índia, México, Coréia do Sul, Indonésia, o próprio Brasil, que anunciam ou vão anunciar ou pretendem anunciar ou já anunciaram, como o Brasil, metas voluntários, mas são radicalmente contra metas obrigatórias no âmbito internacional. Pode passar.

E isso é uma caricatura que saiu na edição dessa semana da *Economist*, mostra exatamente qual é a situação dos Estados Unidos. Muita gente esperava que o Obama, Prêmio Nobel da Paz, fosse tomar uma iniciativa diferente, mas nem que ele quisesse, ele poderia, na verdade. Ele está amarrado ao Congresso Americano. Ali é a cúpula do Congresso Americano, na caricatura. O Congresso Americano está discutindo uma legislação sobre mudanças climáticas e não pretende votar isso esse ano, diz que só vai fazer isso o ano que vem, e o Presidente Obama não tem como oferecer nada. O Congresso Americano é muito forte, ele tem uma independência muito grande em relação ao Executivo nos Estados Unidos, de modo que nem que ele queira, ele consegue fazer o Congresso andar mais rápido.

Já aprovaram um projeto de lei na Câmara deles, e agora está no Senado em discussão, e o Senado diz não tem pressa, vai analisar, vai discutir, e já deixou claro que este ano não vota esse projeto. Pode passar.

Então, diante desse quadro, os dinamarqueses, os anfitriões do encontro, já fizeram uma proposta, o primeiro-ministro deles fez uma proposta que a revista *Economist* resumiu bem. Eu tomei a liberdade de traduzir somente que é: "Vamos acordar em acordar". Quer dizer, a gente vai fazer um acordo de que no ano que vem a gente vai entrar em acordo.

Então, o que eles propuseram é um acordo político de líderes, sinalizando que vão entrar em acordo em 2010, mas já não se espera mais nenhuma definição mais concreta na COP-15, vai ficar, aparentemente, para a COP-16, na Cidade do México.

Então, a COP-15, que era vista como um grande objetivo, agora já se reduzindo a mais uma parada rumo a esse objetivo de estabelecer esse regime pós-Kyoto. E os Estados Unidos e a China já concordaram com a proposta, já disseram que não vão trabalhar para nenhum acordo agora na COP-15. Pode passar.

E como está isso aqui no Brasil? No Brasil, semana passada, o Governo Federal anunciou suas metas voluntárias de redução de emissões. No início, aqui, tem um truque: não que o Brasil vá reduzir, de fato, sua emissão, ele prometeu aumentar menos. Essa redução de 36 a 38% é em relação à trajetória projetada do crescimento das emissões brasileiras, não em relação ao que a gente emite. Então ao invés de aumentar, vamos dizer, 100, vai aumentar 64. Foi isso que o Brasil prometeu. Mas que já é um passo importante, porque o Brasil prevê que a economia vai comparecer, mas está disposto a fazê-la crescer com menos emissões do que ela teria no cenário normal. Aí já é um passo importante.

Mas, de concreto, nesse cômputo, o Brasil incluiu a redução do desmatamento – isso é redução mesmo –, desmatamento de 80% na Amazônia e de 40% no cerrado até 2020, que é um desafio bem árduo que tem lá na frente, mas que pode ser alcançado, pode ser superado. Pode passar.

E nisso, essa é a questão da discussão sobre REDD. Diante dessa perspectiva de Copenhague, talvez o REDD acabe sendo o foco, uma definição maior sobre o que como ele vai funcionar e para a sua inclusão no acordo que virá o ano que vem.

E nisso até a gente tem que destacar, o Deputado Lupércio tem um projeto tramitando na Casa, sobre, salvo engano, o senhor chamou de Redução Certificada de Emissão do Desmatamento, já se adiantando e definindo a natureza jurídica desse crédito já para... Esse sistema funcionando já teria um projeto de lei pronto para ser votado já para fazer o regime funcionar.

Eu vou detalhar. Que o seria REDD então? A REDD é uma abreviação que surgiu em 2007, na COP-13, que isso é Redução de Emissão do Desmatamento

e Degradação Florestal. O que isso? É basicamente criar incentivo para que seja reduzido o desmatamento e, por tabela, as emissões de gás de efeito estufa decorrentes do desmatamento.

Basicamente, quando se desmata o que se emite é CO₂, é gás carbônico, e um pouco de metano do resíduo que fica ali na terra que vai se decompor posteriormente, mas é basicamente gás carbônico que se emite. Então é reduzir essa emissão de gás carbônico que decorre do desmatamento, que pode ser bem alta, e que no Brasil é alta.

Então, o que se... começou a se discutir lá, e hoje não se discute mais tanto, se isso vai ser contemplado ou não. No Protocolo de Kyoto não há nenhum incentivo para essa redução do desmatamento. Há incentivo para reflorestamento, para o plantio de floresta nova, mas reduzir o desmatamento em floresta já existente, não há. Hoje já não se discute se isso vai ocorrer, já se discute mais como isso vai ocorrer.

Espera-se que alguma definição sobre isso ocorra em Copenhague, pelo menos sobre esse tema. As incertezas residem como esse vínculo vai ser feito, se vai ser via mercado, via governo. Isso foi uma discussão até mesmo dentro do Brasil. O Governo Federal, historicamente, e o Ministério das Relações Exteriores defendiam uma proposta totalmente pública via governo, financiamento de um país para outro país, como é o caso do Fundo Amazônia, Noruega financiando o Brasil para evitar o desmatamento. E os Estados da Amazônia, embora não se opusessem a essa proposta, também queriam uma participação do mercado nisso, via créditos. Então foi uma discussão interna também. E essa discussão, que tomou corpo aqui internamente – o Tezza vai tratar até mais disso depois –, acabou se criando uma força-tarefa para se tentar definir um pouco essa posição e subsidiar o Governo Federal com isso.

E é com grande alegria que a gente escuta, agora a Deputada Vanessa no começo, anunciar que... Embora extraoficialmente, mas que muito provavelmente o Governo Federal vai encampar essa proposta dos Estados que é um mecanismo que é tanto público quanto privado. Quer dizer, tem um lado que é via país a país e um lado que é via mercado com empresas privadas, investindo em projetos para redução do desmatamento, como já ocorre no caso do Juma, por exemplo. Então essas indefinições vão surgir... Parece que estão começando a ser solucionadas.

Agora, há outra, que é a questão de metodologia, que isso vai ser uma discussão também que vai ter um certo problema. Por quê? Para a geração de crédito, puramente, a funciona mais fácil é a via fluxo, vamos dizer. É você, com base na projeção ou com base no

que ocorreu no passado, ver quanto que reduziu o desmatamento e vender aquele crédito pela redução. Isso é muito bom para onde ocorre o desmatamento, mas e no caso, por exemplo, da área de floresta ali nas terras indígenas São Gabriel da Cachoeira, que, historicamente, não tem desmatamento nenhum ali ou caso nenhum? Não teria como comprovar essa pressão, e eles não receberiam pelo trabalho de conservação dessa floresta.

Então aí viria a abordagem por estoque. Seria o quê? Você remunerar, simplesmente, pelo estoque existente numa área. Mas aí com estoque não é tão fácil fazer essa relação com uma emissão, a conta não fecha. E, então, tem uma proposta já, que está sendo trabalhada, de combinar as duas coisas que contemplaria tanto áreas com baixa pressão de desmatamento, como São Gabriel da Cachoeira, como áreas com alta pressão de desmatamento, como Lábrea ou Apuí, por exemplo. Porque isso não ocorre só na Amazônia, isso ocorre no mundo. Você tem o Brasil que desmata muito e tem a Guiana que não desmata nada. Então você criaria um incentivo para que o Brasil parasse de desmatar e a Guiana começasse a desmatar para receber crédito lá no futuro para parar o desmatamento.

Então, isso vai dar um certo trabalho, mas já se trabalha nessa abordagem mista, que inclusive foi recomendada pela força-tarefa aqui internamente no Brasil, essa abordagem de estoque e fluxo e combinando mercado e público. Pode passar.

Mas, já trazendo para a Amazonas de novo, a gente não está esperando essa definição somente lá em Copenhague. A gente está trabalhando também em alternativas. Ano passado, por exemplo, foi firmada uma parceria com grupo de Estados Americanos, Províncias Indonésias, Estados da Amazônia brasileira, para desenvolver tipo de mecanismo para a redução de emissão do desmatamento. E, nisso, se destaca essa discussão com a Califórnia de incluir no sistema deles de redução, que deve começar a funcionar em 2011, créditos de redução emissão do desmatamento. Se discute como se incluir, já há grupo de trabalho sobre o assunto, já se elaborou uma proposta de protocolos a serem adotadas, e se discute essa questão com eles lá.

E a Califórnia, pode perguntar: "Mas é só um Estado Americano?" Mas é o Estado mais rico dos Estados Unidos, que ele, sozinho, seria, salvo engano, a quinta ou a sexta economia no mundo. Então, não é algo pequeno

E, além disso, a legislação Americana que eu mencionei, que ela está no Congresso, ela prevê, pelo menos da maneira como ela foi aprovada na Câmara, ela prevê a possibilidade de financiamento de projetos

de REDD via mercado e também financiamento público. Ela prevê justamente aquela abordagem mista. E prevê que os Estados, como o Amazonas, por exemplo, possam diretamente nos Estados Unidos, independente do Governo Federal, por período de cinco anos, inserir projetos no sistema americano que vai ser criado. E isso a gente tem acompanhado para ver o desdobramento dessa discussão no Senado, se isso vai se manter ou se não vai se manter e tem monitorado isso. Pode passar.

Bom, eu agradeço pela atenção, espero não ter tomado... não ter sido enfadonho, e espero que vocês possam depois ter mais perguntas, estou disposto aqui a responder e abertos as questões. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Ernesto. Parabéns pela exposição. Eu quero também parabenizar que eu não fiz a parabenização ao Professor Rubem. Mas eu quero destacar aqui a presença do Reinaldo, do Ronaldo Mota, Diretor-Executivo do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas; do Jorge Orlí(F), Diretor da Universidade do Estado do Amazonas, da UEA; do Nildo Menezes, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Prefeitura de Manaus; do Bruno Mannarino, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento, da SEPLAN... Porque está em inglês, olha. E o Bernardo Smith, da Secretaria também, da SEPLAN, Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

Bem, passo agora para a Dra. Ana Maria de Souza, que é Coordenadora-Geral de Estudos Econômicos Empresariais da Superintendência da Zona Franca de Manaus, da SUFRAMA, para fazer também a sua exposição.

SRA. ANA MARIA SOUZA: Bem, boa tarde a todos. Eu vou tentar cumprir a missão aqui dos 15 minutos para não ser cansativo, já que quem fica para palestrar no final é sempre mais onerosa essa tarefa.

Então o nosso tema aqui de exposição é Mudanças Climáticas numa Visão Amazônica: Sugestões e Propostas. Então, essa imagem que vocês estão vendo ao fundo, ela tem três dias, isso é a coleta seletiva de lixo da Cidade de Manaus. Pode passar, por gentileza.

Aí, nós temos uma imagem da vazante do Rio Negro. Pode passar. E a enchente do ano passado. Algo alarmante que, certamente, nós estamos aqui com o intuito de trabalhar políticas e propostas para que a nossas gerações futuras não presenciem uma enchente tão gigantesca como foi essa do ano passado. Pode passar.

Essas são imagens do centro da Cidade de Manaus, quem conhece ali é a área do mercado, próximo ao relógio. Pode passar. Logo ali atrás do Mercado Municipal. Ok.

O próximo é a feira da banana, um local também conhecido da gente, e aí senhores, esses dados o professor Rubem já colocou com muita propriedade, isso aí são os dados gerais sobre a emissão de gases de efeito estufa.

Sabemos que de 1970 a 2004 houve um aumento de 70% nessas emissões. Desses 70%, 80% diz respeito ao gás carbônico, e desse percentual o Brasil fica em torno – pode passar por gentileza – o Brasil fica responsável aí por algo entre, dependendo da fonte de informação ou da fonte de pesquisa, vai variar de um 1 a 5%, uns dizem que é cinco, outros institutos dizem que é 1, e fica nessa discussão. Mas é fato, como bem colocado nas apresentações anteriores, que o nosso gargalo está exatamente na questão do desmatamento. Pode passar.

Então, nós temos aí um dilema, nós temos o maior problema que é, exatamente, a questão do desmatamento que recai sobre a mudança no uso da terra e das florestas. E nós sabemos qual é a solução para isso. Se sabemos o problema, a solução, obviamente, é reduzir o desmatamento e mudar o uso da terra.

E entre esses dois hemisférios, existe a velha história entre a sociedade que cresce e a sociedade que se desenvolve. Então nós sabemos, nós conseguimos, nós, sociedade, identificar o problema, nós identificamos a solução macro da coisa, tanto é que se discute, discute, discute, discute. Ou seja, se o problema da mudança climática fosse discussão já estava tudo resolvido, porque o que se tem discutido, o que eu tenho recebido na SUFRAMA de projeto de lei para resolver problema de mudança climática, já estava resolvido o problema.

Então, entre o que se identifica como problema, e nós sabemos a solução macro, existe o dilema entre crescimento e desenvolvimento. Então a questão é: Quais são os instrumentos para que essas soluções se efetivem e como fazer isso? Pode passar, por gentileza.

Tamanho é o problema ou a solução que a gente tem na mão, e nós colocamos aí alguns dados. Se a gente tratar da questão da Amazônia Legal, nós estamos falando aí de 60% do território brasileiro. Então tudo e qualquer política, ação, que diga respeito à mudança climática no Brasil, não tem jeito, vai cair sobre a Amazônia brasileira. E, se nós considerarmos o Amazonas em relação à Amazônia Legal, nós estamos falando de uma área de 30,76%. Se considerarmos o

Amazonas em relação à Região Norte, nós estamos falando de algo perto dos 41%.

Então tão grande quanto o problema é tão grande tem que ser... o proporcional tem que ser a solução para esses problemas. E aí nós temos os gargalos, que são as comunidades isoladas, que é a questão da redução do desmatamento, que é o problema dos resíduos ou do lixo da coleta na Amazônia, e como é que isso está sendo tratado, se está sendo tratado ou de que forma está sendo tratado na cidade e lá no interior do Amazonas. E temos um polo industrial que faz por merecer o título de um polo que gera crescimento, que gera riqueza, sem desmatar. Pode passar, por favor.

Então esse mapa aí é exatamente para a gente identificar o tamanho da responsabilidade das discussões que estão em voga sobre a Amazônia e a mudança climática. Então nós estamos falando praticamente do Brasil como um todo. O restante do Brasil é meramente um espectador do que acontece aqui na Amazônia. Pode passar.

Dito isso, senhores, no nosso *slide*, em que a gente coloca o dilema entre crescimento e desenvolvimento, que instrumento seriam esses? Eu não vou tocar aqui na importância da presença militar nas áreas de fronteiras para que a gente consiga reduzir o desmatamento na Amazônia, não é esse o nosso foco de debates, mas é o nosso foco de debate aqui a presença civil do Estado e a questão do conhecimento, ciência e tecnologia da Amazônia.

No que diz respeito a presença civil, ou seja, o Estado, ele tem que se fazer presente para que você consiga pôr em prática essas políticas. E uma vez implementadas essas políticas, você ter como cobrar que essas políticas realmente se efetivem.

E aí a gente traz o seguinte questionamento, que são aqueles quatro itens lá embaixo: resíduos da Cidade de Manaus e no interior. Como é que nós estamos tratando os resíduos da nossa sociedade? Para onde é que eles vão? Se nós estamos reciclando, o que é que se está fazendo com isso? Ou nós estamos colocando embaixo do tapete meramente? De que forma isso está sendo tratado em Manaus e de que forma isso está sendo tratado no interior do Amazonas? Isso é um ponto, isso é um instrumento.

2. Quais são as ações efetivas para o reconhecimento do Estado nacional sobre os efeitos do polo industrial de Manaus? Então, dentro do Amazonas ou dentro da Amazônia, nós erguemos a nossa bandeira de que o polo, ele é uma política de exceção fiscal que preserva o Amazonas. Nós estamos conscientes disso como a Amazônia e nos defendemos isso a ferro e fogo. Mas não ainda a gente defender isso internamente se lá fora, lá fora que eu digo não é fora do Brasil,

se for da Amazônia isso não é reconhecido. Então, fica um discurso interno. Então isso tem que ser um instrumento que tem que ser trabalhado.

3. A questão da educação ambiental nos órgãos públicos e privados. Então eu cobro da iniciativa privada, transfiro o ônus da questão ambiental para a iniciativa privada, e eu, setor público federal, estadual e municipal, não faço a minha parte. Isso é algo a ser questionado.

Item nº 4. Projetos públicos e privados neutralizados. Eu obrigo que a empresa A, B, C e D desenvolva projetos e neutralize, mas eu, Estado, não faço isso. Então, não podemos falar em educação por mera... É o discurso do faça que o eu digo, mas não faça que o eu faço. Isso não funciona. Você tem que ser o espelho para que você possa servir de parâmetro de cobrança.

Então, a nossa preocupação em colocar aqui a discussão está nos instrumentos, porque saber que o tem que fazer, nós sabemos. Vai reduzir? Sabemos que precisa reduzir? Sabemos. Agora, o que tem que ser feito para reduzir. Então, ao que cabe, não só pelo que foi colocado anteriormente, mas pelo que a gente tem acompanhado no noticiário, é que o Brasil sabe qual é a proposta macro que ele tem que apresentar. Agora, para chegar a cumprir esse objetivo macro, internamente nós temos que mudar diversas posturas internas, iniciando pelo setor público, para que isso possa se ativar no setor privado. Pode passar, por gentileza. Volte só mais um... Volte lá, por favor. Eu volto a insistir, essa foto que vocês veem atrás é a coleta de lixo na Cidade de Manaus, seletiva, essa é a seletiva. Pode passar.

Então, a questão é discurso ou fato? E aí a gente volta para os quatro pontos. Resíduos na Cidade de Manaus e no interior: como é que isso está sendo tratado? Quais são as ações efetivas para o reconhecimento do Estado nacional sobre o efeito do polo industrial de Manaus? Educação ambiental nos órgãos públicos e privados. E projetos públicos e privados neutralizados.

Então, nós ainda estamos no âmbito do discurso, muito pouco está sendo no âmbito do fato, da política efetiva. Nós estamos discutindo – eu digo nós sociedade amazonense, nós Brasil – a gente está discutindo, discutindo, discutindo, mas quando chega na hora das coisas se efetivarem, a gente ainda não conseguiu dar esse passo concreto de forma efetiva. Pode passar, por favor.

Então, a quem interessa manter a floresta de pé? Isso daí são estudos já consolidados dentro da academia, e mais uma vez eu insisto que nós sabemos que nós temos que resolver o problema da produção

de grãos na Amazônia, e isso não se faz meramente com políticas, isso se faz com presença do Estado, com redirecionamento de atividade econômica.

Nós sabemos que a Amazônia tem que ter manutenção à vida, nós precisamos conhecer a Amazônia, a biodiversidade da Amazônia, só que dentro dessa Amazônia existem 25 milhões de brasileiros.

Outro dia eu participei de uma Audiência Pública, em Brasília, e foi interessante que um parlamentar disse que o Brasil tinha duas grandes riquezas: uma era o pré-sal e a outra era a Amazônia brasileira. E quando chegou na fala do professor Armando Mendes, eu acho que aqui todos conhecem, o professor Armando Mendes da Universidade Federal do Pará, ele disse o seguinte: "Olha, eu só queria que separassem, não comparassem a Amazônia com o pré-sal, porque, pelo que me consta, no pré-sal não vive nenhum brasileiro e na Amazônia vivem 25 milhões de brasileiros".

Então preservar a Amazônia, você morando em Copacabana ou em Ipanema, ou morando lá na Avenida Paulista, é muito lindo e maravilhoso. Só que a gente tem que gerar atividade econômica para o povo de lá. Então, isso é um fato que não pode ser desconsiderado. Então, existem estudos que devemos e temos que fazer sobre a questão da biodiversidade, mas existe uma sociedade que está intrinsecamente ligada e relacionada a essa biodiversidade.

E sabemos também que nós precisamos ter conhecimento científico dentro Amazônia, mas para que a gente defenda a Amazônia e reduza o desmatamento da Amazônia é preciso conhecê-la. E para conhecê-la é preciso que o governo gaste. Então, eu não consigo compreender como é que o Estado, ele discursa sobre isso, mas não... E contingencia o INPA, e contingencia a UFAM, e contingencia a SUFRAMA, e corta os recursos para essas pesquisas de ciência e tecnologia. Então, a gente não sai do discurso. Pode passar, por gentileza.

Esse dado que vocês estão vendo aí, esse mapa, ele foi extraído do livro *Instrumentos Econômicos para a Proteção da Amazônia*. Foi um estudo científico, financiado pela SUFRAMA, pelo PIATAM, com a Universidade Federal do Amazonas, em que há comprovação científica de que o polo industrial de Manaus, que ali vocês veem, ele contribui significativamente e diretamente para a redução do desmatamento na Amazônia.

Então, isso não é mais discurso, isso é fato comprovado cientificamente. Nós sabemos disso. Mas quem é que fora do Brasil... Perdão, quem é que fora Amazônia internalizou isso dentro da questão de você reconhecer efetivamente que esse é um modelo que não desmata e gera desenvolvimento.

Ao passo que o Estado do Pará, se ali nós pegarmos, o que está no triângulo do minério e da pecuária, você tem uma área de desmatamento, a contribuição do desmatamento de 85 até 2003 foi da ordem de 31%, enquanto na Amazônia foi da ordem de 4,92%. Então é gigantesca a diferença. Pode passar, por favor.

Aí também, o Ernesto já colocou esses dados, é a mesma fonte a nossa. Pode passar, por gentileza.

Isso aqui é um dado da arrecadação tributária do polo industrial de Manaus. Então a Zona Franca de Manaus, ele é um modelo de desenvolvimento que não desmata, que gera desenvolvimento e, ao contrário do que se pensa aí fora, que nós vivemos nadando num paraíso de incentivos fiscais, em 2008, para cada um real renunciado do governo, você arrecadou um real e quarenta.

E mais que isso, esses dados a gente levou para um *workshop* em Brasília, com a Receita Federal, e eles ficaram assustados não com um e quarenta, eles ficaram assustados com um e trinta e um, que é o quanto a Zona Franca de Manaus gera de tributo fora do Amazonas, porque nós compramos insumos da Região Sul e Sudeste, quando a gente compra insumos deles, a gente está pagando tributos lá. Então para cada um real renunciado da Zona Franca, nós geramos de tributos, fora do Estado do Amazonas, R\$ 1,31.

Então não tem que inventar a roda nem criar a pólvora. Nós temos um modelo de desenvolvimento onde gera desenvolvimento, onde reduz desmatamento e acaba com a história de que nós vivemos num paraíso fiscal.

Nós estivemos, também, num debate com a Receita Federal e com o Tribunal de Contas, há algum tempo, no que diz respeito à renúncia fiscal, e depois de uma três horas debatendo a questão dos incentivos da Zona Franca – porque é o de toda a receita sempre mete o sarro nos incentivos, só vê números, números – e a pergunta que foi feita a nós foi a seguinte: qual é... Hoje a renúncia fiscal da Zona Franca de Manaus, ela é uma torno de 11 milhões de reais, 11 bilhões de reais, aproximadamente, por ano. É 11 bilhões. E um dos auditores da receita perguntou para a gente o seguinte: “Tudo bem, existem incentivos fiscais, nós sabemos que é preciso, mas isso não pode ser *ad aeternum*, um dia tem que acabar esses incentivos da Zona Franca de Manaus. E aí, que o vai fazer?” E o que nós colocamos para ele foi o seguinte, eu disse: “Bom, se nós estamos aqui para discutir a longevidade dos incentivos fiscais da Zona Franca, eu também quero colocar em pauta a longevidade da Ponte do Paraguai, que renúncia aos cofres da União 16 bilhões por ano e não gera um emprego direto. Se o Brasil entender que uma renúncia fiscal de 11 bilhões

para não ter desmatamento, para ter atividade econômica, para arrecadar tributos é um ônus, então o que é a Ponte do Paraguai?” Então essa é uma questão que precisa ser ponderada pelo Estado Brasileiro, pela nação brasileira. Pode passar, por gentileza.

E aí sejamos bem práticos naquilo que a gente se propôs a tratar. Eu volto a insistir nos quatro pontos que são instrumentos para que a gente saia do discurso e entre nos fatos.

Resíduos na cidade de Manaus e na questão do interior. Nós precisamos, nós amazonas, nós manauaras de projetos de educação ambiental em Manaus e no interior do Amazonas.

Nós precisamos, urgentemente, de uma mega articulação política de nossos parlamentares para que o reconhecimento dos efeitos do PIN sejam efetivados num reconhecimento do Estado nacional. Nós precisamos, urgentemente, sair de um ADCT, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e ir para o corpo da Constituição como uma política ambiental. Então, nós temos que sair dessa transitoriedade e isso tem que ser uma mega articulação política.

3. Nós precisamos de uma educação ambiental nos órgãos públicos e privados.

E o 4º. Que todos os projetos públicos e privados sejam neutralizados. Como é que a gente pode efetivar isso aí? A Assembleia Legislativa, nesse exato momento, nós estamos emitindo carbono aqui. Então, inicia-se o projeto pelos órgãos públicos. Que cada órgão público faça a sua neutralização.

A partir do momento que a iniciativa pública chamar para si essa responsabilidade, ela tem o respaldo necessário da sociedade para cobrar isso da iniciativa privada. E, aí sim, nós temos parâmetros razoáveis de redução de emissão de gases para as mudanças climáticas. Professor, muito obrigada. Pode passar o último *slide*.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado. Agradeço à Dra. Ana pela sua exposição. Quero destacar a presença do companheiro Rui Gomes da Fundação Alberto Pasqualini do PDT do Amazonas.

Bem, convidado o Dr. João Tezza, Diretor-Técnico científico da Fundação Amazônia Sustentável, para abordar o tema Evolução da Posição do Governo Brasileiro para a Conferência de Copenhague em relação à Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação – REDD.

SR. JOÃO BATISTA TEZZA NETO: Obrigado, senador. Boa-tarde a todos e a todas. É uma honra ter sido convidado, senador, para essa importante comis-

são, contribuir com essa comissão na condição aqui de cidadão, e poder trazer algumas informações que, porventura, podem ser aproveitadas na comissão.

São 15 minutos, não é, senador? São 15 minutinhos, não é? Porque se fosse para falar de mudanças climáticas e bolsa floresta, tinha assunto para uma hora e meia, duas horas, mas eu vou tentar trazer algumas informações sobre esse movimento que o Governo Brasileiro vem fazendo com relação às negociações no âmbito internacional que tem feito... A gente espera que tenha, que esteja acontecendo uma verdadeira manobra radical da posição brasileira.

Em primeiro lugar, o Brasil nunca considerou o REDD. Durante a história das negociações, o Brasil não considerou a inclusão de florestas nos protocolos internacionais. E era difícil de identificar essa posição. Chegou um determinado momento em que a sociedade estava discutindo isso de maneira muito franca e aberta, mas nós não conseguíamos identificar, claramente, que o órgão oficial de negociação, que é o Itamaraty, ele era contra a posição de REDD.

Durante muito tempo a gente ficou numa espécie de vazio de informação. A sociedade discutindo, participando dos encontros internacionais, e a posição brasileira isolada dessa discussão. E isso atrasou muito o processo... A gente acredita que isso tenha atrasado muito. E por que o Brasil é contra a inclusão de floresta?

Porque, dentro das discussões de meio ambiente, no Brasil, como talvez em qualquer outro país, existe um paradoxo, existe uma disputa interna. Nós temos o Ministério de Meio Ambiente interessado em conservar a Amazônia, e nós temos o Ministério da Agricultura interessado em desenvolver o agronegócio, que é o principal motivador do desmatamento. Nós temos o Ministério de Infraestrutura ou de Energia querendo fazer geração de energia. Quer dizer, nós temos dentro do próprio governo uma discussão muito grande. E não é demais dizer que o Ministério do Meio Ambiente, as forças que se juntam para fazer prevalecer o interesse ambiental, perdem para os Ministérios que se juntam, para estímulos que se juntam para fazer o desenvolvimento convencional.

E o Itamaraty, ele refletia, ele reflete um pouco para o lado do conservadorismo, de não estabelecer nenhum tipo de obrigatoriedade para o Brasil, por exemplo, de não fazer nenhum movimento que venha prejudicar, por exemplo, o agronegócio brasileiro, que nós precisamos ter muito cuidado ao fazer qualquer proposta de não prejudicar o agronegócio brasileiro, por exemplo, que é na verdade o que nós coloca numa condição muito favorável... Num momento de crise, como nós vivemos, as *commodities* agrícolas segura-

ram o Brasil. Quer dizer, o Brasil é o celeiro do mundo hoje e isso é importantíssimo para o País.

Quer dizer, nós não podemos deixar de reconhecer isso. Então de certa forma existia a impressão – e aí é uma impressão, porque na prática nós podemos conciliar as duas coisas –, existia a impressão de que colocar impedimentos ao desmatamento, fortalecer mecanismos de contenção do desmatamento, seria fortalecer mecanismos de prejuízo ao agronegócio. Então essa é uma premissa que orientou muito o posicionamento brasileiro, mas que não é muito agradável de admitir publicamente, porque não é muito político você dizer quer estabelecer um mecanismo desse.

Eu estou tentando trazer aqui algumas leituras até pessoais também. Mas até de modo geral essa é uma das razões. O fato é que isso não é uma premissa verdadeira.

Quando nós estabelecemos mecanismos para contenção do desmatamento, não significa que nós estamos prejudicando o agronegócio, pelo contrário. Como o senador colocou, lentamente, nós estamos observando que os setores ligados ao agronegócio começaram a se curvar para necessidade de encontrar mecanismos econômicos de conservação. E aí nós temos... O principal Líder do Executivo nesse movimento é o Governador Eduardo Braga, mas nós temos a presença do Maggi, por exemplo, do Governador Maggi, alinhando com a proposta de REDD do país para a Amazônia, e que ele é um expoente do agronegócio. E por que está ligada uma coisa com a outra?

Porque a chuva que cai lá no Mato Grosso nasce na Amazônia. A chuva que cai no reservatório de abastecimento de água da Cidade de São Paulo nasce na Amazônia. São constatações científicas já comprovadas. Quer dizer, se nós pensarmos o agronegócio no médio e no longo prazo, ao proteger a Amazônia, estamos protegendo a longevidade desse negócio. Ou seja, nós, talvez, não poderíamos expandir, do ponto de vista territorial para o agronegócio, deveríamos conter, mas intensificar a produção e garantir a produção do longo prazo. Então quem está de olho nesse prazo de avaliação, está a favor do REDD.

Então com essa, com esse novo cenário científico, essa nova massa crítica nascendo na discussão, e muito sendo, senador, abastecida e alimentada pelas discussões que o Estado do Amazonas vem provocando, de forma pioneira, foi também ascendendo alertas para os setores que se colocavam contrários.

Bom, de modo geral, com esse... O Itamaraty... Lá nos Estados Unidos o Congresso tem poder total sobre os acordos que os Estados Unidos faz para fora. Então, como o Ernesto muito bem colocou – aliás, parabéns pela apresentação, Ernesto, eu vejo que você

está muito preparado, você e o Bernardo devem estar muito bem preparados para Copenhague. Nos Estados Unidos, lá o Executivo é refém do que o Congresso determina. O Presidente Obama não tem poder nenhum de assinar nenhum acordo internacional que não esteja pré-aprovado pelo Congresso. Então, o poder está concentrado no Congresso.

Aqui no Brasil, teoricamente, é o Executivo que determina. Teoricamente, eu acho que o Executivo tem bastante liberdade de definir a política diplomática do país. Mas aí, dentro dessa situação, tem um aspecto que é uma independência do Itamaraty em relação inclusive ao governo. O Itamaraty se movimenta mais como política de Estado do que como política do governo. Não que ele é desobediente a uma determinação do Presidente, não é isso, mas ele tem uma espécie de blindagem, assim, sobre o que eles se sentem tranquilos em acatar, e vão levando as negociações conforme diretrizes do próprio órgão. Isso é uma característica da política brasileira, que é importante ressaltar quando a gente vai falar em evolução da questão.

No momento em que se constatou que o Itamaraty declarou formalmente num evento lá em Brasília – eu acho que o Ernesto estava lá também – em que se perguntou ao representante do Itamaraty, claramente: “Vocês são contra ou a favor do REDD?” Com todas as letras. Aí o Itamaraty respondeu assim: “O REDD não é pauta de discussão formal do Protocolo de Kyoto, portanto, nós não podemos ser a favor nem contra. Ele não está no Protocolo de Kyoto. Nós só discutimos o que está no Protocolo de Kyoto”.

Então está mais do que respondido, não é? É contra antes de nascer, porque ele tem o poder de dizer: “Eu quero que coloque na pauta”. Se você é favor de uma coisa, você pode falar: “Eu gostaria que coloque na pauta”. Então, isso ascendeu a luz das organizações da sociedade civil, ascendeu a luz dos Governos do Estado.

E aí foi quando houve a mobilização política da mais alta relevância, que o Governo do Estado da Amazônia junto com outros Estados, mas aí tem que destacar o papel do Governador Eduardo Braga como um líder político que animou essa discussão. E, no Fórum de Governadores Amazônicos, levou a necessidade de os governadores do... Os governadores da Amazônia terem uma posição com relação a isso, e apresentar, formalmente, ao Presidente da República uma posição. E aí forçou politicamente essa situação. Os governadores assinaram a carta ao Presidente, todos os governadores, e a partir disso o Presidente teve que dar uma resposta e instituiu uma força-tarefa para discutir com todos os técnicos do Governo, da sociedade civil e dos Estados, com representantes dos

secretários dos Estados, os próprios governadores, e se realizou uma série de eventos para tirar um documento que é: a posição dos governadores em relação ao REDD, em relação a valorização da floresta em pé, da florestas conservada. E aí saiu o relatório. E nessa força-tarefa estavam presentes membros do Itamaraty, membros do Ministério do Meio Ambiente, membros dos Ministérios da Ciência e Tecnologia. Quer dizer, se criou essa força-tarefa com uma agenda... O professor Virgílio foi o coordenador técnico; o coordenador político, se não me engano, foi o Daldegan, Secretário de Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso. E produziu um documento. Esse documento é possível acessar na página da SDS, é possível acessar na página da Fundação Amazonas Sustentável, também baixar esse documento. Eu acabei de passar, senador, aqui para o seu Assessor. E é um documento que posiciona e que dá um posicionamento.

Em princípio foi muito negociado os termos desse documento, e na presença do pessoal do Itamaraty, do representante do Itamaraty, e, em princípio, informalmente, até agora, informalmente, se acatou como algo aceitável. Não houve ainda, como a Deputada colocou, a declaração formal oficial de que a posição do Governo Brasileiro é a posição que está naquela documento. E aí nós teremos que aguardar, saber se vai ser antes da COP ou se na COP vai instituir essa posição.

O documento, ele é um documento relativamente extenso, muito objetivo, mas ele tem muitos aspectos, e ele traz duas questões fundamentais. Ele assume três mecanismos de valorização da redução de emissões por desmatamento e degradação, que é o mecanismo governamental que já está em vigência, através do Fundo Amazônia. E aí seria repasses de governo para governo. Se bem no que Fundo Amazônia o BNDES é do Governo, mas considera-se como um ente entre Governo e privado, a gestão é mais ágil.

Mecanismos compensatórios de mercado, mecanismos de mercado compensatórios, ou seja, compensar uma determinada emissão no país dos... países desenvolvidos. E mecanismos de mercado não compensatórios.

Então, o documento defende essas três posições, e o Itamaraty, em princípio, participou da elaboração dos termos desse documento e falta agora assumir a publicamente e oficialmente essas três posições que são posições muito relevantes e que vão ter reflexos muito importantes para a economia dos Estados da Amazônia.

O Ernesto entrou em aspectos metodológicos com relação ao REDD, como gerar o crédito a partir

do REDD, eu acho que é não o caso aqui, vamos nos concentrar nessa questão da discussão.

Agora, de modo geral, eu acho que a gente poderia comentar o seguinte: que o Brasil... As mudanças mais radicais, elas acontecem de forma geracional. É muito difícil dentro de uma mesma geração haver uma grande mudança, porque é preciso haver uma inflexão da mentalidade, de certa maneira. E o Brasil não está percebendo uma oportunidade muito grande de se tornar um líder mundial em cima de uma demanda que o planeta está tendo.

Porque a liderança, ela se dá também, como todo líder sabe, a liderança, ela é informal também. Quer dizer, as pessoas... os Estados Unidos estava perdendo a liderança mundial pela antipatia da política do Bush. Quer dizer, um país que tem simpatia dos cidadãos do planeta, ele exerce, naturalmente, uma liderança.

E o Brasil está perdendo a oportunidade de assumir uma liderança em propor essa mudança radical de um perfil econômico, e nós temos essa chance. Porque como vocês viram, como o Ernesto comentou, o Japão já reduziu demais as emissões. O custo marginal da redução é altíssimo, para ele reduzir um pouquinho, ele tem que investir muito.

O Brasil tem um perfil de emissões baseado no desmatamento. Se nós, com pouco esforço econômico, nós conseguimos uma redução muito significativa. Isso pode nos colocar numa posição mundialmente muito favorável, de uma liderança muito importante. Então, nós deveríamos, sim, estar assumindo, não metas, essa meta de reduzir o crescimento, que é uma coisa que o Brasil não assume... inconsistentemente não alinha com a necessidade de países em desenvolvimento de cumprir reduções, porque ele acredita que quem foi o responsável por jogar todo esse carbono lá na atmosfera foram os países desenvolvidos, portanto, eles têm deveriam ser os primeiros a reduzir, depois é que reduziríamos nós.

E tem um argumento muito forte para isso, por exemplo, como que você vai pedir para 300 milhões de chineses ficarem sem geladeira? Porque produção é igual emissão. Então, se... É a mesma coisa de chegar assim: "Olha, quem tem geladeira, tem, quem não tem, não tem mais". É mais ou menos isso segurar emissões. É você... Toda vez que você produzir uma geladeira, você pode emitir menos, tem um modelo de geladeira que emite menos, mas alguma coisa você emite. Então, como deixar na marginalidade toda uma população que ainda não está atendida nos países em desenvolvimento? Como deixar na marginalidade metade da Índia e condená-los a serem pessoas com um nível de consumo muito abaixo da média do resto do planeta? Se não houver desenvolvimento lá, não vão

chegar; se houver desenvolvimento, vão emitir. Então metas para esses países não são consideradas.

Ocorre que – é importante a gente ter até uma visão um pouco sonhadora – é possível, sim, mudar o perfil da economia, é possível mudar o perfil da economia e nós conseguirmos produzir as mesmas coisas com uma fração das emissões. Historicamente, desde a Revolução Industrial, isso numa foi motivo de preocupação nossa do ponto de vista tecnológico. A humanidade nunca se preocupou em produzir com menos emissões. Isso é coisa de 10 anos atrás, 11 anos, 15 anos atrás, nem isso, talvez. Então, nós não temos nenhum resultado ainda prático do esforço de reduzir as emissões, e de investimentos pesados em tecnologia para fazer essa redução emissão. Então eu acho que a gente não tem que ter medo de encarar esse desafio. A humanidade foi muito criativa para chegar até aqui, e a gente pode ser criativo para também dar a solução.

E, então, o Brasil poderia dar esse passo, porque imaginando que o planeta é um barco, é a mesma coisa que o barco está fazendo água e tem uma turma que fala: "Foi você que fez o buraco, então é você que trata lá". Mas se afundar, eu estou dentro, quer dizer, se eu não ajudar... eu tenho que tentar ajudar de alguma maneira... Falar: "Vamos trocar a regra do jogo. Tudo bem você foi a culpada pelo buraco – desculpa eu apontar para você –, mas vocês foram culpados aí por fazer o buraco no barco". Talvez uma penalização, mas se precisar eu vou ajudar porque eu estou dentro, e está na cara que precisa. As contas mostram que nós não vamos atingir as metas se não... não tiver o esforço também dos países em desenvolvimento. Não vai atingir meta. A China já é a primeira emissora do mundo. Como nós estamos falando em reduzir as emissões se a principal emissora do mundo não tem metas de redução? Fala só que vai fazer uma redução notável. [risos] Chega a ser cômico.

Então, eu acho que o Brasil está perdendo esse essa oportunidade, da mesma maneira como a gente ainda não trocou a geração que define a estratégia da energia... O Brasil ainda tem essa mania de linhão(F), quando nós poderíamos estar tendo vanguarda em geração descentralizada, que é muito mais, parece ainda, parece que isso é muito mais interessante do ponto de vista ambiental, do ponto de vista estratégico, do ponto de vista de segurança da energia. A gente poderia estar investindo pesado, fazendo a conta CCC funcionar. É uma conta que não funciona, é um dinheiro que ninguém vê, não aparece, é um dinheiro grande.

É interessante o momento histórico brasileiro, porque ele veio esquentando os motores, esquentando os motores dentro um modelo de economia, que é

um modelo de economia tradicional. Aí quando está pronto para decolar, está tudo brifado, vai decolar, o pessoal corta e fala assim: "Está aqui, tem uma nova possibilidade, é uma economia diferente". E aí ele fala: "Mas agora que eu estava gostando do jogo. O Brasil estava gostando do jogo". Então, é um momento interessante do ponto de vista político, mas nós estamos muito bem posicionados como país. Nós temos um custo de redução das emissões muito baixo, poderíamos assumir eles. Como momento de transição mecanismos de REDD é muito interessante, porque o ideal é nós reduzirmos mesmo, quer dizer, termos tecnologia de redução e não de compensação, mas é necessária a compensação. Nós precisamos compensar, porque a gente tem que cobrir o custo oportunidade do desmatamento. O desmatamento acontece por uma lógica econômica, nós precisamos cobrir esse custo dessa lógica econômica para poder cobrir a manter a floresta. Ninguém vai fazer uma coisa irracional, do ponto de vista econômico, que é a maior racionalidade entre todas.

Então, eu acho que era isso, senador. Eu queria trazer aqui essas impressões. Dizer que se o Congresso conseguir pressionar o governo para assumir a posição que interessa aos Estados da Amazônia é algo que realmente vai fazer muita diferença para a história da nossa região. E a gente deseja muito boa sorte para Comissão e que ela realmente consiga lograr as finalidades pela qual foi criada. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON

PRAIA (PDT-AM): Obrigado, João. Bem, eu convido os expositores... Eu pedi apenas para alguém me ajudar aqui para colocarmos mais uma cadeira, e vamos aqui ficar bem próximos uns dos outros.

Eu quero destacar a presença do Dr. Carlos Roberto Bueno, Coordenador de Extensão do INPA; e da Vanuza Matos, gerente de programas especiais do SENAC, que está aqui também com a Silma(F).

Bem, nós vamos agora passar para uma fase de... Dá, sim. Quando se discute coisas um pouco aplicadas, tudo dá. Nós vamos fazer o seguinte: vamos passar para a fase de questionamentos, e vamos estabelecer um tempo de três minutos para questionamento ou alguma posição que alguém queira dar.

Gostaria que a pessoa se identificasse, dissesse de onde é, fizesse o questionamento ou uma posição. Se você tiver uma opinião sobre o tema, dá sua opinião. Eu pediria apenas que o tempo fosse de três minutos. Eu vou começar fazendo o primeiro questionamento ao Ernesto ou ao João. De como tem sido a percep-

ção... Que percepção vocês têm dito com relação a Fundo Amazônia?

Nós não temos, salvo engano, pelas informações que eu tenho, nenhum projeto aprovado. O que o falta para fazer o Fundo Amazônia funcionar, na visão de vocês?

SR. JOÃO BATISTA TEZZA NETO: Senador, a gente vê com muito bons olhos o Fundo Amazonas. É a primeira vez... O Fundo Amazônia, que é gerenciado pelo BNDES, e é resultado de uma doação do Governo da Noruega, baseado no argumento de redução de emissões de gases de efeito estufa. E é primeira vez que se cria um fundo com esse argumento. Então, tem esse pioneirismo e isso é muito importante para a gente.

A gente tem fundos que tratam de questões ambientais, questões de mortalidade infantil, de diminuição de isso ou daquilo, mas é a primeira vez, na história brasileira, que nós temos um fundo que tem esse argumento como mecanismo de liberação de recurso.

Então, nós estamos ter que aprender a fazer projeto que demonstrem isso, isso é uma das razões. A gente não pode colocar toda a responsabilidade na equipe do BNDES, que nós temos visto que tem se esforçado muito.

Acontece que esse argumento é um argumento relativamente novo. Quando você vai escrever um projeto para o Fundo Amazônia, você tem que explicar da onde que aquele projeto resulta em redução emissões. Então, tem uma metodologia que sociedade tem que capacitar. E aqui fica a proposta de nós reforçarmos formação de técnicos ligados a esse tipo de projeto. Esse é um aspecto.

O outro é que também o Fundo Amazônia é a primeira vez que se trata desse argumento, e ele traz o BNDES para dentro dessa discussão. Isso é de um efeito fantástico, senador, porque o BNDES é uma instituição com uma capacidade de influenciar a economia brasileira enormemente.

Quando ele entra gerenciando um fundo de redução de emissões, ele entra na chuva para se molhar, de certa forma. Então, ele passa a ser mais cobrado também. Isso pode ser que no médio e no longo prazo mude um pouco o perfil analítico dos investimentos do banco. Eu gostaria que isso fosse assim, e eu acho que isso vai acontecer, porque você é cobrado na medida em que você vai se envolvendo. Então, o BNDES se envolveu, provavelmente vai ser mais cobrado nesse sentido.

E a terceira coisa é que é uma estrutura grande, de fato, mas eles estão realmente trabalhando bastante para apresentar os resultados ainda dentro desse ano, e a expectativa é que isso ocorra.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON

PRAIA (PDT-AM): Obrigado, João. Bem, alguém gostaria de fazer algum questionamento? Por favor. Eu já falei, mas eu vou repetir: para se identificar, da onde é...

SRA. MARISA CRISTINA SANCHES VASQUES RODRIGUES:

Boa-tarde a todas e todos. Eu estou convidada, assim, representando o Dr. Antônio Silva da FIEAM. Eu sou assessora ambiental da própria Federação. E eu gostaria de colocar algumas situações para que o Ernesto o João, se possível, me posicionassem. Nós estamos três dias reunidos – hoje, amanhã e sábado – na presença de cinco líderes de cinco países diversos: Índia, Indonésia, China, acho que Gana, se não me engano, na África do Sul, e Estados Unidos, inclusive uma representante da WA [ininteligível], de Washington, Dra. Florence, e eu queria só que vocês me posicionassem a questão é a seguinte: parece que está havendo discussões paralelas, e isso é um grande risco, porque diálogos têm que ser construídos numa vertente só, numa linha só, como o João falou, o rio, ele não corre em duas direções, ele vai correr numa direção única. Eu tenho receio que esse barco, novamente, seja perdido na COP-15.

Por exemplo, tem a situação da carta da Manaus, ela já está sendo, já até tem um livro sobre isso, que foi gerada na cúpula dos municípios. O Prefeito de Manaus tem voz e voto na COP, então não adianta você gerenciar situações-estado se a única situação de voz e voto é município.

As políticas públicas estão fragmentadas, eu estou sentindo que vai haver pouca eficácia, e isso é necessário para que ou o REDD ou qualquer outro mecanismo de compensação seja efetivado. Porque, na realidade, vários países estão nessa discussão de pauta e, na minha impressão, os discursos que estão sendo feitos internamente são iguais aos que eram feitos há anos atrás. Eu participo já há seis anos de algumas situações ambientais e só escuto a mesma coisa.

Então o REDD é um instrumento de mitigação, e isso que está sendo levado em consideração para a Copenhague. Padrão nacional deve ter a participação de governos locais, mais fragmentadas as situações, porque o Amazonas é extremamente diferente dentro dos padrões de análise do que seria desgaste, descarte, de degradação ou preservação, definir realmente serviços ambientais para as áreas específicas.

Concordo em gênero, número e grau com a Dra. Ana, nós temos muito discursos, mas eficácia, por enquanto, praticamente nenhuma. Também levar em conta, muito em conta, a diversidade regional, questões de dinheiro e práticas locais com relação à floresta, principalmente. E eu ainda temo pela confusão que se faz em alguns discursos: o que é a floresta con-

servada e preservada para detalhar o REDD nessa questão das emissões.

E, para finalizar – me desculpe, é rápido, tenho várias coisas, mas eu não vou falar todas, na realidade –, o próprio INPC que é o elemento da ONU dentro dessa questão das próprias Comissões da ONU não vai participar da COP, já disse que ele não está de acordo com alguns detalhamentos, principalmente algumas fontes norteadores dos elementos que são envolvidos no REDD.

E eu nós colocamos pela FIEAM, tem um grupo, mais dois tipos de mecanismos que nós trabalhamos numa comissão interna, que eu detalho claramente, que eu acho ótimo, floresta em pé, mas eu acho um fator excepcional é o homem em pé. E muitas dessas questões de conservação estão fazendo com que o nome não possa permanecer mais nas suas bases, tirando da sua terra os produtos necessários para sua própria sobrevivência.

Muito obrigada.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. MARISA CRISTINA SANCHES VASQUES RODRIGUES:

É Marisa Cristina Sanches Vasques Rodrigues, FIEAM.

SR. ERNESTO ROESSING NETO: Bom, foi bastante coisa, eu vou tentar responder todos os pontos levantados. Começando pela questão das unidades de conservação. Isso a gente tem que levar em conta que existem vários tipos de unidades de conservação. O que se tem feito aqui no Amazonas, em sua maior parte, é a criação de unidades de conservação de uso sustentável, como reserva extrativista, como reservas de desenvolvimento sustentável.

O que isso quer dizer? São unidades em que as comunidades que lá estão podem permanecer lá, podem continuar vivendo lá, desde que se engajem em atividades consideradas não agressivas a floresta, que são basicamente as atividades que eles já desenvolvem, que é o pequeno roçado atrás da casa, é o extrativismo de borracha, de castanha, de óleos essenciais, enfim, eles têm essa permissão. O que não se pode é que pessoas de fora depois passem a ocupar aquela área, mas quem já está lá, lá permanece. E essa experiência, inclusive, que o Bolsa-Floresta, ele é construído sobre ela. O Bolsa-Floresta é aplicado em comunidades que são unidades de conservação para dar melhores condições para essas comunidades que lá estão.

Então tem se buscado essa forma aqui no Estado justamente para levar em conta esse questão do homem em pé, como você citou, meios para que esse homem continue vivendo lá. E até, muitas vezes, o que acontece é que essas comunidades chegam ao Esta-

do pedindo a criação das unidades. Em várias delas ocorreu isso.

A comunidade se sentiu ameaçada pela expansão de grileiros ou de fazendeiros perto de onde moravam, se viu ameaçadas por essas forças, chegavam ao Estado pedindo para criar uma reserva ali, uma unidade de conservação. Porque quando se tem uma unidade de conservação, você define a questão fundiária daquela terra, você não tem como criar um título, vamos dizer, forjar um título em cartório sobre uma área que está como unidade de conservação, a definição da terra já está clara.

Então, essas comunidades, muitas vezes, chegavam até o governo pedindo que fizesse isso. Então, isso é que o tem sido levado em conta, e se for constatado as unidades de conservação do Estado, a maioria delas é de uso sustentável.

Em relação à questão metodológica de REDD, e o que o IPCC vem defendendo, como eu cheguei a mencionar, essa é uma discussão que vai longe ainda. A questão da metodologia para REDD é algo que tem que ser ainda mais definido, porque o que se está definindo agora, no primeiro momento, é a questão de como, por que via REDD vai funcionar.

Já está se encaminhando para essa via mista pública-privada, mas a metodologia de como calcular essa redução, de como gerar o crédito, por assim dizer, no caso da parte privada, isso ainda vai ter uma certa discussão. No mercado voluntário, essas discussões já estão acontecendo e já existem padrões bem robustos, no mercado voluntário, a esse respeito, tanto que se espera que isso acabe influenciando as discussões que vão se dar para criar esse padrões oficiais.

Então, pode ser que nesse momento haja essa discordância, mas vai haver muita discussão ainda e isso deve ser solucionado. Em relação às discussões paralelas, de fato, sempre, vamos dizer, chega a ser um pouco inevitável que isso ocorra. Por mais que se tente, que todos os atores continuem conjunto, mas humanamente isso acaba sendo impossível e, por vezes, pode ocorrer. O que se espera é que se mantenha a maior convergência possível.

O que eu não entendo, eu não consegue entender, é a questão de... que você mencionou do município ter voz e voto. Porque a COP não funciona assim. A COP você tem governos nacionais que negociam. O que acontece? Por exemplo, o Amazonas, a Prefeitura, por exemplo, a gente até vai na delegação do Itamaraty, vai com o crachazinho de delegação brasileira. Então, em tese, pelo menos para os gringos que estão olhando a gente, a gente é uma diplomata do Itamaraty, poderia chegar à Tribuna e falar e votar. Mas existe um acordo com o Itamaraty de que a gente, com aquele crachá,

vai ter acesso a tudo o que eles têm, mas só eles do Itamaraty podem falar.

Então, o que pode acontecer é que o prefeito deve ter se credenciado para ser membro da delegação do Itamaraty, deve ter... vai ter esse crachá e diz que tem voz e voto. E, teoricamente, até tem, mas na prática não tem porque não funciona assim a COP. A COP é governo nacional. Pode ser que algum Fórum específico do ICLEI ou alguma coisa assim, ele tenha voz e voto para discutir, mas não a é COP. A COP é governo nacional que define, não é municipal, não é estadual. Tanto que a nossa participação lá é para sensibilizar negociadores, para mostrar o nosso ponto de vista, mas é irreal imaginar... Até porque se você... já são 191 países, se você fosse dar voto para todos os Estados ali, para todos os municípios ali, a gente já está numa confusão enorme. Imagina se fosse ter milhões de municípios ali dentro discutindo com voz e voto? Então isso é irreal, não sei de onde veio isso.

Peço até desculpas se estiver sendo muito ríspido, mas realmente eu não entendo de onde vem essa afirmação de que o prefeito tem voz e voto, porque ele não tem.

Em relação a discursos iguais aos de antes, talvez o que esteja ocorrendo seja uma maturação. Essa questão do que se chama atualmente de REDD se discutia lá em 92, já o mecanismo para compensar a floresta em pé, remunerar a preservação das florestas, e tudo, mas não havia ainda maturidade nem política e nem científica para se discutir esse tema. Não havia ainda metodologias mais robustas como há hoje e esse não era um debate que tinha que ganhar na sociedade ainda.

Foi preciso um processo de 92 até aqui, para que novamente nós chegássemos a discutir esse tema, mas dessa vez com uma perspectiva real de ter uma definição sobre o tema de se criar de fato um incentivo. Eu espero ter coberto tudo aqui, eu não sei se o Tezza quer acrescentar alguma coisa. Eu passo para o senador de volta.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito bem eu vou passar a palavra... Antes de passar, eu quero destacar a presença do Deputado Estadual Luiz Castro, agradecer aqui a sua presença, e passo a palavra ao Vereador Mário Frota, que quer também fazer um questionamento, fazer alguma consideração.

SR. MÁRIO FROTA: Eu peço desculpas às pessoas que estão aqui presentes, que o meu pai está... foi para o hospital, está com 91 anos, problema de câncer, e eu tenho que vê-lo agora, é um negócio meio complicado. Eu vou ter que me retirar, infelizmente eu vou ter me retirar, mas essa foi uma reunião muito bonita,

proveitosa, companheiro Praia. E eu fiquei muito feliz em participar desse debate, ouvi alguns professores Ernesto Roessing... O seu avô foi o Desembargador Ernesto Filho(F), professor? Foi juiz e professor. É. Foi o meu professor na Faculdade de Direito, Direito Romano. E eu agora eu venho encontrar o Neto, não é?

Bons palestrantes dessa tarde. Professora Ana Maria, professor Rubem, professor João, todos aqui foram, eu posso dizer, brilhantes. Cada qual trouxe aqui a sua contribuição nos ajudando.

Agora, eu estou um tanto polêmico, é da minha natureza. Eu vejo o governo, ele fala em diminuir a emissão, eu acho que há até um certo propósito, uma certa honestidade de propósito nisso. Diminuir a devastação da floresta, ainda continua relativamente alta, também acho que há propósitos honestos nisso.

Mas ao mesmo tempo há um paradoxo: ao mesmo tempo que ele diz tudo isso, ele consente num crime, na minha opinião, que é 319; por que não a ferrovia ao invés da rodovia? A pergunta que eu me faço: "Será que..." Eu acho que a nossa grande moeda hoje, qualquer discussão lá fora é amoral, nós somos donos basicamente do ônus. Pelo menos nós achamos que temos uma soberania sobre ela, a maior floresta tropical do mundo. Mitterrand não pensava bem isso, não era bem isso que ele pensava.

Bem, mas eu acredito que nós somos os responsáveis por esta grande floresta. Já fizemos muita bobagem com ela. Na época dos militares, e eu era Deputado Federal, o Governo financiou, via SUDAM, a abertura de pastos para boi, e foi aquela devastação terrível na região Sul do Pará, do Acre e de Rondônia. Nós não fomos atingidos aqui por um milagre. Porque se chama Zona Franca de Manaus. Foi o que nos salvou.

E nessa loucura aí de Balbina, a 319 que eu fui um dos primeiros... Eu era um deputado muito jovem, com 28 anos eu fui Deputado Federal, e eu – ela já estava sob o controle do DERA(F) – eu pedi, fui lá no pessoal do DERA(F), tinha vários amigos lá engenheiros, e um deles me levou e eu fui até o Castanho.

E o rio estava cheio, e eu olhava para um lado e para o outro, eu dizia: "Se eu trouxesse um caniço eu ia pescar aqui na beira da estrada". Quer dizer, ela sofria um processo terrível de erosão, era uma linha d'água, uma linha negra de asfalto em cima d'água por, aproximadamente, 300 quilômetros.

De repente, essa estrada, que já nasceu, na minha opinião, falida, ela não tinha como sobreviver, não suportava o caminhão com mais de dez toneladas. Imagine só. Naquela época, não havia as carretas de hoje, eram caminhões com uma lona em cima – você

é muito jovem – mas era assim, era um caminhão com a lona em cima.

Hoje nós temos carretas transportando 40 toneladas pelo asfalto. Essa estrada não vai suportar. Melhor negócio, na minha opinião, seria a ferrovia.

O Governador Eduardo Braga, inicialmente, ele começou a falar em ferrovia. Falou muito e eu fiquei muito satisfeito e alegre com isso. Depois eu não sei, ele começou... De repente, mudou.

E aí seguiu a história da rodovia, que me parece um grande negócio para empreiteiras, para o agronegócio, para o pastorio.

Pessoal, ano passado, eu fui passar o natal com a minha família no interior do Maranhão. Eu peguei aquela estrada, que vai até Fortaleza, aluguei um carro e fui. Ninguém vê mais a floresta, essa que é a realidade. Dizer que é uma bobagem, é uma hipocrisia, é uma tolice achar que se abrindo essa estrada não vai haver devastação. É claro que vai. As vicinais e não sei o quê... Isso aí ninguém segura. O Gaúcho e o Rio Paranaense, os reis da motosserra, eles não podem ver uma estrada que eles seguem a estrada, eles devastam mesmo. Hoje não é mais com machado, como era no passado, não é?

Eu me lembro o Amazonino, a primeira eleição dele de governador, ele foi à televisão e disse que ia promover a maior revolução agrícola do Amazonas. Que ele ia aposentar o remo, que ele ia dar uma rabeta para cada homem do interior e ia entregar uma motosserra nas mãos de cada caboclo do nosso [ininteligível].

Então, hoje, eu vejo uma propaganda, eu acho aquilo bom, não é, rapaz, se reciclagem. Hoje já é defensor da floresta, está uma propaganda constante na televisão. Ele vai inclusive para Copenhague também. Um desses encontros aí como defensor intransigente da nossa ecologia e da nossa floresta. É bom que as pessoas mudem também, isso é ótimo, que elas se reciclem. Só tem uma situação... Bem deixa para lá. Eu começo a... eu sou muito claustro, às vezes.

Mas eu queria parabenizá-los. Todos nós aqui aprendemos, a gente aprende com a experiência dos outros, e eu aprendi muito com vocês hoje. Coloquei aquela questão da Balbina, que é uma ideia só, e essa também, da 319, que eu acho que o Ministro Minc tem razão. Não ele. Se nós abrirmos hoje um referido no país e deixarmos a discussão em aberto, com certeza absoluta que a população brasileira vai reagir em relação a essa estrada. E eu defendo a... Eu acho que eles têm tirar os nossos produtos para o Pacífico, etc.

Eu prefiro colocar o meu carro, é muito mais barato, dentro de um vagão de trem, e lá em Porto Velho eu receber o meu carro e ir para o Sul do que eu sair daqui, 900 km dentro do meu carro, gastando gasolina,

gastando o pneumático, passando noite, uma noite, talvez, e o dia sem... para chegar lá, algumas dificuldades da estrada. Quer dizer, é muito melhor, muito melhor mesmo para a floresta, que tem a ferrovia é porta a porta. Ela sai daqui, talvez a primeira parada vai ser no Careiro do Castanho, depois Humaitá e, finalmente, Porto Velho. Nós estaríamos, portanto, livres da devastação com a ferrovia, mas não estaremos, com certeza absoluta, com a rodovia, que tem como, hoje, grande patrocinador o Ministro dos Transportes e seus amiguinhos empreiteiros.

Infelizmente, infelizmente, o Presidente da República está apoizando essa coisa aí. E o próprio Governador Eduardo Braga, que reagiu não inicio, depois cedeu. Eu fiquei fã dele, de repente, rapaz. Eu queria ir até para a imprensa. Olhe se eu tivesse ido, para poder prestar solidariedade, que estava certo, o correto mesmo é a ferrovia.

Me desculpe eu me prolongar. Por favor, eu peço perdão de vocês.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON

PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Vereador Mário Frota, pelas suas observações. Eu gostaria de saber se o Deputado Luiz Castro quer falar alguma coisa também sobre o assunto. Desejamos melhorias a seu pai.

SR. MÁRIO FROTA (PDT-AM): Obrigado, um abraço.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON

PRAIA (PDT-AM): Obrigado pela presença. Deputado Luiz Castro, V. Exa. tem a palavra.

SR. LUIZ CASTRO: Senador Jefferson Praia, primeiramente eu quero justificar porque eu não estive aqui presente desde o início. Houve uma coincidência muito infeliz, eu sou autor de uma propositura, e a Audiência Pública aconteceu no mesmo momento em que... Primeiro eu tinha um aviso que nós teríamos essa audiência parece que na data de ontem, houve uma mudança. Só que eu não tive como mudar a Audiência Pública e fiquei preso, presidindo, da mesma forma que V. Exa. está presidindo. Eu lamento muito não poder ter estado presente, e os meus assessores... assessores da comissão participaram, estiveram aqui presente, e é importantíssima essa interação que o senador propiciou com o apoio aqui do professor Rubem, do professor João Tezza, do professor Ernesto, que é Neto do professor do Mário Frota, não isso? A gente começa a calcular a idade do Mário Frota, mas eu não vou dizer para vocês que é antiético, ele saiu, não é? E da nossa representante da SUFRAMA.

Bom, eu só quero deixar uma coisa que para mim é importante, porque eu sou um homem de vivência interiorana, cheguei muito jovem de São Paulo, fui agricultor familiar, portanto, eu derrubei floresta. Mas hoje

se você pegar o Google Earth e for ali perto de Envira vai ver que a minha área é a única que ainda tem reserva, e eu não derrubei a maior parte da minha área e não deixo o caseiro lá derrubar, nem meu filho.

Mas o fato é que nós viemos em 77, e a lógica era outra mesmo, era vir para produzir. Eu nem vim com o sonho de ser um grande produtor, mas eu também tive que produzir alimentos. E eu me preocupo muito porque existe uma situação muito paradoxal. Eu recebi um vereador de Apuí, e os vereadores de Apuí me disseram o seguinte: "O IPAAM esteve lá, o IBAMA, fecharam serrarias, "pa", "pa", "pa", multaram fazendeiro e tudo o mais.

Passou um mês, chegou o Governador do Estado com o Secretário de Produção, o Deputado Eron, com muita semente dizendo: "Plantem e produzam, porque nós precisamos que vocês produzam alimentos". Mas plantem como, em que condições? Para se recuperar uma área degradada, uma área que precisa ser reflorestada, é preciso dinheiro, não é, senador? E preciso subvenção. Porque o custo de derrubar de fazer um hectare de pasto numa mata virgem ainda é 1/3 do custo de recuperar uma área degradada.

Então, nós precisamos construir uma lógica econômica, e entender que precisamos converter os modelos de produção. Como é que eu vou ter sistemas agroflorestais se eu não tenho um processo financiado, com assistência técnica qualificada, para a conversão daqueles sistemas tradicionais de agricultura de migração, de agricultura familiar de mandioca para uma agricultura mais permanente com sistemas florestais? Como é que eu vou dizer para um fazendeiro que tem 10, 20, 100, 500, 1.000 ou 10 mil cabeças de gado que acabou? Acabou. Aquilo, fisicamente, existe, se eu não ajudar este processo a ser convertido para uma pecuária de intensificação de uso de solo, de recuperação de nascentes, com financiamentos de longo prazo. No caso de pequeno agricultor, com o grau de subvenção bem maior. No caso do fazendeiro, com uma proporcionalidade menor.

Então eu me preocupo. Outra coisa que me preocupa é o serviço ambiental. Não é a mim que me preocupa. Eu tenho visto o pessoal do GTA, eu tenho visto o pessoal do movimento social, socioambiental dizer que eles não estão querendo receber dinheiro, eles querem receber uma remuneração na bolsa de produtos extrativistas, na castanha, na borracha, com preço melhor.

Porque a ética não é a ética de você ficar olhando a natureza, mas de você conviver como o nosso caboclo, como o nosso indígena convive: ele pesca, ele caça, ele tira açaí, ele tira o buriti, ele tira a castanha, ele colhe o látex, dentro de uma lógica de trabalho.

Então, nós não podemos agora trabalhar aqui dentro uma lógica de todo mundo ficar parado, olhando a floresta, e ganhando uma remuneração, porque não a derrubou. Até porque vai ser difícil pagar um salário suficiente para essa pessoa ficar lá. E tem a escola dos filhos, e tem a educação.

Então, eu gostaria, senador, e eu sei que a sua visão tem convergência com a nossa, de que nós trabalhamos junto ao governo brasileiro o REDD interno, o REDD do Brasil para com a Amazônia. Nós vamos cobrar lá dos gringos os REDD deles para a gente, não é? “Quanto é que vocês vão nos dar – a Noruega já está adiantando, não é? –, vão nos dar para a gente manter a floresta em pé?”

E quanto o Brasil do Sul, do Sudeste vai ajudar para que nós possamos fazer a conversão dos modelos de produção para modelos de sustentabilidade, e para as populações tradicionais terem uma remuneração melhor da cesta agroextrativista? Porque o atual nível de preço da borracha não permite uma família do Juruá ter uma renda sequer de um salário-mínimo.

E olha que um seringueiro – aqui eu não sei se tem ninguém que viveu na área seringal, mas eu vivi – um seringueiro, tuchaua, como era o nome antigo dos seringueiros que produzia muito, ele produzia no seringal nativo, no máximo, no máximo, uns 700kg. O cara que produzia mil quilos era um fenômeno de borracha em seringal nativo.

Então, façamos as contas. Não dá um salário mínimo. É isso que a gente quer para o nosso extrativista? A gente quer estar no ar-condicionado, e ele lascado lá com malária, com tifóide, com uma renda abaixo do salário mínimo. Então, nós precisamos construir essa lógica econômica para a agricultura e para o extrativismo, senador, mas não é só com o dinheiro deles não, é com o dinheiro do Brasil.

Porque sabe o que eu estou percebendo... E aí? Nós temos a nossa meta... está quase toda em cima da nossa floresta em pé. Cadê a meta de conversão com energia solar para fazer o Nordeste inteiro ser um grande painel solar, ou ter grandes painéis solares para a gente converter energia para a energia solar?

Quer dizer, nós vamos pagar toda a conta? E aí? O que o Brasil, o Brasil vai nos dar, não como esmola, mas como investimento com uma mudança de modelo. E que não seja de forma paternalista, clientelista: “Eu te dou 100 reais para você não derrubar”. Não.

“Eu quero ter a tua castanha, eu quero ter a tua borracha, eu quero treinar você para ser um biotecnólogo, para você colher as essências nativas para os fitoterápicos, para a pesquisa científica.” O quanto o Brasil vai investir na interiorização da nossa pesquisa, para que a gente tenha mestres e doutores fazendo

pesquisa em ABNPER(F), para que o INPA se interiorize lá para o Juruá, para que nós tenhamos no interior da Amazônia um grande processo de conhecimento científico-tecnológico, para que a UFAM possa se interiorizar com mestres e doutores morando e residindo e interagindo com conhecimento tradicional. Aí eu acredito que o Brasil goste da Amazônia, aí eu acredito que o Brasil ame a Amazônia, aí eu acredito que o Brasil mereça a soberania da Amazônia, não apenas pelo fato de que a Amazônia é importante, mas porque também os amazônidas precisam ter oportunidade de viver com qualidade de vida, mantendo a floresta em pé.

Então, nessa direção que eu gostaria de deixar a minha humildade contribuição, e que os nossos amigos e amigas entendam que são milhões de amazônidas que vivem na floresta. E que quando largam a floresta para vir aqui para a periferia, muitas vezes, eles engrossam esse caldinho de miséria, de pobreza, de tráfico de drogas, da mesma forma que São Paulo e Rio de Janeiro, com a mesma lógica dos quilombolas, os escravos que viraram excluídos na periferia, que criaram... na mesma lógica lá de Canudos, as primeiras favelas no Rio de Janeiro, é a lógica aqui da periferia de Manaus.

A gente sai desse lugar bonito, a assembleia bonita, Ponta Negra, e tal... Vai ali para a zona leste, para a zona norte, para os bairros mais pobres, e fica lá depois das nove da noite, com um “reloginho”, bem arrumadinho, para ver se não é assaltado, se não levam. A violência aqui em Manaus é terrível.

Então, nós precisamos segurar essas pessoas no interior, com a floresta em pé, mas com o preço bom para os seus produtos e com conversão dos modelos de produção tradicional. Precisamos que o governo brasileiro puxe ajuda dos governos estrangeiros, mas que também o país faça o seu dever de casa.

Muito obrigado, desculpa pelo atraso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Deputado Luiz Castro, pela presença e pela brilhante observação que foi feita. Eu gostaria de consultar o professor Dr. Carlos Bueno do INPA se gostaria de falar também.

SR. CARLOS BUENO: Boa-tarde a todos. Carlos Bueno, sou pesquisador do INPA, e, atualmente, estou como coordenador de extensão do INPA, que faz justamente essa ligação, essa ponte entre resultados que o INPA vem obtendo, como é que a gente passa isso para a sociedade, quer sejam alunos de escolas, professores, e aí vem, empresários e empreendedores.

Eu gostaria de agradecer ao senador pelo convite, parabenizar pela organização, eu acho que é muito oportuno. As palavras do Deputado Luiz Castro sempre muito... Contribuindo fantasticamente para a

gente imergir um pouquinho mais nessa questão do movimento regional.

Eu estava aqui, aliás, já tinha até pedido para fazer uma consideração, mas eu acho que eu só queria dar uma contribuição, quase que filosófica, nessa questão da Amazônia. Então, certamente, lá no COP-15, vai se pensar o que é a Amazônia, como é que nós podemos valorizar a Amazônia, o que representa a Amazônia para o mundo. E, na verdade, acho que a palavra chave, podemos dizer, a questão dos serviços ambientais que a Amazônia pode realizar para o mundo. Eu acho que esse é o instrumento principal que vai se levar para lá. Qual é a diferencial da Amazônia para o mundo? Vai se discutir lá na Dinamarca essa questão da importância de preservar e adotar essas políticas públicas de desenvolvimento o mais conhecido possível.

Bom, e qual é o papel da Amazônia, então, para o mundo?

Eu acho que a principal discussão é a questão do carbono. Então, se falou em, principalmente em gases de efeito estufa, metano, monóxido e dióxido de carbono, eu acho que esse é o foco principal. O Brasil está em quinto lugar no mundo de emissões de carbono, bastante penalizado, somos bastante penalizados.

Porque, na verdade, a grande parte dessa emissão, que é muita, no país como um todo, vem da Amazônia queimando floresta, não é? Então no sistema tradicional, queimamos florestas para produzir pastagem, gado e outras coisas mais. Então se pensa em carbono.

Então, quando se pensa em carbono, nós temos, na Amazônia, um grande estoque de carbono na biosfera. Que é estimado, pensando na floresta, no solo, na chamada necromassa – biomassa, viva; necromassa, a parte morta do solo – e também no solo, estimativa, não é? Ninguém sabe ao certo, mas tem cálculos e tal, cem bilhões de toneladas de carbono. Se a gente realmente transformasse isso no gás de efeito estufa, seria um desastre para a terra como um todo, não tem nenhuma dúvida.

Mas se nós pensarmos na dinâmica do carbono, não no estoque, no que tem aqui dentro, mas na dinâmica, quanto entra, quanto sai, como é que esse é balanço, outros locais do Brasil também vão ser beneficiados, que aí é a base de discussão do Protocolo de Kyoto. Ou seja, uma plantação de eucalipto no Sul do Brasil tem mais valor em dinâmica de carbono do que a floresta. Por quê?

A floresta cresce muito pouco, não é? Se nós pensarmos numa floresta natural, estimativamente também cresce um metro cúbico por hectare por ano. É pouquinho. Uma floresta plantada cresce 50. Então,

se nós levarmos esse discurso de dinâmica de carbono, a Amazônia vai perder ao invés de ganhar. Talvez ganhe pela área que ela tem, esse pequeno volume multiplicado temos...

Bom, mas isso é o que existe de mercado hoje em dia de mercado. A Bolsa de Nova Iorque, a Bolsa de Londres tem lá quanto é a tonelada de carbono que dá para fazer negócios. Bom, aí vem outra questão, então. Para que mais serve a Amazônia além de ter carbono?

Tem outras coisas. A produção de alimentos, que o Deputado até comentou aqui. Quer dizer, vamos deixar de ser importador e vamos produzir o alimento aqui. Então esse é uma estratégia interessante.

E temos a questão ainda dos ciclos, tanto de água como de nutrientes. Mais [ininteligível] de água, que esse é um papel importante da natureza. Então, nós temos, por exemplo, grandes árvores da Amazônia, grandes timboúvas(F) gigantes da Amazônia, tem cálculos de mais de 500 litros de água por dia sobrem para a atmosfera, quer dizer é uma bomba fantástica.

E o que quer dizer isso? Se nós comparamos a nossa floresta aí, 600, 800 árvores, é lógico que nem todas vão transpirar esse tipo, essa quantidade, mas assim comparando com outros tipos de ecossistemas transformados, quer seja uma capoeira, uma pastagem ou um algum tipo de cultura, que é muito menor, certamente vamos estar mexendo.

Agora, quanto vale isso? Isso não tem ainda, pelo menos eu não conheço nenhum mecanismo de validação desses valores. E, na verdade, eu acho que é esse o lado que a gente devia jogar. Não o carbono propriamente dito, porque o carbono, como eu disse, podemos ter não vantagens comparativas tão grandes com relação ao projeto do Estado.

Por outro lado, estrategicamente pensando, são tantos os programas, processos e projetos de carbono, economia de carbono. Então, acho que o Tezza aqui falou que o Japão já diminuiu muito a emissão de carbono. Então, há uma pressão tão grande questão do carbono que, a meu ver, em algum tempo, não sei quando, mas daqui muitos anos, já não será mais importante o carbono.

Vai ter tanta coisa para evitar jogar carbono e métodos para você absorver carbono – daqui a pouco o carbono, ele vai sendo emitido menos e sequestrado muito. Talvez essa diferença entre o excesso de gás de efeito estufa vai diminuindo essa diferença entre o tanto que tem e o quanto que joga e tal.

Eu acho que, estrategicamente, a Amazônia, e daí eu acho que tem que ser pensado isso aos representantes da Amazônia que vão à Copenhague exatamente nesses valores difíceis de valorar, que

é a questão de reciclagem de nutrientes, a questão de água. Então isso eu acho que tem que pensar de uma forma global, são as questões que a Amazônia tem que ser pensada. Só para a gente avaliar um pouquinho quais são os pontos que nós podemos trazer como contribuição numa reunião tão importante como é aquela, está bem?

Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON

PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Dr. Bueno, pela suas considerações. O nosso companheiro ali gostaria de também fazer suas considerações ou questionamentos.

SR. PAULO VALE: Boa-tarde a todos. Eu sou o Professor Paulo Vale, integrante do Movimento Verde Amazonas. Então, eu vejo toda essa discussão, toda essa tarde, muito importante, e aqui nós debatemos assuntos importantíssimos que vão influenciar na nossa vida daqui para a frente e, principalmente, na vida de nossas crianças.

Então eu já venho tendo essa preocupação há muito. Hoje eu sou professor de matemática, mas sou da formação de... Sou engenheiro florestal, eu passei até pelo Bueno no INPA, no meu PIBIC.

Bem, então a preocupação com educação, como falava a professora Ana Maria, ela é extremamente importante. Os nossos governantes, apesar de se preocuparem, mas os atos são ínfimos diante de toda a problemática que nós vemos dentro da sociedade.

Na escola em que atuo, chamada Waldocke Fricke de Lyra, que estava extinta, mas foi reativada agora, da comunidade Parque São Pedro onde eu moro, eu criei o grupo de educação ambiental, o qual o movimento está me ajudando bastante, e lá eu levo os alunos para ver toda essa problemática da degradação ambiental.

Hoje, eu tenho alunos com uma mentalidade diferente, jogam menos... Sujam menos a escola, a própria comunidade. Então, é por aí que é o caminho. Não adianta nós irmos, discutirmos... irmos para Copenhague, ter todo um custo, e chegar aqui e não ser direcionada esse conhecimento, esse questionamento. Porque os órgãos ainda continuam alheios à população.

Hoje se a gente perguntar na rua o que é SDS, o que são os órgãos próprios do Governo, do município, a população não sabe. Essa comunicação tem que ser melhorada.

Então, esse grupo, ele tem contribuído, e até parabenizo a professora porque, diante da sua palestra, ela mencionou sobre esse fato, e que nós deveremos fortalecer.

No entanto, qual é o meu questionamento, diante dessa reunião, que também é extremamente importante. Como viabilizaremos o conhecimento trazido de Copenhague com o que é mais interessada, que é a população?

Hoje, nós estamos lidando com um monstro, que é o consumismo capitalista. Eu, por acaso... Eu chego, quando eu recebo o meu salário, eu não consigo passar um minuto sem gastar. Isso é uma coisa horrível. E a população é assim. O consumismo gera a produção de lixo, que é uma coisa que a gente se assusta.

Eu já visitei o lixão aqui de Manaus e vi... É uma coisa assustadora. No entanto, como nós iremos viabilizar toda a REDD ou qualquer ação que seja ambiental com a população, se o próprio mecanismo viável, que seria a escola, ela está um pouco alheia a tudo isso? Nós temos pouco apoio.

Para mim levar os meus alunos para uma visita técnica, eu tenho que tirar do meu bolso para comprar uma água, dar qualquer outro apoio a eles. Então, a minha pergunta, a quem quiser responder da Mesa, seria: como nós poderemos viabilizar todo esse aparato, a REDD e as outras ações ambientais que, porventura, possam ser geradas na Copenhague diante com o que é mais interessada, que é a população?

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON

PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Professor Paulo, pelo questionamento e consideração. Alguém gostaria de responder a pergunta do Professor Paulo?

SR. JOÃO BATISTA TEZZA NETO: O professor tem toda a razão. De fato, um dos aspectos fundamentais para se consolidar uma política é você... É a sociedade conseguir compreender claramente tudo o que envolve aquela política. Então, de fato, a informação é muito concentrada ainda porque é um processo muito recente. Numa COP como essa se traz muita informação nova, e é um desafio enorme a gente democratizar isso para a sociedade toda.

Mas é extremamente válida a sua pergunta, e fica aí a proposta de termos programas de capacitação, colocar dentro das salas de aula, dentro da Universidade, fazer eventos. Justifica-se ONGs se mobilizarem para criar eventos voltados para o esclarecimentos desse tema.

Eu acho que a Universidade é um ambiente muito interessante para se fazer isso; eventos escolares também. Enfim, de fato, é uma coisa que deveríamos preocupar, porque construindo massa crítica nós vamos construir capacidade da decidir melhor sobre o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON
PRAIA (PDT-AM): Pois não. Eu passo a palavra, após a fala do João Tezza, ao Ernesto.

SR. ERNESTO ROESSING NETO: Bom, nessa questão da educação ambiental, até nós, por meio do CECLIMA mesmo, já temos um trabalho piloto nessa área, que nós reconhecemos que ainda é pequeno, mas a gente espera gradualmente expandir.

Atualmente, já foram capacitados professores em oito municípios do Estado, e agora, recentemente... Temos até uma equipe agora em Presidente Figueiredo fazendo uma capacitação hoje. E esses professores são capacitados para utilizar um material que nós desenvolvemos, que é um livro sobre mudanças climáticas, um livro do professor, para ser usado em vários disciplinas; e um livro sobre manejo florestal, também para ser usado em vários disciplinas.

A nossa intenção, o nosso sonho é, um dia, isso chegar a todas as escolas públicas da rede estadual, pelo menos, e, quem sabe, municipal também, mas é um trabalho ainda pequeno, começou o ano passado somente. Fizemos o primeiro monitoramento das oficinas do ano passado fizemos esse ano, e já começamos oficinas novas agora.

A gente espera, até o final desse ano, concluir a maior parte da região metropolitana de Manaus. Além disso, alguns municípios já estão com esse trabalho, mesmo fora da região metropolitana, como Carauari, por exemplo, a gente já esteve por lá.

E a nossa intenção é continuar expandindo esse trabalho. É um trabalho que tem tido resultados bem interessantes, embora ainda pequeno. Mas a gente já está trabalhando nessa linha e espera contribuir cada vez mais com a propagação da educação ambiental no Estado, especialmente para as mudanças climáticas e manejo florestal.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado. Professor Rubem.

SR. RUBEM CESAR RODRIGUES SOUZA: Obrigado. Paulo, eu também, como professor, também tenho as minhas histórias de empreendimento semelhante ao seu. O que eu mostrei durante a minha apresentação aqui foi uma experiência que nós começamos em Manacapuru, numa área onde você chegava na área, à beira do Solimões, e várias comunidades sem acesso a energia elétrica – naquele estágio que todos, em grande parte, conhecem – e quando tinha um grupo gerador a diesel, era mantido aquilo pelos comunitários, fazendo cota mensal para manter o óleo diesel; e nenhuma perspectiva sequer de sair enrascada, digamos assim. Ou seja, não tinha solução, as políticas públicas não chegam – e olha que estão à margem do Rio Solimões, onde passa lá o transporte de petróleo de Urucu, enfim, e há toda uma movimentação de recursos de produtos que são produzidos no interior, que vão para o interior ali passando à porta, mas eles

não têm acesso a nada disso, só está vendo aquela movimentação de riqueza ali à frente dele, mas sem nenhum acesso a nada disso.

E nós imaginamos que é possível mudar isso, assim como você empreendeu dentro de uma linha, há outras iniciativas também de empreendimento na perspectiva de mudar isso.

Num ecossistema de várzea, onde se dizia, então, que era impossível montar uma agroindústria, porque não tem uma energia elétrica, porque tem um regime de água que não te permite construir nada, e etc. Nós construímos uma agroindústria de produção de coco, desenvolvemos uma tecnologia para a produção de energia elétrica a partir do resíduo dessa unidade da produção. Depois de pegar um calote de uma empresa americana que... Nós iríamos comprar o equipamento nos Estados Unidos, pagamos 80% do custo do equipamento, e até hoje a empresa não entregou o equipamento.

E nós passamos por isso também. Tivemos o dissabor de não contarmos com água potável, embora estivéssemos ali simplesmente com o Rio Solimões à nossa frente. Perfuramos um poço de 104 metros de profundidade. Quando tiramos essa água, ela estava com altas concentrações de ferro, e várias outras substâncias completamente proibitivas ao consumo. Tivemos que desenvolver tecnologia de baixo custo para ter água potável para o processo produtivo. Porque as tecnologias conhecidas eram de custo elevado e exigia um químico residente, que a gente não ia conseguir colocar um químico morando numa comunidade dessas de jeito nenhum, e até não teria dinheiro, por mais que aparecesse alguém até com boa vontade, mas não conseguíramos fazer frente ao que ele pedia para ficar lá, se é que ele aguentaria muito tempo residindo numa comunidade como essa.

Então partimos para isso, desenvolvemos uma tecnologia nossa, enfim, e os desafios vão surgindo e você se pergunta: como fazer isso? E que apoio foi a Universidade teve para fazer isso? Nenhum. Visitei Secretaria de Produção, visitei já várias entidades. O projeto, ele é apresentado fora do Brasil. Recebemos estudantes da Alemanha, que vem ver aqui o modelo de produção, como é possível um modelo sustentável; recebemos estudantes da Canadá; de vários lugares do mundo. Todo mundo acha muito bonito, mas ninguém dá um apoio.

Nós estamos agora vivendo uma situação, para ter uma ideia, com essa enchente houve alguns danos na unidade de produção, e nós estamos sem dinheiro para poder produzir ano que vem.

Nós desenvolvemos um processo de pasteurização que não usa produto químico. A principal indústria

de polpa do açaí que nós temos no Estado é a de Codajás, mas Codajás tem que botar produto químico para recuperar o sabor do produto, porque, no processo de pasteurização, ele perde o sabor. O que nós fizemos lá não precisa disso.

Então, isso tudo está acontecendo aqui. Algumas instituições daqui ou todas, várias instituições tomaram conhecimento. Estivemos em Secretarias, enfim, fizemos uma peregrinação que não é de hoje. Isso... de 2005 até hoje nós já passeamos bastante, e com um modelo de desenvolvimento que nós entendemos seja o adequado, que é compatível com o que o Deputado Luiz Castro estava colocando. Ou seja, é preciso criar oportunidades reais para que ele produza, ele se desenvolva, ele sente que ali, realmente, ele tem perspectivas e aqueles que vêm depois. Porque, qual é a grande esperança do produtor rural? É que ele tenha algum dinheiro de bancar o estudo dos filhos dele na cidade. Não mais do que isso. Ele sonha, hoje, basicamente em ter essa condição. Se ele conseguir isso, ele já é um felizardo.

E, portanto, qual é a perspectiva que vai ter esse estudante para voltar para lá? Nenhuma. Ele vai fazer o que lá? Absolutamente nada. Então, nós precisamos de formas, de modelos, e nós temos algumas experiências já... Aí diz: "Não, mas experiências, antes de chegar lá, não tem". De quem eram essas experiências? Eram de universidades. Universidade é para pesquisa, tem um, dois anos de financiamento, acabou, morreu. Como é que se mantém isso?

É preciso ter políticas públicas que garantam que aquilo atinja o estado de sustentabilidade. Isso não é um... não vai ser um, dois anos, isso vai precisar de uma continuidade muito longa, e que passa por uma série de ações articuladas, dentre elas, a educação. Você monta uma agroindústria, numa comunidade dessa, não tem uma pessoa com mínimo preparo de fazer uma manutenção mecânica ou elétrica, fazer uma contabilidade, mínima que seja, de controle de produção. Não tem.

É preciso investir em todo esse... mas cria-se uma oportunidade real de emprego, no futuro, se isso existe lá. Porque diz: "Não, agora eu vou me preparar e sei para onde voltar. Eu sei que eu voltando, eu tenho um posto de trabalho para ocupar na cooperativa que existe na minha comunidade". Mas se não existe produção, se não existe um modelo que é capaz de gerar emprego e renda, ele está pensando em trabalhar em Manaus, ele está pensando em trabalhar em outro local. Lá tem a perspectiva.

É isso que a gente precisa ter clareza, ou seja, o que nós queremos? Qual é o modelo que nós queremos? E a partir daí, ter os instrumentos. Propostas

de instrumentos têm algumas. É preciso sair desse marasmo e começar a implementar isso de uma maneira mais concreta.

Vamos errar em alguns pontos? Com certeza. Mas vamos ter vários pontos de acerto. Com certeza, vamos acertar mais do que se nós continuarmos parados e discutindo, e discutindo, e discutindo, e fazendo piloto, e não sei o que, e a coisa não anda. Então, essa angustia que você tem, eu também tenho, porque eu também sou daqui, e passo praticamente meus finais de semanas e feriados e férias nas comunidades, morando lá, acompanhando, vivendo a dinâmica para poder, junto com eles, encontrar uma solução para isso.

Aí você pega programas que já estão claramente definidos que a estratégia não é adequada, como o Programa Luz para Todos, que foi um programa que foi colocado na sociedade como um programa de inclusão social, geração de emprego e renda. Qual é a única ação que existe de geração de emprego e renda do Luz para Todos no Estado do Amazonas?

É uma unidade de produção de farinha no assentamento lá no Rio Preto da Eva, que está parado desde 2004. O Deputado Luiz Castro sabe bem disso, porque no início do comitê, das atividades do Comitê Gestor do Luz para Todos a gente estava junto naqueles momentos iniciais.

E, até hoje, aquilo continua parado foi uma única ação. A meta a ser atingida para atendimento dessas comunidades era 80 mil unidades consumidores, com base do Censo de 2000. Para o ano que vem, se os processos de licitação, todos que estão em curso, tudo funcionar muito bem, no máximo se consegue mais 40%. Hoje não chegou, chega em torno de 30, no máximo 40. Então, fecharia em 70% na melhor das condições para o Censo de 2000.

É. Aí o que acontece? Os levantamentos da concessionária, quando está indo para campo, está identificando que existe, na verdade, o dobro do que constava no Censo de 2000. Ou seja, do Censo de 2000, nós vamos deixar aí um déficit de uns 30%, isso na melhor das hipóteses. Só que tem a mesma quantidade de 80 mil ou mais que vão continuar sem, além disso.

Então, a situação é extremamente crítica, e o programa acaba ano que vem. Ou seja, era a oportunidade de se levar modelos de desenvolvimento adequados, era um programa montado para isso que faltou? Não tinha dinheiro, só que dinheiro para eletrificar, não tinha dinheiro para essas ações de geração de emprego e renda. Era alinhamento de políticas públicas.

Mas qual é o diálogo que existe entre os Ministérios, efetivamente? O Ministério do Planejamento é capaz de articular uma política de desenvolvimento com os diferentes Ministérios? Isso é conversa. Isso não

existe. Isso é sonho ainda. Sequer se consegue fazer isso na esfera de município, muito menos de Estado. As Secretarias, praticamente, cada uma assume lá sua posição e pronto. Aqui mando eu e acabou.

Isso é de fato o que acontece. E isso é a grande barreira que eu vejo para que essas políticas aconteçam efetivamente. É falta de recurso? A gente apontou aqui os *royalties*. O que se faz com os *royalties* do setor energético? Por que ele não está sendo usado inclusive para suprir esse déficit dessas comunidades?

Nós estamos falando de cento e poucos milhões por ano de *royalties*, do petróleo, da hidráulica de Balbina, e que vai aumentar com o gás.

Então, tem coisas, assim, que você não consegue imaginar por que acontecem. Mas quando você vai acompanhar a dinâmica, você vê, falta diálogo, falta definição, entrosamento, falta liderança de definir: "Isso aqui é prioritário". "Vamos botar a Secretaria de educação, de saúde etc." "É isto aqui que tem que fazer." "E ponto." "Cumpra-se."

Mas isso não ocorre na prática. Então, cada um estabelece sua política, eu vou fazer uma ação aqui nesse local na hora que eu definir. O outro vai fazer, talvez, nesse local na hora que ele definir. Aí não há coincidência das políticas públicas, você não consegue consolidar nenhuma ação naquele lugar.

E é isso que, na verdade, nós padecemos disso. Isso é um mal nacional, não é só local não, isso é uma mal nacional. E é essa coisa que nós temos que conseguir encontrar um caminho. Porque: "Ah, nós estamos pensando em ter recurso e tal". Mas se não tiver políticas articuladas, não adianta ter recursos. A gente não vai ver os resultados efetivos disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, professor Rubem. Nós vamos, após a fala da Ana Maria, dar um minuto para cada um fazer suas considerações finais, está ok?

SRA. ANA MARIA SOUZA: Para não prolongar, considere esse o meu um minuto já. Eu já inicio o minuto. Paulo, eu vou me juntar ao professor Rubem e a você nessa angustia. Eu sou muito descrente. Eu estou muito descrente com a educação ambiental no Brasil.

Eu vou te dar dois exemplos: o Governo Federal aprova a 319; o Governo Federal desaprova a 319. Então o próprio Governo diz que pode e o próprio governo diz não pode. Então tem alguma coisa errada.

Segundo exemplo na questão da educação ambiental. Tu deves passar pelo menos aí algumas horas da tua vida ensinando para o menino que ele tem que jogar o lixo na cestinha de plástico, lá onde tem plástico; o vidro, onde tem vidro; o papel, onde é o papel;

e, assim, o garotinho aprende lá na escola que ele vai ter cinco locais para jogar o lixo dele.

Quando ele chega em casa, a mãe dele joga o lixo tudo num lugar só. No igara... Primeiro ele joga tudo dentro de um local só, que deve estar um cesto perto da cozinha, e a mãe, se morar perto do igarapé, joga tudo dentro do igarapé.

Então, eu estou muito descrente com a questão ambiental nessas questões.

Outro exemplo. O turista paga aí seus 300, 500 dólares para usufruir do Tropical ou lá do Ariaú, e ele pega uma voadeira ou um barco de luxo e vai para... adentra a Floresta Amazônica, fumando o seu cigarro, quando ele termina de fumar o seu cigarro, está lá o guia turístico traduzindo todas as maravilhas da biodiversidade, ele pega o restinho de cigarro dele e joga no Rio Negro. Isso não é fato isolado.

Então, a questão ambiental, nós temos políticas excelentes, como citou aqui o... Políticas não, ações, que são pontuais. Pontuais. Mas nós não, o Estado Brasileiro não tem internalizado, nem na esfera municipal, nem estadual e nem federal, a questão da educação ambiental. Nós temos ações pontuais por iniciativas pontuais de órgãos dentro das mais diversas esferas.

Mas isso enquanto uma política de Estado, ela não é efetivamente algo concreto e que esteja dentro das nossas escolas, que esteja dentro dos órgãos públicos e sucessivamente. Se conta nos dedos, em Manaus, quais são as instituições que têm coleta de lixo seletiva. E não adianta ter coleta de lixo seletiva se depois tu junta tudo e joga tudo num lugar só.

Você deve ter a experiência, que fez... disse que fez visita ao lixão. Nós tivemos que fazer na SUFRAMA uma visita a alguns locais de coleta de... que a gente vai trabalhar com coleta de lixo na FIAM, agora. E eu fiquei horrorizada, senador, de saber que teve mulheres que pariram filhos em cima do lixo, em cima do lixão. Teve um cidadão que ele disse para mim que ele teve 18 filhos morando no lixão. Gente, é uma vida parindo gente, vivendo do lixo.

E não venha me falar em redução de emissão de gás carbônico de 80%. Nós estamos falando de dignidade, antes de falar de redução de emissão de carbono na atmosfera. Então, eu não posso pensar em reduzir se eu não consigo atrelar isso à dignidade da pessoa humana, que é viver do lixo, e viver nas condições que está hoje a Cidade de Manaus.

Eu fico pensando como é que está o interior do Estado do Amazonas. Ou seja, o Rio Negro, o Solimões, o Juruá, o Madeira é um verdadeiro arcabouço, um verdadeiro lixão dos nossos resíduos dentro do Amazonas. Então, não ainda a gente se preocupar

apenas em estabelecer metas, enquanto o dever de casa, ninguém está conseguindo fazer. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigada, Ana. Vamos aqui pela inscrição. A Alana, do Movimento Verde; depois... A Alene que é do Movimento Verde; depois a Alana, da Juventude do PDT Estadual.

E destaco a presença da presidente da Juventude Municipal do PDT e agradeço a presença da Taline(F).

SRA. ALENE: Eu vou só citar aqui um trecho de uma conferência que nós participamos como movimento, Movimento Verde em Roraima, também teve a participação da Universidade dos Estados Unidos.

Então, para se falar na questão da Conferência de Copenhague, eu vou citar apenas 2007. É 2007, a Conferência de Bali, o Brasil apresentou uma proposta bem aceita de criação de títulos de emissões de carbono, pós-fixado, lastreado em reduções efetivas, internacionalmente verificado o desmatamento na Amazônia.

Somos um país que possui a parte do leão da maior floresta tropical do mundo e dispõe das maiores reservas de água do planeta. Estamos singularmente bem posicionados para a nova era de valorização econômica e tributos ecológicos.

Se apenas soubermos transcender a mentalidade tacanha do desenvolvimentismo a qualquer custo dos anos 60, compartilhado pela esquerda e pela direita, e conseguirmos entrar na era da sustentabilidade ecológica, economicamente correta, na verdade, para o Brasil se coloca três desafios: lograr, de fato, a redução de 80% das queimadas, não só na Amazônia, como cerrado e nos canaviais; como reverter o forte aumento previsto de emissões na área não florestal, dada por novas termoelétricas a carvão mega siderúrgicas, como a CSA e refinarias; por lixões, pelo aumento muito rápido da frota de veículos, pela produção de cimento e concreto com *kinkler*(F); por rebanhos bovinos e determinadas culturas de práticas agrícolas.

Então a nossa proposta para Copenhague, senador, demais que irão, inclusive se quiserem doar a nossa passagem também, nós gostaríamos de ir, seria a mesma que nós participamos lá em Roraima, até por falar no desmatamento, inclusive Roraima está com índice muito grande de desmatamento, extensões que a gente vê sem nada, descampamento total que ninguém consegue frear.

Então, a nossa proposta é a mesma. Mas, para isso, o Brasil precisa assumir uma liderança realmente forte, realmente um conhecimento, realmente uma... sobre as questões climáticas e poderá, sim, ter uma influência assim de grande relevância para os países

emergentes que até agora não querem aceitar, não concordam, realmente não fazem como a China, os Estados Unidos e a Índia. E, para isso, nós temos a nossa floresta que absorve toda a poluição e, em troca, que o a eles fariam? Realmente liberariam recursos não somente para manter as pessoas que sobrevivem da floresta, mas para investimentos nos órgãos que trabalham, que lidam com a área ambientalista, e, assim, formar novos técnicos, pessoas que fossem cuidar do meio ambiente, como um todo. E ver, realmente, recursos para o Brasil de forma, realmente, competente. E nós gostaríamos que fosse investido em mais conhecimento, e nas universidades, e projetos, programas voltados para a floresta, para que mantenha a floresta em pé.

Porque a floresta em pé, ela precisa ser mantida, mas também precisa se manter as pessoas que nela vivem. Nós não podemos desmatar e se jogar somente a culpa nos Estados Unidos e China. E nós precisamos fazer mais eventos que discutem o meio ambiente para, realmente, cuidar primeiramente de casa, porque não está bem.

E sobre Copenhague a proposta... haveria mais recursos, que todos que fossem representar trouxessem esse... o efeito positivo, realmente verba que viesse lá de fora. E a nossa floresta ficaria como troca da poluição que eles emitem, está bom?

Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Está bem, Alene. Eu passo para a Alana, e, após a fala na Alana, nós vamos fazer nossas considerações finais.

SRA. ALANA ELISA M. GOMES: Obrigada. Vai ser breve, já nos alongamos, estamos já quase adentrando a noite. Bem, hoje eu estou falando aqui como Secretária do Meio Ambiente da União Estadual dos Estudantes do Amazonas. E diante de todas as discussões que a gente faz nas escolas e debates com os estudantes, a gente sai daqui meio que triste já, nos certificando desse possível fracasso no firmamento desse novo acordo sobre mudanças climáticas.

A nossa maior preocupação, hoje, dos estudantes está relacionada às comunidades tradicionais e aos jovens, esses que não contribuíram nada com o aquecimento global, e são os que mais estão padecendo.

Esperamos que haja lá na COP-15 esse compromisso explícito dos países, que não fique apenas no papel, mas que a propostas que dali saíam, se internalizem nas suas leis com metas e recursos financeiros específicos das propostas, não se tornando nada vago.

Com relação aos posicionamentos dos palestrantes, eu gostaria de destacar o posicionamento da

SUFRAMA, que esclareceu, que pôs a importância do nosso polo industrial, da Zona Franca de Manaus, como uma política ambiental para a Amazônia. Ela, hoje, consta apenas, está garantida apenas no ADCT, e aí fica a proposta para os senadores, os deputados federais, para tentar que realmente essa proteção venha a ser aderida dentro da Constituição Federal.

E outro importante levantamento que ela fez é a valorização do setor público com essa questão. Que o setor público seja o principal meio, tome essa iniciativa de reduzir a emissão de carbono para dar exemplo para as iniciativas privadas. Então, essas proposições dela foram de extrema importância, que a gente reconhece.

E aqui eu queria destacar, já que o professor falou sobre a importância da educação ambiental, a importância da gente realizar pesquisas científicas na nossa região, que na próxima semana a gente está organizando, em Benjamin Constant, o 5º CIEURA, que é Congresso, 5º Congresso Internacional de Estudantes Universitários da Região Amazônica. É um Congresso anual, feito, construído pelos próprios estudantes para discutir questões de problemática da região.

Então, lá, esse ano a gente vai discutir a questão da sociedade e, principalmente, as questões de mudanças climáticas. Desde já eu peço apoio que para o próximo ano cada instituição aqui presente possa colaborar com esse nosso Congresso anual, inclusive o vereador aqui também, o deputado estadual, se quiser apoiar esse Congresso.

É um Congresso, assim, que a gente faz buscando apoio. Somos nós mesmos, vários alunos de instituições, que... as lideranças estudantis dentro das universidades, tanto de curso de graduação e pós-graduação que fazemos essa discussão.

E com relação ao que o Ernesto colocou, dos meios estratégicos que a Noruega encontrou para tentar aumentar os números... a utilização de energia renovável, utilizando a venda do seu petróleo. Isso daí eu puxo para a nossa realidade aqui no Brasil. O Brasil, ele está se projetando no exterior como uma nação que vai fornecer energia renovável para o mundo através do etanol. Mas aí o discurso fica muito contraditório quando a gente vê que ele está debatendo muito a questão do pré-sal.

Então, aí vem essa estratégia da Noruega, puxando para o Brasil, de a gente utilizar essa venda do pré-sal para arrecadar dinheiro para país, investindo esse recurso com pesquisas tecnológicas para a utilização de energias renováveis e seguras, proteção das florestas, no caso especificamente, da Amazônia, mas também outros biomas nacionais. E métodos de eficiên-

cia no uso de energia, que foi colocada aqui a questão de geladeira para a gente ter todo esse cuidado.

Foi importante, também, extremamente, assim, relevante a questão do discurso sobre o REDD valorizar a floresta em pé. E aí a gente faz o destaque que realmente os outros Estados se comprometam a fazer isso, a aplicar o REDD nos seus Estados. E também a gente deixa aí uma ideia de que isso tem que ser articulado com os países Amazônicos. É importante que todos os países façam, mas nós, da região amazônica, a gente tentar articular com os países amazônicos para também fazerem, adotarem o REDD nos seus países.

E como estudantes, assim, uma discussão que a gente já veio debatendo em outros Congressos Estudantis, a gente coloca uma proposta que pode ser levada, gostaria até de saber da opinião de vocês da viabilidade, de incluir isso como uma ideia lá em Copenhague, não sei se seria o momento, talvez a criação de uma Organização Mundial de Meio Ambiente e Questões Climáticas. Uma organização, assim, tão respeitada como hoje é a Organização Mundial do Comércio, mas uma específica para as questões climáticas, afinal esse é um debate internacional.

E outra coisa seria uma proposta também a ser discutida a criação de um Tribunal de Justiça, justamente para julgar delitos ambientais em níveis internacionais, delitos ambientais das nações. Afinal, tem que haver um meio de punir esses países que se comprometem a reduzir as emissões e não cumprem.

Então isso daí ficam as nossas considerações e obrigada pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigada, Alana. Vamos passar, então, a palavra começando pelo Ernesto para fazer suas considerações finais.

SR. ERNESTO ROESSING NETO: Obrigado, senador. Bom, eu gostaria de agradecer em primeiro lugar a presença de todos aqui nessa Audiência Pública. Isso mostra, agora já começou a chegar a noite e alguns saíram, mas a sala ficou bem cheia durante a maior parte da audiência. Isso mostra como o tema desperta interesse, e é muito ver isso. A gente trabalha com isso no dia a dia e é muito bom a ver que a sociedade em geral está se interessando pelo tema, está querendo debater o tema, até... E está querendo contribuir; quer, também, se ver parte desse processo. Como eu até mencionei antes, às vezes é um pouco difícil, porque é uma negociação entre governos nacionais, mas a gente está sempre ali tentando fazer o nosso ponto de vista ser levado em consideração e quanto mais pessoas tiverem, melhor será esse esforço.

Eu gostei muito das colocações que a Alana fez, aqui no final, que ela chamou a atenção para alguns pontos interessante. Essa questão da criação de uma Organização Mundial para o Meio Ambiente, por exemplo, isso até dá para ligar com a questão da necessidade de o Brasil liderar esse processo, que alguém mencionou, eu não lembro quem agora.

Semana passada, o Presidente Lula esteve com o Presidente Sarkozy, na França, e eles marcaram uma posição clara, assim exatamente oposta a que os Estados Unidos e China, marcaram, de "Vamos avançar, vamos prosseguir com metas". E, no final do documento que eles assinaram, eles proponham, eles propuseram a criação de uma Organização Mundial para o Meio Ambiente.

Então, isso já está até sendo levado ao âmbito de Chefe de Estado e isso, imagino, que vai começar a ganhar algum corpo essa discussão. E a questão do pré-sal também é algo que chama a atenção, o que será feito com esse dinheiro do pré-sal com a venda desse petróleo do pré-sal. E até se deve discutir se vale a pena explorar o pré-sal, mas isso é outra discussão, bem longa, que não cabe, talvez, aqui, nesse final da palestra.

Então, eu gostaria de agradecer a contribuição de todos. Eu projetei o meu e-mail, mas quem quiser eu posso colocar o meu e-mail à disposição, depois, se alguém tiver, se alguém quiser entrar em contato com o CECLIMA, discutir algumas questões com a gente.

Agradecer ao senador por ter convocado essa reunião, e fico feliz de ver esse interesse, como eu já falei antes. O senador desde o ano passado tem tomado a iniciativa de investir nesse tema, de discutir esse tema. Tomou a iniciativa de ir à COP-14, na Polônia, para sensibilizar *in loco* os negociadores, e é muito felizvê-lo no nessa agenda, encampando essa luta. Espero que possamos lograr alguma definição sobre a maneira de valorizar a nossa floresta durante a COP-15, agora, em Copenhague. Obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Ernesto. Eu passo a palavra ao Professor Rubem.

SR. RUBEM CESAR RODRIGUES SOUZA: Eu já estou acostumado já. Bom, eu acho que eu... Tem um aspecto que a gente deve levantar que é o seguinte: o que se espera da tal da COP-15? Está todo mundo esperando, o que se espera?

Eu acho que ela já está dando resultado. Eu acho que o grande mérito dela é criar esses momentos, é forçar esses momentos, porque se não tivesse nada agendado, nós não estaríamos aqui. De pronto, é isso. A gente não estaria parando para discutir e definir o que nós vamos fazer ou que o nós queremos. Então,

esse já é, eu acredito que já é o grande ganho desse evento é forçar esses momentos, é forçar a reflexão sobre aquilo que a gente espera, mas, principalmente, aquilo que nós somos capazes de fazer

Ou seja, nós estamos falando aqui agora há pouco dos recursos do pré-sal. Isso nacional, mas nós também temos o nosso "pré-sal" que é o gás natural, que é o próprio petróleo, que já é explorado há muito tempo. O que nós estamos fazendo com esses recursos?

Ou seja, tem que coisas que são para futuro em termos macro, mas tem coisas que são realidade de momento já, e o que nós estamos fazendo, como é que nós estamos conduzindo essas políticas?

Então, eu acho que oportuniza essa reflexão, e eu acho que o que deve ficar é que nós não precisamos de COP-16, COP-17, COP-18 para estabelecermos o que nós temos que fazer. Eu acredito que a sociedade já adquiriu um grau de consciência da importância do tema e da necessidade de ter políticas públicas consistentes, e deve partir para construir essas políticas independente de COPs da vida.

Eu acho que é isso que nós devemos cobrar dos nossos representantes e que estão aqui, oportunizando esse momento, e que nós devemos continuar com isso. Ou seja, quando vai ser o próximo encontro, senador, para a gente voltar a discutir isso? Temos que ter uma agenda de compromissos. Não pode esgotar porque a COP-15 acabou. Pronto, acabou, e agora? Vamos esperar a COP-16 para reunir e rediscutir as metas?

Então isso é uma provocação mesmo porque não é o caso aqui desse público de precisar ser conscientizado da importância, está todo mundo consciente da importância. Então, vamos marcar, vamos estabelecer uma pauta de compromissos.

Bom, então eu queria fechar, fazendo também um convite aos que estão aqui presentes, e que peço que retransmitam esse convite a outras pessoas que não estão aqui, que na próxima semana começa a Feira Internacional da Amazônia, e que durante a feira tem os eventos de seminário e, particularmente, tem um seminário em que discute-se o tema energia.

Esse seminário começa dia 25, ou seja, 25, 26 e 27, no período da manhã somente, no auditório do SENAI, ali na entrada do Distrito Industrial, e todas essas discussões de energia renováveis, não renováveis, os grandes empreendimentos da Amazônia, a hidrelétrica do Madeira, a União, o gás natural, tudo isso está na pauta de discussão. Chamando a atenção para um detalhe: a política é o projeto de lei para incentivo de fontes renováveis que está tramitando no país não se aplica à região amazônica, nos chamados sistemas elétricos isolados. Ou seja, essa lei sendo aprovada, o País terá uma Lei de Incentivo às Energias Renová-

veis que não se aplicará à região amazônica, na área de sistemas isolados, que cobre a maior parte da região amazônica.

Então, já mostra que nós precisamos ter voz, nós precisamos nos posicionar, nós precisamos nos incluir nessa política, fazer com que ela chegue aqui, porque vai pegar toda a região. Então esse é um dos pontos, dos vários outros que serão levantados durante esse evento, e a gente espera contar com todo mundo lá para ajudar a construir um cenário mais adequado do ponto de vista do setor energético, que influencia na economia, no desenvolvimento de todo mundo, enfim no dia a dia de todos.

Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui. Eu agradeço, na pessoa do Senador Jefferson Praia, toda a equipe que esteve aí ajudando nos bastidores a organizar, enfim. Sempre muito prestativos, de uma eficiência, de uma agilidade, de uma cortesia sem tamanho. E agradeço, mais uma vez, em meu nome, e em nome da Universidade Federal do Amazonas, estar podendo estar aqui hoje contribuindo com esse debate.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Obrigado, Professor Rubem. Eu passo a palavra ao João Tezza.

SR. JOÃO BATISTA TEZZA NETO: Ô, Alana, você está atualizada, hein? Não sei se você foi na reunião de ontem, você está muito atualizada, porque o Ernesto, ele provou que você estava podendo estar fazendo parte da equipe do Presidente para fazer propostas.

Tem uma Organização, que é a UNFCC, que é a categoria de painel dentro da ONU, para tratar das mudanças climáticas, que organiza COP, que organiza as discussões em torno da COP.

Mas, de fato, parece altamente relevante ter uma Organização Mundial para as Mudanças Climáticas do *status* tipo UMC, e que regulamente mesmo a relação entre os países em função disso, em função da responsabilidade de cada país. Gostei muito dessa tua... da luz que te veio aí e vou ser um dos que vai humildemente conversar lá, se assim tiver oportunidade, sobre esse assunto.

Eu acredito que esse tipo de evento, ele realmente precisa acontecer muito mais vezes, senador, e aí nesse sentido muito feliz essa sua proposição, mesmo que a gente, às vezes, sinta que não está saindo do lugar, em alguns momentos. Você fala assim: "Poxa, a discussão, discussão, discussão", mas é importante para criar massa crítica, é importante para a gente ir formando opinião e ir disseminando a opinião.

E tem que criar uma programação mesmo, porque o assunto é novo, o assunto é muito novo. Mudanças

climáticas é um problema velho, porque ele começou com a Revolução Industrial, mas nós nos demos conta dele muito recentemente, e ele é uma espécie de xeque-mate, porque realmente traz complicações sem precedentes para a sobrevivência da sociedade humana no planeta.

Então, nós estamos, e aí é interessante, professor Rubem, o que acontece é... a incapacidade de tomar uma atitude na mesma dimensão do problema é porque nós nos damos conta desse problema no nível da consciência, no nível do conhecimento e da informação. Mas quando nós tivermos nos dado conta desse problema no nível dos valores, aí, sim, vai mudar o comportamento das pessoas.

E valor a gente só cria, talvez... o momento de se criar valor é o momento da infância. Então, eu tenho um pessimismo no curto prazo com relação a esse assunto, mas eu quero ser otimista no médio e no longo prazo. Eu acho que a próxima geração, ela vem mais preparada para enfrentar esse problema, na mudança de atitude pessoal.

Porque o que nos levou a essa situação é a exacerbção do consumo. A solução da Crise de 29 consolidou os produtos descartáveis, relacionou felicidade com consumo. Até a Crise de 29 não era programática a ideia de que um produto... O nosso avô falava assim... A gente nunca pensa, não existe mais na mentalidade de ninguém dizer que tem um produto que dura o resto da vida, "Esse produto aqui eu vou doar para o meu filho", um relógio que você doe para o filho. Isso, praticamente, é uma mentalidade que não existe, mas os avós da gente tinham essa mentalidade.

Essa coisa de mudar a mentalidade para o consumismo é uma coisa muito recente, e ela veio agravar esse problema. Então nós temos que retroceder, mudar esse perfil econômico da sociedade, voltar para uma sociedade menos ligada, menos relacionada, menos forte a relação entre consumo e felicidade.

Você pode ser feliz também, sendo mais simples nas suas atitudes de consumo. Então, isso é um processo que não vai mudar da noite para o dia. Nós somos fruto dessa sociedade nova do consumismo. Nós temos que forjar uma nova sociedade, e aí, sim, a mudança vem de forma geracional.

Então, eu tenho otimismo nesse sentido, e, infelizmente, no curto prazo o que nós podemos fazer é regulamentação, é "forçação" de barra, é regulamentar o processo, é punir o inadequado. Entendo é o que nos resta a fazer nesse momento. E isso se faz com punição... com regulamentação.

E a regulamentação, eu ouvi você falando também, precisamos fazer de forma coordenada, de forma coordenada com os países. Regulamentação e mu-

danças climáticas é muito salutar que o regulamento do município esteja alinhado com o regulamento do Estado, que esteja alinhado com o regulamento da região, que esteja alinhado com a regulamentação do país. Toda aquela região, daquele grupo de países, e, por fim, alinhado com a regulamentação mundial. É adequado que seja assim. O que não impede de fazer o que o Deputado Luiz Castro colocou com muita propriedade, que nós possamos fazer uma espécie de compensação entre Sul e Amazônia, e darmos o passo adiante.

Nesse sentido, pensando em regulamentação, o Amazonas é pioneiro. Ele vem há um tempo já discutindo, criando a Lei de Mudanças Climáticas, implementando um programa de pagamentos sobre serviços ambientais, que tem um componente de renda direta, mas que, inclusive por sugestão do Deputado Luiz Castro. E por fruto de uma discussão com o Deputado Luiz Castro, nos veio à luz a principal função daquele recurso direto, que é envolvimento, credibilidade e criação de uma situação de grupo, através do cartão da renda direta. Essa é a principal função.

Eu me recordo muito bem da sua visita lá na FAZ, e os outros componentes são componentes de fomento. O Bolsa-Floresta Renda, que ajuda a estruturar cadeias produtivas florestais; o Bolsa-Floresta Social, que procura fazer algum tipo de resgate social, ligado à saúde, educação, transporte e comunicação; e o Bolsa-Floresta Associação, que é um apoio à associação para poder fazer o empoderamento social do programa, sempre muito ligado na base.

E aí, essa nossa ligação muito profunda na base, às vezes cria situações de diálogo com instituições que também se colocam como intermediárias dessa relação. Mas, nesse sentido, o Estado do Amazonas tem dado um passo, tem feito uma ação muito pioneira, de fato, muito honesta, do ponto de vista ideológico, do ponto de vista programático, e tem sido exemplo para ser levado para outros países.

Nós estamos exportando essa tecnologia para países da América do Sul, para países amazônicos, estamos exportando para Moçambique também, muito conhecimento que a gente gerou aqui. Uma equipe grande, liderada pela Ministra do Meio Ambiente de Moçambique, esteve em Manaus, nós elaboramos um Projeto de Moçambique junto com eles, num convênio. E agora nós fomos duas vezes a Moçambique ajudar a implementar o programa para eles, e aí me dá uma satisfação muito grande ver o Ximenes(F) aqui, que foi quem deu o pontapé inicial dessa grande parceria com Moçambique. Ele esteve na COP-14 conosco, e lá ele que nos apresentou a Ministro de Meio Ambiente.

Espero que você nos dê a mesma sorte na COP-15, de poder esse tipo de trabalho em conjunto.

Então estamos temos muito terreno a percorrer, por isso que a gente tem que, na fala do nosso Presidente Luiz Furlan, "Começar pequeno e andar rápido". E andar rápido para crescer. E tem que... Tudo está por regulamentar, tudo está por estruturar, é uma área nova, é uma economia nova que precisa de muito debate, muita discussão. E, nesse sentido, senador, eu queria dizer que eu aprendi demais com todas as falas aqui. Aprendi na fala do Ernesto, aprendi na fala do deputado Luiz Castro, dos outros deputados que estiveram aqui presentes, na fala do professor Rubem, na fala da nossa companheira da SUFRAMA, na fala da Alana aqui, e de outras pessoas também que participaram. Eu aprendi bastante, fiz muitas anotações aqui, deu uma dez folhas de anotação.

E eu quero agradecer, enormemente, a riqueza dessa tarde, ao senador pela oportunidade. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Nós que agradecemos João. Eu quero aqui apenas fazer uma rápida consideração, que nós estamos, claro, numa diligencia pública da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Senado Federal. Ela é mista Câmara dos Deputados e Senado. A presidente é a Senadora Ideli Salvatti, vice-presidente é a Deputada Vanessa Grazziotin e o relator é o Deputado Colbert Martins.

O que nós já discutimos lá? Só para vocês terem uma ideia, depois que relatório estiver pronto, seria bom que todos tivessem esse documento. O relatório ainda não está finalizado.

Então várias atividades foram desenvolvidas: tivemos reuniões de Audiência Pública; mudanças climáticas: cenários; Plano Nacional de Mudanças Climáticas; Mudanças Climáticas e a Matriz Energética Brasileira; Mudanças Climáticas e Economia; Mudanças Climáticas: o Papel da Ciência e Tecnologia; Política e Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas e Perspectiva do Brasil para a COP-15; Panorama das Negociações Internacionais e REDD; Inventários das Emissões de Gases de Efeito Estufa; Validação de MDL no Brasil e Regulamentação do Mercado de Carbono. Tivemos várias Audiências Públicas regionais em Santa Catarina, no Ceará e na Bahia, e aqui no Amazonas, estamos fazendo essa diligência que já tem um tópico aqui no relatório do Deputado Colbert Martins.

O Estado do Amazonas, o relatório do Senador Jefferson Praia. Daqui vamos fazer um relatório, encaminhar para o relator, para ele incluir em seu relatório, e a Comissão vai avaliar. Outras questões, que foi a apresentação do INTERLEGIS, Movimento Amazônia

para Sempre, Copa de Futebol 2014, Estadios Solares, Programa Antártico Brasileiro. Tivemos também propostas, projetos de lei em tramitação, e serão feitas também diversas recomendações.

No mais, eu quero agradecer, inicialmente a toda a equipe técnica do Senado, da Comissão de Mudanças Climáticas, e a nossa equipe do gabinete também, que está aqui, não só de Manaus como também que fica lá em Brasília.

Eu quero agradecer à Assembleia Legislativa, ao Presidente Belarmino Lins, que tem sido parceiro nas realizações conjuntas aqui com o Senado e a Assembleia Legislativa. E, é claro, agradecer a todos vocês.

Esse é um tema, como disse muito bem o Professor Rubem, nós temos que discutir mais, apresentar as propostas, e caminhar em direção de um novo planeta. Nós estamos em plena revolução, só quem não percebeu isso são aqueles que estão, talvez, pensando em outras coisas.

Mas se alguém, daqui algum tempo, quiser anotar tudo que está acontecendo, e mais à frente falar para seus netos, vocês... Nós somos atores de um mundo em revolução, onde vai mudar muita coisa na economia, nas questões, é claro, econômicas, e também dentro dos aspectos sociais. Entendo que nós vamos caminhar para um mundo melhor, começa quando o problema é de todo mundo.

Então, o mundo está com problema, está doente, o planeta terra está doente. E no nosso caso aqui, nós somos, na Amazônia, parte da solução. Agora, o que foi levantado aqui, diversos observaram isso, que não só floresta e rios, como o mundo nos vê, mas existem seres humanos, são 25 milhões de seres humanos na Amazônia, e esses são os verdadeiros guardiões desse patrimônio, que é um patrimônio nacional.

E o que temos que fazer? Nós temos que fazer, primeiro, a nossa tarefa de casa. A tarefa de casa que começa com cada um aqui, como o professor Paulo e outros tantos aqui que estão no seu local de trabalho ou em casa, começando a praticar dentro do contexto do que queremos, que é de um planeta melhor. Na educação ambiental, no seu comportamento na sua casa, enfim, onde quer que você esteja.

Além disso, temos que ver a nossa contribuição na comunidade em que vivemos, e depois no município em que moramos; os prefeitos, que são aqueles que estão dirigindo os municípios, quantos estão com suas cabeças voltadas para tudo o que discutimos aqui?

Quantos Prefeitos no Estado do Amazonas percebem a importância da questão relacionada ao meio ambiente? Quando temos, hoje, diversos municípios... Tem município que coloca todo o seu lixo num determinado local dos municípios e quando há enchente, a

enchente leva, depois que tem a vazante, o local fica adequado para depositar lixo novamente. Então nós não podemos viver dessa forma.

Além disso, temos os governos. Os governos todos, não só da Amazônia, mas do Brasil como um todo. E o Governo Federal, que precisa fazer a sua parte, voltando com olhar muito mais de realizações, de cumprir o que fala, de viabilizar políticas públicas para a Amazônia. Esse é um convencimento muito importante

Eu tenho colocado que nós precisamos “amazonizar” o Brasil. O que é “amazonizar” o Brasil? É fazer com que as pessoas conheçam a Amazônia, gostem da Amazônia, percebam o seu papel relevante dentro do contexto nacional e mundial e local também. Porque a Amazônia tem uma grande contribuição em qualquer lugar desse planeta. Mas nós precisamos sensibilizar a Amazônia, e essa sensibilização, ela muitas vezes... Ela tem que ser também da nossa gente, porque muitos amazônidas não estão sensibilizados com as questões amazônicas.

Então nós não podemos também apenas cobrar de outros países o seu, vamos dizer, a sua parcela de contribuição conosco. Temos que fazer isso, sim, mas nós temos que ter um olhar para todos nós. Qual é o meu papel? Qual é o papel daqueles que vivem na Amazônia? E o que temos que fazer?

Portanto, para finalizar, eu agradeço a todos vocês.

Sessão encerrada às 18h16.

35ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 24 de novembro de 2009, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal.

As quinze horas, do dia vinte e quatro de novembro do ano de dois mil e nove, no Plenário nº 13 da Ala Alexandre Costa, no Senado Federal, sob a Presidência da **Senadora Ideli Salvatti**, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos seguintes parlamentares: **Senadores Marco Maciel, Renato Casagrande, Marina Silva, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Cícero Lucena, Inácio Arruda, Neuto de Conto e Romeu Tuma e, os Senhores Deputados Colbert Martins, José Guimarães, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnaldo Jardim, Jorge Khouri, Vanessa Grazzotin, Fernando Gabeira, Lupércio Ramos, Rômulo Gouveia, Miro Teixeira e Sarney Filho**. A Senhora Presidenta procede a leitura do seguinte expediente: Ofício GSJP nº 297/2009, firmado pelo Chefe de Ga-

binete, justificando ausência do **Senador Jefferson Praia** aos trabalhos desta Casa, no período de 21 a 27 de novembro corrente, por se encontrar em viagem a convite da Marinha do Brasil. Deixam de comparecer os demais Parlamentares. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica aos membros que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, do Senado Federal, realizará Audiência Pública, agendada para 25 de novembro de 2009, em cumprimento ao Requerimento nº 90, de 2009-CMA, aprovado em 03.11.2009, de autoria do Senador Renato Casagrande, destinada a debater a respeito do Inventário de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa no Brasil, convidando os Membros da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC. A seguir, a Presidência procede a leitura da Moção de Repúdio aos Presidentes dos Estados Unidos e da China, por terem declarado publicamente suas intenções de adiar para o próximo ano a assunção de compromissos de minimização da mudança do clima. A Presidência coloca em discussão, não havendo quem queira discutir, coloca em votação, a Moção de Repúdio foi aprovada. A presente reunião destina-se à discussão e votação do Relatório Anual das atividades da Comissão, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, do Relator da Comissão – Deputado Colbert Martins, em conformidade com o Parágrafo Único do art. 9º da Resolução nº 4, de 2008-CN. A Presidência abre a discussão do Relatório e, após a discussão, a matéria é colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. Fez uso da palavra para discutir o Relatório, o Deputado Sarney Filho. A Comissão delibera o encaminhamento do Projeto de Resolução – parte integrante Relatório Anual – que altera a Resolução nº 04, de 2008-CN, seja submetido às Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados, para os efeitos do art. 128, “a”, do Regimento Comum. Usam da palavra o Deputado Sarney Filho, Deputado Colbert Martins, Deputada Vanessa Grazziotin, Senador Ideli Salvatti e Senador Renato Casagrande. A Presidência determina à Secretaria da Comissão que contate o Itamaraty, no sentido de agendar um encontro dos Parlamentares desta comissão com representantes daquele Ministério, para tratarem de assuntos concernentes à COP 15. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, *Dulcidia Francísca Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pela Presidenta da Comissão e, publicada no Diário do Senado Federal e do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra do seu

registro de Estenotipia Informatizada. – Senadora **Ideli Salvatti**, Presidenta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e também a aprovação da Ata da reunião anterior.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Proponho a dispensa da leitura da Ata.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Dispensada a leitura da Ata, os Srs. e Sras. Parlamentares presentes que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Ofício do gabinete do **Senador Jefferson Praia**, encaminhado à presidência da Comissão: “*Com os meus cumprimentos, informo que o Senador Jefferson Praia, membro titular da Comissão, não irá estar presente nas reuniões dessa Comissão no período de 21 a 27 de novembro do corrente, oportunidade em que estará viajando para o Chile, como convidado da Marinha do Brasil, para participar de visita oficial à Estação Antártica Comandante Ferraz*”.

Por parte da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado da República, foi aprovado um requerimento, de autoria do Senador Renato Casagrande, com a finalidade de debater a respeito do inventário de emissões e remoções de gases de efeito estufa no Brasil, e os membros, os parlamentares integrantes da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas do Congresso Nacional foram convidados a participar desta importante Audiência Pública, que irá se realizar no dia 25 de novembro, quarta-feira, às 14 horas, na Sala de Reuniões nº 6, da Ala Nilo Coelho.

Foi encaminhado, em nome da Comissão, uma **Moção de Repúdio**, já apresentada e debatida na sessão anterior, endereçada exatamente ao Presidente dos Estados Unidos, o Sr. Barack Obama, e ao Sr. Presidente da China, Hu Jintao. Há todo um arrazoado a respeito da expectativa e de tudo que vem acontecendo com o nosso planeta, e, face as declarações e a reunião ocorrida, recentemente, na China, entre os presidentes destes dois importantes países, o Deputado Colbert Martins, relator da nossa comissão, entendeu que era de fundamental importância ter um pronunciamento, uma posição desta Comissão.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Sra. Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não, Sr. Relator.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Na realidade, houve uma proposta do Deputado Sarney Filho, que foi o autor da proposta--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SAL-VATTI (PT-SC): Melhor então.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA):--que foi aprovada por todos, na Comissão, e eu, como relator, estou apenas refletindo o que foi decidido aqui--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SAL-VATTI (PT-SC): Ótimo.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA):--na reunião passada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SAL-VATTI (PT-SC): Então, tendo sido prestados os esclarecimentos, tendo em vista que, na reunião anterior, o Deputado Sarney Filho é que conduziu os trabalhos, eu estava ausente, então eu não tinha os detalhes. Mas, de qualquer forma, é um posicionamento claro da Comissão, já que o mundo como um todo aguarda ansioso por uma decisão firme em Copenhague. Portanto, quando o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, juntamente com o Presidente da China, Hu Jintao, declararam publicamente a sua intenção de adiar para o próximo ano a assunção de compromissos de minimização da mudança do clima, a nossa Comissão não poderia deixar de se manifestar. Então: "Preocupados com a repercussão dessas declarações para a COP-15, onde está em jogo o futuro da humanidade, nós, parlamentares da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, manifestamos nosso veemente repúdio à posição adotada pelos Estados Unidos e China e reiteramos, ademais, nossa disposição de enviar todos os esforços inerentes à nossa função legislativa, para que o encontro de Copenhague resulte em metas de redução de emissão de gases de efeito estufa compatíveis com a manutenção da temperatura da Terra, em limites seguros para toda a humanidade".

Então esta é a **Moção** que está sendo apresentada, fruto do debate já feito na sessão anterior, que eu **coloço para apreciação**. Os parlamentares que concordarem, permaneçam, então, como se encontram. **Está aprovada a Moção**.

Esta Reunião destina-se à "**Discussão e votação do Relatório do Deputado Colbert Martins, Relator da Comissão, em conformidade com o Parágrafo Único, do art. 9º, da Resolução nº 4, de 2008-CN**". **Está aberta a discussão do relatório.** Então, caso haja algum **parlamentar que queira discutir a matéria**, nós estamos abrindo, então, a palavra. Deputado Sarney.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Só pergunto ao relator se acolheu uma última sugestão, que era mais de ordem redacional, e a outra só fazendo como uma exceção o interesse público, que era na criação de áreas protegidas, 30% da costa marítima.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): A ressalva que foi feita aqui, aguardando a Lei 4.771, na letra "d", também nós **suprimimos a expressão de redação e no Item III, os itens VI e VII**.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Esses itens dizem respeito ao acordo anteriormente assumido aqui?

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Exatamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SAL-VATTI (PT-SC): Isto.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Perfeito, perfeito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SAL-VATTI (PT-SC): Deputado Sarney, seriam essas as observações, acatadas pelo relator, que as absorveu de forma integral.

Eu pergunto se mais algum parlamentar deseja **discutir a matéria**. **Não havendo, então, mais nenhum parlamentar que queira discutir o relatório, declaro encerrada a discussão e submeto à votação o relatório**. Os **Srs. e Sras. Parlamentares que aprovam o relatório, permaneçam como se encontram**. Então está aprovado o relatório anual da **Comissão** e a matéria vai ao Plenário do Congresso Nacional para ciência da sua aprovação.

Para nós, é muito importante, acho que queria aqui louvar o esforço do nosso relator, Deputado Colbert Martins, e também as inúmeras iniciativas de vários parlamentares que, tendo sido dada ciência do relatório, encaminharam pedidos de alterações e de adequações que foram acatadas pelo Sr. Relator. Para nós, era de fundamental importância termos este relatório aprovado e publicado, de tal forma que ele possa servir, inclusive, de subsídio para a delegação parlamentar que irá participar na Conferência de Copenhague. Nós teremos um número significativo de parlamentares que estarão se deslocando para este importante evento e a aprovação do relatório dos trabalhos que, ao longo deste ano, a Comissão desenvolveu, com inúmeras Audiências Públicas, com, inclusive, deslocamento a vários estados, a várias regiões do Brasil, colhendo sugestões, podendo ir verificar *in loco*, com os especialistas de cada uma das regiões, a diversidade dos problemas e dos desafios que o Brasil tem, frente a tudo que vem acontecendo, proveniente das mudanças do clima no nosso planeta e também no nosso país,

era de muita importância que nós pudéssemos ter a aprovação do relatório.

Então, aqui, eu quero, de forma muito explícita, louvar o esforço e o **trabalho feito pelo nosso relator, toda a equipe de servidores e funcionários, que tão bem assessoraram a nossa comissão**, que permitiu, inclusive, que pudéssemos ter a sistematização das sugestões, de tal forma que o **relator também pudesse contemplar a grande maioria das sugestões apresentadas no sentido de aperfeiçoar o relatório**.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Senadora, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas eu passo de imediato--

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Antes que V. Exa. conclua, até porque eu acho que a presidência deve encaminhar, a **Senadora Marina Silva encaminhou uma proposta de resolução**, ampliando as competências dessa Comissão. É um **projeto de resolução** que ela nos encaminha, eu passo aqui a V. Exa., que é um projeto que amplia as ações dessa comissão. Portanto, eu queria que V. Exa. também encaminhasse desta forma, para que nós possamos, para a próxima reunião do Congresso, ver se é possível pautar essa resolução, para que, votada no ano que vem, nós tivéssemos a ampliação das ações, das competências dessa Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): A Comissão já com outras prerrogativas, além das que nós já temos a capacidade de exercer, ao longo deste ano.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Novas prerrogativas.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Já foi objeto de votação nossa aqui antes.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Foi, lemos hoje... Hoje, ela está aprovada no relatório, aprovada também definitivamente... Nós já entendemos e achamos necessário. Eu acho que a senadora... Basicamente, agora, tomamos a proposta e o fazemos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Deixa eu só fazer a leitura, Deputado Colbert, porque eu não posso dar o encaminhamento direto ao Congresso, à Sessão do Congresso, porque o **art. 128** diz: “*O Regimento Comum poderá ser modificado por projeto de resolução de iniciativa: a) das Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Portanto, poderia ser iniciativa ou da Mesa da Câmara ou da Mesa do Senado; ou, então, b) de, no número, cem subscritores, sendo 20 (vinte) senadores e 80 (oitenta) deputados*”. Eu acredito que nós não teríamos nenhuma dificuldade de colher vinte assinaturas de senadores e oitenta de deputados.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Ou, então, já que é uma questão política, **nós transformarmos em indicação às Mesas**.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Para as Mesas, também, poderemos fazer isso.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Já vai imediatamente.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Fica mais prático.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mais prático.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): É mais prático.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então nós colocaríamos em discussão a indicação para a Mesa das duas Casas do projeto de resolução, de autoria da Senadora Marina Silva, que amplia as competências da Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional. **Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão. Coloco imediatamente em votação. Os parlamentares que acatam a sugestão, permaneçam como se encontram. Está aprovado.** Então estaremos indicando às Mesas da Câmara e do Senado a solicitação da apresentação de um projeto de resolução, alterando as competências da comissão.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Pela ordem, senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não, Deputado Colbert.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Novamente com relação à questão do nosso próprio projeto, segundo o **art. 128, alínea “a”**, do Regimento Comum, nós poderemos fazer da mesma forma, vinte senadores e oitenta deputados assinando, ou podemos **remeter o projeto de resolução aprovado, como relatório dessa Comissão**, para que a iniciativa possa ser das Mesas da Câmara e do Senado.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): É, foi isso que acabamos de fazer.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Então nós poderemos encaminhar o **projeto nosso, que nós aprovamos de resolução**, encaminharemos para as mesas da Câmara e do Senado, e, por iniciativa das duas Mesas, esse projeto é aprovado, ou, então, teremos que seguir o Regimento de vinte assinaturas de senadores e cem de deputados. Portanto, eu recomendo a V. Exa. que nós possamos também, autorizados pelo Plenário, encaminhar para as duas Mesas, com as duas Mesas tendo a iniciativa do projeto de resolução ora aprovado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Então, tá, acatando, então, a sugestão do nosso relator. Eu gostaria de passar a palavra ainda ao nosso relator, no sentido de se gostaria de prestar ainda algum esclarecimento a respeito do relatório.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA):

Agradecer a V. Exa., agradecer a todos, ao trabalho. Eu procurei incluir no relatório o máximo das sugestões que aqui foram colocadas. Como é um projeto de resolução que faz referências, não há nenhuma imposição legal de que sejam acompanhados, mas o que nós precisamos transformar essa Comissão é numa acompanhadora das sugestões aqui feitas para que nós possamos ter ações específicas e diretas com relação à questão do aquecimento global.

Eu acredito que nós devemos avançar muito na questão do orçamento, eu acho que esse projeto de resolução nas Mesas deve ser ampliado para que a comissão participe diretamente na questão orçamentária quando se trata de aquecimento global. Acredito que essa comissão deva ter um processo de acompanhamento, juntamente com a Comissão de Orçamento, direto da aplicação dos Fundos de Aquecimento Global, como é que eles foram feitos, de onde vêm os recursos, como é que estão sendo aplicados.

Eu acredito que essa Comissão, no ano que vem, terá outras funções, além das que já tem, mas principalmente no acompanhamento da execução da Política Nacional de Aquecimento Global, como do fundo aprovado e dos outros fundos que possam ser aprovados. Entendo, então, senadora, que essa comissão avança, dá um grande passo. É uma Comissão Mista Permanente do Congresso Nacional tratando de um tema extremamente importante. E que se, nessa conferência das partes na Dinamarca, no próximo período de 7 a 18 de dezembro, não concluir por definições mais específicas, que essa comissão esteja preparada para que, o ano que vem, na Conferência 16, lá no México, ela possa ter todas as condições também de estar aparelhada, do ponto de vista legislativo, para que avanços possam ser conseguidos e imponhamos ou participemos de uma forma mais decisiva no futuro. Obrigado a V. Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Sra. Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não, Deputado José Sarney.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Eu gostaria, também, de me juntar aí às suas palavras na homenagem ao relator, que tão bem soube conduzir os seus trabalhos de forma democrática, ouvindo não

somente os membros da Comissão, nem os competentes **técnicos da Comissão, assessores e auxiliares**, mas também a sociedade civil organizada, mas também a sociedade civil participante das Audiências Públicas. Portanto, acredito que esse relatório é um marco dentro do Congresso, e ele certamente servirá como base para as futuras legislações que os deputados e as deputadas, senadores e senadoras, irão adotar. Ele vai ser assim como se fosse um indicador das nossas ações futuras, não só no sentido das nossas propostas, mas também no sentido da nossa fiscalização.

Mas, Sr. Relator, nobre Presidente, eu não podria, nessa Comissão de hoje, deixar de ressaltar uma matéria que me deixou bastante preocupado e que, de certa forma, reforça a nossa ideia de, na institucionalização das nossas metas, colocarmos a possibilidade de termos as nossas emissões, já, através de uma decisão oficial. A Folha de São Paulo de hoje, ela tem uma matéria na capa, no Caderno de Ciência, que diz: *"Brasil inflou dado de emissão de CO₂, sugere estudo. O Banco Mundial estima que, em 2030, o país emitirá 1,6 bilhão de toneladas; projeção do governo fala em 2,7 bilhões, em 2020"*. E aí vai. *"Há divergências entre os cenários apresentados pela instituição e pela equipe do Presidente Lula. Enquanto o governo prevê que o país esteja lançando 2,7 bilhões de toneladas de gás carbônico, em 2020, o banco projeta a emissão total, nesse mesmo cenário, em apenas 1,6 bilhão de toneladas em 2030. Com investimento da economia de baixo carbono, o Banco Mundial indica que as emissões poderiam ser reduzidas a 1,2 bilhão de toneladas de gás carbônico, segundo estimativa feita para 2030, e para 810 milhões, em 2030"*.

Bem, Sra. Presidenta, nobres colegas, Sr. Relator. O que o estudo fala aqui é uma coisa que reforça a nossa preocupação, no que diz respeito ao inventário. A nossa anunciada redução, elogiada por todos nós e que continua sendo elogiada por todos nós, ela se deu em torno de uma projeção de crescimento, portanto, numa projeção de emissões. Ora, domingo mesmo, eu, lendo um artigo do Jornalista Marcelo Leite, ele ressalva perfeitamente a competência e a honorabilidade dos técnicos que trabalharam nessas projeções do governo, mas, ao mesmo tempo, ele também aponta as dificuldades, tal a complexidade que é fazer esse tipo de cálculo, de acertarmos. Inclusive comenta-se, nesse artigo, já, de hoje, da Folha, que o erro maior estaria, não na parte ambiental, mas na parte de energia e indústria. Então, é uma coisa grave, porque, se nós vamos chegar na frente, adotando posições únicas, a gente tem que ir com muita transparência e com muita certeza de não sermos bombardeados lá. É melhor que a gente questione isso aqui, que a gente... Talvez

seja o caso de chamar os técnicos envolvidos, para que eles possam nos explicar essa diferença, nos dar tranquilidade, do que a gente chegar lá e enfrentar ONGs ou estudos internacionais, tais como esse do Banco Mundial, que é um banco oficial, dizendo que, na realidade, as nossas metas não são aquelas anunciadas, estão muito aquém daquelas metas anunciadas.

Então isso reforça, Sr. Relator, sobre Presidente, duas coisas. Primeiro: que a emenda, colocada na Lei de Políticas de Combate ao Aquecimento Global de Mudanças Climáticas, recentemente aprovada e que aqui está em tramitação nas comissões, é importante que essa emenda... É importante também que a Senadora Marina acabe de chegar, porque ela foi uma das pessoas que discutiu isso na reunião passada. É importante que essa emenda tenha como base o inventário nacional, para que a gente não possa, amanhã, girar em torno de questões como essas que estão apresentadas, em que a diferença não é uma diferença pequena. É uma diferença de um bilhão de toneladas, de 2,7 para 1,6. Então é importante que a gente, primeiro, haja em duas vertentes: na vertente formal, dando garantias de que as metas serão cumpridas dentro do inventário, dentro daquilo que o mundo precisa, ou seja, realmente baixarmos as nossas emissões, não diminuirmos o aumento, mas baixarmos as nossas emissões, e o outro, na questão política, que a gente pudesse chamar, ainda, aqui, talvez até, Senadora Ideli, de uma maneira emergencial, algumas das pessoas citadas aqui, para que elas possam nos esclarecer. Eu ressalto, mais uma vez, que, assim como o Marcelo Leite, eu também considero as pessoas que trabalharam nessas projeções pessoas sérias, pessoas que tenham honorabilidade, mas também acho que esta questão é tão complexa, tão difícil, envolve tantas variáveis, que é impossível que um grupo pequeno, sem o respaldo amplo de uma série de segmentos, inclusive segmentos sociais que não foram ouvidos nesse momento, que se faça, realmente, uma projeção dessa natureza.

Então, no sentido mais construtivo possível e no sentido de que a gente não seja pego, assim, sem nenhuma estrutura em Copenhague, numa questão como essa, é que eu faço essas duas observações e peço a V. Exa. que considere isso, e, talvez, a gente socialize essa preocupação aqui, na Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Deputado, nós fizemos a leitura de um convite que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado fez a todos os membros, a todos os parlamentares que integram a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, para que, agora, no dia 25 de novembro, quarta-feira,

às 14 horas, amanhã, portanto, nós possamos debater a respeito do inventário de emissões e remoções de gases de efeito estufa no Brasil, com a presença do Ministro Sérgio Rezende.

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): Amanhã?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Amanhã. Portanto, eu tenho um entendimento, se todos concordarem, que, como já há um convite, já há a presença, que o ideal seria nós podermos ter os esclarecimentos que o Deputado Sarney Filho está apresentando à Comissão, que nós poderíamos amanhã tentar esclarecer junto ao Ministro Sérgio Rezende. Conseguiu me ouvir, Deputado Sarney?

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Não, desculpe-me.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Então eu vou voltar. Nós fomos convidados pela Comissão de Meio Ambiente do Senado, que é presidida pelo Senador Casagrande, para participarmos amanhã, enquanto parlamentares integrantes da Comissão, de uma audiência, onde vai estar presente o Ministro Sérgio Rezende, para tratar exatamente da questão do inventário de emissões e remoções de gases de efeito estufa. Portanto, eu entendo que, amanhã, seria um excelente dia, sem a gente precisar marcar nova audiência, sem a gente--

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Perfeito.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Eu acho que seria um excelente dia para que nós pudéssemos ter os esclarecimentos aos questionamentos que V. Exa. está fazendo e que a reportagem acaba suscitando. Eu acho que seria um excelente momento. Aí evitaria que a própria comissão realizasse e tivéssemos que trazer mais uma vez o Ministro. Estamos todos no final do ano, né? Então, eu acho que, desta forma, teríamos o assunto tratado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Encaminhado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, é outro assunto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É outro assunto. Então essa questão, Deputado Sarney, podemos encaminhar dessa forma?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Convidar o Deputado Sarney para vir amanhã, às 14 horas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isto, já estará apostos amanhã. Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Presidente, eu quero só convidar os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos. Nós hoje não tivemos oportunidade de votarmos as duas matérias, política e fundo, na Comissão de Assuntos Econômicos. Pleiteamos ao Presidente Garibaldi Alves Filho, que marcou para amanhã, às 9 horas da manhã.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):

Aliás, nós não votamos nem a política e nem o Fundo de Mudanças Climáticas, mas a Comissão de Assuntos Econômicos estava muito aquecida hoje.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

É, esquentou. Então, amanhã, às 9 horas da manhã, e já convidando, além da reunião com o Ministro Sérgio Rezende, às 14 horas, às 15 horas, a reunião, para que a gente possa, também, numa Sessão Extraordinária, apreciarmos as duas matérias da Comissão de Meio Ambiente. Como nós estamos alterando a proposta aqui, através de uma emenda feita pela Senadora Ideli Salvatti, que eu estou acrescentando uma referência do inventário, e, na Comissão de Meio Ambiente, a Senadora Marina vai ser a relatora, então devolveremos... É Terminativo na Comissão de Meio Ambiente ou vai para o Plenário?

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É Terminativo.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): É terminativo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Na Comissão de Meio Ambiente. Devolveremos, naturalmente, à Câmara dos Deputados, Deputado Sarney, Deputada Vanessa, Deputado Colbert, à Câmara dos Deputados, para ver se vocês conseguem resolver essas matérias, na semana que vem, lá no Plenário da Câmara dos Deputados.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Agradeço ao Senador Casagrande. A Deputada Vanessa Grazziotin gostaria de--

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA):

Senadora Marina, lembrando o ex-Deputado Roberto Jefferson: "Vamos matar no peito, botar no terreno, e essa bola vai ser aprovada rapidamente".

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Deputada Vanessa Grazziotin. A Senadora Marina não é muito adepta do futebol, deu para perceber [risos]. Deputado Colbert Martins.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM):

Eu duvido. A Senadora Marina, ela não torce pelo time do Acre, mas ela torce pelo time do Amazonas, o São Raimundo, que eu tenho a informação já.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Eu sou palmeirense, mas, de fato, eu não sou muito entendida no futebol.

DEPUTADO SARNEY FILHO (PV-MA): Por isso que ela é palmeirense.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Por isso que ela é palmeirense [risos].

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): É um gaiato, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ela veste uma camisa verde.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): É, pode ser.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É mais por uma escolha da cor do time do que--

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Não, não. É porque o meu pai era Botafogo, e a palavra palmeira me lembra os açaizais da Amazônia. E entre o Botafogo, que o nome era fogo, e o Palmeiras, eu fiquei com o Palmeiras [risos]. Na época, quando criança.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ela saiu do aquecimento paterno.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Bem, já que nós estamos discutindo futebol, eu quero dizer que a Dra. Marina Silva tomou uma decisão equivocada: poderia ter continuado torcendo pelo Botafogo.

[risos]

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Presidente Ideli?

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Meu pai era Botafogo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Deputada Vanessa Grazziotin.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Parece que esse negócio de futebol é meio hereditário.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não tem jeito, não tem jeito, ninguém escapa, ninguém escapa.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Eu também torço pelo time que era do meu pai, assim como a Senadora Marina.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu também, eu sou corintiana porque o meu pai era.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): É o mesmo time, é mesmo time. Mas, Presidente Ideli, eu fui comunicada--

DEPUTADO COLBERT MARTINS (PPS-BA): É uma questão genética.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É, tem DNA, futebol tem DNA.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Eu fui comunicada... Por isso que, quando os bebês nascem, os pais já dão as camisas dos times, que é para eles irem já se acostumando.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Claro.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Mas, enfim, eu fui comunicada, o Deputado Zéquinha Sarney também, eu acabei de comentar com ele, que o Itamaraty está convidando todos os parlamentares que vão a Copenhague para uma reunião nessa sexta-feira.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sexta-feira é um dia ótimo para reunir parlamentares.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Maravilhoso. Então por isso que eu solicitei a palavra, nobre senadora, para pedir--

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eles vão ter *quorum* absoluto sexta-feira aqui [risos].

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): O Deputado Zeca Sarney, Zéquinha Sarney, já está se propondo em ir e depois passar as informações, mas eu penso que nós precisamos fazer muito mais do que pedir informações. Eu acho que é tentar organizar, minimamente que seja, a delegação brasileira. Nós temos informação de que iremos em datas diferentes, a delegação nem toda estará indo na mesma data, pouquíssimos são aqueles que vão participar de todo o período, do início até o fim. Uma parte irá no início, a outra parte, no final, e a outra, ainda no meio, como é o caso do Deputado Zéquinha, no meio do evento.

Então, senadora, V. Exa., como Presidente da Comissão, eu faria um pedido, que fosse revisto, que fosse solicitado ao Itamaraty de rever a data, porque eu tenho o maior interesse, eu acho que a nossa comissão como um todo, todos os delegados, as pessoas, os parlamentares que vão até Copenhague, todos nós temos interesse em ter uma participação mais ativa possível. Porque a Senadora Marina teve a oportunidade de participar dessas Conferências como ministra e, também, como parlamentar. Há uma diferença muito grande: o parlamentar, ele é ouvinte. Agora, ele é ouvinte numa posição privilegiada boa, de acordo com o que se acorda com aqueles que vão negociar. Então eu acho que uma solicitação de V. Exa. para mudar a data.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aceito a sugestão, Deputada Vanessa, e

já vou solicitar que a assessoria da comissão entre, de imediato, em contato com o Itamaraty, e a Deputada Vanessa, eu acho que uma data razoável seria terça-feira da semana que vem. Nós já não vamos ter a sessão da nossa comissão, na terça-feira, porque concluímos o trabalho do relatório, com a aprovação hoje. Então, eu acho que poderíamos solicitar a realização da conversa com os parlamentares terça-feira da próxima semana. Se houver concordância, vamos solicitar nesta direção. Nós vamos pedir para poder trocar. Que não seja sexta, porque sexta-feira eu acho que a presença aqui vai ser... Serão raros os--

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Uma outra informação, se V. Exa. me permite. O Presidente Lula estará, na próxima quinta-feira pela manhã, no Estado do Amazonas, senadora, inaugurando o Gasoduto Coari-Manaus. Isso é muito importante, porque, além de tudo, de propiciar uma energia mais segura, ela é ambientalmente melhor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Muito melhor, muito melhor.

DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM): Muito melhor, muito melhor. Então eu quero aqui fazer esse registro da alegria do tamanho do meu coração diante dessa notícia tão importante.

SRA. PRESIDENTE SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isto é muito bom. Bom, então, não havendo mais assunto para a deliberação na data de hoje, agradeço a presença de todos os parlamentares e declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 15h30.

TRADUÇÃO DO DOCUMENTO A QUE SE REFERIU O SR. INÁCIO ARRUDA EM SEU PRONUNCIAMENTO DE 3 DE NOVEMBRO DE 2009.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**CONSELHO DE ESTADO
PLENÁRIO
CONSELHEIRO RELATOR:
Dr. Gustavo Eduardo Gómez Aranguren**

Bogotá, D.C., 13 de outubro de 2009

Referência: Conceito prévio em relação à celebração do Projeto de Acordo Complementar para a Cooperação e Assistência Técnica em Defesa e Segurança entre os Governos da República da Colômbia e dos Estados Unidos da América.

Procede o Plenário do Conselho de Estado a emitir o Conceito Constitucional prévio em relação ao Projeto de Acordo Complementar para a Cooperação

e Assistência Técnica em Defesa e Segurança, a ser celebrado entre o Governo da Colômbia e os Estados Unidos da América.

ANTECEDENTES

O Governo Nacional, por intermédio do Ministro do Interior e de Justiça, enviou a esta Corporação no Ofício Nº OF109-27629-DDP-0210, o Projeto de Acordo Complementar, a fim de que emita Conceito com fundamento no número 3º do Artigo 237 da Constituição Política.

A tramitação do requerimento governamental permitiu a intervenção em Audiência do Senhor Presidente da República e dos Ministros do Interior e da Justiça, Defesa, Relações Exteriores e do Comandante das Forças Armadas da Colômbia.

O “Projeto de Acordo” Complementar submetido à consideração do Plenário do Conselho de Estado, contém, segundo o Governo Nacional, as seguintes características:

Trata-se de um Acordo Simplificado, que realizaria obrigações previamente estabelecidas em instrumento multilateral, assinadas pelos Estados Contratantes cujo objetivo é a luta contra o narcotráfico, o terrorismo e outras ameaças de caráter transnacional.

Não incorpora novas obrigações para o Estado Colombiano, que estão fora do alcance do Presidente da República como Diretor das Relações Internacionais, e por isso não requer aprovação do Congresso nem controle automático da Corte Constitucional.

A presença de militares dos Estados Unidos, em virtude do Acordo de Negociação, não é diferente à que aconteceu nos últimos 50 anos. O Governo Nacional enfatiza que não utiliza bases militares dos Estados Unidos na Colômbia de nenhum tipo e sob nenhuma definição.

É um projeto de Acordo de Cooperação Bilateral para fortalecer a luta contra o narcotráfico, o terrorismo e outros delitos de caráter transnacional.

Mediante esse instrumento, reafirma-se o compromisso para aprofundar acordos multilaterais, na luta contra as drogas e o interesse de promover a cooperação multilateral dentro do princípio de responsabilidade compartilhada.

Representa a intenção de ampliar a cooperação regional e mundial para enfrentar problemas comuns como o narcotráfico, o crime organizado transnacional e o terrorismo.

Em razão do Acordo em questão os Estados Unidos adquirem a possibilidade jurídica para o acesso ilimitado de estações em algumas bases da Colômbia, sob a sustentação de estritos protocolos de segurança,

cujo conteúdo e alcance é matéria de implementação ou de desenvolvimento futuro.

É necessário destacar que o Projeto de Acordo estabelece que em cumprimento dos seus objetivos não poderá interferir em assuntos internos de outros países.

Por outro lado, no que concerne ao regime jurídico das pessoas vinculadas ao Acordo, são realizados, seguindo os esquemas de imunidade e privilégios inerentes às delegações diplomáticas, mecanismos de cooperação e assistência mútua para o respeito à territorialidade na aplicação dos regimes jurídicos.

O objetivo central do Acordo está focado na cooperação bilateral indispensável para lutar contra a criminalidade e o terrorismo, como eventos derivados do narcotráfico, que é bem conhecido por todos, afeta sensivelmente a ordem pública interna e, portanto, a segurança nacional.

A este respeito o Plenário submete ao Governo Nacional o conceito que por vontade da Constituinte deva proferir o Conselho de Estado em todos os casos de movimentação de tropas estrangeiras pelo território nacional, de atracação ou trânsito de navios ou aeronaves de guerra estrangeiros, em águas ou em território ou espaço aéreo da Nação, na seguinte ordem:

COMPETÊNCIA

Como descreve a Carta Política nº 3 do artigo 237, são atribuições do Conselho de Estado, “Atuar como órgão supremo consultivo do Governo para assuntos de administração, devendo ser necessariamente ouvido em todos os casos que a Constituição e as leis o determinarem”. O Governo deve ouvir previamente o Conselho de Estado “Nos casos de movimentação de tropas, navios ou aeronaves de guerra estrangeiros, em águas, em território ou no espaço aéreo da Nacão”. (Destaca o Plenário.)

Quando se tratar da movimentação de tropas, navios ou aeronaves estrangeiros, a norma superior delegou ao Conselho de Estado, a competência para intervir em dois casos: o primeiro, quando o Presidente, em recesso do Senado, deve autorizar a movimentação de tropas estrangeiras, “prévia autorização do Conselho de Estado”, em conformidade com o estabelecido no número 7º do artigo 189¹, e o segundo, em todos os casos de movimentação de tropas estrangeiras pelo território nacional, de atracação ou movimentação de navios ou aeronaves de guerra estrangeiros, em águas ou em território ou espaço aéreo da Nação, nos quais o Governo “deve previamente ouvir o Conselho de Estado”, como estabelecido no inciso 2º número 3º do Artigo 237.

O projeto de Acordo no artigo IX, inciso 1, dispõe que “As autoridades da Colômbia permitirão ao pessoal dos Estados Unidos o ingresso e permanência por até 90 dias” e, em outras disposições, admite ou permite a movimentação de tropas mediante a parada de aeronaves ou navios de guerra no território, espaço ou águas nacionais; fica evidente que se estiver na hipótese aludida explicitamente no inciso 2º do número 3º do artigo 237 da Constituição Política, delegada ao Conselho de Estado uma competência autônoma para emitir Conceito.

A referida competência encontra a sua razão de ser na vontade da Constituinte de proteger a Soberania Nacional como fundamento óbvio das relações internacionais do País (artigo 9º da Carta Política), da independência como fim essencial do Estado (artigo 2º da Carta) e em colaboração com as ramificações do Poder Público (artigo 113); princípio sobre o qual o funcionamento do Estado determina que seus órgãos terão funções separadas, mas devem colaborar harmoniosamente para a realização dos seus fins.

Sobre este particular, a Jurisprudência Constitucional assinala que este princípio de Separação dos Poderes é um dos pressupostos configurados do Estado de Direito e por isso um elemento fundamental da ordem institucional. Assim, a colaboração harmônica entre os Poderes pressupõe a existência de relações de cooperação e coordenação institucional. Situação que fica patente no Estado Social de Direito, onde o Estado se manifesta ou intervém em muitos campos da vida econômica e social, o que exige o estabelecimento de mecanismos de controle que tendem a impedir o transbordamento dos poderes públicos. Podemos concluir que em termos gerais a fiscalização e controle são inerentes à consagração constitucional da divisão de poderes, e não exceção à mesma, pois o controle aparece como instituição indispensável para que o equilíbrio, e com ele a liberdade, possam se tornar realidade.

A Jurisprudência Constitucional reitera que a separação de poderes é mecanismo essencial que evita a arbitrariedade, mantém o exercício da autoridade dentro dos limites permitidos pela Carta e permite que o poder não recaia nas mãos de uma só pessoa ou entidade, garantindo, assim, eficiência no alcance dos fins que são próprios do Estado, conforme os limites que defenderam substancialmente a liberdade do indivíduo.

A competência do Conselho de Estado não é subordinada nem limitada pelo tipo de instrumento que conforma a nomenclatura do Direito Internacional, de forma análoga exige sua participação mesmo tratando-se da assinatura de um Tratado Solene ou de um

Acordo Simplificado ou de qualquer outro instrumento vinculante, sempre que do ponto de vista material se referir aos dispositivos constitucionais conexos à movimentação, parada ou permanência de tropas, navios ou aeronaves estrangeiros, sendo vontade da Constituinte, que todo o que estiver ligado aos aspectos citados que comprometem os interesses superiores da Nação, sejam tramitados com a anuência do poder Executivo, do Senado e do Conselho de Estado.

Definido este aspecto cuja importância requer a aplicação estrita do artigo 121 da Carta Política, o Plenário passa a desmembrar a interpretação do Projeto de Acordo.

ANÁLISE DO PROJETO DE ACORDO

DIFERENÇA ENTRE TRATADOS E ACORDOS SIMPLIFICADOS OU COMPLEMENTARES.

À luz das providências contidas na Convenção de Viena, os Tratados correspondem àqueles pactos internacionais celebrados por escrito entre um ou vários Estados e uma ou várias organizações com capacidade para ser sujeito do Direito Internacional, para cujo aperfeiçoamento é indispensável, além da aprovação executiva a cargo do Presidente ou Plenipotenciário, a discussão ou aprovação por parte do órgão democrático (legislativo) e a revisão pelo organismo de guarda da Constituição, como mecanismo de controle acompanhado da respectiva troca de notas diplomáticas.

Por sua vez, os Acordos Simplificados são aqueles pactos para cujo aperfeiçoamento não é necessário se submeter às formalidades citadas, o que não impede que seu regime jurídico resulte semelhante aos dos Tratados quanto a sua validade, eficácia, efeitos, execução, interpretação e extinção.

Nesta ordem de idéias as características fundamentais dos “Acordos Simplificados” são as seguintes:

Procedimento de celebração simplificado.

Não contém obrigações diferentes às pactuadas num Tratado Principal.

Encaixam-se dentro dos propósitos e objetivos do Tratado que lhes servem de fundamento.

Expressam a autonomia que tem o Chefe de Estado, como diretor das relações internacionais

Acordam-se de maneira simples e são definidos pela assinatura dos representantes de cada país.

São reconhecidos pela Convenção de Viena (1969-1986), como dispositivos idôneos para conter a manifestação da vontade do Direito Internacional e como consequência, juridicamente oponíveis com independência das peculiaridades do direito interno de cada um dos países interessados.

Em igual sentido, contém o princípio da boa fé que é o eixo que rege as relações entre os sujeitos do direito internacional; portanto, oferecem plena aplicação do princípio *pacta sunt servanda*, que obriga a que quando assinado o pacto, deva ser cumprido de forma inexorável, respeitando as obrigações assumidas por cada um dos Estados ou sujeitos de direito internacional.

O poder jurídico dos Acordos Simplificados, apesar do seu caráter não solene, está atribuído com efeitos idênticos aos do Tratado Solene, que atualiza a necessidade de que o Plenário, na fase prévia a sua finalização, aprofunde no alcance que dele derivem à luz do ordenamento jurídico interno (C.N., artigo 237-3).

Visto o anterior, o Plenário, a fim de garantir a supremacia da Constituição e a Harmonia da ordem jurídica do País, estima que deve deter-se na análise da jurisprudência constitucional e desta Corporação, sobre aspectos materiais que permitam no futuro a execução do pacto a ser realizado, de forma que não provoque lesão ou dano institucional que perturbe a integridade e soberania do País.

O ACORDO SIMPLIFICADO E A JURISPRUDÊNCIA NACIONAL

B.1. O CONSELHO DE ESTADO

Durante os últimos 30 anos, as relações internacionais foram analisadas por esta Corporação atendendo aos parâmetros segundo os quais todo ato emanado do Governo em exercício de sua faculdade de direção das relações internacionais, onde intervenha a manifestação da vontade de outro Estado, foge de controle através da ação de nulidade por se tratar de um ato complexo e indivisível de caráter constitucional (auto de 30 de março de 1971, expediente 1498, Conselheiro Relator Dr. Lucrecio Jaramillo Vélez), a não ser que o acordo simplificado ainda não tenha se aliado à vontade do Estado parte, caso no que procede a ação de nulidade, nesta fase do acordo, ainda não foi configurada a existência do ato complexo próprio dos convênios internacionais (auto de 30 de março *ibidem*).

Sobre este particular a Corporação tem frisado que pela natureza bilateral dos Acordos Simplificados, assim como dos outros pactos internacionais, prevalece o critério que os exclui do controle Contencioso Administrativo; pois a Jurisdição é um Tribunal de direito público interno sem competência para avaliar pretensões nas quais esteja envolvido o interesse político de outro Estado. (Sentença de 28 de janeiro de 1976. Conselheiro Relator Dr. Carlos Galindo Pinilla.)

Apesar de a jurisdição ter reconhecido a possibilidade de controle dos atos políticos e de governo (autos de 27 de março de 1989 e de 14 de setembro

do mesmo ano, expediente 1144, Conselheiro Relator Dr. Luis Antonio Alvarado Pantoja), sustentado há muito tempo que os atos jurídicos internacionais da Administração Pública fogem do controle do contencioso Administrativo, princípio reiterado em sentença de 25 de novembro de 1993, expediente 2105, Conselheiro Relator Miguel Gonzalez Rodriguez, na qual precisou que, uma vez aperfeiçoado o tratado, perde-se a capacidade para seu julgamento interno, passando ao campo do direito internacional e constituem atos de interpretação e execução das cláusulas do tratado, posteriores a sua devida aprovação mediante lei, razão pela qual transcendem a órbita internacional e, por isso, não são suscetíveis a controle jurisdicional interno, questão que coincide com o pensamento da Corporação que aceitou sua competência sobre alguns atos de alcance internacional, mas só quando estes se encontrarem na fase unilateral, ou seja, não estão ligados a nenhum tratado. Em auto de 04 de maio de 1994, expediente 2802, Conselheiro Relator: Dr. Ernesto Rafael Ariza Muñoz, a propósito da demanda de um suposto ato originado na solicitação de certificação de vigência do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação celebrado entre Colômbia e Alemanha, em 23 de julho de 1889, o Conselho de Estado reiterou a falta de competência referente a todo aspecto de vigência de um tratado, por ser da alçada do direito internacional.

B.2. CORTE CONSTITUCIONAL

Mantém uma linha estável no âmbito do trato jurídico aos Acordos Simplificados, considerando-os instrumentos necessários para que o Presidente da República, na sua condição de Chefe de Estado e diretor das relações internacionais, possa dar cumprimento às obrigações contidas nos Tratados internacionais que tenham sido incorporadas ao ordenamento de acordo com o disposto na Carta Política. A Corte Constitucional defende que não cabe controle, sempre e quando este tipo de Acordos Simplificados não contiver obrigações novas ou diferentes das estabelecidas no Tratado Marco que serviu de base aos Acordos Simplificados, do contrário, procede-se ao controle.

Quanto às características essenciais dos Acordos Simplificados, a Corte Constitucional adverte que não contêm obrigações diferentes das pactuadas no Tratado Principal: encaixam-se dentro dos propósitos e objetivos do Convênio ou Tratado que serve de fundamento; respondem à autonomia que o Chefe de Estado tem como diretor das relações internacionais, de zelar pelos deveres assumidos pela Colômbia; acordam-se de forma mais simples e são definidos pela assinatura dos representantes, assim sendo, trata-se da realização de atuações que tenham sido aprovadas pelos órgãos

competentes, ou seja, que quando o Congresso da República e a Corte Constitucional tenham exercido suas competências com respeito ao Tratado que serve de base, contam com a aprovação para ter efeito dentro do ordenamento jurídico interno.

Neste sentido podem ser consultadas as seguintes sentenças da Corte Constitucional: C-170 de 20 de abril de 1995, Relator Dr. Vladimiro Naranjo Mesa; C-130 de 23 de março de 1995, Relator Dr. Carlos Gaviria Diaz; C-400 de 10 de agosto de 1998, Relator Dr. Alejandro Martinez Caballero; C-710 de 25 de novembro de 1998, Relator Dr. Hernando Herrera Vergara; C-363 de 29 de março de 2000, Relator Dr. Álvaro Tafur Galvis; C-303 de 22 de março de 2001, Relator Dr. Marco Gerardo Monroy Cabra; C-1144 de 17 de novembro de 2004, Relator Marco Gerardo Monroy Cabra; C-533 de 27 de maio de 2004, Relator Dr. Álvaro Tafur Galvis; C-154 de 22 de fevereiro de 2005, Relator Marco Gerardo Monroy Cabra e C-239 de 29 de março de 2006, Relator Dr. Jaime Córdoba Triviño.

Em suma, para a Corte Constitucional, tanto os Contratos de Cooperação Internacional como os Acordos Simplificados que os desenvolvem ou englobam, terão validade no direito interno, sempre que amparados no cumprimento de uma lei que aprova o Tratado Marco e as obrigações nele contidas, sejam um simples desenvolvimento do contemplado na lei do Tratado Marco, pois por via desse tipo de instrumentos, o Governo não pode comprometer a responsabilidade do Estado naquilo que o Congresso rejeitar por meio da lei que aprove o Tratado Marco. Estes acordos terão validade se a norma que o habilita reunir os requisitos estabelecidos na Constituição e trata-se, materialmente de um Convênio de Execução e não de um Tratado Internacional.

ANÁLISE DAS FONTES DO PROJETO DE ACORDO

O Plenário considera útil referir-se ao conteúdo das diferentes fontes jurídicas invocadas pelo Governo no Projeto de Acordo que, a seu ver, justificam sua conformidade com o direito internacional.

Normativa invocada no Preâmbulo.

Acordo de Assistência Militar entre a República da Colômbia e os Estados Unidos da América, assinado em 1952.

Este documento carece de aprovação legal e portanto sua tipologia corresponde a um Acordo Simplificado. Seu objetivo é desenvolver o Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca, TIAR, assinado com a finalidade de ajudar qualquer Estado Americano, vítima de um ataque armado, para atuar conjuntamente na

defesa comum e na manutenção da Paz e a segurança do Hemisfério Ocidental, declarando que toda ofensa contra um Estado Americano seria tomada como uma agressão ao continente que o tratado considerou como um todo.

Já que o TIAR foi concebido como um mecanismo para preservar a segurança coletiva dos Estados Americanos ante uma agressão de um terceiro país, o Acordo em estudo mostra-se inútil para operar como referência do Acordo de Assistência Militar em análise.

Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 18 de abril de 1961. Aprovada pela Lei 6ª de 1972. (Tratado Multilateral)

Corresponde a um Tratado Multilateral que nos artigos 21, 24 e 36 estabelece a isenção de impostos e obrigações nacionais, regionais ou municipais para o chefe da missão e os agentes diplomáticos, que não tiverem isenção. O agente diplomático terá imunidade na jurisdição penal, civil e administrativa do Estado que o acolhe, assim como sua família e o pessoal administrativo e técnico.

Resumindo, este Tratado estabelece o marco das relações diplomáticas entre os Estados e carece de disposições relativas à cooperação militar em áreas de defesa e segurança. Conseqüentemente, de forma racional, não é possível que opere como marco do Acordo de Cooperação por assinar, relacionado com o narcotráfico, terrorismo e outras ameaças à paz. O instrumento referido tem relação com os regimes de imunidade e privilégio para a delegação diplomática, neste caso é conveniente que o Governo delimite o conteúdo das disposições dessa Lei, já que esta não concorda com a generalização do Projeto de Acordo que prevê na área das imunidades diplomáticas para um amplo grupo de pessoas que abriga militares, suas famílias e dependentes dos militares, o que demonstra uma extensão não recomendável em obediência ao Tratado.

Convênio Geral para Ajuda Econômica, Técnica e afins entre o Governo da Colômbia e o Governo dos Estados Unidos assinado em 23 de julho de 1962, Aliança para o Progresso. Aprovado pela Lei 24 de 1959, Aprovação do Conselho de Ministros e Executivo.

Este Acordo Simplificado cuja motivação mostra o interesse de acordar uma Aliança para o Progresso assinada para ajuda, esforço mútuo e o sacrifício comum, destinada a satisfazer às necessidades de moradia, trabalho, terras, saúde e escolas dos povos da América Latina. Para isto o Governo dos Estados Unidos comprometeu-se a prestar a ajuda mencionada.

Deriva da análise o sentido de apoio a fins sociais e econômicos alheios ao objeto demarcado no Projeto de Acordo, circunstância que torna aconselhável a depuração do seu preâmbulo para concretizar maior precisão na invocação do precedente do direito internacional nas relações do nosso país.

Acordo entre o Governo da Colômbia e o Governo dos Estados Unidos relativo a uma missão do exército, uma missão naval e uma missão aérea das forças armadas dos Estados Unidos na Colômbia, em 07 de outubro de 1974. Aprovado pela Lei 24 de 1959.

Esta Convenção foi realizada para prestar cooperação permanente de caráter consultivo e técnico ao Exército, à Marinha e à Força Aérea da Colômbia. Com este propósito foi prorrogada a permanência de missões militares estabelecidas na Colômbia em virtude das Convenções de 14 de outubro de 1946 e 21 de fevereiro de 1949. Consequentemente, esta Convenção não determina a possibilidade de uso e acesso permanente de bases militares colombianas por navios e aeronaves militares estadunidenses. O procedimento descrito pela Lei 24 de 1959 (Artigo 2º) faz referência à assinatura de contratos administrativos com órgãos internacionais, cuja vigência foi descartada pela Corte Constitucional, com o adendo de que sua base jurídica é insuficiente para a criação de Tratados Internacionais.

Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico de Drogas de 20 de dezembro de 1988, aprovada pela Lei 67 de 1993, (multilateral).

O propósito deste tratado é promover a cooperação para enfrentar com maior eficiência o tráfico de drogas em dimensão internacional. Nesse sentido, as partes envolvidas devem adotar medidas legislativas e administrativas, em conformidade com seus ordenamentos internos, e de acordo com os princípios de igualdade soberana, integridade territorial dos Estados e a não intervenção em assuntos internos.

O objetivo é adotar medidas jurídicas e administrativas e eventualmente policiais, sem tomar medidas militares e de defesa. O que significa no marco do Projeto de Acordo em análise, dado o seu caráter multilateral, carece da capacidade indispensável para um Acordo estritamente bilateral.

Concluindo, esta Convenção não pode servir de fundamento para o Acordo, tal como assinala a jurisprudência nacional.

Declaração de Cartagena de 15 de fevereiro de 1990, sem aprovação de lei (Instrumento Brando).

A Declaração assinada pelos presidentes da Bolívia, Colômbia, Estados Unidos e Peru, contém o

compromisso de negociar Acordos Bilaterais e Multilaterais, em conformidade com suas ações contra as drogas, com a obrigação de assumir suas responsabilidades de cooperação econômica e a intensificação de medidas de controle. Os Estados Unidos expuseram sua disposição de colaborar com os países andinos numa ampla gama de iniciativas.

Apesar de esta Declaração ter um componente militar específico, carece de força vinculante, porque simplesmente contém uma declaração de princípios que exterioriza a intenção de negociar Acordos em matéria de luta contra o tráfico de drogas. Dentro da teoria do direito internacional, é razoável distinguir a multiplicidade de expressão de intenções da comunidade internacional, caracterizada por pronunciamentos não vinculantes, cuja nomenclatura os associa a instrumentos brandos, quer dizer, sem capacidade vinculante, contrastando com outras manifestações de vontade, estas sim, com capacidade de gerar obrigações de imperativa observância.

Declaração de San Antonio de 27 de fevereiro de 1992, sem aprovação de lei (Instrumento Brando).

Na mesma lógica da declaração anterior, os Presidentes da Bolívia, Colômbia, Equador, México, Peru e Estados Unidos e o Chanceler da Venezuela reafirmaram nesta os compromissos assumidos na Declaração de Cartagena em 1990 e manifestaram sua intenção de ir além, adequando a cooperação internacional aos novos desafios que surgem com as mudanças mundiais experimentadas com o problema das drogas. Enfatizaram a necessidade de exercer mais controle e fiscalização dos insumos das drogas, erradicação de cultivos, aperfeiçoamento de estratégias para o desenvolvimento alternativo, o controle e a interceptação, assim como o fortalecimento dos sistemas normativos e a cooperação judicial.

Como simples declaração diplomática, este documento carece de força para gerar obrigações concretas de utilização de complexos militares colombianos em favor das forças estrangeiras; ou seja, devido a seu caráter não vinculante, também não pode ser invocada para o desenvolvimento das obrigações a que se refere o Projeto de Acordo.

Acordo entre o Governo da Colômbia e o Governo dos Estados Unidos para suprimir o tráfico marítimo, de 20 de fevereiro de 1997. Não teve aprovação de lei, promulgado pelo Decreto 908 de 1997 (Simplificado Bilateral).

Este é um Acordo Bilateral Simplificado cujo objetivo é a cooperação na luta contra o tráfico marítimo de drogas, conforme os recursos disponíveis e as prio-

ridades para sua utilização, mediante a aplicação de procedimentos de visita e inspeção a navios privados ou comerciais de nacionalidade de uma das Partes e que reúnam as condições estabelecidas no Acordo.

Da análise das disposições concluímos que não se pode ter como marco para o Projeto de Acordo, por quanto se limita a regulamentar procedimentos para a inspeção de navios e não se refere ao uso prolongado de bases militares.

Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional de 15 de novembro de 2000, aprovada pela Lei 800 de 2003 (Multilateral).

Esta Convenção tem como propósito promover a cooperação para prevenir e combater com mais eficiência o crime organizado transnacional, respeitando os princípios de igualdade soberana e integridade territorial, com a proibição de exercer funções que o direito interno reservar exclusivamente às autoridades do outro Estado. Sua finalidade é estabelecer medidas de cooperação e assistência judicial e administrativa, mas não de assistência militar. Conseqüentemente, não pode ser suporte para o Projeto de Acordo estudado.

Carta Interamericana de 2001, aprovada em 11 de setembro de 2001. Sem aprovação do Congresso (Instrumento Brando).

Seu Propósito foi definir os elementos essenciais da Democracia e fortalecer o Sistema Interamericano. Desenvolve temas como os direitos humanos, a pobreza, o fortalecimento e a preservação da institucionalidade democrática, missões de observação eleitoral e promoção da cultura democrática.

Adverte-se que no Projeto de Acordo em estudo estão temas relacionados à cooperação militar e assistência tecnológica, de forma que resulta forçado aceitar a existência de nexos materiais entre o Projeto de Acordo e a referência invocada no seu preâmbulo.

Resolução 1373 do Conselho de Segurança da ONU, aprovada em 28 de setembro de 2001.

Esta Resolução insta os Estados Unidos a trabalharem para prevenir e reprimir atos de terrorismo através do fortalecimento da cooperação e o cumprimento dos convênios internacionais contra esse flagelo. Nela destaca-se a preocupação pela conexão estreita entre o terrorismo internacional e o crime organizado transnacional, as drogas, a lavagem de dinheiro, tráfico de armas e a circulação ilícita de materiais nucleares, químicos, biológicos e outros potencialmente letais.

A ONU como sujeito principal do direito internacional, tem capacidade jurídica para reclamar a eficácia de suas declarações, o Plenário encontra pertinência e conexidade entre esta Resolução e os objetivos do Projeto de Acordo a ser assinado, mas é necessário

destacar que de acordo com a Jurisprudência Nacional, estes tipos de Resoluções em sentido estrito, não são Tratados, são apenas exortações para desenvolver cooperação em torno ao objeto que a justifica.

Anexo ao Convênio para ajuda técnica e afins entre o Governos dos Estados Unidos e o Governo da Colômbia, em 30 de agosto de 2004. Sem aprovação de lei. (Simplificado Bilateral).

Reconhece o impacto negativo que o cultivo, a produção e o tráfico de drogas, assim como o terrorismo e outras atividades ilícitas, tiveram para o desenvolvimento. Os Estados Unidos comprometem-se a fornecer ajuda financeira, material e econômica, a fim de que o Governo Colombiano dê apoio à Convenção das Nações Unidas contra o tráfico de drogas de 1988 e às Convenções de luta contra o terrorismo, assim como a Política de Segurança Democrática.

Para o desenvolvimento do Convênio, os Estados Unidos comprometem-se a fornecer perto de 253 milhões de dólares para a compra de bens e aquisição ou contratação de serviços, com o compromisso do respeito aos Direitos Humanos, logo, sua finalidade é exclusivamente econômica e financeira, sem relação com a movimentação de tropas, razão que leva a não considerá-lo como fundamento válido para o Projeto de Acordo.

Memorando de Entendimento para uma Relação Estratégica de Segurança com a finalidade de promover a cooperação entre o Governo da Colômbia e o Governo dos Estados Unidos, assinado em 14 de março de 2007.

Este Acordo Simplificado estabelece a cooperação como componente-chave para uma resposta eficaz às ameaças contra a paz e a estabilidade. Busca um fortalecimento da relação estratégica de segurança através do intercâmbio de inteligência, maior eficiência na busca e resgate, elaboração de soluções às atividades do narcoterrorismo, tráfico de armas, drogas e financiamento dessas atividades.

Apesar da proximidade com os temas militares, nada é mencionado sobre a utilização de bases em solo colombiano, uso do espaço eletromagnético, atração de navios, movimentação de tropas estrangeiras; descartando assim que o Projeto seja um simples desenvolvimento do memorando.

Acordo entre o Governo dos Estados Unidos e o Governo da Colômbia relativo ao Programa de Supressão do Tráfico Aéreo de Drogas. “Acordo Air Bridge Denial”.

Este Acordo Simplificado, assinado em 20 de dezembro de 2007, é fundamentado no Acordo de 1962 e seu Anexo de 2004, sobre ajuda econômica,

técnica e afins entre os Estados Unidos e a Colômbia, assim como na Convenção da ONU sobre Tráfico de Drogas de 1988.

Neste Acordo é estipulado um Programa de Suspensão do Tráfico Aéreo de Drogas, descartando-se o uso de recursos do mesmo para o tráfico marítimo. Entre outros temas, tratam-se os seguintes: a obrigação encabeçada pelos Estados Unidos de fornecer equipamento de rastreamento aéreo, treinamento, peças de reposição, equipamento de comunicações, de apoio e serviços técnicos de manutenção; assessoria para eliminar o tráfico aéreo de drogas no espaço aéreo colombiano. Está previsto que a Força Institucional Conjunta do Sul "JIATF-S" dos Estados Unidos forneça apoio aéreo para o programa e exerce o controle tático das aeronaves estadunidenses. Segundo o Acordo, toda aeronave não comercial que voar em zonas especiais, pode estar sujeita a vigilância de unidades aéreas e terrestres com a finalidade de determinar se existem suspeitas razoáveis de que a aeronave transporte drogas. O Governo da Colômbia não pode empregar, salvo autorização do Governo dos Estados Unidos, nenhuma assistência para propósitos diferentes das atividades anti-narcóticos. (Art. 3, literal E.)

Também, os Estados Unidos comprometem-se a transferir a título de propriedade 06 aviões e as instalações construídas em apoio ao programa; o pessoal do Governo dos Estados Unidos vinculado à execução do Acordo terá os mesmos privilégios e imunidades concedidos às missões especiais pelo disposto no Artigo 3 do Convênio de 1962 e os Estados Unidos proporcionarão no mínimo o seguinte pessoal: um comandante, um oficial de serviço e um assistente. Da sua parte, o Anexo de Uso de Recursos do ABD em Apoio à Supressão do Trafico de Drogas por via marítima, também contempla o destacamento do mesmo número e classe de pessoal.

Pelo critério material, o Plenário encontra relevância entre o Projeto de Acordo examinado e o Acordo citado; ainda assim, a base do Projeto de Acordo situa-se nos procedimentos de ajuda econômica pactuados em 1962, os que foram assinados obedecendo à Lei 24 de 1959, cujo objetivo era a regulação de contratos e convênios administrativos, e não a criação de um Tratado Internacional, como já foi afirmado.

ACORDOS RELACIONADOS COM TERRORISMO E NARCOTRÁFICO.

Embora não mencionados no Projeto de Acordo, o Plenário considera necessário referir-se a eles pela conexão com a matéria que regulam.

Convenção para prevenir e sancionar os atos de terrorismo configurados em delitos contra as

pessoas e a extorsão conexa quando estes tiverem transcendência internacional. Convenção de Nova York. Assinada em 02 de fevereiro de 1971. Aprovada mediante a Lei 195 de 1995.

Corresponde a um tratado cujo objetivo é a cooperação para prevenir e punir atos de terrorismo, “em especial o seqüestro, homicídio e outros atentados contra a vida e a integridade das pessoas a quem o Estado tem o dever de oferecer proteção especial conforme o direito internacional, assim como a extorsão conexa com estes delitos”.

As obrigações assumidas consistem em tomar medidas que obedeçam ao direito interno, para prevenir e impedir a preparação dos delitos citados, intercambiar informação, procurar a tipificação dos respectivos delitos, seguir as recomendações da forma mais eficiente, sem ter que chegar ao ponto de requerer a assistência ou cooperação militar, por meio de acordos internacionais. Ou seja, trata-se da expedição de normativas de caráter legal e administrativo, cuja esfera de influência implica uma obrigação do Estado, para nutrir sua regulamentação jurídica de forma que satisfaça os objetivos ali propostos, o que não equivale a uma habilitação para que o Executivo negocie um Acordo Bilateral como o submetido a nossa consideração.

Convenção Internacional contra a tomada de Reféns, adotada pela Assembléia Geral da ONU em 17 de dezembro de 1979. Aprovada pela Lei 837 de 2003.

Esta Convenção conclama à cooperação na prevenção de delitos de tomada de reféns, mediante as medidas consideradas apropriadas, impedindo o preparo em seu território a realização dos mesmos e a proibição de atividades de pessoas, grupos ou organizações que incentivem, instiguem, organizem ou cometam atos como a tomada de reféns.

Não contempla, consequentemente, previsões de alcance militar e tecnológico, se o conteúdo da sua articulação estiver limitado à tipificação de infrações condenadas pelo Direito Internacional.

Convênio Internacional para a Repressão dos Atentados Terroristas cometidos com Bomba, assinado em 12 de janeiro de 1998. Aprovado pela Lei 804 de 2003. (Multilateral).

Neste Convênio, cada Estado compromete-se a tipificar e sancionar, de acordo com a sua legislação, os atos que a convenção considerar como delitos, tais como a entrega, colocação, detonação de um artefato explosivo contra um lugar público, instalação pública ou governamental, rede de transporte público, instalação ou infra-estrutura, com a intenção de causar a morte ou

lesões corporais, a destruição de um local, instalação ou rede que venha a produzir prejuízo econômico.

Prevê normas sobre extradição e assistência jurídica recíproca, e exhorta os Estados para que adotem todas as medidas cabíveis para impedir o planejamento destes delitos e proibir em seus territórios as atividades ilegais de pessoas, grupos e organizações que os promovam, incentivem, organizem ou financiem; contempla-se a cooperação no intercâmbio de informação, sem facultar aos Estados partícipes a exercer jurisdição no território alheio.

Suas previsões limitam-se à adoção de medidas jurídicas e administrativas, o que não pode ser considerado como instrumento principal para o Projeto do Acordo.

Convênio Internacional para a Repressão ao financiamento do Terrorismo. Aprovado pela Assembléia Geral da ONU em 09 de dezembro de 1999. Aprovado pela Lei 808 de 2003. (Multilateral).

O objetivo do Convênio é intensificar a cooperação internacional entre os Estados, para elaborar e adotar medidas eficazes e práticas para prevenir o financiamento do terrorismo, assim como para reprimirlo mediante o julgamento e punição aos seus autores.

Por ser alheio ao tema de assistência militar e logística, este Convênio, a juízo do Plenário, também não pode servir de base ao Projeto de Acordo que o invoca.

Convenção Interamericana contra o Terrorismo de 03 de junho de 2002. Aprovada pela Lei 1108 de 2006. (Multilateral).

Esta Convenção é um instrumento Multilateral para prevenir, sancionar e eliminar o terrorismo; para isto os Estados partícipes comprometem-se a adotar medidas necessárias para fortalecer a cooperação em matérias técnicas e de capacitação, respeitando a jurisdição territorial do outro Estado.

Não contendo componente de assistência militar, como já foi mencionado, não serve de base de referência ao projetado Acordo.

OBJETIVO DO PROJETO DE ACORDO

O Projeto de Acordo submetido a estudo tem por objetivo aprofundar a cooperação da luta contra o narcotráfico, o terrorismo e contribuir para enfrentar ameaças comuns à paz, à estabilidade, à liberdade e à democracia, assinalando como instrumentos para a realização dos seus fins. A seguir:

O aprofundamento na cooperação em áreas tais como interoperabilidade, procedimentos conjuntos, logística e equipamentos.

O treinamento e a instrução.

O intercâmbio de inteligência, capacidade de vigilância e reconhecimento, assim como a realização de exercícios combinados, e

O desenvolvimento de outras atividades acordadas mutuamente.

COMPONENTE OBRIGACIONAL

Com a finalidade de exigir a obediência aos princípios constitucionais inerentes a qualquer Acordo ou Convenção que o Estado celebrar, descritos nos artigos 150-16, 224 e 226 da Constituição Política, o Plenário particularizará o alcance do componente obrigacional, para verificar se dentro do mesmo, tais princípios guardam ou não a devida observância e o respeito à filosofia constitucional que inspira qualquer ato de caráter internacional que comprometa os interesses do País.

Dentro do texto do Projeto de Acordo composto por 25 artigos, encontram-se plasmadas as seguintes obrigações:

OBRIGAÇÕES MÚTUAS

Assinar acordos de implementação e adicionais para estabelecer mecanismos eficientes para a autorização, coordenação e seguimento de acordo com a natureza das atividades (III-2); linhas e características da cooperação outorgada pelos Estados Unidos à Colômbia para o desenvolvimento do Acordo (III-5); protocolos de segurança e termos e condições para acesso a todas as instalações construídas pelos Estados Unidos (IV-5); procedimentos para entrada, sobrevôo e pouso, designação de aeroportos e número de vôos (V-2); funções dos observadores e qualidade dos mesmos (V-4); certificação da livre circulação dos veículos pelas vias (VI-5); identificação, saída, entrada e permanência de pessoal nacional Estadunidense e de outras nacionalidades (IX-4); assistência mútua para investigação de supostos crimes cometidos pelos estadunidenses, seus subordinados que se encontrarem na Colômbia (VIII-6); aplicar as disposições do Acordo (XXIII-1).

Consulta recíproca para adotar as medidas necessárias para zelar pela segurança dos Estadunidenses, subordinados, empreiteiros e empregados de empresas e bens (XVI).

Consultas bilaterais sobre defesa e segurança para promover relações estratégicas (II).

Fortalecimento no apoio a iniciativas de cooperação regional e global para o cumprimento do Acordo (III-3).

Encargos de custos por danos, perdas ou destruição de propriedade ou por morte ou lesão dos militares das respectivas forças, ou outro pessoal dos

governos, ocasionadas pelo cumprimento de tarefas oficiais relacionadas com atividades desenvolvidas no marco do Acordo, em conformidade com as suas normas (XIX-1).

OBRIGAÇÕES UNILATERAIS DA COLÔMBIA

Permitir o acesso e uso das instalações e propriedades acordadas e as que no futuro convierem às partes. (IV-2).

Autorizar a entrada de aeronaves no território colombiano (V-2).

Permitir o uso da infra-estrutura da rede de telecomunicações para realizar as atividades no marco do Acordo sem trâmites de licença nem custos (XX-3).

Permitir a instalação de estações receptoras por satélite de difusão de rádio e televisão sem trâmites de licença e sem custos (XX-2).

Outorgar vistos preferenciais de serviço (VIII-7).

Permitir ao pessoal dos Estados Unidos, a entrada e permanência com identificação Estadunidense, sem necessidade de passaporte ou visto (IX-1).

Isentar de cobrança de aluguel e custos sobre bens de propriedade da Colômbia que sejam necessários para as atividades do Acordo (IV-2).

OBRIGAÇÕES DOS ESTADOS UNIDOS

Financiar as despesas de funcionamento e conservação necessários que estiverem relacionados com o uso das instalações e locações conveniadas (IV-2).

Entregar as instalações no estado em que se encontrarem (IV-7).

Pagar as tarifas padrão fixadas pelas empresas comerciais pelos serviços requisitados e recebidos (VI-1).

Garantir que o pessoal dos Estados Unidos, em caso de cometerem supostos crimes, sejam investigados (VIII-3).

Informar periodicamente às autoridades colombianas dos requerimentos de informação que estes formularem sobre o pessoal de Estados Unidos (VIII-3).

Pagar indenizações pelas reclamações justificadas de terceiros e acelerar sua tramitação (XIX-2).

Ter um observador aéreo da Colômbia a bordo de suas aeronaves de Estado.

REGIMES JURÍDICOS

– Do pessoal

Para a execução do Acordo está previsto o ingresso a território colombiano das seguintes pessoas:

Pessoal dos Estados Unidos que compreendem desde efetivos militares como civis e dependentes, entendidas como tais os cônjuges, filhos e pessoas dependentes por razões legais, financeiras ou de saúde (I-C).

Empreiteiras dos Estados Unidos (I-D).

Empregados das empreiteiras (I-E).

Observadores aéreos de terceiros Estados (I-F).

Militares

- Em conformidade com o artigo VIII-1, às missões militares dos Estados Unidos na Colômbia, aplicam-se os artigos 5 e 11 do Acordo de 1974, quanto a privilégios, isenções e imunidades outorgadas ao pessoal administrativo e técnico de uma missão diplomática, sob a Convenção de Viena.

- Por outro lado, com relação ao pessoal militar da Colômbia em território estadunidense, reafirma-se o previsto no artigo V do Acordo de 1952, pelo qual os Estados Unidos ofereceram a este pessoal, cortesias disponíveis para o pessoal militar desse país com categoria similar, até o máximo permitido pela Lei dos Estados Unidos. (VIII-2)

- Estados Unidos terá a possibilidade de exercer autoridade disciplinar sobre o pessoal militar dos Estados Unidos na Colômbia. (VIII-4)

EMPREITADAS E EMPREITEIROS

- A adjudicação de contratos é regida pelas leis e regulamentos dos Estados Unidos respeitando a Lei colombiana. (XII-1. XII-2).

O procedimento de solicitação para a outorga de um contrato deve ser aberto e plenamente competitivo, oferecendo igualdade de oportunidades aos empreiteiros colombianos ou residentes na Colômbia. (XII-1).

As reclamações contratuais serão resolvidas por meio de acertos consignados nos respectivos contratos. (XII-2).

Os empreiteiros deverão oferecer as garantias requeridas para atender ao pagamento de salários, prestações e demais emolumentos gerados na ocasião da execução dos contratos e de acordo à normatividade colombiana, assim como aquelas que cobrem as reclamações por responsabilidade civil extracontratual, (XII-3).

REGIME TRIBUTÁRIO

Os ingressos percebidos pelo pessoal dos Estados Unidos pelos serviços prestados pelas atividades relacionadas com o Acordo, não estarão sujeitos aos tributos da Colômbia. (XVIII-2).

O pessoal dos Estados Unidos e seus dependentes estarão isentos da tributação por conceito da propriedade, posse, uso ou cessão a outro pessoal do mesmo país e seus dependentes, de bens que se encontrarem na Colômbia só pela presença dessas pessoas em razão das atividades realizadas (XVIII-4).

Isentar do pagamento de direitos de repasse sobre bens ou propriedades da Colômbia, necessários para realizar as atividades do Acordo, incluídos os de navegação aérea, sobrevôo, pouso e estacionamento em rampa. (VI-1).

Isenção do pagamento de taxas de sinalização marítima e ancoragem dos navios estadunidenses. (VI-2).

Isenção do pagamento de pedágio das vias não concessionárias e do componente estatal das concessionárias, em relação ao uso da infra-estrutura que realizarem os Estados Unidos para o sucesso das atividades dentro do marco do presente Acordo. (VI-5)

O pessoal, os empreiteiros, os empregados dos empreiteiros dos estadunidenses e os observadores aéreos, estarão isentos do pagamento de impostos por entrada e saída do País e outros pagamentos ou impostos a menos que utilizem aeroportos comerciais. (IX-5).

REGIME ALFANDEGÁRIO

A Colômbia isenta os Estados Unidos e os empreiteiros dos Estados Unidos de todas as tarifas, taxas, impostos e demais tributos, pela importação, aquisição e uso de bens na Colômbia e fundos utilizados na Colômbia para as atividades efetuadas no desenvolvimento do Acordo. (X).

CONDIÇÃO JURÍDICA DO PESSOAL (Imunidades)

A Colômbia outorgará ao pessoal dos Estados Unidos e seus dependentes os privilégios, isenções e imunidades outorgadas ao pessoal administrativo e técnico de uma missão diplomática ao amparo da Convenção de Viena. (VIII-1).

A Colômbia garantirá que a verificação do status de imunidade seja feito no menor tempo possível. (VIII-3).

EXTRA-TERRITORIALIDADE

Em caso de ocorrer supostos crimes por parte do pessoal dos Estados Unidos e seus subordinados, o julgamento será feito em conformidade com as leis do referido Estado. (VIII-3).

Os Estados Unidos poderão exercer autoridade disciplinar sobre o pessoal militar dos Estados Unidos. (VIII-4).

ESPECTRO ELETROMAGNÉTICO

O Acordo contempla que a Colômbia permitirá aos Estados Unidos o uso da infra-estrutura da rede de telecomunicações requerida, como é definida "telecomunicações" na Constituição e na Convenção de 1992 da União Internacional de Telecomunicações, para o

sucesso das atividades que forem efetuadas no marco do Acordo, sem trâmites ou concessão de licenças e sem custos para os Estados Unidos (XX-3).

Igualmente contempla-se, que as freqüências de rádio e do espectro de telecomunicações que serão utilizadas, serão objeto de consultas entre as partes, considerando as capacidades disponíveis (XX-3).

TEMPOS

Da permanência. As autoridades da Colômbia permitirão ao pessoal dos Estados Unidos e seus subordinados, assim como aos empreiteiros e seus empregados, a entrada e a permanência por até 90 dias, a menos que seja acordado mutuamente de outra forma para o desenvolvimento das atividades do Acordo. (IX-1).

Da vigência. O Acordo estará vigente durante um período inicial de 10 anos, renovável por períodos adicionais iguais. (XXV).

Da revocatória. Com um ano de antecedência ao final de cada período de dez anos, qualquer uma das partes poderá revogar o Acordo. (XXV).

BENS

A Colômbia se reservará o direito de propriedade sobre as instalações e locações conveniadas, incluindo as edificações, as estruturas imóveis e as fixas. (IV-6).

Os edifícios, as estruturas imóveis e as fixas construídas pelos Estados Unidos serão para o seu uso, salvo acordo em contrário entre as partes operantes. (IV-4).

Concluído o uso de qualquer instalação ou locação conveniada ou de uma parte das mesmas, incluídas as instalações construídas, melhoradas, modificadas ou reformadas segundo o Acordo, os Estados Unidos entregará as mesmas à Colômbia no estado em que se encontrarem. (IV-7).

ADMINISTRAÇÃO DO CONVÉNIO

As partes ou suas Partes Operantes poderão assinar Acordos de implantação requeridos para aplicar as disposições do Acordo e facilitarão, na medida do possível, as atividades previstas neste. (XXIII-1 e XXIII-2).

A aplicação adequada das disposições do Acordo, o cumprimento satisfatório das mesmas e a avaliação do desenvolvimento do Acordo, são da responsabilidade das partes operativas. (XXVIII-3)

SEGURANÇA

As autoridades da Colômbia e dos Estados Unidos consultarão entre si e adotarão as medidas necessárias para zelar pela segurança dos estadunidenses,

seus subordinados, os empreiteiros e os empregados dos empreiteiros dos Estados Unidos e os bens dos Estados Unidos. (XVI).

As autoridades da Colômbia são responsáveis pela segurança física das instalações e locações conveniadas. (XVI).

MEIO AMBIENTE

A aplicação do Acordo será feita de forma que seja compatível com a proteção do meio ambiente e com a saúde e segurança das pessoas. (Artigo XXI).

REFORMAS

Qualquer uma das partes poderá solicitar consultas com a finalidade de emendar o Acordo, as quais deverão constar por escrito. (XXIII-4).

Fica aberta a possibilidade de assinar os Acordos de implementação que forem necessários para o desenvolvimento do Acordo. (Art. III-2 entre outros).

SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Fica previsto que toda controvérsia surgida quanto à interpretação do Projeto do Acordo será solucionada por meio de consulta entre as partes, inclusive se for necessário pela via diplomática. No caso de não chegar a um acerto, a controvérsia será solucionada com consulta entre as partes operantes e em caso de não encontrar solução, a consulta será celebrada entre as partes. (Art. XIV).

Fica excluída toda possibilidade de chegar à Corte ou Tribunal Nacional ou internacional ou organismo parecido ou a terceiros, as controvérsias que surgirem, salvo mutuo acerto entre as partes. (Art. XIV).

Pela revisão agora feita, o Plenário adverte que o Projeto de Acordo tanto em seu objetivo quanto em seu conteúdo obrigacional é muito amplo e desequilibrado para o país, e resulta suscetível de ser modificado por meio de Acordos de implementação, emendas, Acordos futuros, etc. que no fim poderiam mudar o conteúdo total do mesmo. O desequilíbrio das obrigações unilaterais que a Colômbia assumiria fica evidente nos seguintes aspectos:

Da forma como está redigido no número 1º do Artigo IV, os Estados Unidos determinam as atividades a realizar e que a Colômbia é apenas coadjuvante. O Projeto do Acordo menciona o uso e acesso às instalações e bases militares sem determinar a forma e os limites dos mesmos.

O número 5º do Artigo III menciona a intenção das partes de assinar um ou mais Acordos de implementação. Seria mais conveniente precisar em que consistem e quais são suas limitações.

No Artigo 5º número 2 aparece novamente a possibilidade de que as partes determinem as atividades

que deveriam estar claramente delimitadas no Projeto do Acordo, com relação aos procedimentos para a entrada, sobrevôo, e pouso de aeronaves.

Não aparece uma razão válida para que os Estados Unidos possam instalar estações receptoras via satélite de difusão de rádio e televisão, sem limite ou concessão de licenças e sem custos.

Não é apropriado que um Acordo Complementar seja entregue à direção dos Estados Unidos, a participação de observadores aéreos de terceiros países e que seja esse país, e não a Colômbia, quem deve informar sobre as Leis e costumes colombianos o que não garante o fim estabelecido na Norma (Art. XXII), ou seja, seu comportamento disciplinado enquanto instalados no território colombiano.

RECOMENDAÇÕES

Amparado na Análise precedente o Conselho de Estado, desempenhando a função constitucional que neste caso lhe compete procede a formular as seguintes recomendações ao Governo Nacional:

O conteúdo do Projeto do Acordo, a juízo da Corporação, deve conter as solenidades próprias de um Tratado Internacional. Em efeito, a natureza do Acordo em processo de assinatura, analisado à luz do direito internacional, mostra claramente que existe uma grande quantidade de matérias inéditas. Nem em Acordos solenes, nem em instrumentos simplificados, há elementos que permitam deduzir que o Projeto de Acordo tenha algum outro instrumento antecedente. Esta circunstância aconselha que o assunto deva ser submetido à celebração de um Tratado Internacional que no direito interno supõe instâncias ordinárias de controle democrático, ou seja, a participação do Congresso e a revisão prévia pela Corte Constitucional.

Os elementos que aconselham esta visão estão concretizados nestes três itens:

O relativo ao uso permanente de bases militares, ao longo do território nacional. (Art.IV)

A possibilidade da permanência do pessoal militar com armamentos. (Art. XV).

A extensão da imunidade dada aos militares. (Art. VIII).

Considera a Corporação a imperiosa negociação dos termos de imunidade, cujo desequilíbrio deriva da outorga de imunidade ao pessoal estadunidense, sem discriminação alguma. Como foi dito, a expressão pessoal dos Estados Unidos comprehende tanto ao pessoal militar como ao pessoal civil.

Sobre o assunto, a Corte Constitucional foi clara ao mostrar que, por estar comprometido o exercício da Soberania e a proteção dos habitantes do território colombiano, os Acordos que estabelecem prerroga-

tivas e imunidades para os componentes militares e da polícia sejam celebrados, deverão ser submetidos à tramitação constitucional prevista para os Tratados. (Sentença C-863/04)

A Convenção de Viena de 1961 não pode ser fonte de imunidades para militares estadunidenses e pessoal civil da mesma nacionalidade, pois o instrumento multilateral outorga tal prerrogativa exclusivamente para o pessoal diplomático, administrativo e técnico de uma missão diplomática, e em nada se refere ao pessoal de uma missão militar e seus parentes e dependentes, pelo que é necessário que referido tratamento seja permitido por um Tratado Formal.

O anterior encontra amparo constitucional no Artigo 9º, pelo qual, as relações exteriores do Estado estão fundamentadas na Soberania Nacional, no respeito à autodeterminação dos povos e no reconhecimento dos princípios do direito internacional aceitos pela Colômbia. Por isso é recomendável analisar os termos do Acordo com base nos princípios de reciprocidade, eqüidade e conveniência nacional previstos no Artigo 150-16 Constitucional.

Seria igualmente importante, atendendo ao consagrado no Artigo VIII do Projeto de Acordo, excluir o aspecto de imunidades para o pessoal dos Estados Unidos, os temas civis e administrativos e restringi-lo a quem em conformidade com o assinalado pela Corte Constitucional na sentença que já foi assinalada, se deve outorgar.

Pelos Artigos III, IV, e V do Projeto de Acordo, é necessário desvincular o objetivo dos mesmos, por quanto na integridade do Convênio está prevista a celebração de seis Acordos de Implementação e no Artigo XXIII número 1, fica aberta a possibilidade de celebrar todos aqueles que forem requeridos para aplicar as disposições conveniadas. De forma análoga, no Artigo VIII número 6, ficou aventada a possibilidade de assinar Acordos Adicionais para estabelecer e fortalecer procedimentos de assistência mútua e no Artigo III número 2, sugere "Futuros Acordos". Fenômeno este, que na perspectiva obrigacional e em função dos interesses do Estado colombiano, implica um esquema dentro do qual resulta impossível ter muito claro o conjunto de cargas que devemos assumir.

O instrumento sob análise permite o ingresso de um indeterminado número de pessoas dos Estados Unidos e do seu estabelecimento em um número de bases que seria importante precisar. Observa-se como no Artigo IV, além de permitir o acesso e uso das sete instalações que expressamente se assinalam, consagra-se que "as demais instalações e locações em que acordem as Partes ou suas Partes Operantes". Assim mesmo dispõe: "...as partes operantes (Ministério da

Defesa da Colômbia e o Departamento de Defesa dos Estados Unidos) estabelecerão um mecanismo de coordenação para autorizar o número e a categoria das pessoas que ingressarão ao Estado colombiano"

Este procedimento de redigir em branco, previsões que têm incidência real sobre a Soberania da Nação torna incerta a forma como o outro Estado participará com seus efetivos no nosso território, não apenas em número como também em áreas à disposição dos mesmos.

É importante verificar as condições da autorização para o uso da infra-estrutura da rede de telecomunicações, termos que se adaptem ao disposto na Legislação Colombiana sobre a matéria, na medida em que a autorização outorgada é ampla e sem nenhuma restrição. Não pode ser esquecido que o Artigo 75 da Constituição outorga ao espectro eletromagnético a natureza de bem público inalienável e imprescritível, sujeito à gestão e controle do Estado.

No mesmo sentido recomenda-se que as relações trabalhistas entre os empreiteiros do Estado estrangeiro e os nacionais obedeçam à Legislação colombiana, em conformidade com o estabelecido no Artigo 2º do CST. Aspecto sobre o qual o Projeto de Acordo guarda absoluto silêncio.

Assim, em relação à vinculação de cidadãos colombianos com empreiteiros dos Estados Unidos, deve considerar-se o disposto no Artigo 74, que obriga a vinculação de colombianos em proporção não inferior a 90% do pessoal de trabalhadores ordinários e não menos de 80% do pessoal qualificado ou de especialistas ou de chefias de confiança. Analogamente a igualdade de condições entre nacionais e estrangeiros que desempenharem a mesma função. Este aspecto não está previsto no Projeto de Acordo.

Finalmente, seria importante definir as responsabilidades geradas pelos danos causados com a execução do Projeto de Acordo, a fim de garantir as indenizações originadas por ocasião dos mesmos.

RESERVA

QUESTÃO PRELIMINAR

Como órgão supremo consultivo, o Conselho de Estado, em se tratando do Plenário ou da Sala de Consulta e Serviço Civil, atua sempre em defesa da ordem jurídica como órgão autônomo pertencente ao poder judicial, obviamente dentro do marco da colaboração harmônica entre os poderes e a busca exclusiva do cumprimento das finalidades essenciais do Estado.

O que diferencia a atuação do Plenário da atuação da Sala de Consulta e Serviço Civil na legislação atual, é que na hipótese precisa do inciso segundo número

3 do Artigo 237, o Plenário da Corporação emite por disposição da Constituição um parecer que deve ser ouvido pelo Governo, nesse caso a Constituição estabelece um sistema especial de proteção da soberania, numa matéria que pode chegar a afeta-la.

Não se refere apenas ao rigor jurídico, pois transcende ao conjunto das finalidades e princípios essenciais do Estado, inclusive além da análise puramente positiva e, portanto comporta elementos de análise política pela mesma matéria e da conveniência para os interesses nacionais.

Por outro lado, os conceitos da Sala de Consulta e Serviço Civil são essencialmente jurídicos e, acima de tudo na legislação atual geram-se, não de forma obrigatória como no caso analisado, mas autorizado pelo Governo que pode ou não formular a consulta. A ênfase neste caso é a da colaboração harmônica partindo do pressuposto da autonomia das competências de cada órgão.

É clara a diferença do trabalho do Plenário ao emitir este conceito perante o trabalho consultivo típico ou ordinário da Sala de Consulta e Serviço Civil, tanto no seu alcance como nas suas formalidades. (C.C.A., Artigo 110).

O Plenário do Conselho de Estado em função da guarda dos altos interesses da Nação, dadas as implicações que para o manejo das relações internacionais envolvem o tema, para evitar o uso indevido do mesmo nos aspectos relacionados com a segurança nacional, emite o presente conceito destinado ao Governo Nacional em caráter reservado, considerando que o fim primordial do objetivo do Projeto de Acordo, é "...a luta contra o narcotráfico e o terrorismo...."

(Projeto de Acordo Complementar, Artigo III). (Artigo 19 do C.C.A.).

Nestes temos, o Plenário do Conselho de Estado cumpre seu encargo constitucional e propõe à consideração do Governo Nacional todas as incidentes aqui refletidas em torno à assinatura do Projeto de Acordo submetido à análise, que facilitaria com os Estados Unidos. Acordos de Cooperação para o uso de bases militares colombianas a efetivos militares e administrativos dos Estados Unidos.

Rafael E. Ostau Lafont Pianeta, Presidente – **Luis Fernando Alvarez Jaramillo**, Vice-Presidente – **Victor Hernando Alvarado Ardila** – **Gustavo E. Aponte Santos** – **Enrique José Arboleda Perdomo** – **Gerardo Arenas Monsalve** – **Hugo F. Bastidas Barcenas** – **Martha Teresa Briceño de Valencia**, Ausente – **Susana Buitrago de Valencia** – **Ruth Stella Correa Palacio**, Ausente – **Mauricio Fajardo Gomez** – **Enrique Gil Botero** – **William Giraldo Giraldo** – **Gustavo Eduardo Gomez Aranguren** – **Myriam Guerrero de Escobar** – **Maria Nohemi Hernández Pinzon**, Ausente – **Filemon Jimenez Ochoa** – **Bertha Lucia Ramirez De Paez** – **Maria Claudia Rojas Lasso** – **Hector J. Romero Diaz** – **Marta Sofia Sanz Tobon** – **Mauricio Torres Cuervo** – **Alfonso Vargas Rincón** – **Marco Antonio Velilla Moreno** – **Luis Rafael Vergara Quintero** – **William Zambrano Cetina** – **Mercedes Tovar de Herran**, Secretária-Geral.

Tradução de **Jamili Sara Manzur Baroud**, **Jales Josino da Rocha Filho** e **Patricia Petri** – SIDOC – Serviço de Tradução do Senado Federal

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
PTB - Osvaldo Sobrinho** (S)

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiassi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Bloco-PT - Sadi Cassol* (S)
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

- (Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁷⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 21/02/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,21)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,22)	1. João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁹⁾
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,20)	2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,18)	
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) ⁽²⁴⁾	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²³⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

	PDT
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
	PDT/PSOL (9)
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3303-3514
Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo final prorrogado: 02/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).

7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) (5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PETROBRAS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis (ANP), relacionadas com: a) indícios de fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo, apontadas pela operação "Águas Profundas" da Polícia Federal; b) graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas, apontadas pelo Tribunal de Contas da União; c) indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apontados por relatório do Tribunal de Contas da União; d) denúncias de desvios de dinheiro dos "royalties" do petróleo, apontados pela operação "Royalties", da Polícia Federal; e) denúncias do Ministério Público Federal sobre fraudes envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP a usineiros; f) denúncias de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de 4,3 bilhões de reais; g) denúncias de irregularidades no uso de verbas de patrocínio da estatal.

(Requerimento nº 569, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 15/05/2009

Instalação: 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)	1. Heráclito Fortes (DEM-PI)
Alvaro Dias (PSDB-PR)	2. Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Ideli Salvatti (PT-SC)	1. Inácio Arruda (PC DO B-CE)
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB-RJ)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ^(1,4,5,6)
Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	2. Almeida Lima (PMDB-SE)
Romero Jucá (PMDB-RR)	
PTB	
Fernando Collor (AL)	1. Gim Argello (DF)
PDT	
Jefferson Praia (AM)	

Notas:

1. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, designado membro suplente em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).

2. Eleito em 14.07.2009.

3. Designado em 14.07.2009.

4. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.

6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

7) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.581, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.581, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo final: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2009

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
- *. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
- **. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
- ***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
- ****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM) ⁽¹⁾	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) ^(2,3,4)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

Notas:

- O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
- O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

3) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Moraes (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 092/2009-GLPTB).
3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 092/2009-GLPTB/SF).
4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. n° 055/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos

Telefone(s): 33034854

Fax: 33031176

4) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Shhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 330311176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (PT) ⁽³⁾	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. N° 104/09-GLDEM).
3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Adelmir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

7) NOVO PACTO FEDERATIVO NO BRASIL

Finalidade: Promover amplo debate e propor medidas para adoção de um novo pacto federativo no Brasil, ou para o aperfeiçoamento do vigente.

(Requerimento nº 488, de 2008, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
	1.
	2.
	3.
Senador Cícero Lucena (PSDB)	4. Senador João Tenório (PSDB) ⁽¹⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁾	5. Senador Sérgio Guerra (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Senador João Ribeiro (PR)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	3. Senador Flávio Arns (PSDB) ^(4,6)
Senador Tião Viana (PT)	4. Senador Paulo Paim (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Almeida Lima (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Gerson Camata (PMDB) ⁽³⁾
Senador Neuto De Conto (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) ^(3,5,7,8)
Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Mauro Fecury (PMDB) ⁽³⁾
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁾	4. Senador Paulo Duque (PMDB) ⁽³⁾
PTB	
Senador Sérgio Zambiasi	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
Senador João Durval	1.

Notas:

1. Em 09.06.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. n 107/09 - GLPSDB).
2. Em 09.06.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. n 107/09 - GLPSDB).
3. Em 10.06.2009, a Liderança do Bloco da Maioria (PMDB,PP)designa seus membros na Comissão (OF. GLPMDB nº 007-A/2009).
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

8) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE**Finalidade:** Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7**MEMBROS****Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)**

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾**PTB**

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

9) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) (2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) (1)

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
 2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
 3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
 4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
- *. Incluido o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal.**

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS**Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)**

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

VAGO (3)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maoria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

VAGO (1,2,4)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, VI)²

PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²

PARECER FINAL PRORROGADO: 24.11.2009³

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (35)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (34)
Delcídio Amaral (PT) (29)	2. Renato Casagrande (PSB) (31)
Aloizio Mercadante (PT) (38)	3. João Pedro (PT) (11,41)
Tião Viana (PT) (37)	4. Ideli Salvatti (PT) (28)
Marcelo Crivella (PRB) (36)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (30,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (40)	6. VAGO (4,39,81,82,83,84)
César Borges (PR) (32)	7. João Ribeiro (PR) (33)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (65,67)	1. Romero Jucá (PMDB) (54,60)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (55,58)	2. Gilvam Borges (PMDB) (63,66)
Gerson Camata (PMDB) (53,71)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,59)
Valdir Raupp (PMDB) (62)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (1,59,80,85,86)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,68,69)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,64,70)
Pedro Simon (PMDB) (56,61)	6. Paulo Duque (PMDB) (2,59)
Renan Calheiros (PMDB) (57,77)	7. Almeida Lima (PMDB) (57,78)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Eliseu Resende (DEM) (48)	1. Gilberto Goellner (DEM) (43)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,51)
Efraim Moraes (DEM) (49)	3. Heráclito Fortes (DEM) (45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (43)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,50)	5. Kátia Abreu (DEM) (42)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (13,47,76,79)	6. José Agripino (DEM) (5,44)
Cícero Lucena (PSDB) (22)	7. Alvaro Dias (PSDB) (23)
João Tenório (PSDB) (25)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,24,74)
Arthur Virgílio (PSDB) (22,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (26)
Tasso Jereissati (PSDB) (22)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (27,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino (52)	1. Sérgio Zambiasi (12,52)
Gim Argello (52)	2. Fernando Collor (52)

PDT

Osmar Dias (20)

1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
28. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
29. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
30. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
31. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.

32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
33. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
34. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
45. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
47. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
51. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
52. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
53. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
61. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).

62. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
63. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
66. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
68. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
70. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
VAGO (10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO (11,13)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.
Cícero Lucena (PSDB)	1.
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude do Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude do Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilhou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁵⁾	
VAGO (3,18,29,71,81)	1. VAGO (26,78)
Augusto Botelho (PT) (31)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (27)	3. Eduardo Suplicy (PT) (34)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (33,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (32,35)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,60,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,59,63)	7. José Nery (PSOL) (36,64,65)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,72)	1. Lobão Filho (PMDB) (55)
Gilvam Borges (PMDB) (9,50)	2. Romero Jucá (PMDB) (56)
Paulo Duque (PMDB) (6,51)	3. Valdir Raupp (PMDB) (48)
VAGO (52,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80)
Mão Santa (PSC) (54,76,79)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (53)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (43,70,73)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,82,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,58)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

- O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
- Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
- Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
- Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
59. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
60. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
72. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).
73. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
82. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Moraes (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (6)	2. Marisa Serrano (PSDB) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PSDB) (10,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (9)
PMDB	
Paulo Duque (4)	1. VAGO (5,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
- Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
- Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
- O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
- O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDB nº 162/2009-GLPMDB).
- Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽¹³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) (5)	1. Raimundo Colombo (DEM) (2,3)
Papaléo Paes (PSDB) (9)	2. João Tenório (PSDB) (2,11)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT) (4)	1. Marcelo Crivella (PRB) (2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) (12,14,15)	1. Paulo Duque (8)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6)	1. João Durval (PDT) (7)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6)	1. João Durval (PDT) (7)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
9. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) (2,3)	1. Wellington Salgado de Oliveira
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Moraes (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (38,74,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,33)
Aloizio Mercadante (PT) (10,35)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,36)
Eduardo Suplicy (PT) (38)	3. Marcelo Crivella (PRB) (31)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (37)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,34,70)
Ideli Salvatti (PT) (38)	5. César Borges (PR) (39,40)
João Pedro (PT) (32,40,87,88,89)	6. Marina Silva (PV) (19,30,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (54,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (62,69)
Almeida Lima (PMDB) (60,68)	2. Renan Calheiros (PMDB) (57,65,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (56,68)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (55,67,78)
Francisco Dornelles (PP) (58,68)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,64,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,68)	5. Valdir Raupp (PMDB) (51,61,66)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,59,63)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,68)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Kátia Abreu (DEM) (49)	1. Efraim Moraes (DEM) (47)
Demóstenes Torres (DEM) (52)	2. Adelmir Santana (DEM) (50)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (41,82,85)	3. Raimundo Colombo (DEM) (42)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,45)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (43)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,48)
Alvaro Dias (PSDB) (27,73)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (29)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (24,71,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (28)
Lúcia Vânia (PSDB) (27)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (26,72)
Tasso Jereissati (PSDB) (27)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,75,90,92)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (44)	1. Gim Argello (46)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
28. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
31. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
40. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
41. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
46. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
47. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
50. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
52. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
71. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
72. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB)
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
PDT	
Osmar Dias	1. VAGO (1)

Notas:

- Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.
- Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO ⁽⁹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ^(73,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,81,89,92,94)	1. João Pedro (PT) (1,38)
Augusto Botelho (PT) (36)	2. VAGO (35,95)
Fátima Cleide (PT) (36)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,33)
Paulo Paim (PT) (36,50,66)	4. José Nery (PSOL) (34)
Inácio Arruda (PC DO B) (30)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (32,67,94,96)
Ideli Salvatti (PT) (31,76,78,80,95)	6. João Ribeiro (PR) (32,71)
VAGO (37,85,86,87,98)	7. Marina Silva (PV) (32,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (62)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,53,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (62,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) (61)	3. Pedro Simon (PMDB) (62)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (59)	4. Neuto De Conto (PMDB) (54)
Gerson Camata (PMDB) (55)	5. Valdir Raupp (PMDB) (63)
VAGO (5,9,56,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,58)
VAGO (60,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (57)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,40)	1. Gilberto Goellner (DEM) (42)
Marco Maciel (DEM) (45)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,49)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,51)	3. Osvaldo Sobrinho (PTB) (48,77,82)
Heráclito Fortes (DEM) (52)	4. Efraim Moraes (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,44)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,47)
Adelmir Santana (DEM) (41)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (28)	7. Cícero Lucena (PSDB) (25,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (27,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (24,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (22)
Marisa Serrano (PSDB) (29)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,46)	1. João Vicente Claudino (46)
Romeu Tuma (46)	2. Mozarildo Cavalcanti (46)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
32. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
36. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
37. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
38. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
41. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
42. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
45. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
46. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
47. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
49. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
50. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
53. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
93. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Ideli Salvatti (PT) ^(7,13)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Paulo Paim (PT) ^(8,14)	2. Flávio Arns (PSDB) ^(13,14,21)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁶⁾	3. VAGO ⁽⁷⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) ^(3,18)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) ⁽¹¹⁾	3. VAGO ⁽¹⁹⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ^(1,6,20)
Marco Maciel (DEM) ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) ^(10,15)
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽¹⁰⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ^(7,12)
PDT	
Cristovam Buarque ^(7,17)	1. VAGO ⁽¹⁷⁾

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

14. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Designação:** 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (PV) (7,26,43,45)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (39,47,48,49)	1. Romero Jucá (PMDB) (39)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (39)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,38)
Gilvam Borges (PMDB) (40)	3. Almeida Lima (PMDB) (39)
Valter Pereira (PMDB) (39)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (39)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Adelmir Santana (DEM) (33)
Kátia Abreu (DEM) (27)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35)
Heráclito Fortes (DEM) (34)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,31)
Eliseu Resende (DEM) (32)	4. Osvaldo Sobrinho (PTB) (9,30,44,46)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,15)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (14)
Marisa Serrano (PSDB) (17)	7. Mário Couto (PSDB) (16)
PTB	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,37,42)	1. Cristovam Buarque (12,36,41)

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 15/04/2008, o Senador Papaleó Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
- Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
- Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
16. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
34. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA
(Requerimento Da Cma 8, de 2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (6,7,8)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽⁶⁾

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
João Pedro (PT)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(3,7,8)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
6. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
- **. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽²⁾

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. João Pedro (PT) ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(1,5,6)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
- **. Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,60,61,64)	1. João Pedro (PT) (19)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Slhessarenko (PT) (23)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,26,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,20,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (41,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
Gilvam Borges (PMDB) (34)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,33)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (36,55,63,66)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) (2,29)	1. Heráclito Fortes (DEM) (32)
Rosalba Ciarlini (DEM) (30)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (31,51,54)
Eliseu Resende (DEM) (4,28)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (25)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,27)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,59,62)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (15)	1. Jefferson Praia (14)

Notas:

- Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
- Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
- Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
- Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
26. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
31. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
32. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
60. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT) ⁽⁶⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(15,17,18)	1. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,7)
Valter Pereira (PMDB) ⁽¹¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,4,9)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽¹²⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹³⁾	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹⁰⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽¹⁴⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (OF. CDH 078-09).
6. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. CDH 078-09).
7. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
8. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
9. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (OF. CDH 078-09).
10. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
11. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
15. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
16. Em 15.04.2009, o Senador Paulo Paim foi eleito Presidente da Subcomissão (Ofício nº 078/09 - CDH).
17. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
18. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER****(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
José Nery (PSOL)	1. Flávio Arns (PSDB) (1,2) 2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. VAGO 2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
2. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
- *. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. Nº 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.
- **. Em 03.08.2009 foi à publicação o OF. Nº 086/09-CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 26, de 2009-CDH, cujo teor renomeia o colegiado para Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (43)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,71,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,74)	2. Marina Silva (PV) (47,83,84)
João Ribeiro (PR) (41,67)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,73)
João Pedro (PT) (40)	4. Magno Malta (PR) (38)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,54,66,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) (22,44,49,70)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,63)
Francisco Dornelles (PP) (62)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (2)
Romero Jucá (PMDB) (3,72,75)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,65)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,61)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM) (58)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,53)
Demóstenes Torres (DEM) (57)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,50)
Marco Maciel (DEM) (18,29,56)	3. José Agripino (DEM) (23,27,55)
Heráclito Fortes (DEM) (8,51)	4. Romeu Tuma (PTB) (52,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (33,68)	5. Alvaro Dias (PSDB) (35)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,69)
Flexa Ribeiro (PSDB) (36)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (37)
PTB (12)	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,48)	1. Mozarildo Cavalcanti (48)
PDT	
Patrícia Saboya (31,59,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,32,60)

Notas:

- O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
- O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
32. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
36. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
37. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
38. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
41. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
44. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
48. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
53. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
54. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
55. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
56. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
57. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
58. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
59. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
67. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
69. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
70. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
71. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
72. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
73. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
75. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

78. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).
79. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG nº 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO (1,4)	1. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (5)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO (3)	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. Nº 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (16)	1. Marina Silva (PV) (23,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (16,29,60)	2. Paulo Paim (PT) (18,29,55)
Ideli Salvatti (PT) (16)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (25)
Inácio Arruda (PC DO B) (19)	4. VAGO (24,71,72,73)
Fátima Cleide (PT) (21)	5. Eduardo Suplicy (PT) (17)
João Ribeiro (PR) (22)	6. João Pedro (PT) (20)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (50,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,48)
Gilvam Borges (PMDB) (49)	2. Lobão Filho (PMDB) (26,52)
Paulo Duque (PMDB) (44)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,45)
Mão Santa (PSC) (5,9,53,70,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (43)
Valdir Raupp (PMDB) (54,59)	5. VAGO (47,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (46)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,58,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (27)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (31)
Eliseu Resende (DEM) (32)	2. Efraim Morais (DEM) (33)
Heráclito Fortes (DEM) (38)	3. Adelmir Santana (DEM) (35)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (34,67,69)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (30)
Kátia Abreu (DEM) (7,28)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,36)
Arthur Virgílio (PSDB) (42,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (15)
João Tenório (PSDB) (40,56)	7. Mário Couto (PSDB) (13,57,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15)	8. Alvaro Dias (PSDB) (15,62)
Marconi Perillo (PSDB) (41)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (14)
PTB ⁽⁴⁾	
Fernando Collor (37)	1. Gim Argello (37)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
16. Em 16.02.2009, os Senadores Delcídio Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
17. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
18. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
19. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
24. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
25. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
26. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
27. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
34. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
35. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
37. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
38. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
41. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
42. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

43. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Fiho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
56. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
57. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
58. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
59. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
60. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
71. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) ^(56,58)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
César Borges (PR) (28)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,24)
Serys Slhessarenko (PT) (2,25)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (27)	3. Tião Viana (PT) (23,54)
José Nery (PSOL) (26)	4. VAGO (23)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (33,41,55,57)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (45)
Valter Pereira (PMDB) (1,44)	2. Pedro Simon (PMDB) (46)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,43)	3. Valdir Raupp (PMDB) (48)
Almeida Lima (PMDB) (42)	4. Gerson Camata (PMDB) (47,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) (36)	1. Gilberto Goellner (DEM) (29)
Marco Maciel (DEM) (37)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (30,52,53)
Rosalba Ciarlini (DEM) (38)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,32)
Adelmir Santana (DEM) (34)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,31)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (19)
Marconi Perillo (PSDB) (20)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (10,13,22)
Papaléo Paes (PSDB) (17)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (21)
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello (35)	1. Mozarildo Cavalcanti (35)
PDT	
Jefferson Praia (8,16,40)	1. João Durval (15,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPDt).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
20. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
21. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
26. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
27. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM)
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
37. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).

47. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Paulo Paim (PT) (22)
VAGO (23,63,67)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (PT) (21,32,49)	3. Eduardo Suplicy (PT) (20,60,61,62,64)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) (17,52)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (2,11,44,47,59,68,69)	1. Romero Jucá (PMDB) (37,45)
Neuto De Conto (PMDB) (40,43)	2. Valdir Raupp (PMDB) (38,41)
Gerson Camata (PMDB) (36,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (35,39)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (42,48)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (26)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
Raimundo Colombo (DEM) (27)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (8,10,30,57,58)	4. José Agripino (DEM) (25)
VAGO (13,53,56,65,66)	5. Mário Couto (PSDB) (16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,55)	6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
PTB (5)	
Romeu Tuma (9,29)	1. Sérgio Zambiasi (29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude do Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of.nº 536/2008-GLPMDB).

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
65. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO (2)	1. Paulo Paim (PT)
VAGO (4)	2. VAGO (6,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO (5,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO (4)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
- O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
- O Senador Expedito Júnior desfilhou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
- O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
- Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
- Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁴⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (19)	1. Delcídio Amaral (PT) (22)
Renato Casagrande (PSB) (18)	2. Flávio Arns (PSDB) (19,52,54)
Magno Malta (PR) (21)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (20,43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (20,41,44)	4. João Ribeiro (PR) (20,47)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)	1. Valter Pereira (PMDB) (36)
Lobão Filho (PMDB) (35)	2. Romero Jucá (PMDB) (38)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,39)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,34,42,48)
Valdir Raupp (PMDB) (40,46)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2,53,56,58)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (27)
Demóstenes Torres (DEM) (3,23)	2. Eliseu Resende (DEM) (25)
José Agripino (DEM) (6,12,29)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (24)	4. Kátia Abreu (DEM) (26)
Cícero Lucena (PSDB) (14)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (16,31)
Flexa Ribeiro (PSDB) (16,31)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (17,49)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,16,45)
PTB ⁽⁵⁾	
Sérgio Zambiasi (28)	1. Fernando Collor (28)
PDT	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
19. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
29. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).

43. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
44. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
45. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
46. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **7^a Eleição Geral:** 14/07/2009

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

TITULARES

SUPLENTES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

VAGO ⁽³⁾	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO ⁽¹⁾	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)	4. Augusto Botelho (PT-RR)

Maioria (PMDB, PP)

Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Mão Santa (PSC-PI) ⁽¹³⁾
Paulo Duque (PMDB-RJ)	4. VAGO ⁽⁵⁾

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

VAGO ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ⁽⁸⁾	3. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO ⁽¹⁰⁾	4. VAGO ⁽¹⁰⁾
VAGO ⁽¹⁰⁾	5.

PTB

Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
------------------	-------------------------------

PDT

João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
------------------	-------------------------

Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)

Romeu Tuma (PTB/SP)

Atualização: 02/10/2009

Notas:

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1^a reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2^a reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
 2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾

1^a Designação: 03/12/2001

2^a Designação: 26/02/2003

3^a Designação: 03/04/2007

4^a Designação: 12/02/2009

MEMBROS

PMDB

Wellington Salgado de Oliveira (MG) ⁽⁴⁾

DEM

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO)

PTB

VAGO ⁽²⁾

PDT

Patrícia Saboya (CE) ^(5,7,8)

PR

Magno Malta (ES) ^(1,6,10)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP

Francisco Dornelles (RJ) ⁽⁹⁾

PSOL

José Nery (PA)

Atualização: 26/11/2009

Notas:

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.
2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
3. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.
5. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE)foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
6. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
7. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
8. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
9. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
10. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	PRESIDENTE Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Marco Maia (PT-RS)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	2º VICE-PRESIDENTE Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	1º SECRETÁRIO Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º SECRETÁRIO Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Odair Cunha (PT-MG)	3º SECRETÁRIO Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
4º SECRETÁRIO Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	4º SECRETÁRIO Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) ²
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado André de Paula (DEM/PE)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Damião Feliciano (PDT-PB) ³	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária, iniciada em 14/07/2009.

³ O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²

Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ^b (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ^b (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ^f (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
IRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ^g (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ^f (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.10.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880 e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ildelei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGMP, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

¹³ O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴ Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignácio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Damião Feliciano¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> DAMIÃO FELICIANO PDT-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$31,00
Porte de Correio	R\$96,00
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$62,00
Porte de Correio	R\$193,20
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$255,20 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

ug – 00001

gestão – 020055

Os pedidos deverão ser acompanhados de Notas de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco de Brasil, Agência 4201-3, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 244-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-x
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA-DF – CEP-70165-900
CGC 00.530.279/0005-49**

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de assinaturas, Mourão ou Solange.



Edição de hoje: 232 páginas

OS: 2009/18881